

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
INSTITUTO ECUMÊNICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

GERALDO ANTÔNIO DA ROSA

**O CONTESTADO: MOVIMENTO SOCIAL E SEU DESDOBRAMENTO NA ATUAL
SITUAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO**

DOUTORADO EM TEOLOGIA
Área de concentração: Religião e Educação

São Leopoldo
2007

GERALDO ANTÔNIO DA ROSA

**O CONTESTADO: MOVIMENTO SOCIAL E SEU DESDOBRAMENTO NA ATUAL
SITUAÇÃO DA REGIÃO**

Tese de Doutorado
Para obtenção do grau de Doutor
em Teologia
Escola Superior de Teologia
Instituto Ecumênico de Pós-Graduação
Área: Religião e Educação

Orientador: Dr. Alceu Ravello Ferraro

**São Leopoldo
2007**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

4º Examinador: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Direção da Fundação Universidade do Contestado, Professor Pedro Paulo Rodrigues e Inara Bischoff, pelo apoio recebido.

Agradeço ao orientador, Dr. Alceu Ravello Ferraro, pelo diálogo, crítica, exemplo de coerência profissional, orientação na pesquisa e amizade.

Agradeço à CAPES, pela concessão de bolsa.

Agradeço à EST e ao IEPG pela oportunidade de realizar o Doutorado.

Agradeço à Direção, Professores e Funcionários da EST pelo carinho e apoio que sempre me dispensaram.

Agradeço a meu pai Antônio N. da Rosa e minha mãe (*in memoriam*) Irma Ghizoni da Rosa, pela vida.

Agradeço às minhas irmãs Marita de Fátima, Marilda Aparecida, Margareth Paulina e Marilene, pelo estímulo.

Agradeço aos colegas e irmãos de militância, Aldo Dolberth, Débora Aparecida de Almeida, Kátia Socha, Silse Teixeira Lemos e Marilene Salvadori Carvalho, pela fidelidade e espírito de luta.

Agradeço a Deus por esta oportunidade.

SINOPSE

O presente trabalho propõe-se refletir sobre o Contestado: movimento social e seu desdobramento na atual situação educacional da região. Esta pesquisa integra a Área de Concentração: Religião e Educação, privilegiando as perspectivas teológica e educacional. O Contestado caracteriza-se como um movimento social de grande envergadura, sendo relegado historicamente a um segundo plano, como a maioria dos movimentos sociais. A tese focaliza o estudo das conseqüências advindas, para educação, dos acontecimentos conhecidos como Guerra do Contestado. A partir da atual situação da região foram buscados no passado elementos para análise das condições e dos mecanismos envolvidos no referido processo sócio-histórico. O primeiro capítulo analisa as categorias conceituais: movimento social, messianismo, concepção weberiana de carisma, camponês, educação libertadora e teologia da libertação. O segundo capítulo apresenta um panorama histórico do Contestado, seguindo o seguinte esquema de análise: a terra – palco de inúmeros episódios; o homem do Contestado e estruturação social; e a Guerra do Contestado. O terceiro capítulo volta-se para a análise do sumiço da placa alusiva ao movimento do Contestado e o processo educacional instituído na região. O último capítulo apresenta a conceituação de currículo e a influência dos meios de produção no currículo escolar da educação básica. Foi analisado também o espaço da História Regional e do Contestado nos currículos escolares de educação básica, investigando alunos egressos do ensino médio e professores de história da rede pública do Estado de Santa Catarina.

ABSTRACT

The present work aims to reflect on the “Contestado”: social movement and its extending in the current educational situation of the region. This research integrates the Area of Concentration: religion and education, focusing on perspectives theological and educational. The “Contestado”, is characterized as a social movement of great magnitude, being relegated historically to second plan, as the majority of the social movements. The thesis focus on the results of beforehand, for the education, of the known events as the “Guerra do Contestado”. From the current situation of the region it will be searched in the past, elements for the analysis of the conditions and the involved mechanisms in the related social-historical process. The first chapter analyzes the conceptual categories: social movement, messianism, Weber’s sociological concept of charismatic authority, peasant, liberating education and liberation theology. The second chapter presents a historical panorama of the “Contestado”, following the specified project of analysis: The Land - scene of innumerable episodes; the Contestado’s man and social structure and the “Guerra do Contestado”. In the third chapter refers towards the analysis of the disappearance of the allusive plate to the movement of “Contestado” and the instituted educational process in the region. The last chapter presents the conceptualization of the résumé and the influence of the means of production in the school’s curriculum of the basic education. In addition, it will also be analyzed the importance that is being given to the Regional History and the “Contestado” in the pertaining to school’s curriculum of the basic education, analyzing pupils egresses of high school and history’s teachers of the Public System of the State of Santa Catarina.

DEDICATÓRIAS

Para Ana Jacira Fossatti (esposa);
Jéssica Paloma Alves da Rosa, Jair
Fossatti Júnior, Kimberly Alves da
Rosa e Caroline Fossatti Maia (meus
filhos);
Rafael Maia (genro).

Não há fronteiras nesta luta de morte, nem vamos permanecer indiferentes perante o que acontece em qualquer parte do mundo. A vitória nossa ou a derrota de qualquer nação do mundo, é a derrota de todos.

Hasta la vitória, siempre!

CHE GUEVARA

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
SINOPSE	5
ABSTRACT	6
DEDICATÓRIAS	7
SUMÁRIO.....	9
INTRODUÇÃO	11
1. CONCEITUAÇÃO	23
1.1. Movimentos sociais	23
1.2. Movimentos sociais e educação.....	26
1.3. Messianismo e conflito social no sertão do contestado.....	30
1.4.1. João Maria de Agostini.....	34
1.4.2. João Maria de Jesus	35
1.4.3. José Maria.....	38
1.5. Catolicismo erudito, religião rústica e messianismo	47
1.6. Conceito Weberiano de carisma	50
1.7. O Camponês no Contestado.....	56
1.8. Teologia da libertação e educação libertadora.....	61
2. A GUERRA DO CONTESTADO: PANORAMA HISTÓRICO	67
2.1. A região palco de inúmeros episódios.....	67
2.2. O homem do contestado	73
2.3. A estruturação social.....	76
2.4. O capitalismo internacional no sertão do Contestado	80
2.5. A guerra do Contestado	85
2.5.1. A terra santa no Contestado.....	85
2.5.2. A Cidade Santa de Taquaruçu – após a morte de José Maria.....	86
3. O SUMIÇO DA PLACA: UM NOVO LANCE NA GUERRA DO CONTESTADO .	103
3.1. A educação instituída na região	103
3.2. A placa: um atentado à história oficial.....	111
3.3. A história oficial	118
3.4. O contestado na visão dos criadores do projeto de resgate histórico do contestado.....	130
3.4.1. O resgate histórico do Contestado	130
4. O CONTESTADO NOS CURRÍCULOS ESCOLARES	145
4.1. Concepções de currículo que permeiam a educação formal e social do homem do contestado.....	145
4.2. Currículo oculto e as relações de poder no Contestado.....	153
4.3. Currículo e educação no movimento social do Contestado.....	156

4.4. O Contestado nos currículos escolares.....	160
4.4.1 O Contestado a partir da coleta de dados junto aos calouros dos Cursos de Graduação da Universidade do Contestado	162
4.4.2 O Contestado e a história regional nos currículos da educação básica – Uma visão de professores	175
CONCLUSÃO.....	185
REFERÊNCIAS.....	196

INTRODUÇÃO

A presente tese pretende analisar o movimento social do Contestado, com ênfase nos seus desdobramentos na atual situação educacional da região de Curitiba. Em outras palavras, a pesquisa focaliza o estudo das conseqüências advindas, para a educação, por o acontecimento conhecido como Guerra do Contestado. Tendo como ponto de partida a atual situação da região, a pesquisa irá também ao passado, para investigar as condições e os mecanismos envolvidos no referido processo sócio-histórico. A perspectiva é que o aprofundamento do estudo da região no período pós-massacre possa oferecer elementos tanto para uma melhor compreensão dos acontecimentos conhecidos como Guerra do Contestado quanto para a discussão e a proposição de alternativas para a região.

A presente investigação integra a área de concentração Religião e Educação, no Doutorado em Teologia da Escola Superior de Teologia. Privilegia, por isso, as perspectivas teológica e educacional. Espera-se que ela possa trazer um aporte emancipatório para a região.

O movimento social do Contestado, que leva o nome de Guerra do Contestado, foi um dos maiores conflitos sociais rurais no Brasil. Esse conflito teve lugar no Estado de Santa Catarina, no período de 1912 a 1916, e deu origem a uma região hoje conhecida como Região do Contestado que, em termos do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), é considerada uma das regiões mais pobres de todo do Estado. Muitas podem ser as causas dessa situação, dentre as quais pode-se citar:

- o isolamento do sertanejo em relação ao litoral do Estado e a ausência de políticas públicas para o interior;
- o sistema de compadrio e o coronelismo ainda reinantes na região;

➤ o messianismo como substrato para o sertanejo frente à ausência da Igreja oficial na região;

➤ o poder e a violência do capitalismo internacional, que atuou através da construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul.

Nas últimas décadas muitas foram as pesquisas sobre o Contestado, o que evidencia o interesse pela região. Poucas delas, no entanto, foram produzidas por historiadores ou tiveram caráter acadêmico-científico.

Quando se fala em produção científica, inclusive sobre temas do folclore, evidencia-se, por um todo, que parte dos trabalhos inserem-se dentro dos parâmetros da historiografia positivista, destacando fatos, enaltecendo heróis, enfim, sempre na perspectiva dos dominadores. Por um lado, é farta a produção que enaltece o papel do Estado na perspectiva da história oficial e que também defende o poder do capitalismo internacional. Essa concepção histórica assume, ao mesmo tempo, uma postura conformista, mantida pelo discurso político e a ação pastoral da Igreja e voltada para a manutenção do *staus quo*. Por outro lado, o homem do Contestado, o caboclo, é definido pejorativamente como fanático, jagunço, enfim, como lixo da sociedade.

Existem questões a respeito do Contestado que ou não foram ainda levantadas ou não foram suficientemente exploradas. Um dos aspectos a ser esclarecido refere-se à estrutura da economia da região, à caracterização da estrutura fundiária ao tempo dos acontecimentos do Contestado, com destaque para o modo de apropriação das terras e para os mecanismos envolvidos no povoamento do planalto catarinense. É também necessário recolocar a questão sobre quem era o homem da região conflagrada e sobre as razões que levaram o camponês da região a ser rotulado de *jagunço*. Estas são algumas das perguntas que me estimularam a engajar-me nesta pesquisa. resgate de alguns aspectos do movimento do Contestado é o desafio que me propus nesta tese. O fato de trabalhar na Universidade com a disciplina História do Contestado reforçou em mim o desejo de lançar-me a esta pesquisa, esperando obter dela valiosos elementos tanto para o enriquecimento do ensino, quanto para a alimentação do debate sobre o passado e o presente da região e suas perspectivas para o futuro.

O objeto de pesquisa desta tese de doutorado nasceu da angústia humana frente ao real e da esperança de ver a sociedade do Contestado liberta das amarras sociais, políticas e econômicas que a mantêm ainda prisioneira. Após dez anos de

atividades profissionais na área educacional no Estado de Mato Grosso, retornei a Santa Catarina e reiniciei minhas atividades docentes em Curitiba. Um dos impactos que tive foi a constatação do preconceito racial dos alunos, o seu baixo nível de formação sócio-política e a falta de politização da população em geral. Percebi também que a região estava voltada à manutenção da ordem segundo os interesses dos grupos dominantes, com poucas mudanças, contrastando com outras regiões do Brasil onde havia maiores avanços. Observei que o discurso religioso carecia de um teor de libertação, pois as Igrejas, de modo geral, estavam comprometidas com a manutenção dos grupos no poder dentro de um discurso sem o efetivo compromisso com as transformações sociais. No plano político, causaram perplexidade a excessiva centralização do poder e a sobrevivência, até hoje, dos coronéis, com práticas nepotistas e clientelistas.

Chamou minha atenção também o setor educacional que se encontrava vinculado aos interesses dos dominantes. Além disso, a população, cujos componentes descendiam do Contestado, vivenciava a cultura do medo e do silêncio, o que era confirmado por alguns adágios populares que permeavam o cotidiano do povo: “Manda quem pode, obedece quem precisa” e “[Em] Boca calada não entra mosca”.

Frente a esta realidade nasceu o meu interesse em tentar fazer uma releitura da história oficial, ou seja, analisar o movimento social do Contestado dentro de uma nova ótica.

Espero, com esta tese de Doutorado em Teologia, na área Religião e Educação, contribuir para o resgate e aprofundamento da discussão acerca dos conflitos e dos desafios que se apresentam, buscando alternativas emancipatórias para o povo da região.

A denominação Contestado está relacionada à região em que, entre os anos de 1912 à 1916, ocorreu um dos maiores movimentos sociais rurais do Brasil, conhecido historicamente como Guerra do Contestado. Esta região foi alvo de disputas por questões de limites, cabendo ressaltar a Questão de Palmas, que foi uma disputa internacional entre o Brasil e a Argentina, referente aos limites de terras ao Oeste de Santa Catarina. Esta celeuma referente à questão de terras, que ocorreu em fins do século XIX, foi resolvida através do arbitramento dos Estados Unidos que deu o ganho das terras em litígio ao Brasil.

Também no final do século XIX, após a criação da Província do Paraná na metade do século em questão, novamente esta região torna-se palco de disputa de limites entre os Estados de Santa Catarina e do Paraná. Hoje há consenso de que este conflito não influenciou diretamente na eclosão da Guerra do Contestado. Ele acabou sendo resolvido no Supremo Tribunal Federal através da Ação originária nº 07, em 1916.

O Contestado semelhante aos diversos episódios de nossa história, caracteriza-se como um movimento social de grande envergadura, sendo relegado historicamente a um segundo plano, como tem sido a maioria dos movimentos sociais. Entretanto, compete analisá-lo procurando estabelecer relações quanto ao seu caráter educativo. Cabe questionar em que medida historicamente ocorreu a ingerência das classes dominantes na educação social da população. Por educação social entendem-se os mecanismos formais e informais, os currículos abertos e ocultos que proporcionaram a educação do povo, ou seja, todas as oportunidades educativas que possibilitaram que a população seja hoje o que realmente é. Ressalte-se que, na atualidade, é palpável a influência dos grupos de poder nos diversos aspectos da vida da população e de modo especial no setor educacional. Estruturalmente, a partir da perspectiva capitalista, pela ausência de políticas educacionais, a região sofre as conseqüências da carência de mão-de-obra especializada para um efetivo desenvolvimento sustentável. É de fundamental importância salientar que a estruturação de uma sociedade não se faz de modo ocasional, mas parte de estratégias e políticas intencionalmente planejadas e implementadas. A educação encontra-se permeada pelos interesses do capital que impõe a formação de indivíduos passivos, disciplinados e obedientes.

Essa lógica capitalista foi estruturada a partir do processo de colonização do Brasil. O planalto catarinense não foge a esta situação. A forma de seu povoamento e colonização deixou profundas marcas de exploração e de exclusão social. Na atualidade observa-se um comportamento extremamente apático de grande parte de sua população. Faz parte da educação social deste povo o adágio popular institucionalizado: “Manda quem pode, obedece quem precisa”. Esta situação é fruto de um sistema extremamente opressor.

A partir dessas considerações pode-se entender como determinadas afirmações escamoteiam o processo de dominação dos grupos dominantes. Essa situação torna-se de certa forma uma venda nos olhos, a qual proporciona a grande

parte do contingente populacional fazer reflexões de cunho determinista. Assim, a crença, passada pelos dominantes para o ideário popular, de que a pobreza é fruto da incompetência das classes menos abastadas.

O Contestado, a exemplo de outros movimentos sociais, tem, dentro da complexidade de suas causas, a disputa de terra. No início do século XX houve violento conflito de terras, que envolveu pobres, negros, mestiços e indígenas, numa área de 50.000 Km², região disputada pelas províncias do Paraná e de Santa Catarina.

Em 1908, uma companhia norte americana, a *Brazil Railway Company*, que construiu a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, recebeu do Governo Federal, como parte do pagamento desta obra, terras em uma faixa de quinze quilômetros de cada lado da ferrovia. Essa empresa deveria colonizar a área com imigrantes, mas o seu principal interesse era a exploração da floresta nativa, rica em pinheiros e imbuíás.

A população que morava nessas terras, como posseira, foi expulsa, indo se unir aos trabalhadores da estrada de ferro, que haviam sido recrutados nas grandes cidades através de promessas tentadoras, mas que, após o término da construção da obra, foram jogados a uma situação de completo abandono. Como decorrência desse contexto foram arruinados os pequenos madeireiros, uma vez que estes não podiam competir com a empresa estadunidense instalada na região do Contestado. Ressalte-se que a empresa construtora da ferrovia instalou uma empresa para a exploração madeireira, a mais moderna serraria da América Latina, que exportava a madeira para os Estados Unidos e Europa. Essa serraria serrava diariamente 300 m³ de madeira, ao passo que, na atualidade, em Curitiba, a empresa que mais produz chega a uma produção diária de 90 m³ de madeira serrada.

Como já foi dito, o nome Contestado advém da disputa de limites entre os Estados de Santa Catarina e do Paraná. A área disputada era rica em erva-mate, araucária, pastos nativos e madeira de lei. Viviam no território disputado cerca de vinte mil sertanejos que se dedicavam ao extrativismo de erva-mate, à agricultura de subsistência e à pequena criação de animais.

As alterações estruturais que aconteceram na região originaram uma série de descontentamentos, exclusões, embates, rebeldias e lutas. Foi uma época de grande efervescência, sendo ao mesmo tempo rica e conflituosa, geradora de crises duradouras e de grandes transformações. Foi um período caracterizado pela

expropriação da terra e o aumento do poder de determinados segmentos. O sertanejo excluído e expropriado economicamente, abandonado ou manipulado politicamente, buscou no elemento religioso a sua sustentação ideológica.

Nesse contexto é importante serem destacadas as influências messiânicas que a região vinha sofrendo desde o período da Revolução Farroupilha. Historicamente, dentro da ótica do messianismo, pode-se destacar a presença de três monges que atuaram em momentos históricos distintos: João Maria de Agostini, durante a Revolução Farroupilha; João Maria de Jesus, o qual passou pela região no período da Revolução Federalista; e José Maria, intimamente ligado ao movimento social do Contestado.

O Planalto de Lages e o território do Meio Oeste de Santa Catarina são atingidos por uma convulsão social armada que aniquila a convivência entre os diferentes grupos humanos e desmonta a vida econômica de toda a região.

Juntamente com a revolta em Canudos, a Guerra do Contestado foi um dos conflitos sociais mais sangrentos ocorridos no Brasil. Consistiu no choque entre militares e camponeses sem terra estabelecidos na região do Contestado, situada a Oeste de Santa Catarina.

Esta luta armada entre os sertanejos e tropas do exército na região do Contestado teve relação apenas circunstancial com a questão de limites entre Santa Catarina e o Paraná. De fato, o litígio que deveria ser encerrado com o pronunciamento no Supremo Tribunal (1906), continuou a ser agitado, chegando ao ponto de os políticos paranaenses proporem a criação do Estado das Missões.

Havia tempo aquela região era freqüentada por “beatos” que se ocupavam da vida religiosa junto ao povo. Este arrebanhamento de camponeses fiéis concentrou-se em Taquaruçu, desagradando aos coronéis locais, que logo trataram de expulsá-los.

O movimento foi liquidado em fins de 1915, após quatro anos de intensa luta. Pela primeira vez, o governo brasileiro utilizou aviões de bombardeio para o reconhecimento da região. Os remanescentes refugiaram-se no Vale do Rio Santa Maria, onde foram esmagados por seis mil soldados do exército e da polícia dos dois Estados.

A violência e a crueldade foram marcas da ação das forças governamentais: casas foram incendiadas, pessoas mortas, inclusive mulheres e crianças. A Guerra

do Contestado ainda não foi totalmente elucidada. Há ainda muito a ser pesquisado, muito a ser descoberto.

Esta tese poderá ser de grande relevância social, haja vista a inexistência de pesquisa em Curitibanos e região, que procure analisar os desdobramentos decorrentes da Guerra do Contestado. Na atualidade, uma das tônicas vincula-se ao desenvolvimento regional. Neste contexto é muito importante que se busquem alternativas no sentido de superar determinados indicadores que nos colocam entre as regiões mais pobres do Estado de Santa Catarina. Observa-se que esta realidade é, na maioria das vezes, escamoteada, não se buscando as reais causas e fatores que implicam no atraso regional em comparação às demais regiões.

Há que se considerar que o desenvolvimento de um povo começa a acontecer quando se passa a enfrentar os problemas sociais, políticos e econômicos. A Guerra do Contestado não acabou. O cenário é o mesmo; são outros, porém, os atores que carregam no cotidiano o peso da exploração e da falta de perspectivas. É importante restabelecer a dignidade do homem do Contestado. Entende-se que esta tese poderá abrir espaços para discussão e formulação de políticas alternativas de caráter emancipatório.

Na pesquisa, concentrou-se a atenção em três objetivos assim definidos:

Objetivo 1. Levantar, organizar e analisar elementos de interesse existentes em fontes ainda não exploradas sobre os acontecimentos do Contestado.

Objetivo 2. Levantar e analisar a memória viva sobre o Contestado.

Objetivo 3. Analisar o espaço dedicado ao tema do Contestado e às concepções epistemológicas reinantes a respeito do mesmo nos currículos de história do ensino fundamental e do ensino médio.

A atenção foi centrada no período pós-massacre. Quanto à pesquisa bibliográfica, esta tese contempla uma ampla gama de obras e de concepções diferenciadas sobre o movimento social do Contestado. Algumas pontuam a visão oficial, enaltecendo o Estado, a Igreja, os militares e os fazendeiros. Estas obras tentam justificar o movimento e argumentam em favor da eliminação do camponês concebido como rebelde, fanático e jagunço. Outras obras destacam o movimento social do Contestado buscando mostrar a bravura dos camponeses, com uma tendência utópica de divinização do movimento. No que se refere à produção bibliográfica, ressaltam-se produções de grande envergadura como os trabalhos de

Delmir Valentini, Nilson Tomé, Paulo Pinheiro Machado, Duglas Teixeira Monteiro, Laís Mourão e Maurício Vinhas de Queiroz, entre outros.

A pesquisa utiliza a técnica documental, assim descrita por Marconi e Lakatos¹: “A característica da pesquisa documental é que a fonte da coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.”

Objetivo 1: Levantar, organizar e analisar elementos de interesse existentes em fontes ainda não exploradas sobre os acontecimentos do Contestado.

Para a realização deste objetivo, foi efetuada pesquisa documental no acervo de documentos, até o momento não pesquisados, que se encontram chaveados numa das salas do Museu Histórico Antônio Granemann, em Curitiba. Até o momento da pesquisa, esta sala não havia sido disponibilizada seja à visitação pública seja ao manuseio de parte de pesquisadores. Neste local, encontram-se documentos oficiais remanescentes da queima de Curitiba em 1914. Além dos documentos mencionados, estão disponíveis anotações da falecida escritora curitibanense Zélia de Andrade Lemos, autora do livro *Curitiba na Guerra do Contestado*.

No que se refere à pesquisa de campo, Marconi e Lakatos² evidenciam: “Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema, para o qual se procura resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos, ou a relação entre ele”.

Objetivo 2: Levantar e analisar a memória viva sobre o Contestado.

Para o cumprimento deste objetivo foram entrevistadas duas personagens envolvidas em projeto de resgate histórico do Contestado, nos anos de 80, no Estado de Santa Catarina. O critério de escolha dos entrevistados encontra-se ligado à importância histórica dessas personagens na implantação do projeto de resgate histórico do Contestado.

¹ LAKATOS, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003, p. 176.

² LAKATOS: LAKATOS, 2003, p.186.

Objetivo 3: Analisar o espaço dedicado ao tema do Contestado e às concepções epistemológicas reinantes a respeito do mesmo nos currículos de história do ensino fundamental e médio.

Foram entrevistados 11 acadêmicos calouros, e foi aplicado um questionário com questões abertas a uma turma de alunos da Universidade do Contestado, com ingresso no ano letivo de 2007, matriculados na 1ª fase dos cursos de graduação.

Para seleção da amostra dos entrevistados foi utilizada uma lista de calouros matriculados nas primeiras fases dos Cursos de graduação da Universidade do Contestado - Campus de Curitiba. A partir da lista, o número total de acadêmicos foi dividido em 11 grupos, com 13 calouros em cada grupo. Foi efetuado o sorteio de um número de 1 a 13, que determinou o primeiro acadêmico a ser entrevistado. Os demais acadêmicos foram selecionados a partir do acréscimo de 13 números partindo do primeiro selecionado.

Quanto aos calouros a quem foi aplicado um questionário, utilizou-se como critério a primeira turma que teria a cadeira História do Contestado na Universidade do Contestado – Campus de Curitiba, no ano letivo de 2007. A turma era formada por 27 acadêmicos regularmente matriculados na primeira fase de um dos Cursos de graduação da Universidade do Contestado. Ressalta-se que a disciplina é ministrada como componente do núcleo comum em todos os cursos de graduação.

O conjunto de dados levantados foi sistematizado a partir das categorias estabelecidas pelos referenciais teóricos, de acordo com a utilização de ferramentas da informática, sendo preponderante a análise qualitativa.

Esta tese está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo trabalha com algumas categorias conceituais, visando o aporte teórico da tese. Trata-se da categoria movimentos sociais, das acepções de cidadania e dos movimentos sociais como forma de cidadania coletiva, aplicando tais conceitos ao estudo do Contestado. Passa-se então a analisar as relações existentes entre os movimentos sociais e o processo educativo deles decorrente, buscando-se ter presente o contexto sócio-histórico capitalista em que tais movimentos ocorrem. No modo de produção capitalista, dominante na nossa realidade, existem movimentos que têm propostas voltadas à consecução de avanços sociais. Por outro lado, há as facções conservadoras que tentam articular-se na perspectiva de manutenção do *status quo*. Busca-se compreender as relações entre as imposições do sistema capitalista e o processo educacional, destacando o papel dos movimentos que lutam pela

transformação do sistema. Observa-se que a história oficial é tendenciosa e não se produz a partir dos movimentos sociais. Ideologicamente, esta história procura ocultar os acontecimentos reais que deixaram profundas cicatrizes no homem do Contestado.

Uma categoria que serve de fundamento teórico é a do messianismo, presente na grande maioria dos movimentos sociais e, porque não dizer, no Contestado. O messianismo é focado à luz das ciências humanas, sendo estabelecida relação entre os monges que passaram pela região na metade e final do século XIX e no início do século XX.

Outro aspecto abordado neste capítulo é o catolicismo erudito, implantado na Brasil e na região, bem como a romanização decorrente deste processo. Ao lado de uma Igreja romanizada florescia, a partir do cotidiano do caboclo, um catolicismo rústico, ou seja, teologicamente ligado ao cotidiano do caboclo. É também focado o papel pedagógico do messianismo na região do Contestado.

Em ligação com o conceito de messianismo, aborda-se também o conceito Weberiano de carisma, enfocando-se sua origem, reconhecimento e rejeição, além de sua relação com a disciplina. Sempre a partir de Weber, analisa-se também o carisma na perspectiva de sua legitimação e de sua relação com o processo de dominação.

A categoria “camponês” também é analisada dentro do espaço Contestado. Busca-se suporte teórico no estudo da evolução histórica dos camponeses e de suas lutas, até chegar à expansão do capitalismo internacional e à Lei das Terras no Brasil.

Por fim, este capítulo é encerrado com a discussão das categorias Teologia da Libertação e Educação Libertadora. Enfocou-se o pioneirismo histórico no Brasil da Teologia da Libertação, bem como seus pressupostos teóricos. Neste contexto, é dado destaque à Educação Libertadora, no sentido de superação de uma pedagogia que se encontra a serviço das classes dominantes e de construção de uma educação que traga em sua essência a problematização e a ação dialógica.

O segundo capítulo apresenta o resgate histórico da Guerra do Contestado. Sua estrutura teve como fonte inspiradora a obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, um dos grandes clássicos da literatura brasileira, organizada em torno de três temas: a terra, o homem e a guerra.. Buscou-se transcender o determinismo geográfico, analisando as características físicas da região onde ocorreu o movimento social do

Contestado. O capítulo trabalha a contextualização geográfica, fauna e flora, bem como aborda as questões geopolíticas do Estado de Santa Catarina. Outro aspecto tratado refere-se ao próprio homem do Contestado. Como ponto de partida desta análise são salientados os primitivos habitantes e o povoamento do planalto catarinense. Para a caracterização do homem do Contestado considerou-se de fundamental importância tecer considerações sobre a estrutura social ali produzida desde o povoamento até os nossos dias. Dá-se também importância, neste capítulo, à análise dos mecanismos e da força do capitalismo internacional a partir da construção da ferrovia na região do Contestado que objetivava ligar São Paulo ao Rio Grande do Sul. Analisa-se também a questão do messianismo e do conflito social no Contestado, mostrando as figuras messiânicas que deixaram profundas marcas na religiosidade da região. O capítulo é finalizado com a análise da Guerra do Contestado, com destaque para a dispersão dos fiéis após a morte de José Maria, em Irani, e a crença na sua ressurreição. Por fim, descreve-se a situação da cidade Santa de Taquaruçu após a morte de José Maria até a destruição desse reduto durante a Guerra do Contestado...

O terceiro capítulo desta investigação parte do que se denominou *O sumiço da placa*. Isto é, parte-se o desaparecimento de placas afixadas em um monumento histórico em Curitiba, para, então, analisar a educação instituída na região até o presente momento. Enfoca a história oficial, bem como a concepção histórica presente na história regional, de modo especial no que se relaciona ao tema Contestado. Destaca-se que as placas foram vistas como um atentado à história oficial, refletindo o sumiço das mesmas a desaprovação dos poderes locais ao projeto de resgate da memória histórica do Contestado. Finalmente, analisam-se as entrevistas concedidas pelos personagens principais do Projeto de Resgate Histórico do Contestado no Estado de Santa Catarina. Nesse capítulo pretendeu-se mostrar a educação do povo da região, colocando em destaque os mecanismos de dominação que se tornam um legado de geração para geração.

No quarto e último capítulo aborda-se a questão da presença do tema do Contestado nos currículos escolares. O capítulo inicia com o exame das diferentes concepções de currículo e suas conseqüências no cotidiano escolar. O capítulo aborda também o currículo e a educação no movimento do Contestado, uma vez que os movimentos sociais têm uma pedagogia, ou seja, têm objetivos e processos educativos.

Quanto aos currículos escolares, foram investigados alunos que haviam freqüentado a educação básica em Curitiba e região, e que, ao tempo de pesquisa, estavam na Universidade. A pesquisa buscou descobrir o conhecimento que lhes foi oportunizado e as concepções que interiorizaram sobre o Contestado ao longo de suas vidas estudantis no ensino fundamental e médio. O grupo estudado é constituído por acadêmicos que ingressaram na Universidade do Contestado no ano letivo de 2007 através de vestibular ou de processo seletivo. Foram também entrevistados professores da rede pública sobre a presença do tema do Contestado nos currículos escolares, envolvendo plano de ensino, espaço e concepção assumida no cotidiano das escolas.

1. CONCEITUAÇÃO

1.1. Movimentos sociais

O século XX, de forma paradoxal, traz novas acepções acerca da cidadania. A partir desse momento, o Estado burguês concretiza uma organização social em que os indivíduos possuem mais deveres que direitos. Gohn³ esclarece que na sociedade civil a cidadania passa a ser competência do Estado. Ao lado da cidadania regulamentada pelo Estado, os movimentos sociais assumem neste processo um papel educativo. Maria da Glória Gohn assim observa: “Entretanto, existe uma terceira acepção do conceito de cidadania, elaborada a partir de grupos organizados da sociedade civil, através de movimentos. Trata-se de cidadania coletiva”.

Torna-se de fundamental importância, ao classificar o Contestado enquanto movimento social, conceituá-lo a partir da evolução histórica, dos mecanismos de poder decorrentes deste processo. Gohn⁴ faz a seguinte análise conceitual a respeito dos movimentos sociais:

O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, as frustrações com resultados do consumo insaciável de bens e produtos, o desrespeito à dignidade humana de categorias tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre do lucro capitalista etc., são todos elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais.

³ GOHN Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992, p.15.

⁴ GOHN , 1992, p. 15-16.

Os movimentos sociais possuem um caráter educacional cujos resultados proporcionam verdadeiros avanços reclamados pela sociedade. De maneira alguma, podemos pensar que as mudanças ocorrem de cima para baixo, ou seja, que os donos do capital concedem as benesses às populações menos favorecidas, uma vez que a cidadania não se constrói através de decretos e de intervenções externas, mas é fruto do acúmulo de práticas sociais e do acúmulo de experiências. Sobre esta questão, Gohn⁵ faz o seguinte destaque: “A cidadania coletiva é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram”.

Frente à dinamicidade do processo histórico, ao se analisarem as diferentes etapas, observa-se a dominação por parte de grupos minoritários, o que implica, por outro lado, submissão da maioria dos contingentes populacionais do planeta aos dominadores. Diante desta análise, percebe-se que inúmeros problemas decorrentes nesta estrutura são frutos da manutenção do *status quo*, e que esta lógica precisa ser rompida, para que o ser humano, na incessante luta pela libertação, conquiste legítimos avanços. Para que tal intento se concretize, é de fundamental importância destacar-se o vital papel dos movimentos sociais dentro da história da humanidade, vistos pelos dominantes muitas vezes como meros movimentos marginais.

Nelson Dácio Tomazzi⁶ oferece a seguinte conceituação de movimento social: “*Trata-se da ação conjunta de homens, a partir de uma determinada visão de mundo, objetivando a mudança ou a conservação das relações numa dada sociedade*”.

Quanto aos elementos constitutivos dos movimentos sociais, Tomazzi⁷ indica: o projeto, a ideologia e a organização. O projeto encontra-se relacionado à proposta do movimento, e esta se relaciona com mudanças ou conservação; a ideologia corresponde às idéias que o grupo faz da sociedade e tem por objetivo nortear o projeto e a organização; a organização refere-se à estruturação do grupo.

Movimento social é um fenômeno de diversas facetas e abrangências que acompanha a história das diferentes sociedades desde os tempos mais remotos. Os

⁵ GOHN, 1992, p. 16-17.

⁶ TOMAZZI, Nelson Dacio. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 1993, p. 216.

⁷ TOMAZZI, 1993.

movimentos sociais relacionam-se aos cenários emergentes, salientando-se os movimentos urbanos, principalmente os de periferia, e, nas últimas décadas, os novos movimentos sociais de mulheres, pacifistas, ecológicos, étnicos, homossexuais, índios, sem terra, sem teto, podendo-se afirmar que não são fenômenos extravagantes ou excepcionais, ao contrário, estão no cerne da vida social. Enquanto históricos, pode-se determinar que os movimentos sociais sempre existiram como forma dos coletivos se organizarem e expressarem suas demandas.

Gohn⁸ faz a seguinte observação a respeito dos movimentos sociais:

Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito de novos meios de comunicação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas determinou como agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes são produtos dessa comunicabilidade.

Quando se faz uma reflexão sobre os movimentos sociais, é importante destacar que existem movimentos conservadores e movimentos de caráter emancipatórios. Os movimentos conservadores normalmente não se projetam na perspectiva de mudanças, atuando de modo coercitivo. Os movimentos emancipatórios buscam mudanças, sendo, portanto, considerados movimentos abertos. Destaca-se, ainda, a existência de movimentos que são sectários, fanáticos e que podem chegar à utilização da violência para atingir seus objetivos.

A respeito dos movimentos sociais emancipatórios, Gohn⁹ comenta:

Os movimentos sociais progressistas atuam segundo uma agenda emancipatória, realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas. Atuando em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Eles constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede.

A denominação de Contestado está relacionada à região em que, entre os anos de 1912 e 1916, ocorreu um dos maiores movimentos rurais do Brasil, conhecido historicamente como Guerra do Contestado.

O Contestado, de modo semelhante a diversos episódios de nossa história, caracteriza-se como um movimento social de grande envergadura, sendo relegado historicamente como a maioria dos movimentos sociais.

⁸ GOHN, Maria da Glória (org). **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 13.

⁹ GOHN, 2003, p. 14.

1.2. Movimentos sociais e educação

Quando se aborda a importância histórica dos movimentos sociais, faz-se necessário estabelecer relações diretas com o exercício da cidadania na perspectiva da transformação da sociedade. A visão que se tem da cidadania encontra-se relacionada aos referenciais peculiares de concepções, de espaço, e a determinados momentos históricos. Com relação ao desenvolvimento capitalista e às mudanças decorrentes deste processo, Gohn¹⁰ apresenta o seguinte posicionamento:

À medida que o capitalismo se consolida, as lutas sociais vão deixando de ser apenas pela subsistência e surgem concepções alternativas dos direitos. A educação volta a ser pensada pelas classes dos dirigentes como mecanismo de controle social. Os teóricos da economia política a recomendam para evitar desordens. Adam Smith justifica a necessidade de educação em função da divisão de trabalho. Seria competência do Estado facilitar, encorajar e até mesmo impor a toda população a importância do aprendizado mínimo às necessidades do capital, quais sejam: ler, contar, apreender rudimentos da geometria e da mecânica. O pressuposto básico era de que o povo instruído seria ordeiro, obediente a seus superiores e não presa de credices e superstições religiosas e místicas.

A partir desta concepção de educação, percebe-se claramente a inexistência da neutralidade. Dentro da ótica capitalista, o capital utiliza-se de mecanismos concretos do processo educacional formal e informal para atingir seus intentos. Os movimentos sociais que emergem nesse cenário, em sua maioria, são extremamente conservadores, tendo por função prioritária a manutenção do *status quo* de seus participantes. Entretanto, é indispensável observar que o capital se utiliza das instituições, e estas, através de discursos e de práticas sociais, educam a sociedade dentro dos parâmetros hegemônicos. Normalmente os excluídos deste processo têm que “transgredir” a legalidade, aglutinando-se na defesa de seus interesses, enfim, formando a comunidade das vítimas.

Marx analisa o processo global de produção capitalista tendo por base o contexto histórico do liberalismo econômico. Contextualizando esta realidade o autor¹¹ esclarece:

A propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas

¹⁰ GOHN, 1992, p. 13.

¹¹ MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991, v. VI, p. 707.

de sua vontade particular, com a exclusão de todas demais vontades. Isto posto, trata-se de esclarecer o valor econômico, isto é, a valorização desse monopólio na base da produção capitalista. Para isso em nada contribui o mero poder jurídico destes proprietários, de usar e abusar de porções deste planeta.

Vale a pena destacar que, ao longo do desenvolvimento histórico, a concepção de cidadania perde a essência de sua concepção clássica, deslocando seu conteúdo aos aspectos e questões relacionadas ao poder. Na atualidade este conceito encontra-se cauterizado dentro de um projeto burguês de estruturação da sociedade. Diante desta realidade, a cidadania assume o caráter de superposição dos direitos aos deveres, cabendo ao Estado a sua regulação. No momento histórico atual, visando superar a ótica do neoliberalismo, a educação para a cidadania adquire um espaço de suma importância para a sociedade e para o ser humano. É importante salientar o papel educativo dos movimentos sociais na efetivação deste projeto.

Gohn¹² salienta a importância dos movimentos sociais na conquista de avanços educacionais na sociedade:

Falar da existência de um projeto educativo no interior de processos que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico.

De acordo com Gohn¹³ os movimentos sociais possuem uma dimensão pedagógica. No plano político, a luta gira em torno da conquista de direitos, levando concomitantemente toda estruturação do grupo. Outras facetas a serem realçadas prendem-se à inter-relação entre passado e presente como elementos indispensáveis na construção do projeto de futuro. O pedagógico e o educativo têm o papel fundamental de realimentar novos processos. Por outro lado, salienta-se que os movimentos sociais abrem a possibilidade de ampliar o conhecimento numa concepção dialética do que fomos no passado e do que somos hoje voltados ao resgate da consciência fragmentada que se tem da realidade em termos de tempo e espaço.

¹² GOHN, 1992, p. 17.

¹³ GOHN, 1992.

Ao estabelecer uma análise da sociedade tomando-se como referencial as instituições, o poder ideológico, os movimentos sociais e o processo educacional estruturados a partir de determinadas lógicas torna-se difícil de mensurar as implicações do econômico no político e do político no econômico. Esta situação nos faz refletir que as sociedades capitalistas estruturam-se basicamente na propriedade privada dos meios de produção em uma economia de mercado, na livre concorrência, enfim, numa sociedade de classe que tem o Estado como avalista. Portanto, o que se observa é que as políticas públicas implantadas pelo Estado, bem como toda a sua estrutura, foram privatizadas e este é colocado a serviço do capital, não correspondendo, conseqüentemente, aos reais e legítimos interesses da sociedade civil. A respeito desta questão, Marx e Engels¹⁴ advertem:

A esta propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, o qual, comprado paulatinamente pelos proprietários privados através dos impostos, cai completamente sob o controle destes pelo sistema da dívida pública, e cuja existência como é revelado pela alta e baixa dos valores do Estado na bolsa, tornou-se completamente dependente do crédito comercial concedido pelos proprietários privados, os burgueses.

A partir do pensamento de Marx e Engels, pode-se concluir que este Estado criado para atender indistintamente as aspirações da coletividade é uma farsa, uma vez que foi apropriado pela burguesia. Esta apropriação propicia a considerar que o Estado serve apenas a interesses privados de uma minoria que manipula seus interesses em nome da maioria. Este Estado, em nível teórico, encontra-se idealizado, maquiado, tendo como função precípua proporcionar o bem comum a toda a coletividade. Porém, sua prática faz com que assuma uma diversidade de facetas, galgando na contemporaneidade o patamar de democrático e representativo. Frente às ações das políticas neoliberais, há que se questionar a quem serve o Estado e como se articulam suas ações. Marx e Engels¹⁵ comentam:

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade, e, mais ainda, na vontade destacada de sua base real – na vontade livre. Da mesma forma o direito é reduzido novamente à lei.

¹⁴ MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 97.

¹⁵ MARX; ENGELS, 1986, p. 98.

Estando inserida neste contexto de Estado, a educação institucionalizada tem um papel de fundamental importância na tentativa de criar um consenso ativo. A partir da corrente positivista, ligada às teorias dominantes, a educação seria essencialmente neutra. Para manutenção de sua legitimidade, necessário se faz que o Estado integre articuladamente os grupos que o apóiam e que exerça o controle dos que a ele se opõem. Nesse espaço, a educação institucionalizada serve aos interesses estatais, uma vez que é através deste pressuposto que o sistema capitalista gera a reprodução de sua força de trabalho, sendo as expectativas permeadas por políticas ou pela ausência das mesmas, o que não deixa de ser um posicionamento político. Para Frigotto¹⁶ “A educação e a formação humana terão como sujeito definidor às necessidades, as demandas do processo de acumulação do capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir. Ou seja, reguladas e subordinadas pela esfera privada, e à sua reprodução”.

É mister ressaltar que a formação humana e a educação estão intimamente associadas ao processo de acumulação capitalista, sendo influenciadas por interesses privados. Esta realidade vai além da educação formal, muito embora esteja presente de maneira bem nítida nos currículos formais, sendo que as opções educativas das instituições educacionais estão subordinadas ao sistema capitalista. Outro aspecto a ser destacado é que o sistema capitalista, através de determinadas práticas, naturaliza e escamoteia o processo de exploração tornando aceitáveis determinadas realidades. Frigotto¹⁷ observa:

[...] Sob o paternalismo e clientelismo, dilui-se o conflito capital-trabalho, minimiza-se a desigualdade social e a profunda discriminação racial. Faz-se a apologia da conciliação e da harmonia balofa. O próprio sistema intelectual dominante desenvolve-se com uma postura marcante de desenraizamento.

A história da humanidade encontra-se permeada pelos movimentos sociais. Muitos destes são relatados a partir da perspectiva da história oficial, sendo, na maioria das vezes, considerados marginais ou relegados a um segundo plano, não lhes sendo dada a devida importância. Podemos constatar que variados movimentos ocorreram e ocorrem em épocas e espaços diferentes. Alguns deles estão relacionados às lutas indígenas, quilombolas, guerras santas e banditismo, fazendo

¹⁶ FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1992, p. 30.

¹⁷ FRIGOTTO, 2000, p. 37.

parte dos acontecimentos desde a chegada dos colonizadores portugueses. Estes movimentos sociais trazem avanços como sinais palpáveis de esforços comuns e coletivos na busca da justiça. Gohn¹⁸ reflete:

Busca-se uma concepção política de justiça, não metafísica, que seja equivalente a equidade (igualdade de política e igualdade de oportunidades). Seu conteúdo se forma da *cultura política* distinta da 'cultura de fundo' da sociedade civil, ou seja, a cultura social: enquanto a *cultura social* compõe-se de doutrinas abrangentes, isto é, religiosas, filosóficas e morais, a *cultura política pública* se distingue pelo *consenso sobreposto*, que se baseia na redução de conflitos entre valores.

Ideologicamente, a história oficial é tendenciosa, uma vez que procura ocultar os acontecimentos reais que deixaram profundas cicatrizes para a sociedade brasileira. Inúmeros exemplos podem ser trazidos. Convive-se pacificamente com o processo de miscigenação, divulgando-se um Brasil formado pela convivência harmônica das três raças. Difunde-se a figura do herói nacional, e mantêm-se velados vários processos de violência, principalmente os que emergem dos poderes instituídos contra as legítimas reivindicações dos excluídos. Enfim, tenta-se mostrar ao mundo a imagem de um brasileiro cordial, numa sociedade onde inexistem conflitos sociais, na defesa do discurso da unidade nacional. Segundo Aquino e Hiran¹⁹:

Essa preocupação em fortalecer a idéia de conciliação entre classes e grupos antagônicos e exaltar a não-violência como característica marcante da sociedade brasileira resulta inclusive na minimização – e até mesmo na ocultação – do que tem sido uma constante na nossa história: a luta dos setores populares contra o processo de exploração imposto pelas classes dominantes e a violenta repressão empregada pelos governantes.

1.3. Messianismo e conflito social no sertão do contestado

Um dos elementos que se fazem presentes em movimentos sociais como Canudos e o Contestado é o messianismo. No decorrer da história do mundo ocidental, é muito forte entre os cristãos a espera do messias considerado salvador,

¹⁸ GOHN, 2003, p. 95.

¹⁹ AQUINO, Fernando; HIRAN, Gilberto. **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais. São Paulo: Record, 2001, p. 290.

redentor, aquele que vem instaurar uma nova ordem. Azevedo²⁰ faz a seguinte definição de messianismo:

Messianismo: Movimento Social, geralmente embasado na vinda do emissário divino destinado a estabelecer no mundo condições capazes de garantir a justiça e a paz entre os homens. Esse mensageiro, verdadeiro redentor, eliminará o mal e a iniquidade, redimindo o homem de seus pecados e inaugurando uma nova ordem.

Um dos pressupostos do messianismo é a espera, a qual aproxima ao mesmo tempo o psíquico e o fisiológico. Trilhar os caminhos da legalidade é uma espera, enquanto que a infração às leis é uma infração à espera, haja vista que se espera a imutabilidade das leis. Do ponto de vista da psicologia e da fisiologia, quantas vezes vivenciamos ansiedades. Esses movimentos são decorrentes do que a espera pode nos proporcionar.

Muitos acontecimentos em que o messianismo se faz presente advêm do imaginário e da utopia e são componentes da sociologia do imaginário.

Henri Desroche²¹ estabelece a seguinte concepção teológica acerca do messianismo:

Ele resulta da área cultural predominantemente cristã. Em sua concepção absoluta, o messianismo designa, neste caso, o conjunto de crenças judaicas relativas ao Messias prometido no Antigo Testamento. Em sentido menos estrito, ele se aplica aos ensinamentos ou aos movimentos que prometem a vinda de um enviado de Deus, chamado para restabelecer sobre a terra a justiça e a inocência das origens.

Em termos práticos, messianismo tem uma aproximação com o milenarismo, preconizando uma nova ordem, cuja instauração é anunciada. Os termos messias e messianismo encontram-se relacionados à história de Israel e do Cristianismo.

Culturalmente, em nível teológico, o messianismo encontra-se ligado ao cristianismo, designado por meio de crenças judaicas referentes ao Messias do Antigo Testamento. Desroche²² estabelece relações com movimentos que têm como promessa à vinda do enviado de Deus para restabelecer na terra a justiça.

Desroche²³ sustenta que, dentro da tradição cristã, existem controvérsias:

²⁰ AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. **Dicionário histórico das religiões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 248.

²¹ DESROCHE, Henri. **Dicionário de messianismos e milenarismos**. Tradução: Odair Pedroso Mateus. São Bernardo do Campo: UNMESP, 2000, p. 21.

²² DESROCHE, 2000.

²³ DESROCHE, 2000, p. 21-22.

[...] de um lado, especialmente segundo a tradição patrística dos três primeiros séculos, a espera *futurista* de um retorno messiânico em glória e em majestade para instauração de um milênio na terra; de outro, especialmente depois de Agostinho, o predomínio de teses *preteristas*: tese do término da revelação, fixação do retorno do Messias nos momentos do fim do mundo e de uma única ressurreição, identificação do regime eclesiástico como reino em transição... etc.

No que se refere ao sentido histórico-sociológico, o messianismo representa a herança doutrinária de promessa de uma felicidade na terra sob a liderança de uma pessoa, de um partido, de movimentos coletivos, buscando reformas políticas, sociais e econômicas identificadas como missões ou emissões divinas. Sob o aspecto sociológico, o messianismo representa uma fuga da realidade na perspectiva de uma transformação radical deste mundo. Desroche²⁴ observa: “Assim, nos quatro cantos do mundo, protestos ou revoltas sociais aparecem simultaneamente desencadeadas e dissimuladas em reivindicação religiosa: reivindicação de homens que postulam um Deus que seja Deus deles”.

Quando se fala em messianismo, há que se ter em mente que sua origem encontra-se na própria realidade. Nos movimentos sociais, o messianismo é uma negação da realidade social vigente, visando à superação das contradições. Sobre esta questão Rossi²⁵ destaca: “Deve-se ressaltar que, nesse ambiente de mentalidade messiânica, o próprio messias deverá intervir, seja saindo das fileiras dos pobres ou ainda vindo de fora; um homem que é igual aos outros, principalmente na pobreza”.

Com a chegada do capitalismo internacional e a ruptura da ordem tradicional no sertão, a violência escapa do controle das instituições frágeis. O caboclo começa a se defender frente à violência e à repressão. À medida que os poderosos coronéis fazem seus discursos oficiais, consolidando a estrutura de dominação, os dominados apegam-se às forças messiânicas como forma de identidade histórica.

De acordo com Auras²⁶: “É a práxis religiosa, como veremos adiante, a possibilidade concreta pela qual o rebelde de Serra-Acima poderia dar vazão ao seu protesto e marcar sua presença efetiva, ainda que momentânea, no interior do quadro de correlação de forças localmente em vigor”.

²⁴ DESROCHE, 2000, p. 23.

²⁵ ROSSI, Luiz Alexandre. **Repensando o messianismo a partir das vítimas**. São Paulo: Paulus, 2002, p. 19.

²⁶ AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Ed da UFSC, 2001, p. 47.

Segundo Rossi²⁷, tanto as classes dominadas como os grupos dominantes pautam suas ações em utopias, sendo a projeção destas utopias uma das formas de intervenção na sociedade. Assim, tanto as classes marginalizadas quanto as mais abastadas produzem utopias. A figura messiânica que deverá intervir na realidade, na perspectiva de superação das contradições existentes, poderá surgir de dentro do próprio grupo ou vir de fora.

Laplatine²⁸, em seu livro *Mesianismo, posésion y utopía*, destaca:

A espera messiânica que é a resposta sociológica normal de uma sociedade ameaçada a partir de dentro ou ainda de fora em seus fundamentos: multidões exploradas e sedentas de justiça social se reúnem ao redor de grandes profetas ou de pequenos iluminados, a fim de transformar seu desespero em esperança.

Marli Auras²⁹ destaca que o ingresso das forças capitalistas do grupo Farquhar não se deu de forma isolada, ou seja, desestruturou uma ordem anterior. A autora evidencia:

O isolamento e a vida rude cotidiana do sertanejo atuavam como elementos limitadores de seu universo explicativo.[...] Na medida em que os 'coronéis' se associaram às novas forças históricas, desnudando a estrutura de dominação, os marginalizados se apegam mais ao discurso do monge, desenvolvendo-o e encontrando nesse discurso sua identidade histórica.

Neste contexto aparecem as figuras messiânicas. O messias torna-se aceito ante as expectativas dos deserdados. Como alguém itinerante, conhece de perto a realidade do povo. Este personagem no Contestado era considerado como um deles e na prática cotidiana mostrava ter o poder do sagrado. Em alguns movimentos religiosos, a figura messiânica acompanha a instauração da nova ordem; em outros movimentos, como foi o caso do Contestado, este fato não se concretizou. Sobre esta questão, há que se destacar que as forças repressoras cometeram um último pecado ao eliminar o terceiro de seus monges, vindo quebrar a possibilidade de uma ação conciliatória e de um tempo de esperança.

Por outro lado, a figura do messias acende a chama de uma mentalidade utópica, tendo como suporte que o mal será vencido pelo bem. É fundamental salientar que a crença ou a mera existência de um líder não é suficiente no sentido

²⁷ ROSSI, 2002.

²⁸ LAPLATINE *apud* ROSSI, 2002, p. 19.

²⁹ AURAS, 2001, p. 46.

de promover transformações. Mais do que isto se faz necessária à organização de um movimento messiânico ou milenarista. O Contestado era um campo extremamente fértil para o surgimento de um messias.

Para os sertanejos, João Maria era considerado um curador. Suas atividades médicas eram essencialmente mágicas. Receitava chás, e uma das ervas famosas que receitava era a conhecida vassourinha do monge. Nos locais onde pernoitava, às cinzas das fogueiras eram tidas como sagradas e serviam para evitar as coisas ruins. As nascentes onde bebia água tornaram-se conhecidas como água santa. Nos locais de sua peregrinação, erigia-se uma cruz de cedro que, posteriormente, brotava e virava árvore, sendo visto este fato como milagre do monge.

Queiroz³⁰ faz o seguinte comentário a respeito de João Maria:

João Maria não era apenas um grande mago curador. Preenchia perfeitamente funções de *sacerdote*: dirigia as rezas coletivas e cânticos religiosos. Muitos sertanejos deixavam os filhos anos a fio sem batismo, à espera que um dia aparecesse o monge. Ele não só batizava: também casava e dava bons *conselhos*. Benzina as roças e o gado.

Cabral³¹ comenta que João Maria fez parte deste processo histórico pela ingenuidade e ignorância do sertanejo, mencionando que este “subiu os degraus de um tosco e rústico altar sertanejo”.

No interior, na época, aumentavam os especialistas do sagrado, porém nenhum foi tão venerado como João. Este monge capitalizava a liderança frente a uma realidade fortemente opressora. Sinzig³² assim destaca: “João Maria era companheiro do povo da serra. Considerado um grande curandeiro, sua força milagrosa transmitia-se a tudo o que fosse por ele tocado”.

1.4.1. João Maria de Agostini

Diante da existência de inúmeros especialistas do sagrado, é de fundamental importância salientar, no movimento social do Contestado, a figura de João Maria de Agostini. Cabral³³ traça os seguintes aspectos biográficos:

³⁰ QUEIROZ, Maurício Vinhas. **Messianismo e conflito Social**. São Paulo: Ática, 1977, p. 56.

³¹ CABRAL, 1979, p. 107.

³² SINZIG *apud* AURAS, 2001, p. 49.

³³ CABRAL, 1979, p. 107.

João Maria de Agostini – ou Agostinho – italiano, nasceu no Piemonte, em 1801. Sua vida pregressa é uma incógnita, correndo a respeito dela as mais diversas suposições, de par com as mais infundadas conjeturas. Chegou ao Brasil não se sabe ao certo nem por onde teria entrado. Certo, exato, fora de dúvidas, é tenha estado no Pará, donde viajou para o Rio de Janeiro, chegando à corte do Império a 19 de agosto de 1944, pelo Vapor *Imperatriz*.

Segundo Cabral³⁴, João Maria dizia-se solteiro, eremita solitário e que estava viajando pelo mundo para exercer o seu ministério. Existem relatos de que quando chegou ao Brasil passou a residir no morro da Fábrica em Ipanema no Rio de Janeiro. Seus sinais antropométricos foram assim descritos por Aloísio Almeida³⁵: “Era de estatura baixa, de cor clara, tinha grisalhos os cabelos, pardos os olhos, regulares o nariz e a boca, barba cerrada e o rosto comprido. Como particularidade digna de nota, assinalou ser João Maria de Agostini aleijado de três dedos da mão esquerda”.

João Maria viveu em Sorocaba, no Estado de São Paulo, sendo que todos os apontamentos referentes ao período em que esteve em Sorocaba o apontam como homem de extrema piedade, de austeridade e simplicidade nos costumes, que como eremita levava uma vida com sobriedade e severidade. Existem controvérsias sobre quando se deu sua peregrinação pelo sul do Brasil, sendo apontado aproximadamente o ano de 1844. Vinhas de Queiroz³⁶ diz que João Maria andou pelo Rio Grande do Sul nos arredores de Santa Maria. Em 1848, retornou ao Rio de Janeiro, posteriormente voltou a Sorocaba, andou por Rio Negro e Lages, retornou a Sorocaba e provavelmente veio a falecer em 1870.

1.4.2. João Maria de Jesus

João Maria de Jesus é considerado o segundo monge e esteve pela região por volta de 1893, época da Revolução Federalista. Trazia como símbolo sagrado uma bandeira branca e uma pomba vermelha. Por longo tempo anunciou a volta de um caudilho gaúcho, tendo à frente um exército de anjos. Manteve uma celeuma teológica, em Lages, com Frei Rogério Neuhaus, franciscano germânico. De acordo com Queiroz³⁷, seu nome verdadeiro era Anastás Marcaf, tinha sotaque estrangeiro,

³⁴ CABRAL, 1979.

³⁵ ALMEIDA *apud* CABRAL, 1979, p. 108-109.

³⁶ QUEIROZ, 1977.

³⁷ QUEIROZ, 1977.

era provavelmente de origem síria. O encontro com Frei Rogério é assim narrado por Sinzig³⁸ *apud* Queiroz: “Eu nasci no mar, criei-me em Buenos Aires, e faz onze anos que tive um sonho percebendo claramente que devia caminhar pelo mundo durante quatorze anos, sem comer carne nas quartas-feiras, sextas-feiras e sábados, e sem pousar na casa de ninguém. Vi-o claramente”.

Conforme Cel. Caetano Costa³⁹, as características físicas de João Maria de Jesus são assim descritas:

Meio de estatura, com o seu nodoso bordão, o seu boné de pelos, aforje à tiracolo, mala de panos, alpercatas, roupas decentes, velho manto de pedaços de cobertor, vestes comuns e limpas, cachimbo pendente da boca irônica, olhos claros e vivos, encravados em órbitas fundas, nariz fortemente adunco, *cavaignac* fino, longos cabelos crespos, orelhas atochadas de cabelos, dava ao conjunto a impressão de um tipo judaico... Dizia-se procedente de Montevidéu.

A permanência do monge parece ter sido maior em Santa Catarina do que no território do Paraná. Seu itinerário ia de Lages a Curitiba, a Porto União, a Canoinhas, percorria a região de Palmas e Vale do Oeste. Por onde passava, segundo depoimentos da época, anoitecia e não amanhecia. Tinha algumas atitudes que se assemelhavam às de João Maria de Agostini. Não aceitava dinheiro, não se agasalhava nas casas das pessoas, não aceitava alimentos e não gostava de ajuntamentos. Porém, sempre se dirigia ao povo que o cercava. Quanto às práticas religiosas, diferenciava-se de João Maria de Agostini, que nunca se afastara da Igreja Católica. Este segundo João Maria era tido, no imaginário popular, como santo pelas populações sertanejas.

Queiroz⁴⁰ destaca que João Maria de Jesus teve uma presença marcante na região serrana do planalto catarinense por um discurso de certo teor apocalíptico, anunciando o fim do mundo:

Dizia que esta calamidade maior viria precedida de muitos castigos de Deus, como pragas de gafanhotos e de cobras, uma epidemia de chagas e uma escuridão que duraria três dias. Lamentava as crianças porque muitas misérias ainda teriam que ver com seus olhos. Referindo-se à guerra entre os maragatos e as forças do governo, dizia que esta não tinha sido nada em confronto com uma outra, que previa para dentro de vinte anos. Vem uma época previa ele que haverá muito pasto e pouco rastro.

³⁸ SINZIG *apud* QUEIROZ, 1977, p. 57.

³⁹ COSTA *apud* CABRAL, 1979, p. 157.

⁴⁰ QUEIROZ, 1977, p. 61.

Esta situação criou no meio dos sertanejos um estado de pânico, e, para fugir das desgraças, começaram a usar pendentes ao pescoço como se fossem patuás, e para vencer as adversidades tinha que se fazer penitência. O próprio monge era um dos penitentes, que, pelo sentimento de culpa, andava pelo mundo, por causa de um crime praticado em sua terra para expiar seus pecados.

Este comportamento dos sertanejos tinha um caráter escatológico, assim relatado por Queiroz⁴¹:

A fim de atravessar os dias de escuridão que se aproximavam, todos deviam munir-se de velas - dizia João Maria - que seriam bentas por ele....Quando o Franciscano Frei Rogério Neuhaus, na discussão que manteve com o monge, formulou cautelosas observações contra a forma destas *crenças escatológicas*, assegurando que o fim do mundo não estava tão próximo quanto garantia o *profeta* este apelou para a tradição bíblica popular: 'Jesus disse a São Pedro - afirmou num tom que lembrava os dos milenaristas europeus - que o mundo havia de existir mil anos, mas não outros mil'.

Segundo Cabral, João Maria, por ter passado pela região no período da Revolução Federalista, tinha idéias confusas a respeito da política, uma vez que não concebera as teses republicanas sustentadas pelo positivismo. João Maria declarava que a república era a ordem do demônio e que a monarquia era a ordem de Deus. Presume-se que este posicionamento esteja relacionado ao período monárquico, marcado pela tranqüilidade vivenciada pelos sertanejos. Com a aprovação da Lei das Terras e a conseqüente legalização da estrutura fundiária no planalto catarinense que aconteceu no final do século XIX e início do século XX, criou-se um ambiente conturbado para o sertanejo do Contestado.

O escritor Euclides Felipe⁴², na sua atividade como agrimensor em 1927, escreve uma experiência vivida junto aos caboclos remanescentes da Guerra do Contestado. Em sua atividade profissional na medição de terras, anotava em sua caderneta a leitura dos episódios feita pelos sertanejos. Mantendo contato com o capelão Emídio, este apresenta ao agrimensor uma série de benzimentos e rezas, além de um verdadeiro tratado de ecologia, denominado pelo autor de *Mandamentos das Leis da Natureza*, que correspondem a 29 ensinamentos. Para

⁴¹ QUEIROZ, 1977, p. 62.

⁴² FELIPPE, Euclides. **O último jagunço**. Curitiba: UnC, 1995, p. 36-37.

um maior aprofundamento, selecionaram-se alguns destes mandamentos atribuídos a João Maria a partir do referencial caboclo. Felipe⁴³ assim relata:

1. Não se devem queimar folhas, cascas nem palhas nem das plantações que dão mantimentos. O que a terra dá emprestado, quer de volta.
2. Quem não sabe ler o livro da natureza é analfabeto de Deus.
3. Bicho do mato é filho da terra. Só se matam os danosos.
4. Não permita que seus filhos matem os passarinhos é malvadez.
5. Trata bem o teu hóspede para seres bem tratado.
6. Quem usa a arma da boa conduta, ama e obedece a Deus.
7. Respeita a família dos outros, para que respeitem a tua.

Os sertanejos viam nos monges símbolo e referencial para sua luta. Buscando-se na história da humanidade, vê-se que, em vários momentos, os seres humanos criaram, de acordo com suas necessidades, seres mitológicos, aos quais vinculavam dons superlativos. Ao redor de tudo isso, no Contestado, cria-se uma religião mística, um catolicismo rústico que vem atender à expectativa dos sertanejos na sua vida real ligada a seu cotidiano.

Com a retomada da ação pastoral em fins do século XIX e com a romanização do catolicismo, a Igreja Católica estrategicamente penetra no interior. Devido à articulação, à organização e ao fato de os padres serem culturalmente superiores aos nossos camponeses, os ensinamentos dos monges foram relegados diante de um corpo doutrinário melhor estruturado da Igreja católica. A religião rústica passa a assumir devido a sua laicidade, aspecto de doutrina secreta, cultivada por poucos adeptos e entusiastas, estando hoje praticamente extinta.

1.4.3. José Maria

José Maria é um dos monges ligados diretamente ao movimento social do Contestado, embora socialmente seja um personagem que apresenta algumas incógnitas, isto é, seja socialmente controvertido. Pouco se sabe sobre sua vida antes de sua chegada a Campos Novos, sendo alguns pontos dela são bastante obscuros. Em 1912 José Maria já era um homem maduro, com mais de 40 anos de idade.

Cabral⁴⁴ dá o seguinte destaque ao aparecimento do terceiro monge: “Surgiu e arrecadou o espólio de seus antecessores. Para tanto e aqui se revela pela

⁴³ FELIPPE., 1995, p. 36-37.

⁴⁴ CABRAL, 1979, p. 178.

impostura – fez-se passar por irmão do que até pouco antes viera e tomou o nome de José Maria de Santo Agostinho”.

Ninguém sabe exatamente sua procedência. Alguns autores referem que tinha pertencido às forças do Paraná, que havia chegado ao posto de cabo e desertado.

No entanto, mesmo neste particular não se pode ter absoluta certeza. Conforme Queiroz⁴⁵, pelo menos não consta dos arquivos da milícia estadual que nela tenha figurado em algum momento Miguel Lucena de Boaventura, uma vez que este era o verdadeiro nome de batismo de José Maria. Parece que foi, isto sim, soldado do Exército e andou alistado num batalhão rodoviário, encarregado de construir a Estrada Guarapuava-Foz do Iguaçu. Daí é que teria desertado.

Queiroz⁴⁶ acrescenta ainda que, antes de adquirir fama pela cura da mulher de um fazendeiro em Campos Novos, trabalhou de maneira modesta como curandeiro no município de Lages. Porém, destaca que os proventos auferidos pelo monge eram tão baixos que o mesmo teve que se dedicar a atividades braçais na região.

Com a cura efetuada da mulher do fazendeiro é que passa a ganhar fama, principalmente por estar ligado a João Maria por laços de parentesco. De acordo com Cabral⁴⁷: “Breve viu-se cercado pela multidão dos crentes e sofredores”.

A respeito de José Maria, o autor Aujor Ávila da Luz⁴⁸ faz o seguinte comentário: “Um ex-soldado e praça desertor do Regimento de Segurança do Paraná, Miguel Lucena de Boaventura, [...] ia acender a tocha da rebelião entre os fanatizados de João Maria”.

A respeito do termo fanatismo, não se comunga com esta idéia, haja vista a situação do Contestado não estar restrita à influência do messianismo. Alguns pesquisadores, fora da academia, atribuem ao movimento do Contestado como um movimento de fanáticos. Nesta pesquisa não se comunga com esta concepção, uma vez que reforça a visão dos vencedores sobre o movimento.

Lemos⁴⁹ faz o seguinte destaque:

⁴⁵ QUEIROZ, 1977.

⁴⁶ QUEIROZ, 1977.

⁴⁷ CABRAL, 1979, p. 180.

⁴⁸ LUZ, 1999, p. 152-153.

⁴⁹ LEMOS, Zélia de Andrade. **Curitibanos na história do Contestado**. Curitiba: Imprensa Frei Rogério, 1983, p.100.

Até hoje não se encontrou explicação satisfatória para o acontecimento. As causas foram muitas: o analfabetismo, o isolamento e a miséria do sertão; o misticismo do 'profeta' João Maria, que se opunha à religião dos padres de Curitiba; a espoliação das terras 'de posse' dos sertanejos que tiveram que cedê-las ao governo e aos interesses de firmas estrangeiras; o grande número de marginais tirados dos centros grandes e empregados na Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e deixados às soltas, na região, que se incorporaram aos fanáticos: a nova ordem da República, com seus impostos, serviço militar obrigatório; a demora da solução para as questões de limites com o Paraná; a política do superintendente de Curitiba, enfim tudo isso cooperou para que o sertanejo pegasse as armas contra o Governo [...].

Até certo ponto pode-se concordar com este posicionamento da autora, principalmente no que diz respeito ao analfabetismo da região, o isolamento do litoral, sendo que as políticas públicas não estavam voltadas para a interiorização e descentralização do estado; por outro lado, o misticismo dos monges veio ocupar lacunas até então deixadas pela Igreja oficial. Percebe-se que a linha pastoral da Igreja, embora todo processo de separação entre Igreja e o Estado, estava aliada aos poderosos. Outra questão bem forte é a presença do capitalismo internacional na região, e a legalização das terras que até então eram posse dos sertanejos veio colaborar para que ocorresse uma reação por parte dos sertanejos. A República vem consolidar o compromisso com as políticas voltadas à manutenção dos poderes instituídos em detrimento dos habitantes da região do planalto. Neste sentido, assume-se o posicionamento de que este movimento social que acontece na região do Contestado é uma revolta do oprimido frente aos poderes opressores que se instalam na região, não se tratando de mero fanatismo.

A respeito de José Maria, Cabral⁵⁰ faz a seguinte observação:

Tal foi à afluência do povo – pois José Maria ao contrário dos outros, era amigo da popularidade e gostava dos ajuntamentos – que houve mister disciplinar a horda. Como ex-militar, organizou então os acampamentos, aos quais denominou de *Quadros Santos*, entregando aos adeptos que julgou mais capazes não só o comando como a direção das *rezas e da forma*.

A passagem de José Maria pelo Contestado foi bastante rápida se comparada a dos monges seus antecessores. O mais importante foi ter absorvido as expectativas da população serrana e ter ficado entre eles, tornando-se um deles. Sua mensagem possuía um teor amigo e de solidariedade, o que lhe concedeu o

⁵⁰ CABRAL, 1979, p. 181.

poder de aglutinar as pessoas. A organização do reduto da Taquaruçu, primeiro reduto da Guerra Santa ou da Guerra Sertaneja, mais conhecida como a Guerra do Contestado, reuniu pessoas que não possuíam nem terra, nem trabalho, nem ocupação, e que, na busca de perspectivas, procuraram criar espaços de esperança e de vida.

Concorda-se com Boeing⁵¹ que o movimento social do Contestado em sua gênese apresenta questões de cunho sócio-econômico-político. Assume-se o posicionamento do autor, que a religiosidade em si não oferecia perigo, uma vez que os camponeses não tomaram as armas numa atitude proselitista, mas serviu para aglutiná-los posteriormente como elemento sustentador da luta, enfatizando-se principalmente após a morte de José Maria, quando passou a ser anunciada sua volta com o exército encantado de São Sebastião.

Os messias, nos diferentes movimentos, proclamam a salvação, sendo que esta tem implicações relacionadas com a realidade terrena. A legitimidade desta mensagem está intimamente relacionada à questão da autoridade. Esta autoridade está ligada aos poderes sobrenaturais, e estes poderes ou qualidades extraordinárias surgem do carisma, que confere a seu portador o poder diante de uma comunidade ou de um grupo.

Sobre esta questão, Weber⁵² destaca da seguinte maneira a qualidade carismática de um líder:

Uma qualidade pessoal extracotidiana (na origem magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes caçadores ou heróis de Guerra) em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobrehumanas, ou pelo menos, extracotidianos específicos ou então se toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como líder.

Outro aspecto a ser realçado quando se trata de um líder carismático, segundo Weber, prende-se ao fato de que o liderado faz sua entrega sem reservas. Para que uma liderança se efetive, há que existir a perspectiva de uma melhora, um novo rumo de vida, ou seja, novas perspectivas, caso contrário, os rumos do

⁵¹ BOEING, Antônio. **Em nome da ordem**: o papel dos agentes da religião católica institucionalizada durante o movimento e Guerra do Contestado entre 1912-1916. Tese de Doutorado em Ciências da Religião. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2004.

⁵² WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Tradução: Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB, 2004, 1 v., p 159-159.

movimento tenderão a desfazer-se. Desroche⁵³ descreve da seguinte maneira o papel do Messias:

Diferentemente do profeta, que reivindica apenas uma missão recebida de Deus ou do agente sobrenatural supremo, a messianidade implica um vínculo de identificação mais profundo com Deus, geralmente um elo de *parentesco*: enquanto o profeta está unido ao Deus por uma ligação *eletiva*, o messias está unido por um vínculo nativo.

Os monges no Contestado tiveram um papel de fundamental importância, no sentido de anunciar salvação coletiva, sendo que esta tinha implicações imediatas na terra. O monge José Maria teve a função de mobilizar estas forças no sentido de canalizar as expectativas no reduto de Taquaruçu e a implementação de uma nova ordem. Para que tal intento se concretizasse, captou as aspirações dos deserdados, dos marginalizados, anunciando o término de uma velha ordem e a instauração de uma nova ordem.

José Maria solidarizou-se com o sertanejo nas suas angústias, vindo contribuir de forma ativa na recuperação da identidade do nosso camponês. A certeza de um novo tempo e com implantação de uma terra santa, abriu perspectivas no sentido de superação das adversidades. No Contestado, além do messianismo, há que se evidenciar características milenaristas. O milenarismo pelo que se observa encontra-se presente em diversos movimentos sociais. Norman Cohn⁵⁴ faz o seguinte comentário a respeito do milenarismo:

Chegaria um momento em que, em uma prodigiosa batalha final, o Deus Supremo e seus aliados sobrenaturais derrotariam as forças do caos e seus aliados humanos, aniquilando-os uma vez por todas. A partir de então, a ordem divinamente estabelecida estaria presente de maneira absoluta: as necessidades e as misérias físicas seriam desconhecidas, não haveria nenhum inimigo ameaçador e na comunidade dos redimidos reinaria a unanimidade absoluta, em uma palavra, a ordem do mundo nunca voltaria ser perturbada ou ameaçada.

Há autores que colocam uma visão a respeito dos monges servindo aos interesses e na defesa dos dominantes, como foi o caso de Herculano Teixeira de Assumpção⁵⁵, 1º Tenente do Exército. De forma alguma se assume este

⁵³ DESROCHE, 2000, p.34.

⁵⁴ COHN, Norman. **Cosmos, caos e o mundo que virá**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 290, 1996.

⁵⁵ D"ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1917, p. 220.

posicionamento. O referido autor atribui a José Maria a figura de um farsante. Menciona ainda o autor: “[...] e satisfazia seus cúpidos desejos em algumas ingênuas donzelas sertanejas”. Euclides Felipe ⁵⁶, residente hoje em Curitiba, que conviveu, em 1927, com os sertanejos exercendo a atividade de agrimensor, destaca que este posicionamento acerca de José Maria não condiz com a moral de nossos sertanejos. Queiroz⁵⁷ descreve as seguintes características físicas de José Maria:

Esse José Maria era um tipo cariboca, de cabelos corredios e compridos, barba espessa, vestia-se de brim ordinário e, como um caboclo qualquer, andava às vezes descalço: quando muito, usava tamancos enfiados em meias grossas que lhes prendiam a boca das calças. Tinha dentes escuros de tanto fumar cachimbo. Ostentava um boné de jaguatirica semelhante ao velho João Maria, porém adornado de penacho e fitas.

Quanto aos seus predicativos, Queiroz⁵⁸ destaca que, segundo Cyrino Chato, um dos que conviveu nos redutos da irmandade cabocla, ele disse que José Maria não tinha mulher e não consentia em patifarias. Outro aspecto evidenciado pelo autor era que José Maria não era um curandeiro vulgar. Tinha em seus cadernos uma série de anotações sobre a flora da região do planalto catarinense, o que demonstrava que ele sabia ler e escrever. Sendo assim, instituiu a *Farmácia do Povo*, onde todos pagariam um mínimo, e os recursos obtidos seriam destinados aos necessitados.

Segundo depoimento de Porfírio⁵⁹, José Maria metaforicamente assim se expressava: “Uns vieram aqui só para tirar o tempo de nós. Como eu quero beber a água limpa, quero que todos bebam. Hoje a maior parte suja a água para os outros beber, isto não deve fazer”.

Segundo Queiroz ⁶⁰, José Maria foi procurado por Frei Rogério Niehaus em Campos Novos, que o desafiou teologicamente no sentido de dizer que as confissões e as missas não valiam nada e que o Padre Nosso como os padres estavam rezando não estava direito.

José Maria, através de uma comissão de curitibanenses recebeu uma visita de pessoas ilustres, convidando-o para participar dos festejos de Bom Jesus em

⁵⁶ FELLIPE, 1995.

⁵⁷ QUEIROZ, 1977, p. 77.

⁵⁸ QUEIROZ, 1977.

⁵⁹ PORFÍRIO *apud* QUEIROZ, 1977, p. 82.

⁶⁰ QUEIROZ, 1977.

Taquaruçu. Neste momento começou, em Curitibaanos, uma briga voltada às questões de poder entre o Coronel Albuquerque e o Coronel Henriquinho de Almeida, que, para granjear a popularidade junto à população, intitulava-se o pai da pobreza. Neste mesmo evento, estava José Maria, cuja presença serviria de atrativo para a festa. Após os festejos, era comum que o povo se dispersasse, mas naquela festa o povo se deixou ficar. De acordo com Queiroz⁶¹: “[...] entre os que se agruparam em torno do monge estava boa parte daqueles que, expulsos das terras, haviam ficado sem domicílio certo, sem fontes de trabalho e de renda, resultado da concessão feita a São Paulo-Rio Grande [...]”.

José Maria permaneceu pouco mais de um mês em Taquaruçu. Neste reduto, havia um ambiente de oração, e ele também recitava narrativas de cunho sacro e contava as histórias dos 12 pares de França de Carlos Magno.

Segundo Vinhas de Queiroz⁶², na formação do reduto criaram-se os 12 Pares de França:

Agora, em Taquaruçu, promoveu uma guarda de honra composta de 24 homens e mais o comandante, com a denominação de *Doze Pares de França*, todos montados em cavalos brancos. É possível que se tenha inspirado não apenas no livro de Carlos Magno, como na organização das cavalcadas, em que os Cristãos, em sua luta figurada contra *os mouros*, costumavam ser denominados *pares de França*.

O Município de Curitibaanos, onde na época estava localizado Taquaruçu, era comandado politicamente pelo *Coronel* Francisco de Albuquerque, que se diferenciava dos demais mandantes da época pela sua origem modesta. Na Revolução Federalista, ele ajudou alguns piquetes, o que o tornou protegido do Coronel Vidal Ramos, do qual se tornou três vezes compadre. De acordo com Queiroz⁶³, Albuquerque estabeleceu-se em Curitibaanos e passou a fazer oposição a Henrique de Almeida, que era o Superintendente local. Em 1902, candidatou-se à Superintendência. Diziam seus amigos que o inimigo anterior obteve vitória nas urnas. Acontece que Vidal Ramos assumiu o Governo Estadual e, com a morte de Henrique de Almeida, habilmente chegou à Superintendência, oferecendo a Henriquinho de Almeida a presidência do Conselho Municipal.

⁶¹ QUEIROZ, 1977, p. 84-85.

⁶² QUEIROZ, 1977, p. 85.

⁶³ QUEIROZ, 1977.

Queiroz⁶⁴ descreve os seguintes atributos e características do Coronel Albuquerque, que, após dez anos no poder, tornara-se dono de fazendas e tinha a casa comercial mais importante da Vila:

Dizia-se que, ao obter verbas do governo estadual para construção de pontilhões ou melhoramento de caminhos, convidava para empreiteiros os seus maiores devedores, impondo-lhes não só a condição de que lhes pagassem as dívidas como a de que adquirissem na venda dele, Albuquerque, a preços altíssimos, os gêneros para a alimentação dos operários. Como todo chefe político, Albuquerque distribuía em Curitiba, os empregos municipais e estaduais. Nenhuma nomeação era feita sem que ele fosse ouvido e se manifestasse de acordo. Afirmava-se, entretanto, que uma vez nomeados, Albuquerque chamava os novos funcionários e lhes dizia: 'Sua obrigação agora é comprar em minha casa'.

Vinhas de Queiroz destaca ainda a atitude mesquinha do coronel Albuquerque no sentido da compra de terras de viúvas a preços irrisórios.

Mais tarde estabeleceu-se, na Vila, Henrique Rupp Júnior, que não concordava com o poder absoluto do coronel Albuquerque. Ele fez amizade com Henriquinho, que aos poucos começou a assumir uma postura de oposição a Albuquerque. O coronel Albuquerque mostrou-se extremamente preocupado com o ajuntamento das pessoas em torno do monge José Maria. Inicialmente, mandou chamar o monge de maneira diplomática, para que viesse atender um dos seus familiares que se encontrava enfermo em Curitiba. A resposta do monge foi categórica, superando qualquer expectativa e dizendo que a distância entre a casa do coronel e o reduto era a mesma. Do ponto de vista hermenêutico pode-se atribuir a estas palavras o significado de que o coronel Albuquerque devia prestar homenagens a José Maria.

Diante da escassez das forças, o *coronel* telegrafou para o governador de Santa Catarina, no sentido de comunicar-lhe que os "fanáticos" haviam proclamado a monarquia nos sertões. De acordo com o depoimento de Silveira⁶⁵: "Diante do ajuntamento em redor de José Maria, mesmo aqueles que não acreditavam na tal proclamação da monarquia tomaram providências por temer o exemplo de Canudos".

O telegrama do Coronel Albuquerque provocou grande alarme em Florianópolis, Curitiba e inclusive no Rio de Janeiro, chegando a chamar atenção

⁶⁴ QUEIROZ, 1977, p. 86.

⁶⁵ SILVEIRA *apud* QUEIROZ, 1977, p. 88.

das autoridades de que estava se formando em Taquaruçu um novo Canudos. Frente à pressão sofrida pelas forças policiais, José Maria partiu para as terras contestadas do Irani. Acompanharam-no 40 valentes, dentre eles os pares de França, todos armados. De acordo com Lemos⁶⁶, José Maria com seus seguidores foram: “No lugar Faxinal do Irani que, naquele tempo pertencia aos Campos de Palmas e, portanto, ao Paraná, instalou-se José Maria com a sua comitiva de 40 homens armados, aumentando aí seu grupo”.

O grupo fixado em Irani conseguiu apenas se armar de facção de *guamirin*, madeira dura existente na região. A notícia chegou às autoridades paranaenses que ficaram agitadas, uma vez que o Paraná se encontrava em litígio com Santa Catarina relativo às terras do Oeste Catarinense. Cabral⁶⁷ analisa assim a situação:

Em verdade, o Paraná não preparou então a sua Força Policial para reprimir um bando de fanáticos religiosos, mas, à vista das notícias que correram, preparou-a para dispersar um bando armado de catarinenses que invadira o seu território para provocar um desfecho à secular questão de limites.

Aureliano Pinto de Moura, General do Exército Brasileiro, relata que, por parte do governador paranaense, procurava-se evitar a todo custo que se entrasse numa luta armada. No início de outubro de 1912, o governador do Paraná recebe as primeiras notícias de que a região de Palmas estava sendo agitada pelo bando⁶⁸ de José Maria.

O comandante das tropas paranaenses, que tinha pretensões políticas, não escondia que seus objetivos eram trazer os sertanejos amarrados em cordas e desfilar pelas ruas de Curitiba. O Coronel João Gualberto envia um bilhete para José Maria e explica o motivo da reunião. O famoso curandeiro questionou as garantias que poderia oferecer uma carta escrita a lápis. Diante do posicionamento do monge, a alternativa foi partir para a luta armada.

Queiroz⁶⁹ destaca o combate entre as tropas oficiais e os sertanejos do monge José Maria da seguinte forma:

O auge do combate se produziu em torno de uma metralhadora engasgada. No meio da luta José Maria caiu prostrado por uma bala. Quando já se dispersava correndo a força do Paraná, João Gualberto – que não pudera

⁶⁶ LEMOS, 1983, p. 106.

⁶⁷ CABRAL, 1979, p. 183.

⁶⁸ Bando: grupo de seguidores de José Maria.

⁶⁹ QUEIROZ, 1977, p. 100.

montar porque outro lhe fugira com o cavalo – foi cercado e morto por uma pequena multidão de caboclos enfurecidos. Enquanto o matavam, gritou um fanático para os outros: ‘Piquem este desgraçado, que ele é o único culpado’.

O movimento social do Contestado, assumindo seu caráter messiânico no planalto catarinense, foi à recusa de um mundo de certa forma contaminado pelas leis do demônio, que era a República, e tinha o intento de construir uma nova realidade, segundo as leis de Deus. Não são todas as crises que provocam os movimentos, mas aquelas de determinados grupos que se opõem à ordem vigente e que partem para o enfrentamento. Estes grupos, por sua vez, ameaçam o *status quo* do grupo ideológico dominante.

Os movimentos sociais do Contestado e Canudos, entre outros tantos, assumem um caráter de resistência. Impossibilitados de usufruírem as benesses do capital, determinados segmentos da sociedade procuram criar seus espaços próprios. Por outro lado, o poder do dominador para manter sua posição utiliza-se de mecanismos de maneira unida para tornar ilegítimo, cooptar lideranças e, quando não atinge seu intento, chega-se ao extremo da eliminação.

1.5. Catolicismo erudito, religião rústica e messianismo

Após o descobrimento do Brasil, suas terras ficaram subordinadas espiritualmente a Portugal, mais especificamente, à Ordem de Cristo. Em junho de 1514, através de bula papal do Papa Leão X, extingue-se a ação da Ordem de Cristo sobre as terras brasileiras, passando estas à Jurisdição Eclesiástica do Bispado de Funchal.

Posteriormente, em 1536, a Vigária de Tomar passa a ter jurisdição sobre o Brasil, até o processo de incorporação das terras ultramarinas pela bula “*Praeclara Charissimi*”, de 30 de dezembro de 1551.

Através da bula “*Super Specula Militantis*”, de 25 de fevereiro de 1551, cria-se a Diocese da Bahia, sufragânea do Arcebispado de Lisboa.

Segundo Piazza⁷⁰, a criação do Bispado de Salvador acontece neste contexto:

Este Bispado de São Salvador (Bahia) teve jurisdição sobre todo o território brasileiro até criar-se a Prelazia do Rio de Janeiro, pelo *Breve In Super eminenti militantis Ecclesiae* do Papa Gregório XIII, em data de 19 de julho de 1575, e a sua área do rio Jequitinhonha ao rio da Prata, o que continuou com a elevação da Prelazia a Bispado pela Bula *Romani pontificis pastoralis sollicitudo*, datada de 22 de novembro de 1576.

Observa-se que, diante da imensidão territorial, tornam-se extremamente difíceis as visitas pastorais do bispo a toda a Diocese. Este delegava poderes aos visitantes que articulavam a organização da vida eclesiástica de grande parte do Brasil Meridional.

Em 1745, Santa Catarina passou a ter sua Igreja subordinada ao recém criado Bispado de São Paulo, ficando sob esta jurisdição até a criação do Bispado do Paraná, em 1892.

Ressalta-se que, em 1824, foi criado em Santa Catarina o Arciprestado que agia como fiscalizador da situação da Igreja, principalmente nas freguesias da Ilha de Santa Catarina.

O projeto de criação do Bispado em Florianópolis é uma idéia que veio ganhando corpo nos meios eclesiásticos a partir de 1801 e que foi retomada em 1819 através da petição encaminhada ao Papa Pio X, com o parecer favorável do Núncio Apostólico Dom Duarte. A respeito do projeto do Bispado de Florianópolis, Cabral⁷¹ assim descreve:

Desde a primeira visita pastoral de D. José Camargo de Barros, que os catarinenses demonstraram desejos que fosse criado o Bispado de Florianópolis. As autoridades eclesiásticas viam com simpatia esta criação, animando os interessados a estabelecer as condições exigidas pela Santa Sé para poder realizá-la.

O Papa Pio X, através do decreto consistorial em março de 1909, cria a Diocese de Florianópolis, a qual, em agosto de 1910, é desmembrada do Arcebispado do Rio de Janeiro, uma vez que o litoral não pertencia a São Paulo, e passa integrar o Arcebispado de Porto Alegre. Sobre a criação do Arcebispado de

⁷⁰ PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983, p. 564.

⁷¹ CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994, p. 287.

Florianópolis e a criação das Dioceses de Lages e Joinville, Piazza⁷² destaca: “A Constituição ‘*Inter Praecipuas*’, de 17 de janeiro de 1927, ao elevar o Bispado de Florianópolis a Arcebispado e criando duas Dioceses sufragâneas, as de Joinville e Lages, configura a criação da Província Eclesiástica de Santa Catarina”.

Um dos maiores problemas que a Igreja Católica passou a enfrentar no final do Império e no início da República foi a escassez de padres. Face à carência de sacerdotes, abria-se espaço para o surgimento da religião rústica. Este fenômeno religioso tinha por base uma práxis religiosa capaz de proporcionar aos desassistidos a construção de sua identidade, pois, através da religião, o sertanejo, de forma contextualizada, reproduzia conhecimentos antigos e atribuía significância ao seu cotidiano. Sobre a religião rústica, Auras⁷³ evidencia:

Por todo o interior abundavam os ‘especialistas do sagrado’ curandeiros, benzedores, puxadores de reza, capelães leigos, etc. Mas nenhum deles fora tão venerado como João Maria, pois a figura do monge, capitalizava a representação da possibilidade de negação da realidade vigente, fortemente opressora. Tendo em vista a pobreza – em todos os sentidos – reinante, a religião é o único apanágio do sertanejo: frente à insegurança e a violência do cotidiano, ela traz a proteção das forças sagradas; frente à impossibilidade de articular respostas coerentes e abrangentes às contradições vividas, ela apresenta um conjunto de certezas fundamentais.

Com a queda da Monarquia e o advento da República, diante do número reduzidíssimo de padres, a Ordem Franciscana solicitou da Santa Sé que enviasse sacerdotes europeus para reavivar a fé cristã. Em 1891, o Bispado do Rio de Janeiro, com a vinda de franciscanos alemães, determinou que estes assumissem o extenso território da Paróquia de Lages, cujo vigário havia falecido nesse mesmo ano. Sinzig⁷⁴ analisa:

Provindo da Alemanha, um grupo de homens corajosos e decididos resolveu estabelecer-se nesta altura no sul do Brasil, sem que os convidassem Igrejas como a de seus pais na Alemanha; estradas feitas à semelhança das que conheciam na sua terra natal; escolas já à espera dos filhos, farmácias e hospitais para os casos de doença, parteiras para as horas graves do aumento da família; oficinas de toda sorte, para fornecerem o que lhe pedisse. Tudo era novo: tudo devia ser feito.

⁷² PIAZZA, Walter F. **Sta Catarina: Sua História**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983, p. 571.

⁷³ AURAS, 2001, p. 48-49.

⁷⁴ SINZIG, Fr. Pedro. **Frei Rogério Nieuhaus**. Petrópolis: Vozes, 1939, p. 68-69.

Percebe-se, assim, que, com a vinda de sacerdotes de várias nacionalidades europeias, estes estavam primeiramente destinados a prestar o atendimento pastoral às colônias de suas respectivas nacionalidades. Outro aspecto a se destacar é o da urgência da renovação das práticas doutrinárias e litúrgicas, visando nesse momento à substituição do catolicismo rústico por um catolicismo romanizado.

O processo de romanização no Planalto Catarinense acontece concomitantemente ao de germanização do clero católico. O clero secular foi substituído pela ordem dos franciscanos alemães, tendo como figura de destaque Frei Rogério Neuhaus, que em 1891 estabeleceu-se em Lages. Mais tarde, os franciscanos alemães provenientes da Saxônia ampliam o campo pastoral. Em 1900, fixam-se em Curitibanos, e, em 1903, em Palmas, que na época pertencia ao Estado de Santa Catarina.

A ação do clero provoca mudanças, suscitando conflito com o “catolicismo rústico” que estava fora dos parâmetros doutrinários da Igreja Católica, pela falta de controle das lideranças pelos sacerdotes tradicionais. A população reagia à doutrina romanizada que não condizia com os padrões culturais da região. Em relação à Igreja Católica não havia concordância de parte dos sertanejos com as taxas e contribuições eclesiais cobradas, e do combate aos monges por esta instituição.

O Contestado foi um movimento social de grande importância na história de Santa Catarina. O caráter messiânico desse movimento deixou profundas marcas na região. Desde 1840, devido às lacunas da não presença da Igreja Católica através de uma efetiva ação pastoral, foi marcante a figura dos monges que passaram pela região. Ainda hoje, os monges fazem parte da religiosidade popular. Muitas pessoas preservam o costume de batizar seus filhos “nas águas de São João Maria”.

1.6. Conceito Weberiano de carisma

Weber⁷⁵ destaca o papel dos líderes carismáticos, classificando-os como líderes naturais. Saliencia que estes, em épocas de dificuldades, embora muitas vezes não sendo titulares do poder instituído, agem com um saber especializado

⁷⁵ WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Tradução de Valtensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 283.

sem objetivo de auferir remuneração: “Os líderes naturais nas dificuldades foram os portadores de dons específicos do corpo e do espírito, dons esses considerados como sobrenaturais, não acessíveis a todos”.

Prosseguindo sua análise, o autor tece comentários no sentido de que a estrutura carismática não se atém à organização burocrática, excluindo práticas de nomeação e de demissão. A respeito desta questão, Weber⁷⁶ afirma que a estrutura carismática “Ignora qualquer ‘carreira’, ‘progresso’, ‘salários regulares’ ou o treinamento especializado e regulamentar do portador do carisma ou dos seus auxiliares”.

Outro aspecto evidenciado pelo autor é que o carisma exige reconhecimento, obediência, em virtude da missão a ser desempenhada pelo líder. É extremamente importante que este “aceitar” se concretize, caso contrário a liderança entra em colapso burocrático. No que se refere à questão da relação entre economia e carisma, Weber⁷⁷ ressalta: “Mas o carisma, e isso é decisivo, sempre rejeita como indigno qualquer lucro pecuniário que seja metódico e racional. Em geral, o carisma rejeita todo comportamento econômico racional.”

Como confirmação desta rejeição ao comportamento econômico dentro de uma ótica capitalista, Weber⁷⁸ mostra estar palpável, na postura do líder carismático, uma distância do mundo: “Para fazer justiça à sua missão, os portadores do carisma, o mestre bem como seus discípulos e seguidores, devem manter-se distantes dos laços deste mundo, distantes de ocupações rotineiras da vida de família”.

Quando o líder perder o seu carisma, parece, na visão de seus seguidores, ter sido abandonado pela virtude, uma vez que sua autoridade não se sustenta por códigos e estatutos. Diante desta situação, Weber⁷⁹ se posiciona da seguinte maneira:

O líder carismático ganha e mantém sua autoridade exclusivamente provando sua força na vida. Se quer ser profeta, deve realizar milagres; se quer ser senhor da guerra, deve realizar feitos heróicos. Acima de tudo, porém, sua missão divina deve ser ‘provada’, fazendo que todos os que se entregam fielmente a ele se saiam bem.

⁷⁶ WEBER, 1974, p. 284.

⁷⁷ WEBER, 1974, p. 285-286.

⁷⁸ WEBER, 1974, p. 286.

⁷⁹ WEBER, 1974, p. 287.

Weber⁸⁰ analisa o significado e destaca a importância da disciplina em relação ao carisma. Concebe que o carisma, quando este cai na rotina, abre espaço aos poderes da tradição e da racionalidade. Esta realidade provoca o desaparecimento do carisma. “Esse desaparecimento do carisma indica, geralmente, a decrescente importância da ação individual. E de todas as forças que diminuem a importância da ação individual a mais irresistível é a disciplina racional”.

Weber, buscando exemplos nos anais da história da humanidade, salienta a disciplina como um requisito básico para que o herói continue mantendo e expandindo seu domínio. O autor⁸¹ coloca em evidência a importância do condicionamento e do treinamento das massas, a obediência sem reservas a um código disciplinar que pode ir além da tradição escrita:

As massas estão uniformemente condicionadas e treinadas para a disciplina a fim de que seu ódio, no poder de ataque físico ou psíquico, possa ser calculado racionalmente. O entusiasmo e a dedicação sem reservas podem, decerto, ter um lugar na disciplina; toda conduta moderna da guerra pesa com frequência mais do que qualquer outra coisa, os elementos ‘morais’ da resistência de um soldado.

Sobre a autenticidade do carisma, Weber⁸² esclarece que a sua legitimação acontece no heroísmo ou na revelação pessoal: “Não obstante, precisamente essa qualidade do carisma como poder extraordinário, supranatural, divino, o transforma, depois de sua rotinização, numa fonte adequada para a aquisição legítima de poder soberano, pelos sucessores do herói carismático”.

Um dos aspectos fundamentais para o exercício da liderança dos monges nos diversos movimentos sociais foi à dominação carismática. Weber⁸³ oferece o seguinte conceito de dominação: “[...] chamamos ‘dominação’ a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas”.

Max Weber⁸⁴ afirma que a legitimidade de uma dominação guarda relações com a legitimidade da propriedade. Declara o autor que esta legitimação também pode acontecer através das relações culturais. No quadro administrativo o domínio acontece através do mando e se concretiza pela obediência.

⁸⁰ WEBER, 1974, p. 292.

⁸¹ WEBER, 1974, p. 293.

⁸² WEBER, 1974, p. 302-303.

⁸³ WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elisabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, v. 1, p. 139.

⁸⁴ WEBER, 2004, v.1.

A respeito da obediência, assim se posiciona Weber⁸⁵:

‘Obediência’ significa, para nós, que a ação de quem obedece ocorre substancialmente como se tivesse feito do conteúdo da ordem e em nome dela a máxima de sua conduta, e isso unicamente em virtude da relação formal de obediência, sem tomar em consideração a opinião própria sobre o valor ou desvalor da ordem como tal.

Weber⁸⁶ salienta que existem três tipos puros de dominação legítima: a de caráter racional, a de caráter tradicional e a de caráter carismático. A dominação de caráter carismático está assentada nas qualidades extraordinárias de um líder.

Para entender a liderança carismática, é importante ter bem claro que o carisma se consolida através de virtudes e de provas. Adverte o autor que, se ocorrerem dificuldades palpáveis quanto às provas, há a possibilidade de a autoridade carismática se desvanecer. Enfatiza então que a dominação da comunidade decorre de um caráter profundamente emocional.

No que se refere à questão da sucessão, Weber⁸⁷ apresenta algumas soluções. Pode haver escolha de uma pessoa nova, portadora do carisma. Neste caso, é atribuído um caráter estritamente pessoal. A sucessão também pode acontecer por revelação, por designação com o reconhecimento da comunidade, e pela qualidade de sangue, ou seja, carisma hereditário. No Contestado, a sucessão estava em líderes que tiveram um relacionamento mais próximo do monge, sendo que o carisma se mantinha através das figuras que recebiam ordens do monge e as transmitiam à irmandade. Finalmente, Weber⁸⁸ complementa:

Pela idéia de que o carisma seja uma qualidade (originalmente mágica) que, por meios hierúrgicos de um portador dele, possa ser transmitido para outras pessoas ou produzidas nestas: objetivação do carisma, particularmente carisma de cargo. A crença na legitimidade, nestes casos, não se refere mais a uma pessoa, mas sim às qualidades adquiridas e à eficácia dos atos hierúrgicos.

Na concepção weberiana, o poder carismático e o poder patrimonial de um patriarca estão fundamentados em uma entrega total a um líder natural. Weber⁸⁹ assim aborda a questão da piedade e da autoridade:

⁸⁵ WEBER, 2004, v. 1, p. 140.

⁸⁶ WEBER, 2004, v.1.

⁸⁷ WEBER, 2004, v.1.

⁸⁸ WEBER, 2004, v.1, p. 163.

⁸⁹ WEBER, 2004, v. 2, p. 328.

[..] O portador do carisma desfruta delas em virtude de uma missão supostamente encarnada em sua pessoa, missão que, ainda que nem sempre e necessariamente, tem sido, em suas manifestações supremas, de caráter revolucionário, invertendo todas as escalas de valores e derrubando os costumes, as leis e a tradição.

Weber⁹⁰ analisa da seguinte maneira o surgimento de uma aristocracia carismática: “Os ajudantes pessoais, que formam também dentro de um grupo um tipo específico de aristocracia carismática, constituem um grupo limitado de partidários, reunido segundo o princípio do discipulado e da fidelidade de séquito e selecionado também segundo a qualificação carismática pessoal”.

Segundo Weber⁹¹, no carisma acontece à ausência da calculabilidade quanto ao consumo. Emocionalmente, os indivíduos são conduzidos pelo entusiasmo, estando alheios aos interesses materiais.

De acordo com Weber⁹² a criação da dominação carismática acontece como resultado de situações externas de caráter político e econômico, podendo originar-se de situações internas, psíquicas ou religiosas, ou da união de ambas. Quanto ao nascimento da dominação carismática, Weber⁹³ destaca: “Nasce da excitação comum a um grupo de pessoas, provocado pelo extraordinário, e da entrega ao heroísmo, seja qual for seu conteúdo”.

O carisma se quebra quando normalmente se torna institucionalizado. Weber sustenta também que a dominação carismática pura é instável e que suas transformações decorrem de uma única fonte. A respeito da institucionalização do carisma, Weber⁹⁴ esclarece:

[...] Na maioria das vezes, o desejo do próprio senhor, mas sempre o de seus discípulos e mais ainda o dos adeptos carismaticamente dominados, é transformar o carisma e a felicidade carismática de uma agraciação livre, única, externamente transitória de épocas e pessoas extraordinárias em uma propriedade da vida cotidiana. Mas com isto transforma-se, inexoravelmente, o caráter transitório da estrutura.

Para Weber⁹⁵, o problema fundamental na dominação carismática se manifesta quando esta se confronta com a institucionalização e com a questão de

⁹⁰ WEBER, 2004, v. 2, p. 330

⁹¹ WEBER, 2004, v. 2.

⁹² WEBER, 2004.,v..2.

⁹³ WEBER, 2004, v. 2, p.331.

⁹⁴ WEBER, 2004, v.2, p. 332.

⁹⁵ WEBER, 2004, v. 2.

sucessão. Nesta perspectiva, a dominação caminha em direção do estatuto e da tradição. Uma das maneiras de sucessão da liderança carismática é a do portador do carisma efetuar a indicação de seu sucessor. Quando não é efetuado tal procedimento, é designado pelos seus seguidores mais próximos, assim explicado pelo autor⁹⁶: “A designação pelos sequazes mais próximos e mais poderosos e a aclamação pelos dominados são, portanto, a forma normal que assume este tipo de criação de um sucessor”.

Porém, no caso de rotinização de um carisma, acontece a sua objetivação. O carisma se transforma numa qualidade que pode ser transferível e pessoalmente se pode adquirir; não é mais vinculado a uma pessoa, mas a uma organização institucional.

Weber⁹⁷ destaca as mais diversas formas de transmissão do poder carismático, como exemplo, por laços de sangue e por indicação. Após verificar a disciplina em diversas situações assevera que a diminuição geral da disciplina tem vinculação com o poder militar descentralizado. Porém, destaca a importância da disciplina tanto para o desenvolvimento econômico, relacionando-a nos movimentos sociais à disciplina das massas. O autor⁹⁸ destaca o papel do exército e da grande empresa econômica, afirmando: “A disciplina do exército, no entanto, é o seio maternal da disciplina em geral. O segundo grande ensinador da disciplina é a grande empresa econômica”.

No Contestado, representando o poder do Estado, esteve presente o exército enquanto poder disciplinador e, do ponto de vista econômico, é marcante a presença da multinacional norte-americana *Railway Company*, representante do capitalismo internacional em expansão.

Weber⁹⁹ analisa a disciplina, relacionando-a com a esfera econômica do sistema capitalista:

Em oposição à plantação, a disciplina descansa aqui em uma base racional, calculando em grau crescente, com a ajuda de métodos adequados, ao ritmo da rentabilidade de cada trabalhador individual, do mesmo modo que se faz com um meio de produção material. O máximo de triunfo festeja, como é sabido, o adestramento e treinamento racional do trabalho produtivo, baseado nestes cálculos, no sistema americano do *scientific management*, o qual chega às últimas conseqüências da mecanização e do disciplinamento da empresa.

⁹⁶ WEBER, 2004, v.2, p. 335.

⁹⁷ WEBER, 2004, v. 2, p. 347.

⁹⁸ WEBER, 2004, v..2, p. 361.

⁹⁹ WEBER, 2004, v. 2, p. 362.

Weber¹⁰⁰ discorre sobre os mecanismos de funcionamento do capitalismo em que os músculos do trabalhador são postos a serviço do sistema produtivo, e a centralização do aparato burocrático do Estado a favor deste modo de produção. Sobre este processo de racionalização, o autor¹⁰¹ finaliza: “Desta maneira, junto com a racionalização da satisfação das necessidades políticas e econômicas, avança poderosamente o disciplinamento como fenômeno universal e restringe cada vez mais a importância do carisma e da ação individual diferenciada”.

1.7. O Camponês no Contestado

Inicialmente, busca-se uma conceituação para o camponês, classe produtora ainda dominante na América Latina na década de 1970. Toma-se como base teórica o conceito de camponês dado por Carvalho¹⁰²:

[...] é camponês, de acordo com a moderna Sociologia Rural, todo indivíduo que cultiva a terra com a mão-de-obra familiar urbana, a qual traz o excedente de sua produção para trocá-lo ou vendê-lo, adquirindo tudo aquilo e tendo em vista primeiramente a sua subsistência e não buscando lucro; coexiste, todavia, com uma economia diferente da sua, entretanto tendo com ela relações de complementaridade, uma economia urbana, a qual traz o excedente de sua produção para trocá-lo ou vendê-lo, adquirindo tudo o que não produz.

Carvalho¹⁰³ identifica algumas características dos camponeses na América Latina, assim sintetizadas: policultura para a subsistência, não escolarização, tecnologia obsoleta, minifúndios, produção voltada para seu próprio consumo e mão-de-obra quase que predominantemente familiar.

Frente aos diferentes posicionamentos sobre a questão, para caracterizar o habitante do Contestado como camponês, assume-se a concepção de Carvalho¹⁰⁴: “[...] o termo ‘camponês’ se refere ao arrendatário, ao foreiro, ao rendeiro, ao colono, ao parceiro, ao porcentageiro, ao meeiro, ao agregado, ao morador, ao posseiro e ao sitiante”.

¹⁰⁰ WEBER, 2004, v.2.

¹⁰¹ WEBER, 2004, v.2, p. 362.

¹⁰² CARVALHO, João Carlos Monteiro de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978, p.42

¹⁰³ CARVALHO, 1978.

¹⁰⁴ CARVALHO, 1978, p. 52.

O surgimento do camponês decorre da análise de elementos históricos. Carvalho¹⁰⁵ busca estabelecer a origem e evolução da agricultura camponesa no Brasil. Primeiramente, parte da posição de que, nos primórdios da ocupação europeia no Brasil, a terra não possuía valor comercial, sendo distribuída ou doada em grandes extensões a nobres e a homens de posse. A economia brasileira organiza-se para complementar o mercado europeu, o que mantém até hoje em sua estrutura. De acordo com Carvalho¹⁰⁶: “A agricultura será caracterizada pela grande propriedade monocultural, trabalhada por escravos, em contraposição à pequena propriedade camponesa, trabalhada pelo proprietário e seus familiares”.

A origem da agricultura camponesa é assinalada na figura da mão-de-obra indígena não escrava, sendo o campesinato considerado a camada intermediária entre os proprietários e os escravos. Carvalho¹⁰⁷ coloca esta questão em evidência: “Nesse espaço intermediário, juntamente com outras categorias – artífices, pequenos comerciantes, funcionários, capatazes, etc. – encontravam-se os camponeses”.

Carvalho¹⁰⁸ analisa a imigração e o sistema de parceria, decorrente da crise de mão de obra ocasionada pela proscricção do tráfico negreiro. Entretanto, o autor¹⁰⁹ realça a insatisfação por parte dos imigrantes:

Uma insatisfação das mais reclamadas era a dos serviços a serem prestados gratuitamente, como à construção de cercas e edificações [...] Pelo exposto vê-se que a sujeição às arbitrariedades do grande proprietário é uma constante, tanto para os colonos nacionais quanto para os estrangeiros.

Em 1850, foi sancionada a Lei de Terras que dificultava o acesso à terra ao colono imigrante e ao camponês, uma vez que esta beneficiava o grande produtor. Portanto, as melhores terras pertenciam ao grande fazendeiro, cabendo aos colonos os lugares distantes e de pouca produtividade.

O que se observa é que o processo imigratório foi implantado para substituir o trabalho escravo, não surtindo os efeitos esperados. Diante disso, procurou-se utilizar o trabalhador camponês, sem uma utilização sistemática e programada.

¹⁰⁵ CARVALHO, 1978.

¹⁰⁶ CARVALHO, 1978, p.53.

¹⁰⁷ CARVALHO, 1978, p. 74.

¹⁰⁸ CARVALHO, 1978.

¹⁰⁹ CARVALHO, 1978, p. 82.

Sobre esta questão, Carvalho¹¹⁰ salienta: “Quando muito, na medida em que o braço escasseava, o homem nacional era chamado, mas em condições similares às do escravo [...]” Esta estrutura foi criada dentro de uma conjuntura em que os grupos dominantes, além de explorarem a mão-de-obra economicamente, estabeleciam o domínio político. A mão-de-obra nacional foi por inúmeras vezes classificada como preguiçosa, vadia, ociosa e indisciplinada para o trabalho sistemático. Costa¹¹¹ analisou: “Um grande número de indivíduos vivia por motivos eleitorais sob a proteção das classes dominantes: pescavam, plantavam alguns pés de mandioca e contribuíam para o prestígio político do fazendeiro ao qual estavam agregados”.

Neste tópico do quadro teórico, procura-se abordar o significado de camponês partindo do pressuposto da reviravolta sofrida pelo campesinato, força revolucionária histórica, colocando-o como um desafio à economia industrial.

Analisando o camponês ao longo da história da humanidade, observa-se que sua autonomia desaparece com o advento da urbanização e da industrialização. Com a consolidação do capitalismo através da Revolução Industrial, a civilização urbana penetra na aldeia, alterando a cultura camponesa. Mendras¹¹² contextualiza: “O camponês transforma-se em agricultor, produtor agrícola que é, ao mesmo tempo, ‘empreiteiro’ e ‘trabalhador’, proprietário de seus meios de produção, mas que não utiliza – ou só em pequena escala – à mão de obra assalariada”.

Para caracterizar o homem do Contestado como camponês, busca-se fundamentação teórica em Mendras¹¹³. O autor destaca o tipo ideal de sociedade camponesa através de cinco traços:

1. A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera sua originalidade.
2. A importância cultural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade.
3. Um sistema econômico de autonomia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente.
4. Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e das relações débeis com as coletividades circunvizinhas.
5. A função decisiva do papel da mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

¹¹⁰ CARVALHO, 1978, p.85.

¹¹¹ COSTA *apud* CARVALHO, 1978, p. 85.

¹¹² MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978, p. 13.

¹¹³ MENDRAS, 1978, p. 15.

A partir dos traços salientados, determina-se que é a sociedade camponesa que identifica o camponês. Pode-se destacar que, além dos que trabalham na terra, são também considerados camponeses artesãos, comerciantes, e que a base desta sociedade é a agricultura. Segundo Mendras¹¹⁴: “Como contraste, para o camponês a terra é mais freqüentemente rara ou mesmo muito rara; é certo que a totalidade do território comunal não é mais posta em cultivo, mas o terreno cultivado tem limites precisos”.

Outro aspecto da realidade camponesa prende-se ao fato da espera, inclusive milenarista, no sentido do estabelecimento do reinado de Deus. Também a partir de contexto pode-se evidenciar serem os camponeses dóceis à autoridade humana e divina. Mendras¹¹⁵ faz a seguinte contextualização histórica dos movimentos:

Os movimentos e levantamentos multiplicam-se a partir do momento em que o feudalismo e a Igreja se libertam de sua ganga agrária para assumir sua autonomia e evoluir segundo sua lógica própria, criando assim uma sociedade envolvente em relação às populações agrárias, transformadas desse modo em campesinato, segundo a definição proposta aqui: e enquanto não existe camponês, não existe revolta camponesa.

As comoções e revoltas camponesas na Europa, durante a Idade Média, contra os excessos de tributação assumiram caráter religioso e milenarista. Sobre as origens destes acontecimentos, Mendras¹¹⁶ enfatiza: “Os períodos de penúria, naturalmente, são favoráveis aos roubos e às pilhagens que acarretam a repressão e, finalmente, uma verdadeira guerra camponesa”.

Os movimentos sociais camponeses ocorrem, na maioria das vezes, quando os impostos tornam-se pesados. Frente ao processo opressivo, uma das alternativas encontradas, de acordo com Mendras é a revolução. No movimento social do Contestado, o camponês enfrenta as conseqüências da expansão do capitalismo internacional, envolvendo questões das terras que eram posse do camponês. Neste contexto, aparece a figura messiânica do monge José Maria. A respeito desta situação, Mendras¹¹⁷ destaca:

¹¹⁴ MENDRAS, 1978, p. 16.

¹¹⁵ MENDRAS, 1978, p. 135.

¹¹⁶ MENDRAS, 1978, p. 137.

¹¹⁷ MENDRAS, 1978, p. 138.

E se um profeta aparece, dando uma justificação moral ou escatológica ao furor camponês, transforma-o facilmente em um movimento religioso e justiceiro, em 'revolução' que, segundo o termo na época, pretendia reconduzir cada um a seu antigo lugar na ordem antiga da comunidade agrária a uma idade de ouro mítica.

No bojo dos movimentos camponeses, encontram-se a exaltação dos pobres e o retorno à simplicidade. Em seu entorno, acontece a aglutinação de diversos segmentos e movimentos. Caracterizando a face messiânica dos movimentos camponeses, Mendras¹¹⁸ conclui: “Ao apelo do profeta, as multidões se uniam para abater o Anticristo e preparar a volta da Idade de Ouro”.

Concordamos com Mendras¹¹⁹ que nenhuma revolta camponesa alcançou a transformação da sociedade em seu conjunto, nem mesmo nas relações entre campesinato e sociedade envolvente. Ressalte-se que não existe uma sociedade natural do campesinato. O que determina o camponês são as condições históricas peculiares de cada sociedade camponesa. E os movimentos são suscitados por reações dos camponeses frente à miséria. Mendras¹²⁰ conclui que a liberdade dos povos não está somente onde Marx as viu, mas nas aspirações das classes esmagadas pelo progresso.

Ianni aborda os movimentos camponeses como conseqüência do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no mundo rural. A respeito desta questão, o autor¹²¹ faz a seguinte observação: “As diversas características dos movimentos camponeses sugerem diferentes relações e influências recíprocas entre o campo e a cidade, a agricultura e a indústria, as classes agrárias e urbanas, o camponês, o assalariado rural e o operário urbano”.

Muitas das revoluções que aconteceram na América Latina tiveram profundas influências dos camponeses. Destaca-se, em nossa região, o movimento social do Contestado, que classifico como movimento camponês. Ianni¹²² assim observa: “A verdade é que vários movimentos políticos mais notáveis da história dos países latino-americanos revelam a influência dos movimentos camponeses”.

¹¹⁸ MENDRAS, 1978, p. 138.

¹¹⁹ MENDRAS, 1978.

¹²⁰ MENDRAS, 1978.

¹²¹ IANNI, Octávio. Os movimentos camponeses. In: SANTOS, José Tadeu dos. **Revoluções camponesas na América Latina**. Campinas: Editora Unicamp, 1985, p. 15.

¹²² IANNI, 1995, p. 16.

Ianni¹²³ coloca em evidência que, mesmo sofrendo essa condição subalterna, o camponês reage de diferentes modalidades: resignação, fatalismo, banditismo, tocaia, revoltas e messianismo. Diz também que o camponês alimenta uma utopia: “A utopia dos camponeses é a aldeia livre, que não se vê afetada pelos coletores de impostos, o recrutamento dos trabalhadores, os grandes proprietários de terra ou os funcionários”. Este autor¹²⁴ destaca esta complexa situação evidenciando que movimentos messiânicos trabalham na construção de uma nova sociedade: “Alguns movimentos sociais messiânicos colocam nitidamente o problema da busca da comunidade, perdida ou imaginária. Mas colocam também a forma insatisfatória, subordinada, brutal, de incorporação do camponês ao mercado”. Nesta situação, os interesses do capital se sobrepõem aos do camponês.

Coradini¹²⁵ faz a seguinte reflexão sobre os movimentos sociais e a questão da terra, bem como sobre a amplitude e alcance da luta do camponês:

Quando, porém, se trata de terra, como principal meio de produção e para as mínimas condições de sobrevivência, por mais que a apresentação destas reivindicações limitem-se ao puramente paliativo, possuem a capacidade de por em questão não apenas a estrutura fundiária, mas também toda estrutura de representação política e institucionalização de interesses.

1.8. Teologia da libertação e educação libertadora

O Contestado, enquanto movimento social necessita de uma análise à luz da Teologia da Libertação, bem como dos pressupostos teóricos da Educação Libertadora. Estes conceitos são de grande importância no presente estudo do movimento do Contestado, principalmente face à ausência, na região, tanto de uma prática teológica libertadora quanto de uma educação voltada para a superação da lógica da dominação.

Vivemos na região mais pobre do estado de Santa Catarina, onde, no início do século XX, de acordo com Cabral¹²⁶, a estrutura fundiária encontrava-se limitada a uma área latifundiária de trinta e sete fazendas, o que gerava um grande contingente de pobreza.

¹²³ IANNI, 1985, p. 29.

¹²⁴ IANNI, 1985, p. 32.

¹²⁵ CORADINI, Odacir Luiz. **Movimentos sociais no Sul do Brasil**. In: SANTOS, José Vicente T. dos. **Revoluções camponesas na América Latina**. Campinas Editora:: Unicamp, 1985, p. 146.

¹²⁶ CABRAL, 1979.

Rubem Alves¹²⁷ foi um dos pioneiros brasileiros ao fundamentar sua tese nos paradigmas da Teologia da Libertação: *Towards a theology of Liberation*.

O homem é um ser histórico. Ele nasce no mundo como produto das coisas, das pessoas e do tempo como produto acabado. Seu ser não preexiste à história. Torna-se o que é através da história e de suas relações com o meio ambiente. Não é, por conseguinte, um ser *no* mundo: torna-se um ser *com* o mundo.

A visão antropológica do pensamento de Alves evidencia o aspecto da historicidade e do construir-se do ser humano.

A Teologia da Libertação surgiu dentro de um contexto de frustração frente ao desenvolvimentismo da década de 60. Nesse período, eclodem movimentos que proporcionam avanços e a consolidação da teoria da dependência. Nesse contexto, emerge a Teologia da Libertação, tendo como expoentes na América Latina, entre outros, Gustavo Gutiérrez, Enrique Dussel, Rubem Alves e Hugo Assmann.

Num mundo marcado pela linguagem do tecnologismo, parece que um novo messianismo surge com a promessa de libertar a humanidade através de uma sociedade tecnológica. Só que esta privilegiou uma minoria com recursos econômicos, enquanto que a maioria dos despossuídos não têm acesso aos benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico. O que se busca como alternativa é que a ciência e a tecnologia não se restrinjam às minorias. O importante é que as mesmas, não sejam destruídas, mas humanizadas. Para que este humanismo se concretize, necessário se faz que o ser humano tome a sua condição de sujeito, ou seja, de ser histórico na sua essência. Mo Sung¹²⁸ assim afirma: “É somente como um ser histórico que transcende a história é capaz de criar uma outra: a história de sua liberdade”.

A partir desta concepção, construiu-se um novo paradigma teológico fundamentado na comunidade de fé que venha, através da Bíblia, contribuir com o humanismo político. Esta foi a grande contribuição da Teologia da Libertação.

No que se refere à identidade da Teologia da Libertação, que encara a práxis dos cristãos à luz do Evangelho, Assmann *apud* Sung¹²⁹ esclarece: “[...] de um lado, a teologia pretende falar a partir das ciências humanas privilegiando hoje

¹²⁷ ALVES *apud* SUNG, Jung Mo. **Teologia e economia**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 69.

¹²⁸ SUNG, 1994, p. 71.

¹²⁹ ASSMANN *apud* SUNG, p. 74.

de maneira notória a importância de seus dados, ao extremo de referir-se a eles como um ponto de partida indispensável”.

A “Esquerda Católica”, sob influência da teologia francesa, da economia humanista e do socialismo personalista de Emmanuel Monier, formula um documento apresentado em 1960: *Algumas diretrizes para um ideal histórico do povo brasileiro*. A respeito deste documento, Michael Löwy¹³⁰ observa: “Tentando formular uma ideologia essencialmente capitalista e antiimperialista e em busca de uma estrutura social mais justa e mais humana, eles pedem um compromisso com as classes exploradas, em verdadeira negação da estrutura capitalista”.

A Igreja Católica no Brasil, após a ida de D. Agnelo Rossi para Roma, que pertencia ao grupo conservador, desabrochou com as lideranças progressistas de D. Paulo Evaristo Arns, D. Helder Câmara e com D. Ivo Lorscheider na presidência na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB. Além destas lideranças, destacam-se D. Pedro Casaldáliga, D. José Gomes, Leonardo Boff, Fr. Beto e Fr. Tito, dentre outros. Löwy¹³¹ faz o seguinte comentário: “A Igreja foi acusada, pelo alto escalão do exército, de ser subversiva e inspirada no marxismo – bem como, utópica, feudal e atrasada, devido a sua oposição à modernização e ao progresso (capitalista)”.

De acordo com o teólogo argentino Dussel¹³², um aspecto muito importante a ser analisado no processo de libertação tem seu início quando a vítima tem consciência ético-crítica do processo da opressão e exclusão. O autor salienta que a partir deste momento inicia-se uma luta pela libertação, com a consciência ética de ser vítima. O autor destaca quem são os afetados, e inicialmente estabelece como sendo aqueles que sofrem os efeitos de um acordo hegemônico, os explorados, os excluídos...

A respeito desta questão, Dussel¹³³ esclarece:

A res-ponsabilidade de subverter as estruturas que dominam a vítima, que a ocultam até para a comunicação (por ser desconhecida), para a argumentação (por não poder participar) é o originário originante. A ‘razão ético-pré-originária’ está no princípio da libertação da vítima, do pobre, de todo excluído, porque des-cobre o rosto encoberto da parte ‘funcional’ no sistema auto-referente ou no ‘excluído’, e o reconhece como sujeito ético

¹³⁰ LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1989, p. 137.

¹³¹ LÖWY, 1989, p. 145.

¹³² DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**. Tradução: Ephrain Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e, Lúcia M. E. Orth, Petrópolis, 2000.

¹³³ DUSSEL, 2000, p. 427.

digno, não só como igual, mas como outro que a comunidade hegemônica, como sujeito possível do processo de 'libertação' para chegar a ser pleno participante da nova comunidade real possível, futura.

A partir do momento em que a vítima se descobre, ela começa a ter atitudes positiva em relação a si mesma. Dussel¹³⁴ evidencia a importância da consciência da negatividade, no sentido de ir construindo um projeto de libertação. O autor se reporta da seguinte maneira ao falar da importância de Paulo Freire: “Freire não é simplesmente um pedagogo no sentido específico do termo, é algo mais. É um educador da ‘consciência ético-crítica’ das vítimas, os oprimidos, os condenados da terra, em comunidade”.

De acordo com Dussel¹³⁵, as igrejas na América Latina não existem como entidades abstratas; elas exercem um papel educativo. Diante de seu papel educativo, as igrejas não podem manter neutralidade na história, nem a neutralidade em termos educacionais. A insistência no papel neutro das igrejas tem como conseqüências práticas agirem elas em favor das classes dominantes em prejuízo das classes dominadas. Estas práticas, Freire¹³⁶ as classifica como [...] ‘ação anestesiadora’ ou de ação aspirina’ são expressões do idealismo subjetivista, no sentido que só pode levar à preservação do *status quo*. Sobre este “nefasto” processo, o autor¹³⁷ adverte: “Uns e outros ‘atravessam’ a ideologia das classes dominantes e por elas são ‘atravessados’, os mais espertos assumem esta ideologia. São bastante conscientes do que fazem”.

Numa sociedade classista, os detentores do poder econômico e político são os que definem a educação e, por conseqüência, sua política, seus objetivos. As políticas educacionais são traçadas de cima para baixo, sofrendo, muitas vezes, ingerências políticas dos organismos internacionais. Pauly¹³⁸ assim afirma: “Nega-se o mestre pela reprodução do ensino em dogmatismo; pela redução de sua ética a moralismo, pela mitificação de sua história de vida numa vida modelar. A superação do mestre é exigência da fidelidade do discípulo”.

A epistemologia da educação libertadora encontra-se assentada no *ser mais*. Os meios utilizados para oprimir estão a serviço de uma pedagogia que serve

¹³⁴ DUSSEL, 2000, p. 427.

¹³⁵ DUSSEL, 2000.

¹³⁶ FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 106.

¹³⁷ FREIRE, 1976, 106.

¹³⁸ PAULY, Evaldo Luís. **Ética, educação e cidadania**. São Leopoldo: Sinodal, 2002, p. 41.

aos interesses das classes dominantes. O professor Fiori ¹³⁹ deixa claro que a pedagogia da liberação reside no fato do indivíduo descobrir-se como sujeito da história. Ressalta também que, neste jogo da dominação, por mais abrangentes que sejam os objetivos dos educadores, criam-se barreiras nas culturas tidas como populares, sendo estas estereotipadas como marginalizadas. Um dos aspectos ressaltados de maneira bastante nítida na pedagogia do oprimido prende-se ao fato de que, na perspectiva libertadora, busca-se libertar o oprimido e o opressor, uma vez que o oprimido assume, muitas vezes, a consciência do opressor.

Quanto ao conceito de alfabetização, Fiori¹⁴⁰ parte do pressuposto de que todo ser humano deve “aprender a dizer sua palavra”. E, no que se refere à alfabetização, apresenta a seguinte conceituação: “aprender a escrever a sua vida, como autor e como testemunha de sua história, isto é, biografar-se, existenciar-se, historicizar-se”.

Uma educação libertadora traz em sua essência elementos da crítica, da problematização e da humanização. Paulo Freire não criou nenhuma pedagogia, mas pensou em um método pedagógico que propicie ao ser humano uma reflexão sobre si próprio, em comunhão. Fiori¹⁴¹ esclarece:

Mas ninguém se conscientiza separado dos demais. A consciência se constitui como consciência do mundo. Se cada consciência tivesse o seu mundo, as consciências se desencontrariam em mundos diferentes e separados – seriam mônadas incomunicáveis. As consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois a consciência é sempre radicalmente consciência do mundo.

Uma educação libertadora por excelência há que adotar um dos pressupostos básicos defendidos por Freire, que é a ação dialógica. Pauly¹⁴² enfatiza:

O diálogo pedagógico libertador entre as massas oprimidas e a liderança é tenso, porque é transformador tanto para as massas quanto para a liderança. [...] Partilhando o poder, liderança e massa relacionam-se como pluralidade, como diversidades. A unidade só tem sentido lógico na oposição dialética à diversidade.

No processo de libertação, Freire¹⁴³ adverte que o indivíduo vai se educando, porém declara que não adianta apenas a transformação do indivíduo,

¹³⁹ FIORI *in* FREIRE. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987.

¹⁴⁰ FIORI *in* FREIRE, 1987, p.10.

¹⁴¹ FIORI *in* FREIRE, 1987, p.15.

¹⁴² PAULY, 2002, p. 65.

¹⁴³ FREIRE, 1987.

mas dentro desta concepção necessária se faz a transformação real das estruturas que oprimem. Dentro desta perspectiva, emerge o indivíduo como sujeito histórico. A práxis da libertação encontra-se relacionada a uma práxis transformadora. A história é um contínuo devir humano. Freire¹⁴⁴ destaca: “Nossa realidade histórico-social condiciona a nossa forma de arriscar-nos”.

Fiori¹⁴⁵ ressalta que o método de Paulo Freire é um método de cultura popular: conscientiza e politiza. É um método pedagógico que alcança em última instância o ser humano, enfim, é a educação como prática da liberdade. Pauly¹⁴⁶ esclarece que Freire enquanto educador nunca escondeu a sua condição de professor cristão. Porém, de maneira categórica, esclarece que a sua fé não se baseia meramente numa reflexão teórica, mas no testemunho prático diante dos homens.

A educação libertadora é palavra viva, um diálogo existencial. Fiori¹⁴⁷ esclarece:

Em regime de dominação de consciências, em que os que mais trabalham menos podem dizer a sua palavra, em que multidões imensas nem sequer têm condições para trabalhar, os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com que mistificam e dominam. Nessa situação os dominados, para dizerem sua palavra, têm que lutar para tomá-la. Aprender a tomá-la dos que a detém e a recusam aos demais é um difícil, mas imprescindível aprendizado – é a ‘pedagogia do oprimido’.

¹⁴⁴ FREIRE, 1976, p.115.

¹⁴⁵ FIORI *apud* FREIRE, 1987.

¹⁴⁶ PAULY, 2002.

¹⁴⁷ FIORI *apud* FREIRE, 1987, p. 21.

2. A GUERRA DO CONTESTADO: PANORAMA HISTÓRICO

2.1. A região palco de inúmeros episódios

Para efetuar-se uma análise concernente à história desta região, relegada na historiografia, buscando transcender uma visão marcada pelo determinismo geográfico, é de grande importância analisar as características físicas da região onde ocorreu um dos maiores episódios de nossa história, o movimento social do Contestado.

Esta região, de acordo com critérios da climatologia, encontra-se na zona temperada, marcada por intenso frio no período de inverno, atingindo temperaturas abaixo de zero, provocando geadas e, de quando em vez, nevascas. Queiroz¹⁴⁸ observa: “Ninguém padece de sede, nada morre pela falta d’água: nem gentes, nem plantas, nem o gado”.

A denominação de Região do Contestado prende-se ao fato de ter sido alvo de disputa internacional entre o Brasil e a Argentina, conhecida historicamente como Questão de Palmas. Esta disputa foi resolvida de forma pacífica através do arbitramento do Presidente Cleveland dos Estados Unidos da América, que deu ganho de causa ao Brasil. Também foi este espaço motivo para uma disputa interestadual, a partir de 1853, entre os estados de Santa Catarina e do Paraná. Este litígio teve seu desfecho de forma pacífica em 1916; após várias contendas judiciais, ele foi resolvido na justiça de forma pacífica entre os estados de Santa Catarina e do Paraná.

Quanto aos aspectos hidrográficos, grande parte dos rios formam o Negro (divisa ao norte de Santa Catarina com o Paraná), o Iguaçu, Pelotas e Uruguai. Para

¹⁴⁸QUEIROZ, 1977, p.17.

Queiroz¹⁴⁹ “Os rios menores, os ribeirões, os riachos, cravam sulcos em todas as direções da rosa dos ventos: só os grandes rios caminham em direitura da hinterlândia: depois de uma volta imensa dentro do continente, misturam suas águas no Estuário do Prata.”

Do ponto de vista fisiográfico, o Contestado pode ser dividido em duas áreas distintas, assim explicadas por Valentini¹⁵⁰: “(...) a litorânea e a do planalto, estabelecendo entre elas o limite que é dado pela Serra Geral”.

No Planalto catarinense, predomina a Zona dos campos da serra catarinense, onde se localizam os municípios de Curitiba, Campos Novos e Lages. Nesta região, a atividade econômica predominante é a pastoril, tendo como elemento determinante a pobreza do solo basáltico, marcado por campos de gramíneas, pobre para a atividade agrícola. Quando ocupada por bandeirantes e tropeiros, esta região de solo fraco e pouco humoso estava preparada para receber a criação de gado.

Neste cenário, aparece o pinheiro, a *Araucaria angustifolia*, que proporciona um panorama todo especial à paisagem. Esta árvore para o sertanejo poderia ser denominada a árvore da vida, uma vez que de seu tronco saía a madeira para construção, do alicerce ao telhado, da moradia do homem do Contestado. Além disso, no período de frio, seu fruto em abundância alimentava a fauna e os seres humanos que habitavam a região.

Outro privilégio da natureza é a erva mate, *Ilex paraguayensis*. Luz¹⁵¹ destaca a sua importância: “De suas folhas dessecadas e moídas, faz-se a erva, que dá por infusão o chá estimulante ou o amargo chimarrão.”

De forma intercalada entre os pinheirais, encontram-se as madeiras de lei, podendo ser destacados: o cedro (*cedula odorata*), a imbuia (*nectandra sp*), a canela preta (*nectandra amara*), a peroba amarela (*Aspidosperma*), a canjerana (*cabrela canjerana*). Valentini¹⁵² faz ainda o seguinte comentário: “Outras espécies vegetais, em grande diversidade, são conhecidas pelos sertanejos pelos seus efeitos terapêuticos: inhapindá, cambará, jaguarandi, japecanga, etc...”.

¹⁴⁹ QUEIROZ, 1977, p.17.

¹⁵⁰ VALENTINI, 1998, p. 19.

¹⁵¹ LUZ, 1999, p. 22.

¹⁵² VALENTINI, 1998, p.22.

Além de uma flora riquíssima, havia na região uma fauna diversificada, que era importante fonte de alimentação para os habitantes da região. Este potencial foi e continua cada vez mais reduzido, através da ação humana predatória.

Questão Geopolítica em Santa Catarina

O povoamento do Estado de Santa Catarina seguiu a lógica do povoamento brasileiro, ou seja, o litoral tinha aberto suas portas para o contato dos mais diferentes povos, enquanto que o planalto sofreu o isolamento da Serra Geral. Na segunda metade do século XVII, surgiram três povoações que marcaram as primeiras cidades: Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, Nossa Senhora do Desterro e a de Santo Antônio dos Anjos da Laguna.

Em 1765, Morgado Mateus, Presidente da Capitania de São Paulo, ordenou a Correia Pinto o povoamento do planalto catarinense. De acordo com Cabral¹⁵³:

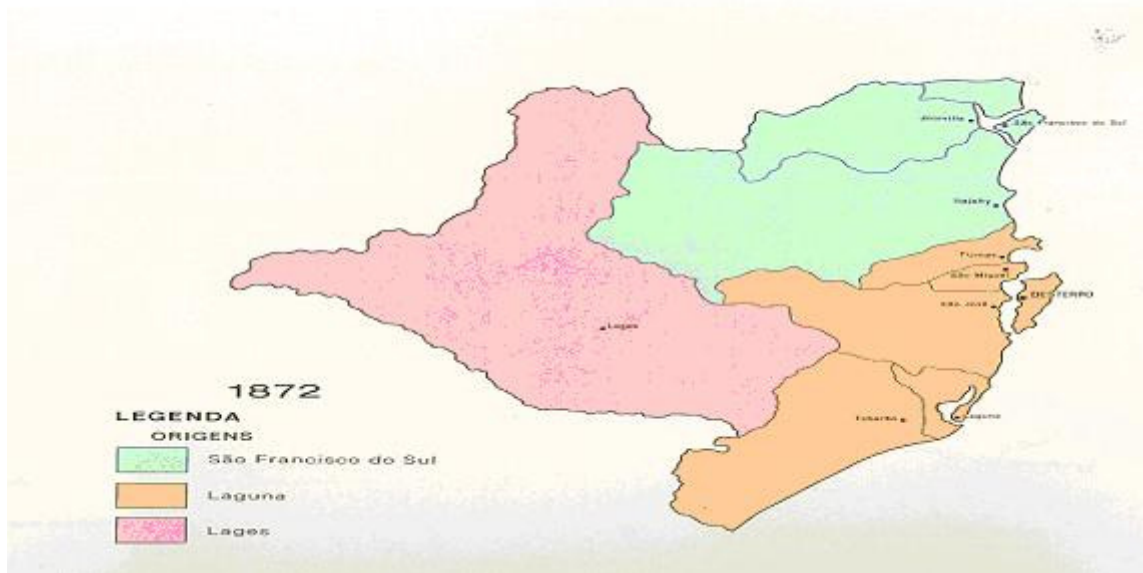
Correia Pinto chegou ao local da nova povoação, nas Taipas, em novembro de 1766 e logo iniciou o levantamento de uma capela de madeira, onde já existia uma ermida de tropeiros, colocando-a sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, da especial devoção de Morgado.

Esta fundação da Vila Serrana, hoje Lages, foi de fundamental importância para o povoamento do Planalto Catarinense e de suas adjacências. Santa Catarina foi elevada à categoria de Província em meados do século XVIII, criando celeuma na questão de limites com a Província de São Paulo. A Província do Paraná, criada na metade do século XIX, começou a litigar com a Província de Santa Catarina. Segundo Cabral, em 1846 a Comissão de Estatística da Câmara dos Deputados reconhecia os limites entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul pelo Projeto Livramento. Cabral¹⁵⁴ evidencia:

Neste mesmo ano, o Paraná reivindicava uma linha divisória com Santa Catarina que lhe arrebataria não só os Campos de Palmas mas a maior parte da Comarca de Lajes, os Campos Novos e Curitibaanos, propondo as lindes pelo Rio Canoas, da sua confluência no Pelotas até à do Marombas, por este até a sua nascente principal e daí em linha reta na direção leste até a serra do Mar e por esta até o paralelo da nascente do Rio Saí.

¹⁵³ CABRAL, 1979, p. 39.

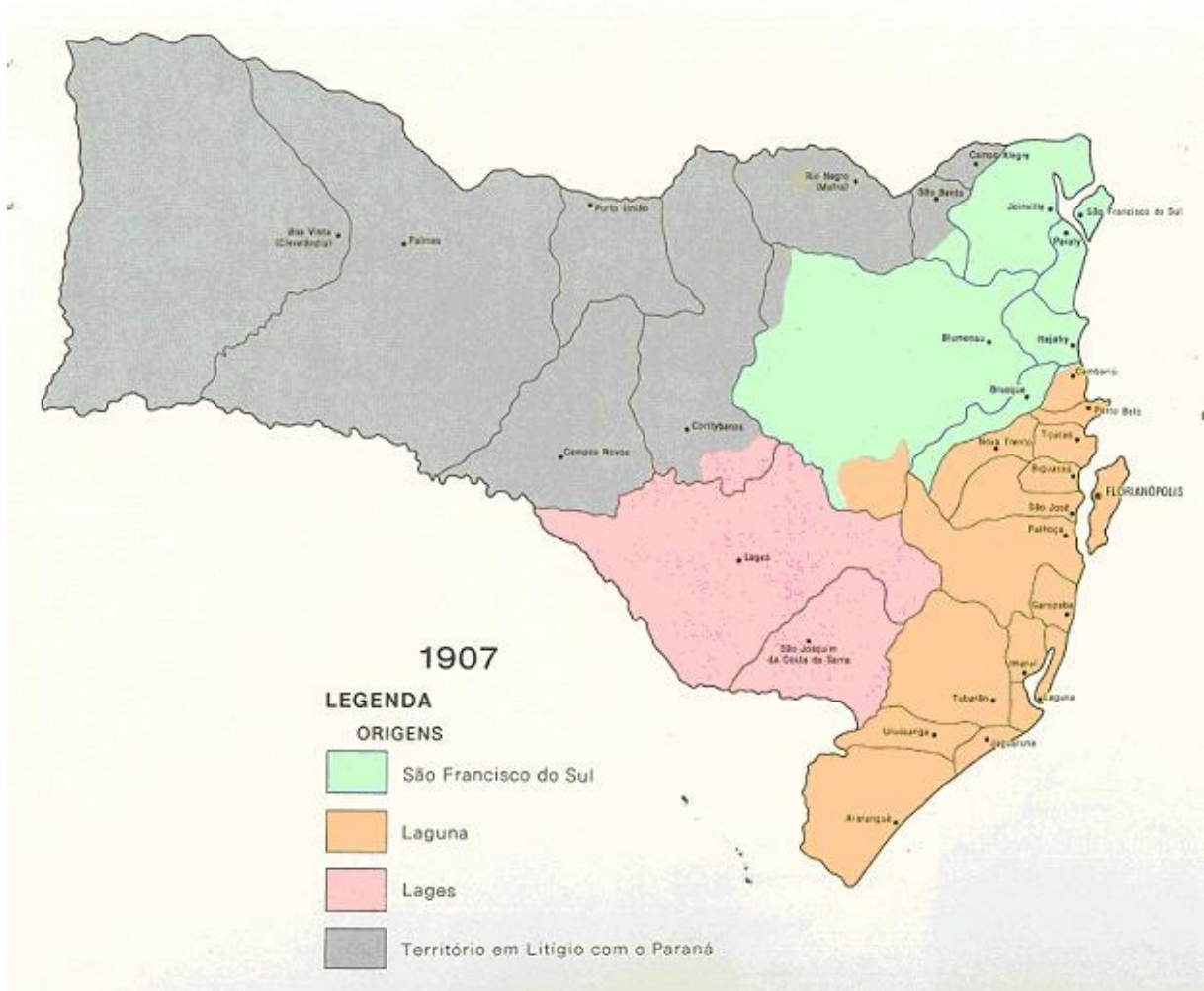
¹⁵⁴ CABRAL, 1979, p. 49.



Fonte: Atlas Geral de Santa Catarina, 1986.

Com a Proclamação da República, a região era alvo de disputa entre o Brasil e a Argentina, disputa essa conhecida historicamente como a Questão de Palmas. A partir de 1896, de acordo com Cabral Santa Catarina e o estado do Paraná começam disputa por territórios. O governador da época, Hercílio Luz, segundo Cabral¹⁵⁵ entregou a defesa dos direitos catarinenses à “Manoel da Silva Mafra, político e Magistrado Catarinense [...] Mafra, em 1899, publicou a sua *Exposição Histórico-Jurídica por parte de Santa Catarina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná...*”.

¹⁵⁵ CABRAL, 1979, p. 56.



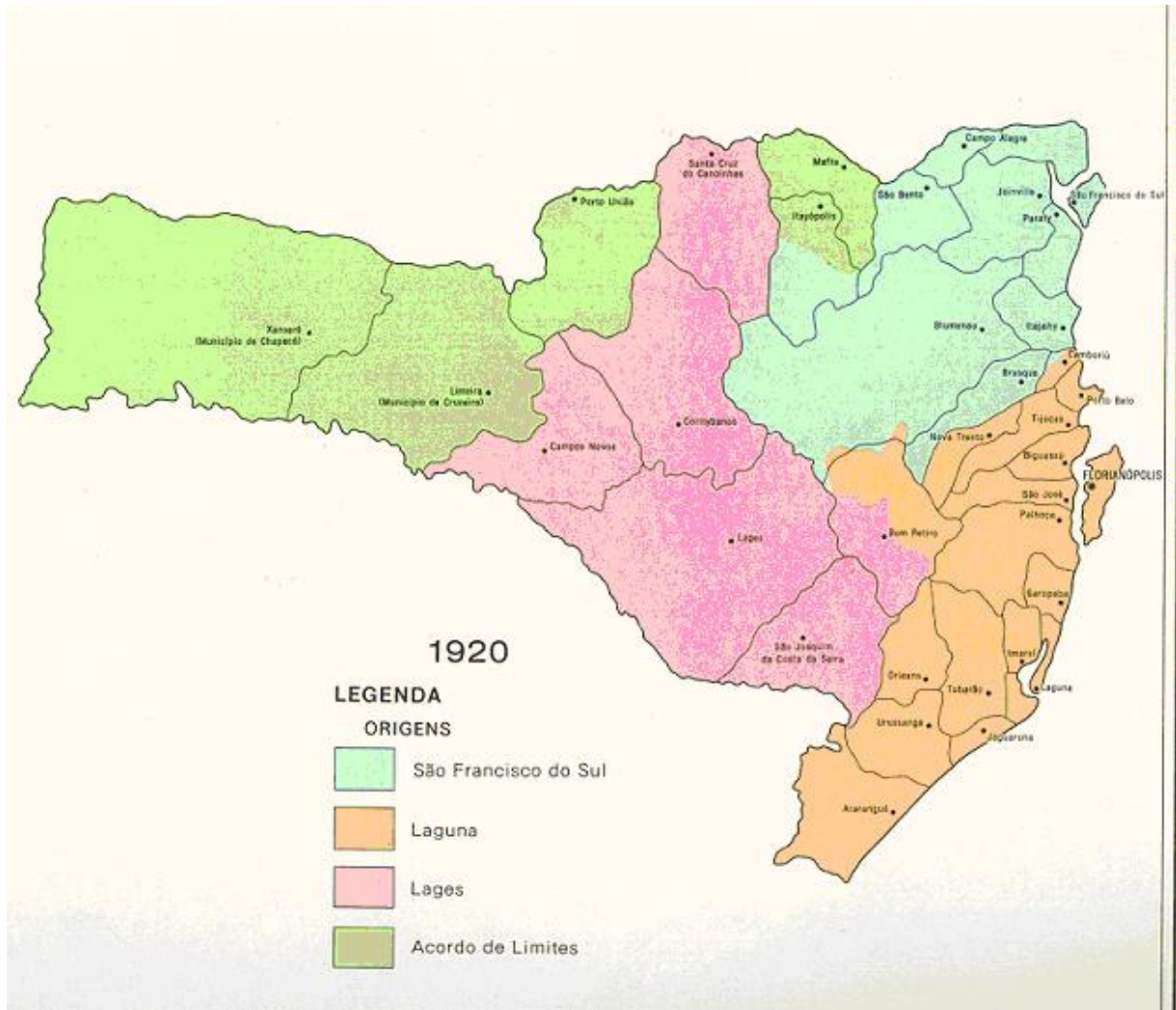
Fonte: Atlas Geral de Santa Catarina, 1986.

Por parte do estado do Paraná houve várias tentativas de embargo às decisões do Supremo Tribunal Federal de 1904, que deu ganho de causa ao estado de Santa Catarina. Em 1909, ocorreu um novo pronunciamento favorável a Santa Catarina, e, em 1910, o Supremo Tribunal Federal confirmou as decisões anteriores suspendendo os embargos solicitados pelo estado do Paraná.

Cabral¹⁵⁶ assim descreve o final da disputa:

Finalmente, removidos os últimos obstáculos, a 20 de outubro de 1916, assinaram os Governadores de Santa Catarina e do Paraná, drs. Filipe Schmidt e Afonso Camargo, juntamente com o Presidente da República, o ato do Acordo que iria colocar um ponto final ao secular pleito que os anseios expansionistas do Morgado Mateus haviam provocado.

¹⁵⁶ CABRAL, 1979, p. 64.



Fonte: Atlas Geral do Estado de Santa Catarina, 1986.

De acordo com Piazza¹⁵⁷ os limites no território contestado ficaram assim definidos:

[...] o rio Negro, desde suas cabeceiras até a sua foz no rio Iguçu, e por este até a ponte da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande; pelos eixos desta ponte e da mesma Estrada de ferro até a sua intercepção com o eixo da estrada de rodagem que atualmente liga a cidade de Porto União da Vitória à cidade de Palmas; pelo eixo da referida estrada de rodagem até o seu encontro com o rio Jangada; por este acima até as suas cabeceiras, e daí em linha reta, direção do meridiano até a sua intercepção com a linha divisória das águas dos rios Iguçu e Uruguai, e por esta linha divisória das ditas águas na direção geral de Oeste até encontrar a linha que liga as cabeceiras dos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu, na fronteira Argentina.

¹⁵⁷ PIAZZA, 1983, p. 597.

2.2. O homem do contestado

Primitivos habitantes e o povoamento do planalto

Um dos questionamentos de fundamental importância e de caráter idiossincrático encontra-se intimamente relacionado às raízes de um povo. Sua origem encontra-se ligada a elementos sócio-históricos que cristalizam a identidade de um povo. No período que antecedeu a chegada dos dominadores europeus, já se faziam presentes na região, dedicando-se à coleta e à caça, os índios Kaingang e os Xocrén. É importante destacar que grande parte do contingente indígena foi dizimada pela ação dos bugreiros¹⁵⁸, que eram sertanistas contratados para defender os interesses do capital.

No século XVI, começaram a transitar pela região europeus no litoral de Santa Catarina e no interior do Paraguai. As três povoações litorâneas, que serviram de base para a fixação e a expansão do Estado de Santa Catarina e que acolheram os açorianos, foram: São Francisco, Desterro e Laguna.

Há que se destacar que os sertões somente serão povoados mais tarde, com a vinda dos jesuítas a partir de 1600, e o processo de formação das missões.

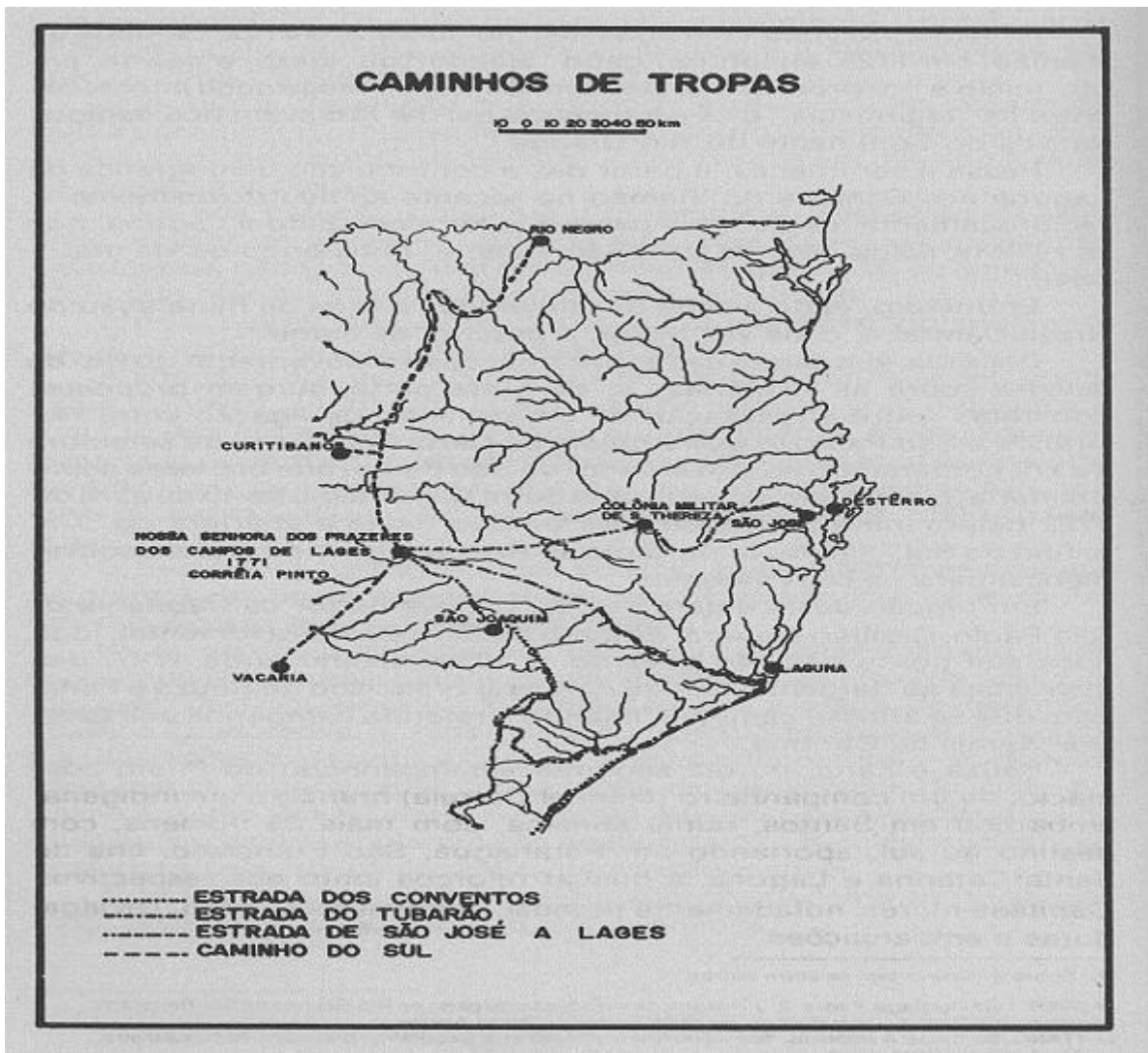
Durante o ciclo do ouro, começou o povoamento do planalto catarinense em virtude de ser o caminho das tropas que ligavam Viamão, no Rio Grande do Sul, às feiras de Sorocaba. A região passou a ser conhecida pelos tropeiros que conduziam tropas de gado até a região de Sorocaba, no Estado de São Paulo, servindo posteriormente para abastecer a região mineradora das Minas Gerais. Neste trajeto, desenvolveram-se pontos de paradas, ou pousadas que mais tarde iriam proporcionar o surgimento de cidades que hoje se constituem em pólos regionais.

A respeito do caminho das tropas, Valentini¹⁵⁹ faz o seguinte destaque:

O caminho das tropas ou Rota dos sertões para Viamão, depois de vários esboços, ganha forma em 1728, tornando-se conhecido. O primeiro a fazer a travessia dos sertões foi Cristóvão Pereira de Abreu, logo após, em 1831, Francisco de Souza e Faria atravessou a serra acima. O trajeto foi encurtado e as passagens foram melhoradas, abrindo-se enfim, o caminho que desempenharia importante papel econômico, social e político. Vinha direto do sul, cruzando o Pelotas. Era o caminho por onde transitavam todos os anos milhares de mulas, cavalos e gado vacum, que iriam fazer de Sorocaba o centro da maior feira do país.

¹⁵⁸ Bugreiros: sertanistas que caçavam índios sob o pretexto de que estes eram selvagens.

¹⁵⁹ VALENTINI, 1998, p. 29.



Fonte: A Conquista do Planalto Catarinense: Bandeirantes e Tropeiros do sertão de Curitiba

Deve-se destacar como fator de desenvolvimento a Estrada das Tropas, que serviu como caminho de ligação do Sul do Brasil ao Centro. Principalmente esta estrada foi utilizada no transporte de gado de Viamão, no Rio Grande do Sul, até Sorocaba, em São Paulo. De acordo com Vinhas de Queiroz¹⁶⁰: “Cortava de sul para o norte [...]. Após percorrer os campos de Lages, ganhava Curitiba, rompia uma extensa faixa de floresta virgem – as matas do Rio Negro –, até que ia sair nos Campos Gerais do Paraná, no rumo de Itararé”.

¹⁶⁰ QUEIROZ, 1977, p.24.

Vinhas de Queiroz¹⁶¹ salienta ainda que, na região de cima da serra, as posses precárias das terras aos poucos foram se transformando em propriedades definitivas. Correia Pinto, fundador de Lages, ao chegar à região destacou a existência de estancieiros empobrecidos, ancestrais dos futuros caboclos, servos foragidos e antigos camaradas das tropas de burro que ficavam pelos caminhos. Neste contexto ficou uma população excluída do processo e, ao mesmo tempo, sujeito à lógica do capital. A partir de 1820, Lages passou a fazer parte da Província de Santa Catarina. No que se refere à estrutura fundiária, Queiroz¹⁶² destaca: “Entre outras razões, consagrou-se em todo país, inclusive aqui, o costume através do qual o simples apossamento da terra garantia a propriedade. Até a Lei Agrária de 1850, este ato se tornou o único processo lícito de adquirir propriedade nova”.

A fundação de Lages encontra-se intimamente associada aos interesses do poder instituído. De acordo com Aujor Ávila da Luz¹⁶³, o Presidente da Província de São Paulo Morgado Mateus, com o objetivo de acomodar os povos que por necessidade andavam em vagabundagem sem um local sequer para acomodação, projetou a fundação de Lages. O autor¹⁶⁴ faz o seguinte comentário: “Na caravana de Correia Pinto, formada por duas ou três centenas de pessoas, vêm quase que exclusivamente mamelucos e forros carijós e apenas alguns escravos negros”.

Aujor Ávila da Luz¹⁶⁵ evidencia a fraca presença do elemento negro no planalto, sendo predominância a presença de uma miscigenação do indígena com o elemento branco que vem formar o elemento caboclo.

Por outro lado, Cabral enfatiza a existência de uma barreira natural, entre o litoral e o interior, destacando a diferença existente entre os homens que habitavam além desta barreira, em termos de costumes, cultura e história. Os primeiros homens que cortaram o litoral norte foram os tropeiros. Estes subiram o Morro dos conventos, vencendo a íngreme Serra do Mar, rumavam com suas tropas rumos a Sorocaba. Os tropeiros tinham locais que eram as marcas de pouso, porém de início não serviram como pontos de fixação.

¹⁶¹ QUEIROZ, 1977.

¹⁶² QUEIROZ, 1977, p. 26.

¹⁶³ LUZ, 1999.

¹⁶⁴ LUZ, 1999, p. 67.

¹⁶⁵ LUZ, 1999.

2.3. A estruturação social

Tendo a região como principal atividade econômica a pecuária, a sociedade foi estruturada como uma sociedade que podemos classificar como pastoril. Esta sociedade estruturou-se na centralidade das decisões nas mãos senhores proprietários da terra e do gado e de sua família. As tarefas da lida do campo e as mais pesadas eram repartidas entre escravos agregados, peões e capangas, estes estavam ligados aos proprietários da terra por um vínculo de lealdade absoluta, subserviência e dependência econômica.

Cabral¹⁶⁶ prossegue dizendo que os agregados tinham uma afeição quase que familiar por seus patrões, participavam das agruras da vida, porém não compartilhavam da prosperidade. As benesses que lhes eram propiciadas dependiam do grau de simpatia. Em caso de necessidade, os escravos eram comercializados pelos patrões, enquanto que os agregados eram despedidos.

Cabral¹⁶⁷ assim descreve esta realidade:

Assim constituíam eles uma população sem terra, sem gado, sem outros bens senão os recebidos na munificência do senhores. Duas ou três vacas leiteiras que possuíssem e uma rocinha plantada nas terras do latifundiário eram tudo o que realmente possuíam. A sua pobreza era permanente, embora permanentemente fosse a necessidade de sua existência, a fim de ser mantida a conservação do latifúndio e a prosperidade do pastoreio.

Aujor Ávila da Luz¹⁶⁸, analisando a organização social, destaca a existência da classe rica formada pelos fazendeiros. E classifica também a existência de uma plebe, formada por peões agregados e trabalhadores braçais. Quanto aos primeiros povoadores, Luz¹⁶⁹ destaca: “interessantes estes primeiros povoadores, uns, fugidos da justiça; outros, perseguidos por dívidas insolúveis, outros dominados pela ambição ou movidos pelo salutar desejo de melhorar sua situação”.

Dentro desta estrutura econômica se consolidou a propriedade privada. Em períodos anteriores, a terra era de usufruto comum, de tal sorte que as relações entre proprietários e camaradas se assemelhavam às relações entre senhores e escravos. Esta situação de pobreza criou na população um certo desinteresse pela

¹⁶⁶ CABRAL, 1999.

¹⁶⁷ CABRAL, 1979, p. 89.

¹⁶⁸ LUZ, 1999.

¹⁶⁹ LUZ, 1999, p.94.

acumulação de bens, desapego, desprendimento dos bens materiais e de modo especial da terra. Com o surgimento da lei das terras, as sesmarias ou terras devolutas que ainda não haviam sido medidas ou cultivadas passaram a ser legalizadas mediante pagamento:

Ávila da Luz¹⁷⁰ destaca:

Mas ainda, já na República, continuava em todo país a apropriação irregular do solo, o que originou a lei de setembro de 1895, para abrigar a revalidação das sesmarias, as posses mansas e pacíficas, e as terras invadidas, usurpadas por artifícios fraudulentos e criminosos ou por simulação de título antigo de propriedade. Assim as posses efetivas depois de 1850, embora criminosas, mas sendo anteriores a 1895, pela lei de 1899 podiam ser adquiridas legalmente.

A região do planalto catarinense tinha uma economia precária, pela inexistência de uma estrada transitável, sendo a comunicação com o litoral de Santa Catarina feita através de caminho de tropas, ou seja, de picadas. O correio que partia do Desterro, atual Florianópolis, demorava seis dias para chegar ao planalto. Conforme relata Luz¹⁷¹, "... sua entrada na cidade era anunciada e festejada semanalmente com o espoucar de foguetes".

De acordo com Vinhas de Queiroz¹⁷², a hierarquia social encontrava-se escalonada: coronéis, fazendeiros, criadores ou meio-fazendeiros, lavradores, agregados e peões.

Neste sistema, cada município tinha o seu chefe político, o coronel, que normalmente era um dos maiores fazendeiros da região, sendo que os interesses de vários coronéis se entrelaçavam. Neste rol social, havia coronéis de menor importância, que eram seus eventuais substitutos. Queiroz¹⁷³ faz a seguinte menção sobre o poder dos coronéis:

Cada Município tinha o seu *chefe político* ou *mandachuva* que era o coronel por excelência, estreitamente vinculado, por laços de colaboração e de ajuda mútua, aos demais coronéis da área e ao governo do respectivo Estado, – um governo constituído de coronéis, ao qual se apoiava em troca de favores e carta branca para governar discricionariamente o município.

¹⁷⁰ LUZ, 1999, p. 101.

¹⁷¹ LUZ, 1999, p. 105.

¹⁷² QUEIROZ, 1977, p. 43.

¹⁷³ QUEIROZ, 1977, p. 43.

Na estrutura social, abaixo dos coronéis encontravam-se os fazendeiros em geral. Queiroz explica que, para ser considerado fazendeiro, era necessário ter centenas de cabeças gado e que a propriedade atingisse dezenas de alqueires. Portanto, a autoridade concedida estava relacionada ao poderio econômico. Em âmbito político, os que ascendiam ao poder utilizavam-se de fraudes nas atas lavradas na véspera das eleições, votos de pessoas falecidas e falsificação de assinaturas de pessoas ausentes, dentre outros artifícios.

De acordo com Aujor Ávila da Luz, as condições sociais produzidas no planalto catarinense fizeram emergir o capanguismo, que estimulava o povo baixo e inculco a praticá-lo. O autor¹⁷⁴ relata esta situação da seguinte maneira:

O ambiente criminoso, que predominava no planalto catarinense, constitui-se assim, pela ação lenta mais acentuada de diversos fatores: primeiro, as deficiências econômicas ligando pela servidão muitos homens pobres a uns poucos ricos: depois pelo analfabetismo, a ignorância e a incultura, a vida rústica não oferecendo condições de aperfeiçoamento : a justiça cara e ausente, fazendo com que o homem do campo achasse melhor uma má arrumação do que uma causa ganha e preferisse, nos seus litígios e contendas, desiludidos dos recursos judiciários, apelar diretamente para as armas, substituindo o Direito pelo revolver *smith* ou pela carabina *winchester* [...].

Vinhas de Queiroz¹⁷⁵ busca explicar na estruturação social os *meio-fazendeiros* ou *criadores*. Pode-se classificá-los na categoria de pequenos criadores cujas propriedades não ultrapassavam poucos alqueires. Abaixo dos criadores, estavam os lavradores, os agregados e os peões. Existiam os *toreiros*¹⁷⁶, que ganhavam pelo número dos troncos derrubados, e os *domadores*. Havia os *taipeiros*, homens que eram encarregados de levantar longos muros de pedras empilhadas que serviam para separar as mangueiras dos pastos. Ressalta o autor a escassa mão-de-obra assalariada, relacionando nesta sociedade rústica o peão como escravo doméstico.

As características dos habitantes do Planalto, como produto de mestiçagem, foram bem definidas por Nilson Thomé¹⁷⁷:

¹⁷⁴ LUZ, 1999, p. 108.

¹⁷⁵ LUZ, 1999, p. 108.

¹⁷⁶ *Toreiros*: termo que designa o trabalhador braçal ligado à derrubada dos pinheiros e ao corte das toras.

¹⁷⁷ THOMÉ. Nilson. **Sangue suor e lágrimas**. Caçador: Universidade do Contestado, 1992, p. 20.

Caboclo, originalmente, era o cidadão do Planalto Catarinense, desde o século passado, proletário do campo, do sertão e da roça; era o sertanejo, o caipira, matuto e acanhado, lento no pensar e no falar, bastante místico, homem desconfiado. Face queimada pelo sol, mãos calejadas pelo trabalho, desajeitado no andar, afeiçoado à caça e à pesca, de pele pardacenta, nele corria o sangue do alegre, afeito, trabalhador e justo negro escravo; do bravo, indolente e sempre temido guerreiro indígena; e tinha o sentimento de justiça, do bem, e do coletivismo dos desbravadores e povoadores. Assim era o homem do Contestado que desde os primórdios guardava para si suas virtudes e seus defeitos. Era corajoso, instintivo e violento, ao mesmo tempo em que era franco, leal e honrado.

Uma das categorias abordadas pelo autor é a dos camponeses, que ele divide em camponeses pobres, peões, agregados e empreiteiros; camponeses médios, considerados como lavradores e pequenos criadores; e camponeses ricos, que podiam ser encontrados no grupo de pequenos criadores, empreiteiros de erva-mate e produtores de fumo. Queiroz¹⁷⁸ ressalta ainda que estes grupos vieram constituir a massa nos acontecimentos da Guerra do Contestado entre 1912 e 1916.

Desde o início do povoamento do planalto catarinense, os colonizadores tinham escravos para afazeres domésticos, para cuidarem do gado e da lavoura. Entretanto, o contingente de escravos foi bem menor no sul do Brasil, contrastando com a Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Quanto à camada dominante, Vinhas de Queiroz¹⁷⁹ observa:

Por outro lado, era nítida dentro da classe dos *grandes proprietários de terras* a separação entre a camada superior, a dos *coronéis* – que em geral eram os homens mais ricos de cada município e monopolizavam o poder político –, e os demais fazendeiros, que àquele tempo e naquela área nem sempre tinham a propriedade de suas terras, mas apenas a posse. Estes últimos, quando muito eram *capitães* e não *coronéis* da Guarda Nacional, e seu comportamento foi bastante diverso durante a Guerra Sertaneja.

Torna-se importante ressaltar que, dentro desta estrutura, é evidente a falta de instrução, de escolas, de meios de comunicação, assim como a presença de um povo revoltado por falta de justiça. Os pobres ligavam-se aos mais abastados por motivos econômicos, sentimentais e políticos. Neste espírito de centralização do poder, gerava-se o coronelismo onipotente, consolidavam-se chefes políticos, caudilhos e mercenários, cujos nomes se tornaram célebres dentro dos sertões catarinenses. Inserido nesta estrutura criou-se o sistema de compadrio em que os

¹⁷⁸ QUEIROZ, 1977.

¹⁷⁹ QUEIROZ, 1977, p. 48.

subjugados tinham nas pessoas influentes proteção em todos os sentidos. A respeito dos laços de compadrio, Queiroz¹⁸⁰ descreve:

Laços de compadrio e afilhadagem ligavam ainda mais o fazendeiro ao pessoal que não pertencia à própria família: em certos casos, esses laços envolviam posseiros isolados, que residiam mais ou menos distantes da fazenda [...] Procurava-se manter, isto sim, o mito de que não havia antagonismo, no interior do grupo, e realmente, a crença de que o fazendeiro seria o maior e mais sincero defensor de seus parentes, compadres e afilhados se conservava até que a vida se encarregasse de demonstrar o oposto.

Destaca-se que, na região, existiam grupos rivais e antagônicos que disputavam a chefia política. Nem sempre chegavam ao grau de inimigos mortais, porém, quando esta situação se dava, verificava-se uma separação de todos os membros da grande família. As divergências, às vezes, tornavam-se profundas, sendo incorporadas como um patrimônio geral do grupo. Cada chefe conhecia todo o seu clã, e inclusive os resultados eleitorais eram sabidos antes do pleito. Nesta região, muito sangue foi derramado e muitas tocaias articuladas como forma de eliminar seus adversários.

2.4. O capitalismo internacional no sertão do Contestado

A construção da ferrovia no Contestado

Após a Independência do Brasil, no período regencial o governo brasileiro, apoiado pelos meios empresariais, visou conseguir com rapidez o escoamento da safra do café. Neste período, foi lavrado o primeiro documento oficial no sentido de construção das ferrovias. Este documento garantia os juro mínimos sobre o dinheiro empregado no setor. De acordo com Nilson Thomé¹⁸¹: “Aplicar em construções ferroviárias, tornar-se-ia, então, altamente compensador e lucrativo para os capitalistas, mesmos que as regiões atingidas não oferecessem condições econômicas favoráveis”.

De acordo com Nilson Thomé¹⁸², primeiramente houve interesse e aplicação do capital dos ingleses, franceses, belgas e, mais tarde, norte-americanos. A

¹⁸⁰ QUEIROZ, *apud* VALENTINI, 1998, p. 34.

¹⁸¹ THOMÉ, Nilson. **Trem de ferro: a ferrovia do diabo**. Florianópolis: Lunardelli, 1983, p. 19.

¹⁸² THOMÉ, 1983, p. 24.

subvenção governamental sobre os quilômetros de ferrovias construídos vem acarretar um novo aumento na dívida nacional, uma vez que os subsídios pagos provinham de dinheiro emprestado pelos próprios investidores, aumentando por conseqüência a dívida externa. “Aos poucos o capital estrangeiro foi se impondo, em detrimento das empresas privadas nacionais”. A política ferroviária brasileira não foi implementada através de um planejamento centralizado, e paradoxalmente, em vez de unir centros fabris e agrícolas, semelhantemente à Europa, aqui no Brasil foi um elemento disseminador de cidades, sendo que a política econômica de subvenção foi altamente desastrosa para a economia do país.

A respeito da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, sob o ponto de vista legal, assim informa Nilson Thomé¹⁸³:

DECRETO nº. 10342 – DE 9 DE NOVEMBRO DE 1889. Concede privilégios, garantias e terras devolutas, mediante autorização legislativa, para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, que partindo de Itararé, na Província de São Paulo, vá terminar em Santa Maria da Bocca do Monte, na Província do Rio Grande do Sul, com diversos ramaes.

No final do século XIX, as forças neocolonialistas e imperialistas, ligadas ao capitalismo internacional, acirram lutas na disputa de mercado dentro da lógica de divisão do trabalho do capitalismo internacional. Dentro deste jogo e mecanismos de forças, o mundo desenvolvido tenta cada vez mais explorar as riquezas dos países pobres. Neste contexto, o Brasil, não possuindo indústria de base e tecnologia, rendeu suas bases ao poderio do capitalismo internacional, entregando em 1908, através de contrato, a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande ao norte-americano Percival Farquhar. Queiroz¹⁸⁴ dá o seguinte destaque à construção deste empreendimento:

Até aquela época a concessão da estrada de ferro pertencia a uma companhia francesa, mas esta cederá seus direitos à *Brazil Railway Company*, organizada na cidade de Portland, Estado de Maine, Estados Unidos. Em pouco tempo, a *Brazil Railway*, além da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, controlava toda a rede ferroviária gaúcha, geria a Sorocabana, possuía vultuosos interesses na paulista, na Mogiana e na Madeira-Mamoré, obtinha os direitos da Vitória-Minas, dirigia a *Port of Pará* no extremo norte e a Companhia do Porto do Rio Grande do Sul, dispunha de armazéns frigoríficos e indústrias de papel, empresas pecuárias, madeireiras, de colonização, etc.

¹⁸³ THOMÉ, 1983, p. 41.

¹⁸⁴ QUEIROZ, 1977, p. 69.

O que se observa é que, o grupo Farquhar tinha um grande poder através das obras que realizaria no Brasil. Para construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, o governo fizera a concessão de 15 quilômetros de cada lado da ferrovia ao grupo construtor. Queiroz¹⁸⁵ ressalta: “[...] desse modo, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande ziguezagueava para todos os pontos cardeais, a furtar-se de pequenas obras de arte”.

Um dos aspectos destacados por Queiroz¹⁸⁶ foi o contingente de trabalhadores que a empresa utilizou. Inicialmente, 1 mil homens chegando a um total de 8 mil empregados. Estes eram divididos em turmas e entregues a *taifeiros*, encarregados das empreitadas e do pagamento dos salários dos trabalhadores. Normalmente, os trabalhadores viviam endividados, pois eram obrigados a comprar nos armazéns mantidos pela empresa. Nestes locais havia um corpo de segurança particular e praças a serviço da companhia norte-americana.

Estes trabalhadores haviam sido recrutados em lugares distantes e com a promessa de que seriam levados de volta ao findar a construção da ferrovia. Entretanto não foi o que aconteceu. De acordo com o General Setembrino de Carvalho¹⁸⁷: “Terminada a construção e por lealdade dos empreiteiros, comumente praticada com esses homens desprotegidos, foram os trabalhadores abandonados nos mesmos sítios em que se achavam as turmas a que pertenciam”.

Queiroz¹⁸⁸ destaca o ano de 1911 como um ano marcado pelas amarguras. Foi um ano de florescimento da taquara, o que incidiu na proliferação de ratazanas, que invadiram os paióis dos sertanejos, causando enormes dificuldades. Entretanto, o autor observa que a maior dificuldade encontrada foi o processo das primeiras expulsões dos camponeses que residiam às margens da ferrovia.

Além deste problema enfrentado, questionava--se a legitimidade da concessão, uma vez que feria as prerrogativas legais da Lei das Terras de 1850, que determinava a aquisição das terras devolutas, somente através do título de compra. A companhia da Estrada de Ferro se colocou na posição de possuidora das terras, medidas e demarcadas por ela. Para garantir a posse do território, a mesma possuía o Corpo de Segurança da Empresa. O caboclo que vivia nestes limites foi

¹⁸⁵ QUEIROZ, 1977, p. 71.

¹⁸⁶ QUEIROZ, 1977.

¹⁸⁷ CARVALHO *apud* QUEIROZ, 1977, p. 72.

¹⁸⁸ QUEIROZ, 1977.

vítima da maior injustiça, uma vez que vivia excluído das políticas governamentais nesta região interiorana.

A respeito desta questão é importante o depoimento de Lúcio uma sertanejo a Queiroz¹⁸⁹: “Os despejos – diz ele – nós sabemos como são feitos em nosso país. Tudo se resolve com a polícia. Esta chega e vai deitando fogo aos humildes casebres do elemento nacional e se tenta reagir vão massacrando até suas famílias”.

Entre as perdas irreparáveis, pode-se destacar a exploração predatória dos recursos naturais da floresta e, de modo especial, a de araucária. Importante se faz salientar que tal processo foi feito de forma desordenada, não levando em conta os parâmetros de um desenvolvimento sustentável. Queiroz¹⁹⁰ assim comenta: “A fim de explorar as laterais à estrada e outras mais que viesse a adquirir, a *Brazil Railway* criou uma nova companhia a ela subordinada: a *Southern Brazil lumber and colonization company*”.

Além das terras já ocupadas, a empresa comprou terras nas diversas regiões pertencentes ao Contestado para extração da mata nativa. A *Lumber* montou duas serrarias, uma em Três Barras, outra em Calmon, às margens da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, com a finalidade de explorar a araucária que deveria ser exportada pelo porto de São Francisco. De acordo com Queiroz¹⁹¹, ali eram serrados, numa jornada de trabalho de aproximadamente 10 horas, 300 metros cúbicos de madeira. Convém ressaltar que estas serrarias, para a época, apresentavam alta tecnologia, e nem todas as indústrias madeireiras neste início de terceiro milênio possuíam a tecnologia das madeireiras da *Lumber*. Através de conversas informais na atualidade, nas madeireiras de Curitiba, as que mais produzem, não chegam a atingir sequer um terço da produção diária da época. Os velhos engenhos de madeira tiveram que ser fechados, e a *Lumber* tornou-se, então, a maior companhia madeireira da América do Sul.

Diante desta situação, à *Lumber* começou a lotear e a vender terras a colonos estrangeiros, após a expulsão de seus antigos donos, ou seja, de seus legítimos proprietários. Nesta região, teve-se a presença de outras empresas destinadas à especulação dos lotes coloniais, entre elas temos: *Canadian Pacific Railway*, a

¹⁸⁹ LÚCIO *apud* QUEIROZ, 1977, p. 73.

¹⁹⁰ QUEIROZ, 1977, p. 73.

¹⁹¹ QUEIROZ, 1977.

companhia *colonizadora Hansa, a Piccoli*, que atuava sob o nome de *Sociedade Territorial Sul-Brasileira*. Sobre esta questão, Soares¹⁹² comenta: “Os governos do Paraná e Santa Catarina têm facilitado, e até protegido, a conquista sorrateira de grande parte da superfície do território pelo ouro de companhias estrangeiras, banindo do solo pátrio os brasileiros aí domiciliados”. Torna-se imprescindível ressaltar que os coronéis do interior e seus asseclas não só se beneficiavam das empresas estrangeiras, mas também dispunham de influência sobre os governos estaduais. Este sistema era chamado de *bandegós* e consistia na aquisição de terras a preços irrisórios dos governos estaduais. Na seqüência, eram expulsos os posseiros, e a terra não era cultivada, sendo vendida escandalosamente prejudicando o patrimônio público.

Queiroz¹⁹³ faz o seguinte relato:

Em Santa Catarina também florescia o negócio dos *bandegós*. Havia advogados e rúbulas que, a serviço dos *coronéis*, viajavam para Florianópolis, freqüentavam o palácio governamental e regressavam com suas terras legalizadas. Ali também se processavam expulsões dos posseiros: ‘Os caboclos muitas vezes são desalojados pelos espertalhões.’.

A região do Contestado sofreu fortes conseqüências da Lei das Terras de 1850. Esta lei teve seu processo de regulamentação em 1854 e, de maneira geral, voltava-se à expropriação da terra. Esta tinha entre seus objetivos o povoamento da região sul pelos imigrantes e atender aos interesses da burguesia agrária emergente, concedendo-lhe títulos de terra. Esta legislação teve um marco muito importante na compra e venda das terras, superando o sistema tradicional da posse e deixando sem o acesso a terra a grande massa dos marginalizados, ou seja, os índios e os caboclos.

Quanto à pequena propriedade, Andrade¹⁹⁴ faz a seguinte observação:

A pequena propriedade dificilmente subsistia próxima ao latifúndio, pois os donos destes facilmente expandiam seus domínios, ora forçando a venda por parte dos pequenos proprietários, ora simplesmente expulsando-os da gleba que exploravam [...] Quando os moradores ensaiavam alguma resistência, jagunços eram utilizados para expulsá-los ou assassiná-los. Deste modo a grande propriedade se manteve e se expandiu em função do poder e da violência dos proprietários.

¹⁹² SOARES *apud* QUEIROZ, 1977, p. 75.

¹⁹³ QUEIROZ, 1977, p. 76.

¹⁹⁴ ANDRADE, 1987, p. 40.

2.5. A guerra do Contestado

2.5.1. A terra santa no Contestado

O Contestado não foge à regra daquilo que se observa nos movimentos messiânicos. Queiroz¹⁹⁵ salienta que, ao lado de José Maria, os camponeses lutaram movidos por uma exaltação mística e até mesmo em um verdadeiro estado de possessão.

Um dos aspectos de fundamental importância para este caráter místico após a morte de José Maria foi à crença na sua ressurreição. Terminada a batalha de Irani, os crentes, após sepultarem o monge, se dispersaram. Os sertanejos que estavam nas terras paranaenses regressaram às terras catarinenses. Após o regresso dos caboclos fluiu como uma epidemia a crença na ressurreição de João Maria e que este apareceria numa cidade santa. Peixoto¹⁹⁶ faz a seguinte observação: “Os discípulos de José Maria esperavam a sua ressurreição numa data certa e fixada. E na imaginação do sertanejo encastelava-se a crença em estarem diante de um novo Cristo”.

Diante desta nova realidade, os caboclos iniciaram a construção de redutos, simbolicamente como um novo espaço e um novo tempo. Dentre as inúmeras Vilas Santas, podemos destacar: Taquaruçu, Caraguatá e Santa Maria, que foram os principais centros da irmandade cabocla. Boeing¹⁹⁷ faz a seguinte reflexão: “Os ‘redutos vilas’ eram expressão da espera de algo novo, de uma nova ordem e de novos tempos”.

A respeito do movimento social do Contestado, a questão de limites provocou desconfiança por parte da população e criou, de acordo com Cabral¹⁹⁸, uma verdadeira guerra fria entre os dois Estados, e conseqüências geofísicas proporcionaram um desprestígio mútuo entre as autoridades. O autor prossegue dizendo que as condições geofísicas proporcionaram o surgimento de uma sociedade marcadamente agropastoril.

¹⁹⁵ QUEIROZ, 1977.

¹⁹⁶ PEIXOTO *apud* QUEIROZ, P. 105.

¹⁹⁷ BOEING, 2004, p. 199.

¹⁹⁸ CABRAL, 1979.

2.5.2. A Cidade Santa de Taquaruçu – após a morte de José Maria

Queiroz¹⁹⁹ relata que, nas proximidades da casa de Chico Ventura, havia uma igreja, e aos poucos nesta região foram construídas casas improvisadas de pinheiro rachado, sendo estes locais chamados de cidade santa. Segundo Queiroz²⁰⁰, o número de pessoas aumentava dia a dia neste local: “Famílias inteiras continuavam a chegar da serra de São Sebastião, de Tamanduá do Timbó, dos municípios de Curitiba e de Campos Novos e até de Canoinhas e do Irani”.

Existia a promessa de que José Maria retornaria a Taquaruçu, porém ele não retorna logo. Diante desta lacuna, surge a figura dos “videntes” que mantêm contato direto com José Maria e passam ordem ao povo. Neste reduto, constitui-se uma espécie de confraria com exigência de provas ritualísticas para o ingresso, sendo que Manoel exerce uma extraordinária influência.

A respeito da Campanha do Contestado, Cabral²⁰¹ faz à seguinte observação:

E o Quadro Santo de Taquaruçu do Bom Sucesso preparou-se para a luta, fazendo com freqüência exercícios simulados. Naturalmente o elemento místico havia de ser convenientemente explorado, pois era o elemento místico aglutinador por excelência, capaz de reunir sob uma só bandeira e conservar o espírito de sacrifício entre eles.

Queiroz²⁰² destaca que Manoel se encontrava quase que regularmente com o monge no interior da floresta, sendo que este lhe passava ordens que deveriam ser transmitidas ao povo. Finalmente José Maria determina por intermédio de Manoel que o povo deveria dirigir-se em massa para Taquaruçu, levando todos os pertences.

Monteiro²⁰³ esclarece que, nas Vilas Santas, a festa religiosa, que no passado ocupava um lugar de destaque na vida dos sertanejos, tornou-se uma festa permanente. “Perdeu o caráter de comemoração ou rememoração para tornar-se uma expressão do sagrado ou do sobrenatural”.

¹⁹⁹ QUEIROZ, 1977.

²⁰⁰ QUEIROZ, 1997, p. 116.

²⁰¹ CABRAL, 1979, p. 222.

²⁰² QUEIROZ, 1977.

²⁰³ MONTEIRO, Douglas. **Os errantes do novo século**. São Paulo; Duas Cidades, 1974, p. 170.

Taquaruçu, na concepção dos sertanejos, tornar-se-ia uma cidade santa. Neste local, ressurgiria dentre os mortos o monge, e esta volta não estaria destinada a apenas alguns eleitos, mas a toda a população. Este retorno do monge estava marcado para um ano após a sua morte. Famílias inteiras vendiam seus bens e passavam a fazer parte da irmandade, aguardando um verdadeiro pentecostes em Taquaruçu. Inicialmente, a chegada e a saída do reduto santo tornam-se algo natural. Porém, com o passar dos dias e o não retorno do monge José Maria, as retiradas são concedidas somente em casos especiais. Queiroz²⁰⁴ fala em formação de uma verdadeira irmandade. Exigem-se provas de quem quiser fazer parte da irmandade. Manoel exerce uma liderança com poderes extraordinários.

Diariamente nos redutos fazem-se procissão e rezas. Nestes rituais, no quadro santo, dão-se vivas a José Maria, a São Sebastião e à Monarquia. Quem se esquiva de participar deste ritual é castigado, sendo que os descrentes são chicotados e submetidos a castigos corporais. As concentrações e procissões não eram as exceções no cotidiano dos sertanejos, mas representavam momentos de resistência que alimentavam o sertanejo na busca da liberdade.

Vinhas de Queiroz²⁰⁵ faz a seguinte observação a respeito da confraria em Taquaruçu:

Como distintivo, os homens passaram a usar uma fita branca no chapéu. Raspam a barba e cortam o cabelo a escovinha; eis porque os adversários começam a chamá-los *pelados*. Eles, por sua vez, chamarão *peludos* aos inimigos da *Santa Religião*. Importa observar que, além do significado expresso, a palavra *pelado* possui a conotação pejorativa de “indivíduo pobre, sem dinheiro”, enquanto *peludo* se refere a “quem tem muita sorte”.

O movimento social do Contestado apresenta algumas semelhanças com o movimento de Canudos. As lideranças não estavam imbuídas em perseguir bens temporais para si próprias. O povo era educado de maneira assistemática, seguindo as disposições de seus líderes, que tinham posicionamento aberto frente aos poderes instituídos, assumindo feições inteiramente novas. A oração e os rituais de uma religião rústica permeavam o cotidiano dos sertanejos. Pregava-se abertamente a insurreição contra as leis. A falta de políticas públicas fazia-se sentir nas estratégias e ações cotidianas. O sertanejo tinha clareza da inação do Estado. Marx

²⁰⁴ QUEIROZ, 1977.

²⁰⁵ QUEIROZ, 1977, p. 117.

e Engels²⁰⁶ destacam: “As enormes somas que assim passavam pelas mãos do Estado davam, além disso, oportunidade para fraudulentos contratos de fornecimento, as corrupções, subornos, malversações e ladroeiros de todo o gênero”.

A Igreja Católica, através do frade franciscano Rogério Neuhaus, tenta estabelecer mediação para o povo radicado em Taquaruçu. Queiroz²⁰⁷, porém, relata que este religioso ficou perplexo diante do comportamento e da mentalidade daquela gente e da subversão de valores. Enfim, a *guerra de São Sebastião* não passava de uma idéia puramente mítica. É importante destacar que, neste contexto, havia um ritual de expulsão, sendo que os infiéis eram destituídos de seus cargos e eram considerados como impuros.

D'Assumpção²⁰⁸ aponta as seguintes condições do reduto de Taquaruçu:

A manutenção de milhares de pessoas que só se ocupavam em rezar, sem nada produzirem, seria um problema insolúvel sem o latrocínio. E o ajuntamento do gado alheio, então, começou a ser feito sem escrupulos. Era a malta de ladrões que se definia. Era a caterva de malfeitores que punha em ação suas baixas tendências para o mal. E aquela gente cheia de gravidade, vendo os terrenos arrelvados das margens de Taquarussu abastecidos de gado grosso e de gado miúdo, impava-se de contentamento, expandindo-se em estridulosos gritos. Era a besta fera que se regalava com o mal próximo...

O primeiro ataque a Taquaruçu obedeceu a um plano traçado pelo Secretário Geral do Estado de Santa Catarina, tendo a Polícia debandado num primeiro confronto. Queiroz comenta que, após o combate, um nervosismo geral apoderou-se dos moradores de Curitiba. Cavaram-se trincheiras e formou-se uma guarda de defesa. Porém, no segundo ataque a Taquaruçu, ocorreram o incêndio e massacre. Em fevereiro de 1914, a artilharia dizimou o reduto alvejado por metralhadoras do exército oficial. Os homens deslocaram-se para trincheiras, as casas foram queimadas sendo que o reduto foi destruído, mulheres e crianças que lá se encontravam foram mortas. . A história oficial pouco relata a respeito do papel das mulheres no movimento social do Contestado. Questões de gênero têm sido pouco abordadas na região na atualidade.

²⁰⁶ MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **As lutas de Classes na França de 1848 a 1850**. Rio de Janeiro: Vitória, 1956.

²⁰⁷ QUEIROZ, 1977.

²⁰⁸ D'ASSUMPÇÃO, 1917, p. 239-240.

Vinhas de Queiroz²⁰⁹ descreve de forma lúgubre a destruição final do reduto de Taquaruçu: “Ao anoitecer verificaram os assaltantes que a cidade santa ia sendo abandonada. [...] Através dos binóculos, os oficiais não viam ninguém no meio das casas destroçadas, apenas cães percorriam o recinto de um lado para o outro, e porcos no gramado fuçavam cadáveres”.

As forças da expedição trataram de organizar a área, após a batalha, com o sepultamento dos cadáveres e a queima do resto das casas. Na visão das forças oficiais tinha-se concebido que esta batalha da guerra servira como lição ao caboclo. Porém, foi um puro engano. Analogamente ao Povo Hebreu, que durante 40 anos caminhou no deserto em busca da *Terra Prometida*, os sertanejos movidos pelo misticismo caminhavam em busca da libertação.

Ávila da Luz²¹⁰ faz a seguinte observação a respeito do prosseguimento da luta de um povo, após a destruição do reduto de Taquaruçu:

Ao anoitecer de 8 de fevereiro, aproveitando-se da escuridão e da grossa chuva que caía, os fanáticos evacuaram o reduto de Taquaruçu e, embrenhando-se nos matos, foram, a convite de Maria Rosa, para o de Caraguatá, situado mais ao norte, nos domínios de Manoel Alves da Rocha, o Imperador do sertão.

Quanto aos trabalhos historiográficos sobre o movimento social do Contestado, inexistem pesquisas que evidenciam a importância da mulher na Guerra do Contestado. No entanto, há que se destacar que as mulheres em Taquaruçu tiveram um papel preponderante no sentido de limpeza da área e no sepultamento dos cadáveres que tombaram na batalha. Convém ressaltar que, após a morte de José Maria, muitas mulheres tiveram papel de destaque, entre elas estão Teodora, Chica Pelega e a Virgem Maria Rosa, denominada a heroína do sertão. Porém, no exercício da liderança deste povo, as virgens videntes tinham uma importância vital, ora servindo de intermediárias, ora assumindo, em determinados momentos, a liderança de fato do movimento. Alguns autores que comungam com a concepção da historiografia positivista consideram este espaço conquistado pelas virgens e meninos de Deus uma decorrência do fanatismo. Entretanto, Felipe²¹¹ comenta: “Do como e por que da fé e da confiança quase cega que os sertanejos, sempre tão

²⁰⁹ QUEIROZ, 1977, p. 131.

²¹⁰ LUZ, 1999, p. 185.

²¹¹ FELLIPE, 1995, p. 201.

ladinos, depositavam em suas ‘virgens’ e ‘menino-de-deus’, pessoas essas que, como já ficou esclarecido eram portadoras da capacidade paranormal, cujas faculdades se apresentavam espontaneamente com tanta profusão à época...”.

Após a destruição de Taquaruçu, os sertanejos dirigem-se ao reduto de Caraguatá. Ávila da Luz²¹² salienta que, a partir deste momento, o movimento que era abastecido pelo fanatismo religioso passa assumir feições de banditismo, uma vez que começa a atrair e aceitar bandidos e criminosos que se tornaram valiosos para a luta. Esta concepção não serve como diretriz para esta investigação, haja vista que, a partir do momento em que colocamos como foco a questão do fanatismo e do banditismo, estamos legitimando a visão de uma história oficial que fortalece os dominadores. Diante desta realidade, enfraquece-se a cidadania e a democracia.

Em Caraguatá, Euzébio, que fora a principal liderança em Taquaruçu, perdeu a liderança. Os sertanejos passaram a ser liderados por Maria Rosa. O motivo da perda de poder deste ícone do movimento social do Contestado foi ter sido atingido em uma perna por um tiro e nunca mais se ter superado da enfermidade. Tendo consciência de que ficara relegado a um segundo plano, começou a agir nos bastidores.

Em Caraguatá começa a aflorar e se mantém forte a concepção de monarquia, não num sentido político de forma de governo e dentro dos parâmetros da ciência política, mas na idealização de tempos passados. Os sertanejos entendiam por monarquia a “Lei de Deus”, enquanto que a república representava o detestado regime existente, “a lei do diabo”. Em síntese, Queiroz²¹³ esclarece: “[...] lutavam os sertanejos do Contestado não pela restauração de monarquia alguma, se é que emprestamos a esta palavra o conteúdo semântico que tem para nós, mas por um ‘reinado de paz, prosperidade e justiça na terra’”.

Neste reduto, os sertanejos passam a vivenciar o igualitarismo comunitário, marcado num primeiro momento pela exaltação mística que propunha a quem estivesse nos redutos que se despojasse dos bens terrenos. Além deste despojamento, o nivelamento era elemento de coesão dos sertanejos face ao poderio das tropas oficiais. Santos²¹⁴ assim expressa a dialética filosófica do espírito

²¹² LUZ, 1999.

²¹³ QUEIROZ, 1977, p. 141.

²¹⁴ SANTOS *apud* QUEIROZ, 1977, p. 142.

comunitário: “Quem tem, mói; quem não tem, mói também, e no fim todos ficarão iguais”.

Houve um aumento populacional em Caraguatá e uma divergência de interesses, o que é peculiar de qualquer movimento social. Neste reduto, prevalecia o espírito altamente comunitário, marcado pela partilha e pela solidariedade. Embora predominasse a divisão igual de comida e de meios necessários à subsistência, persistiu a propriedade particular. Queiroz²¹⁵ aponta: “A existência deste igualitarismo básico de condição econômica e de etiqueta, não significava, porém que reinasse a anarquia entre irmãos e que entre eles não houvesse diferenças de posição social. [...] não havia pai por filho, nem mulher pelo marido”.

Após um mês da destruição operada pelo combate em Taquaruçu, acontece o confronto entre as tropas do exército com os sertanejos acampados no reduto de Caraguatá. Maria Rosa exerceu um papel de grande importância na liderança dos sertanejos no movimento. A população do reduto via em Maria Rosa, que na época estava com 15 anos de idade, uma verdadeira santa e julgava ser ela dotada de uma sabedoria quase que absoluta. Quando algum forasteiro se apresentava no acampamento, Maria Rosa era quem assumia a função de fazer uma triagem no sentido de verificar se era um ato sincero de conversão ou um ato de espionagem.

O reduto de Caraguatá serviu para fortalecer e, ao mesmo tempo, motivar os sertanejos para batalha. Com a vitória em Caraguatá, os sertanejos, entusiasmados, se reforçam em todos os sentidos. Nos fins de março, aconteceu o êxodo, com uma procissão de aproximadamente 2 mil pessoas, encabeçada por Maria Rosa. Os sertanejos levantam um novo reduto em Bom Sossego.

Sobre o reduto de Bom Sossego, Vinhas de Queiroz²¹⁶ faz a seguinte contextualização:

Pouco ao norte de Bom Sossego, o Vale do Timbozinho – rico em ervais nativos – era defendido por antigos posseiros, que por vezes se socorriam dos interesses de Santa Catarina, contra a intrusão de elementos como *coronéis* Arthur de Paula e Fabrício Vieira, os quais, da margem direita do Iguazu, pretendiam estender seus domínios, par a par com a administração do território em disputa.

²¹⁵ QUEIROZ, 1977, p. 143.

²¹⁶ QUEIROZ, 1977, p. 143.

Em Bom Sossego, o reduto passa a ser denominado de São Sebastião. Neste local, chegou a haver, no momento de auge da Guerra do Contestado, mais de 500 casas e cerca de 2 mil moradores. Neste reduto, estabelecem--se a mesma rotina e os mesmos cerimoniais. Ao ocupar o Vale do Rio Timbó, os sertanejos expulsam da região as autoridades paranaenses. Neste reduto, aparece a figura do Alemãozinho – Henrique Wolland, que passa a administrar com severas ordens, como, por exemplo, que ninguém poderia falar alto, nem rir, nem beber. De acordo com Queiroz²¹⁷, “A quem desrespeitasse essas ordens, seria dado a forma de um conselho; em caso de reincidência, o indisciplinado sofreria surra de vara de marmelo, e, em caso extremo seria morto”.

A Guerra do Contestado vai se delineando dentro de um espectro notadamente marcado pela violência militar, a violência econômica e a violência cultural, num contexto em que o Estado legitima as práticas patrimonialistas, paternalistas, cartoriais e clientelistas, ou seja, o poder público privatizado.

A ação imensurável das forças do exército age impiedosamente contra os sertanejos dos redutos de São Sebastião. Entretanto, a ação do exército, apesar da euforia inicial foi sufocada pelas emboscadas, o que teve por consequência inúmeras baixas. O exército teve como comandante o General Mesquita, que, de acordo com Soares²¹⁸, fez o seguinte relatório ao solicitar a exoneração do comando das tropas:

Solicitei também a minha exoneração por ter concluído [...] a minha missão, não me competindo mais andar com forças federais à caça de bandidos, como capitão-do-mato do tempo da escravatura. Aos governos do Paraná e de Santa Catarina compete agora, com suas forças policiais, exterminar os bandidos que aparecerem, limpando assim, a zona de elementos perniciosos. Em parte, a culpa é dos referidos governos, que descaram da instrução, deixando a ignorância campejar livremente, chegando o fanatismo a constituir grupos, como o que acho de aniquilar numa vitória inglória.

O personagem Alemãozinho vem assumir, no movimento social do Contestado, o papel de um verdadeiro Calabar da História do Brasil. Sua ação no movimento vai ser ao lado das tropas oficiais, fornecendo informações e elementos estratégicos para o exército.

²¹⁷ QUEIROZ, 1977, p. 155.

²¹⁸ SOARES *apud* QUEIROZ, 1977, p. 159.

Há que se destacar que o General Mesquita foi vencido pelos sertanejos, o que veio fortalecer o sentimento de invencibilidade. Este clima proporcionou segurança no reduto, atraindo pessoas marginalizadas e salteadores que vagavam em toda a região. Inclusive há que se destacar que vários capangas dos *coronéis do mate* vieram fazer parte do reduto. Um novo militar aparece na guerra comandando o exército brasileiro, o General Matos Costa, evidenciado como uma pessoa inteligente, dotada de visão social e humanista a respeito do Contestado.

O Coronel Matos Costa entrou em contato direto no sentido de detectar o que estava acontecendo no reduto; com sua simpatia, logo inspirou confiança no sertanejo. Porém, a sua aproximação com os redutos teve como consequência a perda de comando da virgem Maria Rosa, pela qual desenvolveu uma paixão. Este personagem foi morto numa emboscada armada pelos sertanejos, o que ocasionou enfrentamento entre o grupamento do exército e os sertanejos.

A respeito da queda de Maria Rosa do Comando dos Sertanejos, Felipe²¹⁹ comenta: “No posto supremo do comando, Chico Alonço cortou em definitivo as relações com Maria Rosa. Passou a consultar diretamente seu arbitrário besunto. Dizia que proseava com o padrinho João Maria e São Sebastião, com os quais tomava pareceres para as necessárias providências no andamento da causa”.

Em todo movimento se aglutinam concepções, forças, interesses... Seria utópico conceber que os movimentos sociais, e de modo especial o Contestado, tivessem em seu seio um grupo de pessoas com os mesmos objetivos. No ápice do movimento, o território ocupado pelos sertanejos abrangia uma região de 28.000 quilômetros quadrados. Havia um reduto maior e redutos menores que se articulavam, e, de acordo Vinhas Queiroz²²⁰, neste território viviam cerca de 20.000 sertanejos. “Os redutos surgiam em geral no meio de troncos de uma derrubada mal concluída. [...] um conjunto de ruas e ruelas tortuosas desembocava numa grande praça quadrada, onde se erguia a igreja”.

Um dos problemas presentes no Contestado refere-se à questão das terras. Cabe destacar-se que a Lei das Terras de 1850 dificultou o acesso dos menos favorecidos a terra. Os movimentos sociais, e em especial o movimento do Contestado, apresentam características dos movimentos camponeses marcados pelo desenvolvimento intensivo do capitalismo no meio rural. Na essência desses

²¹⁹ FELIPPE, 1995, p. 170.

²²⁰ QUEIROZ, 1977, p. 177.

movimentos, estão questões relacionadas a terra. Ianni²²¹ explica os mecanismos da Lei das terras no Brasil e na América Latina: destaca que nesses países eram feitas leis destinadas a tirar as terras das comunidades indígenas, expulsar camponeses das terras ocupadas, transformar trabalhadores rurais em vendedores da força de trabalho, incentivar o desenvolvimento do capitalismo no campo.

O capitalismo revoluciona o modo de viver e de trabalhar do camponês, e os relacionamentos acontecem de forma vertical. Nesta situação, os interesses do capital preponderam, sendo o camponês tratado de cima para baixo. Ianni²²² explica que, mesmo sofrendo esta condição subalterna, o camponês reage de diferentes modalidades: resignação, fatalismo, banditismo, tocaia, revoltas, messianismo... Os grupos dominantes da América Latina são moldados com o jeito e o modo de ser dos conquistadores, estando o camponês nesta situação desfavorável e sendo colocado à margem de todo o processo social, político e econômico.

Sobre estas questões, Ianni²²³ assim se expressa:

Às vezes é cidadão a meias. Outras vezes, pode contar com uma cidadania totalmente regulada, tutelada ou outorgada. Está sujeito à violência estatal, enquanto cidadão presuntivo, e sujeito à violência privada, do latifundiário ou coronel, enquanto trabalhador rural atrelado às estruturas locais, municipais ou regionais do mando e do desmando. Sob essas condições, o camponês é colocado em posição totalmente subalterna no espaço de mercado e das estruturas jurídico-políticas nacionais.

O que certamente irritou os camponeses do Contestado foi a facilidade de aquisição e legalização das terras com o apoio do Estado, por parte dos sindicatos estrangeiros. Esta situação gera o descaso com relação aos camponeses que ficam relegados sem nenhuma política social. Para garantir suas posses, os representantes utilizavam-se da violência armada. Queiroz²²⁴ faz a seguinte observação: “Um profundo conhecedor da área confirma que entre as razões mais fortes por que os sertanejos tomavam parte da Guerra do Contestado estava ‘a explosão de um sentimento de revolta contra as grandes concessões de terra, as quais vinham escorraçá-los daquilo que entendiam ser a propriedade’”.

²²¹ IANNI, 1985.

²²² IANNI, 1985.

²²³ IANNI, 1985, p. 33.

²²⁴ QUEIROZ, 1997, p. 179.

Este sentimento de ter sido ludibriado e, ao mesmo tempo, ter perdido suas posses para os estrangeiros, com a aquiescência dos órgãos governamentais, começa a fazer parte do cotidiano dos camponeses. A questão da terra sem dúvida começa a fazer parte consciente do ideal de luta dos camponeses. O elemento comunitário se faz presente no processo revolucionário.

Sobre esta questão Marx e Engels²²⁵ declaram:

[...] É somente na comunidade [com os outros que cada] indivíduo possui os meios para desenvolver as suas faculdades em todos os sentidos; é somente na comunidade que a liberdade pessoal é possível [...] Na comunidade real, os indivíduos adquirem sua liberdade simultaneamente com sua associação, graças a essa associação e nela.

O movimento do Contestado reuniu homens das diversas classes sociais da região, exceto a camada dominante que era formada pelos *coronéis*. Ao que se sabe, nunca se tornou explícita a reivindicação de derrubada do *coronelismo*. Frente à complexidade de organização, diferentes concepções e grupos se associaram ao movimento. A guerra do Contestado toma um rumo de descontrole uma vez que, no seu início, principalmente em Taquaruçu, o espírito da reunião dos camponeses era de cunho altamente comunitário e religioso. Este descontrole é visto pela literatura histórica positivista como jaguncismo. Não se concorda com esta concepção, haja vista desfavorecer e ocultar o lado dos vencidos. Após a morte de Matos Costa, assume o comando do Exército Brasileiro no Contestado o General Setembrino de Carvalho, militar de larga experiência no que diz respeito à repressão de movimentos. O General Setembrino de Carvalho havia lutado destemidamente no sertão de Canudos, na Bahia. Inicialmente tratou de planejar estratégias no combate aos camponeses e fez um apelo aos habitantes dos redutos que se entregassem, sob a promessa de proteção do governo do estado do Paraná, que também lhes daria títulos de terra. Sua chegada no Contestado aconteceu em 1914. Vinhas de Queiroz²²⁶ assim descreve as ameaças feitas aos sertanejos pelo militar: “A contar, porém, desta data em diante, os que não fizerem espontaneamente e forem contados nos limites da ação da tropa, serão considerados como inimigos e assim tratados com todos os rigores das leis de guerra”.

²²⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friderich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

²²⁶ QUEIROZ, 1977, p. 195.

Neste mesmo ano, acontece em Curitiba um episódio marcante que foi o incêndio da Vila. Nas vésperas do episódio, a maior parte das famílias fugiram para as cidades vizinhas de Lages e Blumenau. Muitos dias antes da queima da cidade, o *coronel* Francisco de Albuquerque havia fugido da Vila, e, na ocasião, fugiu também o superintendente Marcos Gonçalves de Farias. Na queima de Curitiba, foram destruídos o prédio da Intendência Municipal e a Cadeia. Os camponeses pouparam a casa onde funcionava o cartório, que pertencia a um dos componentes do movimento chamado pela alcunha de Chico Ventura. Ao todo foram queimadas cerca de 17 ou 18 casas, e, no dia 30 de setembro de 1914, os autores da ação abandonaram a Vila, dirigindo-se para a região de Lages. Fr. Redempto Kulmann²²⁷ faz o seguinte depoimento sobre tal acontecimento: “Uma testemunha ouviu dos fanáticos que ‘incendiaram as repartições públicas e outras casas, como vingança da destruição da Cidade Santa, em Taquaruçu, destruição essa atribuída à influência e ordens do *Coronel* Francisco de Albuquerque e seus amigos”.

Nos primeiros dias do ano de 1915, o General Setembrino de Oliveira coloca em ação o plano das quatro colunas. Este plano proporcionou o cerco dos camponeses por aproximadamente 7 mil homens; na ação contra o sertanejo, cada soldado levava víveres para dois dias de batalha e munição para 120 tiros.

Os redutos passam a enfrentar, a partir deste momento, um conflito interno provocado pela fragilidade de seus líderes. Elias de Moraes e Maria Rosa foram acusados de trair o movimento e entregar os sertanejos ao governo. Este conflito interno ocasionou celeumas quanto à posição das lideranças. Os confrontos com as tropas do exército brasileiro eram constantes, tendo como consequência a entrega de alguns dos componentes do movimento. Os camponeses começaram a passar fome, as vestes estavam esfarrapadas e nos redutos havia quase que completa falta de higiene, o que provocou uma epidemia de tifo no reduto de Santa Maria.

Carvalho²²⁸ coloca em evidência o seguinte relato feito pelo General Setembrino de Oliveira, referente à pacificação do Contestado:

Minados por privações de toda ordem, aliados à negligência dos mais rudimentares princípios de asseio, com as vestes em farrapos, formavam estes fanáticos, compostos principalmente de mulheres e crianças, bandos

²²⁷ KULMAANN *apud* Queiroz, p. 196.

²²⁸ CARVALHO *apud* BOEING, 2004, p. 78.

desolados cujo aspecto inspirava compaixão. Notei que predominava entre eles uma disenteria, provavelmente efeito do esgotamento orgânico.

O último dos chefes rebeldes foi Adeodato, personagem que assumiu a liderança dos camponeses devido aos conflitos e divisões internas. Esta liderança vivenciou os momentos mais desesperadores da guerra e utilizou-se da força física para manter o grupo dos sertanejos coeso. Sua postura no agir chegou ao ponto de mandar matar sua esposa e casar-se com sua comadre, viúva do antigo comandante Chiquinho Alonso. Adeodato mostra sua audácia na execução de sertanejos, chegando inclusive a mandar assassinar seu próprio padrinho.

Adeodato, enquanto liderança no Contestado, torna-se importante no sentido de se determinar o surgimento e substituição das lideranças. Suas características físicas o caracterizam como um caboclo e homem de cor. Quanto à sua ocupação anterior ao movimento, foi tropeiro e domador. Durante o movimento social do Contestado, chegou à liderança do movimento, lutando contra o exército brasileiro e as tropas do Estado do Paraná e de Santa Catarina. Presume-se que fosse analfabeto, e sua atuação enquanto liderança sertaneja durou 13 meses. Machado²²⁹ destaca o ingresso de Adeodato no movimento:

É difícil precisar quando ocorreu o ingresso de Adeodato no movimento rebelde. Com certeza não participou desde o início, pois todos os que fazem referência a este ponto são unânimes – Adeodato só se faz presente nos redutos a partir de 1914, antes disso, continuou com sua atividade de tropeiro, que já não era a mesma, tinha um campo de atuação cada vez mais restrito. Um conjunto de transformações sinalizavam que seu mundo estava mudando.

A ação da liderança de Adeodato chega a seu auge quando o reduto-mor é mudado para Santa Maria, localizado nas proximidades de Caçador, região privilegiada pela natureza. Os camponeses passaram a acreditar que Santa Maria era um lugar sagrado. Em toda a região, espalhou-se o mito de que lá todos seriam imortais. Este reduto chegou a ter 5.000 habitantes. Vinhas de Queiroz²³⁰ destaca: “Havia mangueira onde centenas de reses esperavam para a matança. Dez homens eram empregados como carneadores: abatiam-se de dez a doze cabeças por dia.”

Machado²³¹ observa que, em janeiro de 1915, mais de 15 mil pessoas estavam morando no reduto de Santa Maria. Convém ressaltar que a infra-estrutura

²²⁹ MACHADO, 2004, p. 288-289.

²³⁰ QUEIROZ, 1977, p. 211.

²³¹ MACHADO, 2004.

do reduto não proporcionava alimentos para todos os seus habitantes. O autor esclarece que diariamente mais de 30 pessoas morriam em função do tifo, sendo estas enterradas em valas comuns. Outro aspecto abordado pelo autor prende-se ao fato de que nos redutos havia muito respeito com as famílias: caso alguém ultrapassasse os bons costumes e a moral sertaneja, corria o risco de punições e até mesmo de morte. O senhor João Maria Palhano²³², remanescente caboclo do Contestado, “afirma que Adeodato matou muitos irmãos no interior dos redutos”.

À medida que o movimento social do Contestado vai se aproximando de seu desfecho, muitas são as crueldades cometidas, criando-se um verdadeiro clima de terror. Adeodato é visto como um dos grandes matadores de irmãos dentro do próprio reduto, imbuído da manutenção de seu poder. Esta situação coloca o Quadro Santo em crise.

Machado²³³ assim descreve as crueldades praticadas no final da Guerra do Contestado:

Os momentos finais da irmandade cabocla foram marcados pela divergência explícita de render-se ou não às tropas do governo. Como Adeodato era partidário da continuação da guerra, ele via os capitulacionistas como traidores em potencial, uma vez que, não raro, havia vários ‘ex-fanáticos’ entre os vaqueanos a serviço das tropas legais. Apesar das inúmeras brutalidades praticadas por Adeodato, não há relato que indique estas mortes se teriam dado por ‘vontade divina’ ou para “tirar o diabo do corpo”. As execuções aconteciam por problemas de disciplina interna ou por tentativa de fuga.

Esta investigação não tem por objetivo aprofundar historicamente o movimento do Contestado, haja vista a existência de inúmeras produções históricas sobre o movimento. É importante destacar a abrangência do movimento enquanto espaço territorial. O trabalho investigativo busca aprofundar os pressupostos sócio-antropológicos relativos ao Contestado, tornando-se, neste sentido, importante contextualizar o Contestado a partir dos seguintes elementos: sedes municipais, principais combates, povoados e caminho das tropas

²³² PALHANO *apud* MACHADO, 2004, p. 308.

²³³ MACHADO, 2004, p. 308.

da vasta área dos redutos e a falta de alimentos e munições principiava-se a fazer-se aguda entre os fanáticos.”

Segundo Machado²³⁵, o Coronel Marcos Gonçalves de Farias governa até 1918, tendo como opositores os coronéis Almeida e Albuquerque. O Coronel Albuquerque foi morto em 1917 pelas facções políticas opositoras. Foi eleito, em 1919, seu filho Euclides Albuquerque. A partir de 1922, Curitibaanos, durante dez anos, tem como superintendente o Coronel Henriquinho de Almeida, que foi executado por seus adversários, em 1932.

A respeito da situação política de Curitibaanos nas duas primeiras décadas do século XX, Machado²³⁶ faz a seguinte análise: “A fissura intra-oligárquica, uma das motivações do conflito na região de Curitibaanos, havia se consolidado profundamente. A conversão no movimento e ao modo de vida rebelde de uma camada significativa de fazendeiros médios e pobres não pode ser revertida antes da derrota final do movimento pelado”.

Quanto aos demais redutos no movimento do Contestado, Santa Maria no final da Guerra enfrenta uma situação de fome. Vinhas de Queiroz colheu depoimentos de remanescentes do movimento social do Contestado em que relatavam que, devido à fome, os camponeses na fase final do movimento comiam couro cru, correia, capa de cangalha e bruaca, além de caroço do fruto da imbuia assado no borralho. Alguns sertanejos que sobreviveram relataram a seus descendentes que, às vezes, passavam seis dias sem comer.

Um dos importantes confrontos no final da Guerra do Contestado foi do reduto-mor. Esta batalha teve uma forte reação dos sertanejos, porém as forças dos soldados recém chegados e a astúcia dos vaqueanos do exército fizeram tombar por terra muitos sertanejos.

Queiroz²³⁷ assim descreve a destruição do reduto de Santa Maria:

[...] Só à noite, e depois que caiu forte nevoeiro, é que esmoreceu a troca de balas. Os soldados de ambas as colunas acabaram de saquear o reduto e o incendiaram. Logo ao romper da madrugada toda a força levantou acampamento. Levando miseráveis despojos e carregando os feridos em redes, rumou para Tapera. ‘Neste trajeto, alguns jagunços renitentes provocaram ainda uma despedida à tropa: dos matos, onde estavam acampados, fizeram alguns disparos que logo foram abafados por uma descarga breve e violenta dos retirantes’.

²³⁵ MACHADO, 2004.

²³⁶ MACHADO, 2004, p. 314.

²³⁷ QUEIROZ, 1977, p. 229.

O movimento social do Contestado, de acordo com Ávila da Luz²³⁸, começa a vivenciar o seu momento crepuscular. Os camponeses já não tinham mais forças para lutar. O conflito chega ao seu término em fins de 1915 e início de 1916. Os sobreviventes se entregam na sua grande maioria, sendo alguns capturados pelas forças oficiais.

Este período foi marcado pela violência indiscriminada, porém também se adotou um critério de seletividade. Machado²³⁹ explica que muita gente morreu na guerra e muita gente foi paga para matar. Torna-se difícil estabelecer quantas pessoas morreram exatamente na Guerra do Contestado e quantas foram executadas quando se rendiam. No pós-guerra aconteceu uma limpeza da área, sendo muita gente morta, e esta é uma das páginas da Guerra do Contestado que não foi elucidada. Machado²⁴⁰ evidencia o posicionamento do governo do estado de Santa Catarina: “O governador Felipe Schmidt informa que, nos últimos meses do combate, os mais temíveis bandoleiros, indivíduos da pior espécie, rebeldes a todo contato com a civilização, postos fora da lei da humanidade pelos crimes atrozes que praticaram, foram mortos em combate com as tropas de Vieira da Rosa”.

Um aspecto a ser refletido a partir da visão institucional refere-se à questão do posicionamento do Estado, que mais uma vez se coloca ao lado do capital. Por outro lado, exime-se de qualquer responsabilidade quando classifica os vencidos como seres da pior espécie, bandidos, bandoleiros... Esta concepção encontra-se impregnada através dos tempos no imaginário de nossa população, servindo para a manutenção dos mecanismos de poder.

Uma hipótese que se levanta ao efetuarmos uma análise do movimento social do Contestado é que este episódio perpassa historicamente as gerações com a visão da historiografia oficial. Presume-se que, no final do movimento, devido ao clima de terror gerado na região, assinalado pela fome, morte, criaram-se o silêncio e o medo que se reproduzem através dos tempos.

Quanto ao líder do movimento Adeodato, ele saiu do movimento foragido, indo para São José do Cerrito, sua terra natal, sendo preso somente em agosto de 1916. Vinhas de Queiroz²⁴¹ faz a seguinte observação sobre a prisão de Adeodato:

²³⁸ LUZ, 1999.

²³⁹ MACHADO, 2004.

²⁴⁰ MACHADO, 2004, p.322.

²⁴¹ QUEIROZ, 1977, p. 245.

Depois de entregar as armas, foi levado para a Vila de Canoinhas onde a notícia circulou. 'O demônio está encarcerado; é ele mesmo em carne e osso', anunciava o jornalzinho local (jornal Imp. 6-8-1916). Dali, após ser interrogado, enviaram-no sob forte escolta para a cadeia de São Francisco, no litoral, pois as autoridades de Canoinhas julgavam que do xadrez local ele podia evadir-se.

Vinhas de Queiroz²⁴² prossegue analisando que Adeodato esteve no presídio de São Francisco do Sul, sendo transferido posteriormente para Florianópolis. Em Florianópolis, Adeodato é morto, e, segundo a versão oficial, sua morte encontra-se ligada à tentativa de fuga da penitenciária local, quando foi alvejado por um tiro de policiais que guarneciam esta instituição.

A guerra chega ao seu final ? Não, foi somente o fim da guerra camponesa no sertão do Contestado. Machado²⁴³ assim observa: "Sem dúvida, com o fim da guerra sertaneja, o poder dos coronéis contou com muitas condições favoráveis para tornar-se mais abrangente e discricionário sobre as populações caboclas do planalto".

A guerra continua ainda hoje; o palco, o cenário e o enredo continuam os mesmos. O povo da região serrana ainda trilha num deserto esperando a volta do exército encantado de São Sebastião. No Planalto Catarinense, estruturado a partir da ótica de exploração capitalista selvagem, existe um povo que caminha e que luta pela sua emancipação. Nossos camponeses morreram... 4, 8, 10 ou 20 mil neste conflito rural. Não, eles não morreram. O sonho de liberdade, de emancipação permanece na memória dos vivos que hoje lutam para a construção de uma outra história.

²⁴² QUEIROZ, 1977.

²⁴³ QUEIROZ, 1977.

3. O SUMIÇO DA PLACA: UM NOVO LANCE NA GUERRA DO CONTESTADO

3.1. A educação instituída na região

É importante analisar os impactos sofridos em todos os recantos de nosso planeta em consequência das transformações por que passa o mundo atual. É também importante observar, neste contexto, o papel do Estado e da sociedade civil no processo de educação e o espaço ocupado pelo cidadão nesta sociedade. A respeito desta questão Bobbio²⁴⁴ afirma:

O Estado, ou qualquer outra sociedade organizada onde existe uma esfera pública, não importa se total ou parcial, é caracterizado por relações de subordinação entre governantes e governados, ou melhor, entre detentores do poder de comando e destinatários do dever de obediência, que são relações entre desiguais; [...].

O Estado moderno assume, de certa forma, um papel de dominação quase que absoluta decorrente de sua real função na atualidade. Este Estado por consequência de sua atuação sofre pressões advindas dos conflitos e mecanismos internos da sociedade. As pressões são decorrentes das condições impostas pela elite inserida dentro deste mesmo contexto social e que domina o Estado. Nesta investigação, adota-se o conceito de sociedade civil para designar as instituições que representam a vida social, sendo uma delas o Estado. Neste processo, o Estado, ou é representante da sociedade civil ou, caso contrário, não terá a sua legitimidade. A luta pelo poder entre o Estado e a sociedade civil é assim observada por Dallarosa²⁴⁵: “[...] constitui o fundamento do que se entende por cidadania,

²⁴⁴ BOBBIO, Norberto. **Estado governo sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.15.

²⁴⁵ DALLAROSA, Adair Ângelo. **Estado, educação e cidadania**. Caçador: Editora Universidade do Contestado, 1998, p. 24.

sendo que o cidadão é aquele que faz o Estado e não aquele que é apenas instituído pelo Estado”.

Ressalta-se que este Estado instituído é sustentado pela propriedade privada, sendo representante dos grupos que mantêm o poder econômico, não correspondendo aos reais interesses da sociedade civil, ou seja, as políticas advindas deste poder representam os interesses das classes que dominam, relegando a um segundo plano os legítimos interesses da população. Marx e Engels²⁴⁶ comentam:

A burguesia, por ser uma classe e não mais um estamento é obrigada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, e dar uma forma geral a seu interesse médio. Através da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquire uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para a garantia de sua propriedade e de seus interesses.

O processo educacional de uma sociedade acontece de maneira formal e informal. Ao longo da história, a educação é uma das formas pelas quais o homem procurou a garantia de sua vida no estabelecimento das relações com os demais, bem como consigo mesmo e com o cosmo.

Podemos afirmar que, a cada modelo de sociedade desejada corresponde pelo menos um modelo de homem e de cidadão, para cuja formação a educação passa a contribuir. Educar o indivíduo para ser um cidadão ativo, agente transformador, requer que se entenda este ser humano como portador de direitos e deveres. A partir destes fundamentos, o indivíduo toma consciência de seu lugar dentro da sociedade, sendo esta estruturada de acordo com os interesses da real maioria. Nesta perspectiva, o indivíduo torna-se a razão de ser do Estado. Porém, o que se observa é que, muitas vezes, as transformações não se consolidam não por causa da compreensão crítica por parte da população, mas como adverte Freire²⁴⁷ adverte: “[...] por causa das condições precárias em que vivem e sobrevivem, porque vêm sendo proibidas de saber, a saída é a propaganda ideológica, a ‘sloganização’ política e não o esforço crítico [...]”.

Neste contexto, é de grande importância o indivíduo se questionar como se situa dentro da sociedade. Torna-se fundamental situar-se na realidade histórica

²⁴⁶ MARX; ENGELS, 1986, p. 97.

²⁴⁷ FREIRE, 1976, p. 106.

vivenciada em nosso país no final do século XIX e início do século XX. Neste período, o Brasil experimentou a passagem de um período monárquico para um período republicano em que as elites se perpetuaram no poder. Dentro da conjuntura mundial, políticas neocolonialistas foram implantadas juntamente com o imperialismo das grandes potências industrializadas e a dominação dos grandes grupos econômicos. Historicamente, nas primeiras décadas de nossa República, a sociedade brasileira vivenciou um Estado Oligárquico Agrário. Neste contexto, Sader²⁴⁸ faz a seguinte indagação: “O que é o ‘Estado oligárquico’? Segundo a afirmação de Augustin Cueva é a ‘expressão superestrutural do processo de implantação do capitalismo como modo de produção dominante nas entidades sociais latino-americanas’”.

A educação, neste momento, acompanhou as mudanças da época, servindo de sustentáculo à estrutura social dominante. Dentro desta realidade é que se estrutura o processo de educação dos camponeses do Contestado. E esta dominação tem perpassado gerações, sendo o processo educacional formal e informal voltado para a passividade, ou seja, para uma adaptação ao mundo, em vez de tornar as pessoas sujeitos históricos, arquitetos e conceptores de projetos voltados às mudanças sociais. Diante do perigo representado pelo pensamento autêntico, Freire²⁴⁹ comenta brilhantemente que este ato, caso se concretize em toda a sua magnitude, torna-se um ato perigoso para os mecanismos de poder instalados em nossa sociedade.

O movimento social do Contestado aconteceu dentro de uma estrutura de dominação que se perpetuou através das gerações, influenciando na educação do povo desta região. O que se observa nesta sociedade são ações centralizadoras, marcos do processo de educação opressora que se reproduz nesta sociedade até os dias atuais. Neste ambiente, as pessoas são massificadas, sendo marcadas pelo terror branco que gera a cultura do medo e do silêncio.

Os marginalizados são vítimas e conseqüências desta sociedade. Para não despertá-los para a busca de seus direitos, é necessário educá-los para que se tornem passivos e domesticados. Esta lógica instituída na educação formal e informal da região faz parte do passado e da realidade presente.

²⁴⁸ SADER, Emir. **Estado e política em Marx**. São Paulo: Cortez, 1993, p. 20.

²⁴⁹ FREIRE, 1987.

Em contraposição à cultura do medo e à cultura do silêncio institucionalizadas no cotidiano dos seres humanos, perpetua-se a cultura da satisfação por parte daqueles que oprimem. A respeito desta questão coloca-se em evidência o cenário do selvagem sistema capitalista na América Latina, onde a maioria são os perdedores e a minoria os bem-sucedidos. Há que se destacar que os dominadores, para manterem sua situação de privilégios, elaboram teorias buscando legitimar e naturalizar esta realidade. Neste sentido, Cury²⁵⁰ salienta que a educação pode ser um referencial de legitimação ou de transformação social:

A educação, embora de gênero e função específica, é produto humano e conservará o caráter dialético dos fenômenos existentes na estrutura social. Assim, ao mesmo tempo que expressa a estrutura, pode ocultá-la. De outro lado, a estrutura social gera novas exigências para a educação, que ao captá-las antecipa um modo de ser do futuro, que determina tarefas para o presente.

A concepção de educação para a cidadania assumida nesta pesquisa refere-se à totalidade social, sendo esta originada do mesmo processo que deu origem ao ser humano adaptado à natureza e a si mesmo. Dallarosa²⁵¹ conclui:

Deste modo, a educação para a cidadania precisa necessariamente formar um novo homem que, além dos conhecimentos técnicos, possua também consciência de sua condição social e dos determinantes desta condição para que, na prática cotidiana possa fazer frente ao sistema e às circunstâncias negadoras da cidadania.

Para que formemos um cidadão ativo, torna-se básica sua educação política, a fim de que o ser humano supere a apatia e o despreparo, garantindo a consolidação da participação, do pluralismo e da democracia, elementos fundamentais para o desenvolvimento humano. Por outro lado, quando excluimos os indivíduos do acesso a esta educação, estaremos excluindo-os da cidadania.

O ser humano, nos diversos momentos da história da humanidade, vivenciou no seu cotidiano o preservar de certas informações passadas, destacando as que têm importante representação no presente. Através da memória histórica ou da memória social, o ser humano intervém na ordenação dos vestígios, determinando a releitura destes vestígios a partir de referenciais atuais. Le Goff²⁵² enfatiza da seguinte maneira a importância da memória social: “O estudo da memória social é

²⁵⁰ CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 54.

²⁵¹ DALLAROSA, 1998, p. 121.

²⁵² LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996, p.426.

um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”.

Le Goff²⁵³ observa ainda que, nos povos sem escrita, a memória coletiva encontra-se organizada em torno de três grandes eixos: a idade coletiva do grupo, que traz em sua essência uma fundamentação mitológica, os prestígios das famílias dominantes expressos através das genealogias e o saber técnico repassado através de práticas ligadas ao fenômeno religioso. Com o surgimento da escrita, ocorreram profundas transformações na memória coletiva. O autor²⁵⁴ faz a seguinte observação sobre esse período: “Todavia, nestes tempos, o escrito desenvolve-se a par do oral e, pelo menos no grupo dos clérigos e literatos, há um equilíbrio entre memória oral e escrita, intensificando-se o recurso ao escrito como suporte da memória”.

Dentro desta perspectiva, é importante destacar que a memória do movimento social do Contestado é fortemente marcada pela oralidade, de certa maneira influenciada por uma memória da história oficial reproduzida até o momento atual. Neste contexto, preservam-se no coletivo abordagens míticas e o culto às famílias tradicionais.

O povo, o sertanejo, o homem sofrido do sertão, não faz parte desta história, haja vista ter sido relegado pela história oficial. Os anos oitenta são marcados pela efervescência dos movimentos sociais, da Pedagogia Crítica e da Teologia da Libertação. A escritora²⁵⁵, cuja obra torna-se o ícone da história oficial de Curitiba, assume o seguinte posicionamento em carta escrita a D. Honorato Piazzera, bispo diocesano de Lages, mostrando de certa forma a visão hegemônica dos grupos de poder. No expediente, além de condenar as ações da Igreja a partir de Puebla com a opção pelos pobres, faz a seguinte afirmação:

Eu sei que a Igreja pôs toda a sua esperança nos pobres. Pelo menos, foi o que li no mensageiro de Santo Antônio. Essa é uma grande utopia, Sr Bispo, sendo que a classe pobre, inculta e mal estruturada está já assumindo a imoralidade geral, isso porque ela própria nunca teve formação adequada como “classe trabalhadora”, limpa de malícias e mentiras. Creio que não haverá o que salvar.

²⁵³ LE GOFF, 1996.

²⁵⁴ LE GOFF, 1996, p. 450.

²⁵⁵ LEMOS, Zélia de Andrade **[Carta ao Bispo da Diocese de Lages.]** 2 f. 09/12/1985. Museu Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1990.

Esta carta ao bispo diocesano de Lages deixa transparecer, de certa maneira, a mentalidade dominante em Curitiba, e as observações aqui feitas não têm o caráter de ataque direto às idéias veiculadas nestes documentos nem ao trabalho da historiadora, à qual devemos muitas pesquisas feitas sobre a história local. Porém, o que se questiona é a concepção de seus escritos, que trazem em sua essência o pensamento dominante, tendo influência direta na educação dos habitantes no período pós-guerra como reflexo do pensamento vigente.

Na década de 80, o Brasil vivenciou o período da abertura após longos anos da ditadura militar. Neste ambiente marcado pela crítica, vieram à tona temas como reforma agrária e voto do analfabeto. Este pensamento foi repudiado pelo grupo hegemônico em Curitiba que se preocupava com a manutenção do *status quo*. Julgamos que este pensamento da escritora traduz os interesses dos dominantes, haja vista que a escritora, considerada a maior historiadora de Curitiba, nunca teve trabalhos como objetos de severas críticas e repressões. Sobre os temas que na época estavam no auge das discussões a autora²⁵⁶ comenta:

Voto do analfabeto, errado, depõe contra o povo, desestimula o aprendizado. Servirá apenas para aumentar o número de deputados na assembléia e, com o tempo, teremos uma grande liderança inepta, atrasada.

Reforma Agrária – o brasileiro, antes de receber títulos de terras, deve ser preparado para amá-la e trabalhá-la, ao contrário, venderia a gleba por qualquer preço, como aconteceu aqui, onde um cidadão trocou um lote por uma bicicleta.

As afirmativas sobre estes assuntos cruciais deixam transparecer conservadorismo e até uma postura reacionária frente a questões tão importantes para a sociedade brasileira naquele momento. Com relação ao tema Reforma Agrária, ainda nos dias atuais tem-se uma concepção conservadora quando comentada ou trazida para ser discutido na academia. No cotidiano das aulas na Universidade, onde se tenta fundamentar conteúdos ligados à História Regional com referenciais teóricos críticos, predominam a visão oficial e atitudes conservadoras. Torna-se difícil extrapolar o senso comum. Em outro expediente, a escritora²⁵⁷ tece o seguinte comentário ao remeter uma carta a uma autoridade em destaque no Estado de Santa Catarina:

²⁵⁶ LEMOS, Zélia de Andrade. **[Carta a Fr. Félix Fegger.]** 24/07/1985. 1. f. Arquivo do Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1990.

²⁵⁷ LEMOS, Z. **[Carta ao Dr. David Carneiro.]** 13/12/1984. 4 f. Arquivo Histórico do Museu Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1990.

O Sr. já deve estar sabendo, surgiu uma nova versão sobre a origem do movimento – luta pela posse da terra – contra o qual estou me insurgindo. Por sinal, o senhor me advertiu, há anos, de que o sociólogo Maurício V. de Queiroz aproveitara-se dos fatos para impor sua doutrina comunista.

Esta investigação tem por objeto uma análise do movimento social do Contestado e seu desdobramento na atualidade no setor educacional da região. Portanto, há que se esclarecer que o objeto desta pesquisa focaliza o processo educacional da região, principalmente no período pós-massacre. Não se tem por escopo avaliar a autora que tem vários escritos sobre o Contestado e história da região, mas certamente discutir concepções de história que exerceram grande influência no processo de educação do povo desta região. A história aqui transmitida através dos tempos foi a história oficial, ou seja, a história do Estado trabalhada numa perspectiva positivista, enaltecendo heróis, fatos, famílias tradicionais, coronéis e, relegando a maioria da população a meros coadjuvantes da “verdadeira história”. Esta concepção fica bem clara, na seguinte afirmação da escritora²⁵⁸: “Os autores de hoje, fundamentando-se na teoria marxista, eliminando o fanatismo, criaram o mito do caboclo-jagunço-herói”.

Outro aspecto interessante encontra-se registrado no Decreto 1.136/80, da Câmara Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, a qual adota como oficial o livro *Curitibanos na história do Contestado*, utilizando-se como argumento para isso o fato de os mais antigos documentos de Curitibanos constarem na referida obra. Este livro foi escrito pela curitibanense Zélia Lemos de Andrade. Através deste ato, o Poder Legislativo tornou legal e oficializou como história oficial a obra da escritora. Assim, até o momento atual, sem haver nenhuma discussão teórica, este livro representa a história oficial que deve ser repassada às gerações mais jovens. Com este ato, fecha-se, de certa forma, o espaço para o debate e a crítica que possam contribuir no processo de emancipação e propugnar as reais mudanças de Curitibanos e da região. Com isto, destaca-se ainda que a história contada a este povo foi sempre a história dos vencedores..

Detalhadamente, há que se criticar a postura fechada e acrítica de história passada à população, tendo reflexos para a educação da posteridade. Destaca-se

²⁵⁸ Lemos, [Carta ao Dr. David. Carneiro.] 13/12/1994.

ainda, após criticar os historiadores que trilhavam o materialismo histórico, o seguinte relato da escritora²⁵⁹:

Com a mudança política ocorrida em Curitiba, consegui a fundação de um jornalzinho, onde, citando depoimentos de pessoas idosas, procuro orientar a população. Mas tenho sentido críticas e ataques de pessoas que querem impor aqui o culto jagunço, com desfiles sensacionais, teatro, etc. E tudo isso, embora tenha explicado que os caboclos perderam a guerra, e não há o que comemorar.

Através deste posicionamento, a escritora torna clara a sua opção ideológica e a utilização de veículos de comunicação para não deixar que o povo seja iludido por pensamentos profanos acerca da verdadeira história. A autora deixa transparecer uma visão dogmática da história. Numa de suas cartas a Frei Félix Fegger, que havia sido transferido de Curitiba pela Congregação dos Franciscanos, a escritora²⁶⁰ mostra preocupação com a divisão da Igreja entre o clero tradicional e os progressistas defensores da Teologia da Libertação.

Le Goff²⁶¹ realça que a cientificidade da memória histórica pode estar relacionada a dois tipos de materiais, os quais são enfatizados em sua análise: os documentos e os monumentos. O autor explica ainda que os monumentos são herança do passado, enquanto que os documentos são de escolha do historiador. Quanto ao monumento, Lê Goff²⁶² faz a seguinte explicação etimológica dele enquanto sinal do passado: “A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’”.

O autor salienta ainda que monumento é tudo o que pode evocar o passado trazendo recordações e se perpetua através dos tempos. Historicamente, desde a idade antiga os homens se utilizaram de monumentos voltados à comemoração e as recordações. Le Goff²⁶³ assim explica a importância do monumento na manutenção da memória coletiva: “O *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à

²⁵⁹ LEMOS, [**Carta ao Dr. David Carneiro.**] 13/12, 1994.

²⁶⁰ LEMOS, 1986.

²⁶¹ LE GOFF, 1996.

²⁶² LE GOFF, 1996, p. 535.

²⁶³ LE GOFF, 1996, p. 536.

memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela são testemunhos escritos”.

3.2. A placa: um atentado à história oficial

Curitibanos apresenta como característica peculiar na sua história acontecimentos destas paragens que oferecem ao povo da região um número significativo de monumentos, dentre os quais o monumento alusivo aos destemidos tropeiros que desbravaram os sertões levando tropas de gado provenientes do Rio Grande do Sul a Sorocaba; também temos o monumento do período da Revolução Farroupilha, em que fomos palco de uma sangrenta batalha no Capão da Mortandade; e, na última década do século XIX, vivenciou-se a Revolução Federalista. Enfim, em Curitibanos temos monumentos em homenagem a São João Maria, ao tropeiro e à Guerra do Contestado. A respeito do Contestado, durante o Governo de Esperidião Amin, foram afixadas 22 placas²⁶⁴, sendo que uma das placas de bronze fez parte de um monumento edificado solidamente na Praça da Matriz, ou seja, Praça da República.

A placa sobre o Contestado é uma das réplicas de outras placas, com inscrições contextualizadas, que foram distribuídas na década de 80 como um marco memorial alusivo ao movimento social do Contestado. Neste período, um grupo de pesquisadores e historiadores, apoiados pela Fundação Catarinense de Cultura e em especial o Governador do Estado de Santa Catarina Esperidião Amim, buscaram resgatar, através de um projeto, a memória do homem desta região. Os monumentos foram um dos pontos fortes deste projeto. Em Curitibanos, no monumento erigido existiam duas placas. A primeira placa tem a seguinte inscrição:

Entre os anos de 1912 e 1916, ocorreram os episódios que passaram a ser conhecidos pela designação de Guerra do Contestado; sobretudo um conflito social em que milhares de caboclos tomaram defendendo seus direitos à posse de sua terra. Lutaram contra o sistema opressor, o capitalismo estrangeiro e o abandono em que se encontravam. Revoltaram-se contra os grandes fazendeiros, coronéis, autoridades e contra todos os

²⁶⁴ Durante o Governo do Estado de Santa Catarina de Esperidião Amim, de 1983 a 1987, o setor da cultura, objetivando “preservar a identidade catarinense”, através do resgate da memória do homem do Contestado. Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas, vários monumentos com placas alusivas ao Contestado fizeram parte deste projeto cultural.

que os subjugavam. Neste chão foi lançada uma semente pelos homens e mulheres do Contestado: sonho de justiça social.

Esperidião Amim Filho

No mesmo monumento, representando o pânico vivenciado pelo homem do Contestado, foi colocada uma outra placa com os seguintes dizeres:

Este monumento perpetua a data de 26 de setembro de 1914, de triste lembrança para a população desta cidade. Aqui aconteceu o episódio do incêndio de Curitiba. Quando um grupo de caboclos, na luta contra o preconceito contra o coronelismo, ataca a cidade, incendiando prédios e saqueando a casa dos moradores que fogem para as cidades vizinhas. Por três dias os sertanejos sob o comando de "Castelhano" fizeram imperar vivência e pânico em toda a cidade, despejando sua revolta contra os fazendeiros e autoridades,

Este movimento de resgate da memória aconteceu na década de 80, período em que fervilhavam grandes expectativas marcadas pela anistia e pluripartidarismo, campanha por eleições diretas para Presidente da República e os movimentos da Igreja Progressista embasados na Teologia da Libertação. Um novo lance na Guerra do Contestado começa a ser delineado. A autora²⁶⁵ da história oficial de Curitiba sente-se de certa forma espezinhada pelos acontecimentos e, num expediente encaminhado ao escritor Maurício Vinhas de Queiroz, faz o seguinte comentário:

[...] infelizmente, porém, como já lhe dei conta, há uma onda por aqui, encabeçada pela Universidade, e secundada pelo governador Amim e seus aproveitadores, procurando marginalizar o movimento (sic) e, numa campanha, encheu a cabeça do povo da versão Posse da Terra.

Através das placas fixadas na matriz, percebe-se fortemente um choque de concepção a respeito da história de Curitiba da região, já que a única considerada verdadeira era a história dos patriarcas e das marquesas, sendo que os conteúdos históricos contidos nas placas advindas do movimento que buscava resgatar a memória do Contestado trazem em sua essência elementos do materialismo histórico, ou seja, procuram dar voz aos vencidos. No mesmo documento, a escritora²⁶⁶ assim se manifesta sobre como ocorreu o processo de construção do monumento com suas respectivas placas:

²⁶⁵ LEMOS, Z. [Carta ao Professor Maurício Vinhas de Queiroz.] 15/02/1987. 1 f. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1993 a 1990.

²⁶⁶ LEMOS, Z. [Carta ao Professor Maurício Vinhas de Queiroz.] 15/02/1987.

Ainda em janeiro o governador com o apoio de certo historiador de Caçador e da velha diretora do museu daqui colocou uma grande placa de concreto, onde nas duas peças de texto vêm escritas por eles todas as mentiras apregoadas por eles nesse tempo. Faltando a figura ou qualquer alusão ao monge João Maria, a guerra não passa de uma luta pelas terras, os fazendeiros, autoridades etc. E na peça referente ao incêndio de Curitiba disseram que o cabeça foi o miserável castelhano isso porque ele foi morto e não deixou aqui descendência. Esta peça traz inclusive um erro em português. Estão manipulando nossa história fazendo dela uma estorinha.

Este episódio realmente foi uma afronta contra o poder altamente centralizador e com as características coronelistas que se reproduz através dos tempos na região. A autora mostra-se extremamente chocada e contrária à versão da luta pela terra. Ela não admite tratar-se de processo de exploração e exclusão advindo da estruturação econômica do planalto catarinense. A placa iria se transformar num novo lance na Guerra do Contestado. Foi o que prometeu Zélia Lemos no documento expedido ao Professor Vinhas de Queiroz²⁶⁷ “Estou revoltada e vou fazer alguma coisa para que ela [a placa] suma daqui”.

A Guerra do Contestado continuou no período pós-massacre. Não foram necessárias a vinda das tropas da Polícia Militar de Florianópolis, nem a utilização de aviões com finalidade bélica, fuzis, canhões e emboscadas... A maior batalha doravante seria a batalha da placa. Como primeiro e maior aliado contra as “nefastas” inscrições, advertido pela escritora, foram as repercussões negativas do preâmbulo de um livro no qual o autor, Engenheiro Mário Marcondes de Oliveira, discorre sobre o tema “*Contestado: Distorções e Controvérsias*”. Esta parte da obra é prefaciada por Luis Carlos Pereira Tourinho, Presidente do Instituto Histórico Geográfico do Paraná. A escritora curitibanesa²⁶⁸ encaminhou ao poder legislativo municipal o referido preâmbulo, anexado em uma carta, evidenciando as repercussões negativas entre os sócios do Instituto e intelectuais, e fez a seguinte sugestão ao Presidente da Câmara Municipal de Curitiba: “[...] tomo a liberdade de sugerir a V. S^a. que comunique-se com o Instituto, Presidente Luis Carlos Tourinho, Rua José Loureiro 43, Curitiba, declarando estarmos já tratando da substituição das inscrições.”

Não concordando com as inscrições contidas nas placas, haja vista que as mesmas apresentam um teor de heresia frente aos dogmas da história oficial, a

²⁶⁷ LEMOS, 15/02/1987.

²⁶⁸ LEMOS, Z. [Carta ao Presidente da Câmara Municipal de Curitiba.] 15/02/1987. 3 f. Arquivo do Museu Histórico Antônio Granemann . Pastas de 1973 a 1990.

escritora²⁶⁹ fez a seguinte proposta de nova inscrição para o monumento, que não chegou a sair do papel:

Curitibanos surgiu como um pouso dos tropeiros de **em** 1730. Tornando-se freguesia em 1864, elevou-se a Município em 1869, formando o maior território do estado e alcançando com suas fronteiras a região do Contestado. Sua crônica relata vários movimentos revolucionários, como a Revolução Farroupilha, a Revolução Federalista e a Revolta dos Fanáticos, chamada Guerra do Contestado. Este movimento, originado em 1912, no Taquaruçu, teve como fundadores Eusébio Ferreira dos Santos, Francisco Pais de Farias e Manuel Alves de Assunção Rocha, os quais, fanatizados por José Maria, congregaram milhares de caboclos da área, em nome do Monge João Maria, e pela restauração da Monarquia. Destruindo Curitibanos a 26 de setembro de 1914, foram incendiadas a Prefeitura Municipal, Correios e Telégrafos, redação de “O Trabalho” e várias lojas e residências. Depostas as armas em 1916, ficou um saldo imenso de vidas humanas e bens materiais. Sobrevivendo à tragédia, Curitibanos, hoje, volta-se para os ideais de cultura e progresso.

Esta proposta feita à Câmara Municipal de Curitibanos, que chancelou através de decreto a oficialidade desta concepção de história da escritora, deixa transparecer elementos que caminham em direção a uma visão positivista da história, enaltecendo heróis, por um lado, e, por outro, deixando de fora o caboclo e a real situação da maioria dos habitantes do Contestado. A escritora evidencia de forma muito forte os termos “fanáticos” e “fanatizados”. Ambos os termos encontram-se assinalados de forma cauterizada, ainda nos dias atuais, na memória popular, uma vez que é muito comum ouvir esta expressão quando se aborda o tema do movimento social do Contestado como “A Guerra dos Fanáticos”. O termo fanático assume, por sua vez, um caráter pejorativo, vindo reforçar o processo de dominação. Na última frase da placa dentro do referencial da história dominante faz-se a afirmação de que Curitibanos, na atualidade, “volta-se para os ideais de cultura e progresso”.

A guerra da placa, um novo lance na Guerra do Contestado, colocou em cena a idealizadora e diretora do Museu Antônio Granemann de Souza. Esta obra surgiu de um movimento no período em que se comemorou o sesquicentenário da Independência do Brasil. Neste período, objetivando incrementar a comemoração, foi convocada uma comissão que decidiu coletar objetos e documentos da história regional. A professora que liderou este movimento tornou-se a primeira diretora do Museu Municipal. Entretanto, pelos documentos disponíveis, observa-se que

²⁶⁹ LEMOS, [Carta ao Presidente da Câmara Municipal de Curitibanos.] 15/02/1987.

principalmente com a colocação da placa na Praça da República e fatos anteriores, criaram-se situações conflituosas. Em documento escrito à historiadora local, a diretora do Museu²⁷⁰ faz a seguinte observação a respeito do fornecimento de alguns documentos não ortodoxos de acordo com a concepção oficial para uma feira em Curitiba:

[...] Os dados fornecidos foram baseados no que havia escrito, na maior boa vontade e sinceridade e longe de movimento histórico e mesmo polêmico. Como expus acima, uma velha professora não iria agora jogar-se ao ridículo, intitulando-se de escritora, historiadora para deturpar a história de um povo, que fez sua “história com luta”.

Esta carta foi endereçada ao Dr. Cyro Elke, que viria a Curitiba esclarecer algumas “deturpações” concernentes ao nome de Curitiba através da rádio local. A diretora²⁷¹ do Museu assim se posiciona: “Como já expus, não tenho esta pretensão ridícula de entrar em polêmica com o que escreveram, (isto por que existem vários autores e a respeito da história e sou uma simples estudante)”.

Entretanto, a questão da placa na Guerra do Contestado foi parar no poder legislativo municipal de Curitiba²⁷², que exarou o seguinte posicionamento através de um expediente à historiadora oficial de Curitiba. Convém ressaltar que este posicionamento foi subscrito por todos os edis que, naquela legislatura, faziam parte daquela Casa de Leis:

A Presidência desta Casa, juntamente com os Srs. Edis abaixo subscritos, vem manifestar seu mais irrestrito apoio a V. S^a., no sentido de serem substituídas ou apagadas do texto as expressões contidas no monumento erguido na Praça da República e que, de maneira errônea e não condizente com as verdades históricas, procuram resumir os fatos épicos conhecidos como ‘A HISTÓRIA DO CONTESTADO’.

Tais inscrições, à luz dos mais autorizados historiadores, entre os quais honro incluí-la, contêm expressões que, sem dúvida, desvirtuam a participação de Curitiba e sua brava gente naquele momento histórico de nosso Estado.

Entretanto, cumpre dizer, a bem da verdade, que o malsinado monumento foi lá afixado sem que, em nenhum momento se consultasse o Legislativo de nossa terra, pelo que damos a “obra” como sendo propriedade do GOVERNO DO ESTADO.

Dito isto, com o presente emprestamos o nosso mais irrestrito apoio à insurreição de V. S^a contra as aleivosas e aberrantes insinuações que lá se fazem contra a nossa gente.

²⁷⁰ NERCOLINI, M.B. [Carta ao Dr. Cyro Elke.] 16/05/1980. Arquivo Histórico do Museu Antônio Granemann de Curitiba. Pastas 1973 a 1990.

²⁷¹ NERCOLINI, M.B. [Carta ao Dr. Cyro Elke.] 16/05,1980.

²⁷² CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS. [Of. 120/88 à Z. Lemos.] 29/11/1988. 1f. Arquivo Histórico Antônio Granemann. Pastas de 1973 a 1990.

Este documento deixa transparecer nas entrelinhas o processo de educação de um povo a partir do discurso político. Torna-se importante destacar o tipo de educação e o tipo de sociedade que se quer construir a partir do discurso político. Esta concepção, à luz dos acontecimentos históricos, não é algo novo, mas que vem sendo passado através dos tempos, sendo o poder político um dos que a mantêm como meio de articulação para a manutenção dos grupos dominantes. Observa-se, através do posicionamento do corpo de edis, a sugestão de que tal placa venha a ser substituída, haja vista que não condiz com a verdade histórica. Este posicionamento, com o qual não se concorda, crê, segundo a concepção do Poder Legislativo Municipal, que a verdade histórica é aquela que vem ao encontro dos interesses dos grupos que controlam o poder em Curitiba. Os edis ainda classificam a placa: “como errônea e não condizente com a verdade histórica”. A verdade histórica aqui, diga-se de passagem, é aquela que está com uma minoria que domina e que oprime.

Um dos personagens deste capítulo que entrou em cena na investigação documental é o governador da época, ou seja, em 1987, quando foi erigido um monumento alusivo ao movimento social do Contestado na Praça da República em Curitiba. Inicialmente, a historiadora da história oficial curitibanense²⁷³ fez a seguinte abordagem em expediente encaminhando ao governador do Estado Esperidião Amim:

Va. Exci^a (sic), durante o seu governo, vem se batendo por uma versão errônea da guerra dos nossos caboclos. Atribuo isto à influência do trabalho apressado e de fundo ideológico dos sociólogos que por aqui passaram à procura de subsídios para suas teses. Assim, o Prof. Maurício Vinhas de Queiroz, embora tenha dado tanto relevo ao depoimento de meu tio, chamando-o de “importante documento”, não o seguiu até o final, concluindo aquilo que julgava mais importante, ou seja, generalizando e resumindo o movimento numa luta pela posse da terra.

Isso, tanto ele com nós curitibanenses, sabemos que é uma mentira de fundo marxista, e não corresponde à verdadeira história do levante de nossos caboclos fanatizados pela figura de São João Maria, seu patrono e guia.

Duas questões de relevância foram abordadas pela escritora. Primeiramente, é a visão fechada de história e de ciência. De forma simplista, colocou uma visão dogmática da história, não admitindo nenhuma outra possível

²⁷³ LEMOS, Z. [Carta ao governador do Estado de Santa Catarina.] 20/01/1987. Arquivo do Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1990.

vertente de estudos para a história. Outro aspecto a ser evidenciado é um posicionamento categórico de que a Guerra do Contestado não tem em suas origens as causas relacionadas à questão da terra, sendo apenas fruto de um fanatismo religioso. Porém, descuidou-se a escritora ao assumir uma visão unilateral da questão. Entretanto, é de grande importância destacar-se que, nesta sociedade, as instituições e o processo educacional se encontram estruturados a partir da lógica dominante. No entanto, a escritora, ao fazer a hermenêutica do grito de Viva a Monarquia na festa de Bom Jesus em Taquaruçu e presente em vários momentos do movimento, adverte que não se refere às terras, nem às particulares nem às contestadas.

Discorda-se deste posicionamento da escritora, haja vista que a posse da terra e a estrutura fundiária se constituem num problema evidente que acompanha a história da humanidade, gerando inúmeros problemas sociais.

Outro aspecto salientado pela autora refere-se às novas concepções de análise dos fatos históricos. Foram feitas muitas produções de cunho folclórico, enquanto que muitos pesquisadores que procuraram estudar academicamente o movimento do Contestado não o fizeram sem estar de posse das ferramentas científicas para que este estudo fosse efetuado. As maiores contribuições que vieram a desvelar determinados aspectos que se encontravam ocultos foram de historiadores que, minuciosamente, seguindo o rigor da ciência, procuraram realizar pesquisas a respeito deste movimento social. Em certos trechos da carta, a escritora torna-se contundente, assim se dirigindo ao governador do Estado da época²⁷⁴: “V. Ex^a. tem que rever suas bases. Retornando ao longínquo passado, temos a questão de limites com o abandono da área e a conseqüente marginalização dos caboclos”.

Através deste escrito, bem como de outros, a autora parece tentar fazer uma leitura dialética da história local, porém logo retorna aos fatos, enaltecendo heróis. A escritora deixa bem claro a sua lamentação sobre o que ocorreu com a placa da seguinte maneira²⁷⁵: “Lamento a V. Ex^a. que se tenha gastado com um CONTESTADO que não convence, que infelizmente, mais uma vez, joga uns contra os outros.”

²⁷⁴ LEMOS, Z. [**Carta ao governador do Estado de Santa Catarina.**] 20/01/1987.

²⁷⁵ LEMOS, Z. [**Carta ao governador do Estado de Santa Catarina.**] 20/01/1987.

No final de seu expediente ao governador do Estado de Santa Catarina, a historiadora local²⁷⁶ aponta alguns aspectos que, pelos dizeres escritos na placa, não merecem a nossa aprovação:

1º A luta não foi pela posse de terras.

2º falta aí a figura ou alguma alusão ao Monge João Maria, patrono dos fanáticos.

3º na placa referente ao incêndio, omitiram propositadamente os nomes de chefes tais como Paulino Pereira e os irmãos Sampaio, citando apenas o de Castelhana, um miserável que não deixou descendência. Nossa placa há erros de português gravíssimos.

4º os jagunços não ficaram aqui 3 dias, conforme o texto. Embora o incêndio tenha levado três dias, eles tomaram conta da Vila e da região, dominando-a por três meses, até que chegassem as forças do Coronel Estilac Leal.

3.3. A história oficial

Esta pesquisa tem como foco o Contestado no período pós-massacre e o desdobramento deste movimento na atual situação educacional na região. Primeiramente, é importante analisar que o livro da escritora Zélia Lemos *Curitibanos na História do Contestado*, que foi oficializado pela Câmara Municipal de Curitibanos pelo Decreto 1136/80, de maneira geral deixa transparecer o comprometimento político da autora com os setores dominantes da sociedade curitibanense. Fato palpável foi a sua participação na sessão solene em 12 de dezembro de 1986, quando foi lançado um livro referente à Guerra do Contestado de autoria de Alfredo de Oliveira Lemos. No discurso, a escritora²⁷⁷, que é sobrinha do autor cujo livro lançado, fez a seguinte observação, após fazer todo um trabalho biográfico enaltecendo a figura pública de seu tio:

Neste relato tão dramático quanto a nossa história revela. Este historiador narra com a sua honestidade peculiar, as atrocidades cometidas pelos jagunços, revelando também com muita coragem as arbitrariedades e desmandos das forças do governo. Foi ele o primeiro a acusá-los contando que no auge da vingança, quando os caboclos desarmados e em estado miserável foram arrastados pelas estradas, para serem fuzilados pelas costas.

²⁷⁶ LEMOS, Z. [**Carta ao governador do Estado de Santa Catarina.**], 20/01/1987.

²⁷⁷ SESSÃO SOLENE NA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS [**LANÇAMENTO DO LIVRO: A história dos fanáticos em Santa Catarina. Discurso.**] 09/12/1986. 1f. Arquivo Histórico do Museu Antônio Granemann de Curitibanos. Pastas 1973 -1990.

Neste discurso feito pela escritora, observa-se que a mesma evidencia que no movimento existirem atrocidades por parte dos caboclos, os quais denomina de jagunços, e, por outro lado, destaca como legítima a ação radical das forças oficiais contra os nossos sertanejos, num cenário de miserabilidade, sendo sertanejos assassinados brutalmente pelas forças de repressão do Estado.

Outro lance importante a respeito do histórico de Curitiba foi o trabalho folclórico produzido pela Secretaria Municipal de Educação em 1986, coordenado por Vicente Telles²⁷⁸, sendo que a escritora questiona veementemente as concepções do trabalho que, num calendário de hortas domésticas, havia assim se expressado:

A divulgação da conquista do território do Contestado motivou a corrida dos chamados Coronéis de fazenda para a região. Eles passaram a adquirir títulos de posse da guarda nacional. Com capangas, agrimensores e recursos materiais considerados modernos à época, os coronéis invadiram os sertões, e expulsavam de suas terras os primeiros povoadores.

A historiadora local se referiu ainda aos trabalhos desenvolvidos por Telles, considerando-os uma injúria para os curitibanenses, por tratar-se de uma história muito tendenciosa e ideológica. E, nesse mesmo expediente ao prefeito municipal, assim se manifestou²⁷⁹ :

Sr. Prefeito, aí está claríssimo que nossa gente descende dos antigos fazendeiros e coronéis ladrões de terras, e portanto culpados pela Guerra do Contestado! Será possível aos curitibanenses que conhecem a sua história e a sua origem dos bens de seus antepassados, suportar caladamente esta afronta? Além do mais, temos que considerar o seguinte: Curitiba dispõe de um livro de história do seu município e povo. Por que é que esses aventureiros se metem com a nossa história, e até enviam panfletos para aqui.

Esse panfleto do Telles não pode de forma alguma ser utilizado com a finalidade didática, e por isso sugiro a V. S^a. mande destruir todos os exemplares que se encontram na Prefeitura e no Museu.

Neste expediente, encaminhado ao Prefeito Municipal da época, reflete-se a visão limitada de ciência e de história, consideradas como propriedades intocáveis dentro de uma visão unilateral. Percebe-se também a visão arraigada da

²⁷⁸ TELLES, Vicente. **Calendário**. 1f. Curitiba, 1986.

²⁷⁹ LEMOS Z. **[Carta ao prefeito municipal Armando Costa.]** 11/03/1986. 1 f. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas 1973-1990.

propriedade de uma história oficial que deve ser repassada dogmaticamente às gerações mais jovens. Convém ainda destacar a pedagogia opressora utilizada no sentido de educar um povo, que é carregada como um fardo para a posteridade. Torna-se importante salientar a sugestão, quase que de forma autoritária, passada ao prefeito municipal através desse ofício, no sentido de que todo o material produzido dentro de uma concepção mais aberta, com raízes no materialismo dialético, deve ser destruído, incluído todos os exemplares que estão no Museu e na Prefeitura Municipal. Este gesto autoritário da historiadora expressa em sua essência o autoritarismo presente também no setor educacional. Os que dominam o poder político e econômico têm que segurar as rédeas do discurso educacional, sob pena de terem que ver o alvorecer das consciências em busca de uma nova sociedade.

A escritora da história da Guerra do Contestado em Curitiba escreveu uma correspondência ao presidente da Câmara Municipal tecendo comentários a respeito de um programa que escutou na Rádio Coroador, segundo o qual, dentre as ruas a serem denominadas nesta cidade, uma receberia o nome de Rua do Contestado. A escritora contesta e solicita do presidente da Câmara que impeça a aprovação deste nome, haja vista ser ambíguo e nada honroso aos curitibanenses. A historiadora²⁸⁰ local trouxe as seguintes evidências:

A questão do Contestado, conhecida nos meios intelectuais de Santa Catarina e de todo país, nada trouxe de bem a Curitiba, muito ao contrário, nosso município sofreu os horrores de uma guerra, cujos prejuízos materiais e morais, cobriram-se de miséria e de vergonha.

Conforme vem exposto em meu livro – CURITIBANOS NA HISTÓRIA DO CONTESTADO – a revolta dos sertanejos curitibanenses de 1912, misto de política e de religião, teve sua principal causa no abandono da região denominada Contestado – disputada na época pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina, cujos governos, à espera de uma solução eternamente adiada, nada aplicavam em benefício da população pobre e ignorante da área, população essa que, com o passar do tempo, devido a outras circunstâncias que não cabem aqui, foi aumentando, surgindo então a convulsão social denominada guerra do Contestado – ou revolta dos jagunços.

Considerando-se o prejuízo do incêndio de 1914, da parte dos jagunços a então Vila de Curitiba; considerando-se o número de mortos, inválidos, órfãos de guerra, empobrecidos; considerando-se que, a partir daí, Curitiba ficou sendo chamada 'terra de bandidos'; considerando-se que

²⁸⁰ LEMOS, Z. **[Carta ao presidente da Câmara Municipal de Curitiba.]** Curitiba, 25 set. 1980. 1 f. Arquivo Histórico do Museu Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1990..

nosso município levou ainda muitos anos para se refazer dos reveses sofridos, peço a V. S^a dirija-se ao Sr. Prefeito Municipal, transcrevendo este ofício, pedindo-lhe seja substituído tal título por outro, mesmo porque a “Questão do Contestado” não deve ser objeto de homenagem, e, sim, de estudo.

Há que se discordar da escritora no sentido que a Questão do Contestado nada trouxe de benefícios para Curitibanos. O movimento social do Contestado é um dos grandes movimentos latino-americanos que mostra a luta aguerrida de um povo em prol de sua libertação. Nenhum povo deve ter vergonha da sua história nem dos ideais buscados por seus antepassados, que lhes custaram o sacrifício de suas próprias vidas. Talvez seja vergonhosa a história que se perpetua apenas dentro dos ideais dos vencedores. É uma honra estarmos em uma região onde seres humanos foram imolados, sacrificados, porque lutavam pelos seus direitos.

Em outro parágrafo, a autora, fazendo referência a sua obra “CURITIBANOS NA HISTÓRIA DO CONTESTADO”, caracteriza este movimento como misto de religião e de política. É interessante e de certa forma paradoxal que, em determinados posicionamentos, a autora se refira ao abandono da região. Diante desta premissa, deve-se admitir que o abandono da região significa o não atendimento do Estado às demandas sociais: a não existência de políticas públicas, um Estado privatizado servindo a interesses das poderosas oligarquias regionais sustentadas pelo coronelismo local. Quando se afirma que eram os governantes que esperavam uma solução quase sempre adiada, tornam-se palpáveis as marcas da inação governamental. Dentro deste contexto, é óbvio que as conseqüências nem podiam ser outras senão a pobreza e a ignorância, e, como reação a esta situação, eclodiu uma convulsão social que jamais pode ser denominada revolta dos jagunços. O que se observa e se assume nesta tese é que o movimento social do Contestado foi uma convulsão originada de um povo espoliado em seus direitos. Quando se utiliza o rótulo de movimento jagunço, defende-se o lado do vencedor e se justificam muitas das atrocidades cometidas ao longo da história. Porém, admite-se que, no Contestado, de modo semelhante a muitos outros movimentos de nossa história, esse movimento envolveu uma gama bastante ampla de forças e de interesses. Pode-se conceber que, em determinados momentos, houve atitudes que ultrapassaram determinados limites, porém, como resposta às inúmeras violências e pressões advindas das forças oficiais.

Quanto às conseqüências do movimento social do Contestado, destaca-se que o mesmo traz as marcas de qualquer movimento onde se chega às vias de fato da violência física deixando uma infinidade de marcas para a posteridade. O incêndio de Curitiba tem que ser questionado, não podendo ser colocado apenas como uma atitude de jaguncismo. Há muito a ser pesquisado e explorado sobre os reais motivos, dentro da complexidade do contexto, da queima de Curitiba. Discorda-se também da escritora que o Contestado não seja motivo de homenagem, haja vista que aqueles que não se acovardam como mantenedores do *status quo* devem receber condecorações em toda a sua extensão. A escritora conclui:²⁸¹ “[...] assino, como historiadora do Município, como também, como filha e neta de curitibanenses que muito sofreram com as conseqüências da citada ‘questão’ pela mudança que tiveram que fazer, abandonando suas vidas e haveres”.

Entre lances e relances, o Contestado batalha no sentido de que este importante movimento social da história brasileira seja discutido abertamente, não se limitando à visão oficial. Um dos documentos que travou choque com a historiadora oficial de Curitiba encontra-se no livro, que lhe foi presenteado em 1983, intitulado *Contestado: A Guerra do Novo Mundo*, de Antônio Pedro Tota, que, na visão da escritora, faz parte de uma literatura que apresenta distorções na interpretação do movimento. Este autor assume, a respeito da Guerra do Contestado, um posicionamento em que a questão dos limites está relacionada à questão da terra como perpetuação do poder.

Num expediente encaminhado pela escritora²⁸² da história oficial de Curitiba sobre a obra do escritor Tota²⁸³, ela firma o seguinte, a partir de sua leitura da obra e de outros acontecimentos na região:

Enfim até os comunistas estão vendo no movimento certa identidade com o deles: a vida em comum, foi só no começo; e a guerrilha como tática, não era planejada, e sim o fruto da inexperiência do serviço militar, o facão não era a única arma, no começo, conforme diz Tota: o caboclo sempre andava armado... Só que respeitava a propriedade alheia.

Bem, agora, vemos a coisa nos olhos de televisão ou no teatro, como na ‘festa de Irani’, onde nada se aprende sobre o acontecido. Décimas sempre houve, mas camuflar a tragédia... não é história, como no caso do desfile de Irani.

²⁸¹ LEMOS, Z. [Carta ao presidente da Câmara Municipal de Curitiba.] 25/09/1980.

²⁸³ LEMOS, Z. [Carta ao Dr. Renato Mellilo Filho.] 23/10/1983. 1 f. Arquivo do Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas 1973-1990.

Através deste expediente, transparece uma concepção atrelada aos interesses das elites, além de uma postura autoritária, haja vista uma falta de abertura para construção da história a partir de outras reflexões. A escritora deixa claro o seu repúdio e preconceito contra o materialismo histórico, que muito tem contribuído não somente para a história local, mas para o desenvolvimento de outras ciências. O alvo de ataque nesta batalha foi o Irani, onde uma liderança incentivada pela Fundação Catarinense de Cultura implementara projeto de cunho folclórico visando chamar a atenção da sociedade para o movimento social do Contestado. Pedagogicamente, utilizava-se de um desfile, o que de certa forma era uma maneira extremamente avançada de levar à população uma releitura da Guerra do Contestado.

A escritora critica este movimento fazendo a leitura do processo de povoamento da região. Prevalece desde o início a visão do dominador acerca da história de Curitiba. A autora²⁸⁴ descreve que Curitiba era puro sertão e, com relação aos índios Botocudos, refere-se a eles assim: “os quais viviam em estado selvagem; não plantavam nem criavam, andavam nus e furavam o lábio inferior”. Esta afirmação reforça determinado tipo de educação em que se destaca a maneira de viver do elemento indígena como selvagem. É claro que, quando se define esta situação, parte-se de um referencial. Provavelmente este referencial reforça uma visão de mundo opressora. Prosseguindo sua análise, a escritora²⁸⁵ da história oficial de Curitiba faz o seguinte comentário: “Hostilizavam os brancos, flechando os tropeiros e até famílias inteiras”.

Na continuidade de sua análise, a escritora deixa transparecer elementos nítidos da historiografia oficial, em que o elemento branco torna-se o herói e o indígena o vilão da história. Este posicionamento mantém fora do alcance a outra história, ou seja, a dos verdadeiros donos desta terra que, por interesses do sistema capitalista no início do século XX, foram exterminados. É claro que, invadidos na sua zona de conforto e tranquilidade, era óbvio que os indígenas responderiam. Antes da chegada dos brancos, antes do caminho das tropas, esta terra lhes pertencia de fato. Cabe ainda destacar que eles são relegados na história oficial e são vistos como minoria. Numa perspectiva positivista, a verdadeira história é a história que

²⁸⁴ LEMOS, Zélia. **História de Curitiba**. Curitiba, 06 f.. Arquivo Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Trabalho não publicado.

²⁸⁵ LEMOS, Zélia. **História de Curitiba**. Trabalho não publicado.

relata os grandes feitos da maioria em detrimento dos grupos minoritários que, na realidade, são a maioria.

A escritora²⁸⁶ destaca os fazendeiros como os primeiros povoadores de Curitiba. Evidencia também vários dados numa análise cronológica dos acontecimentos históricos mais importantes. Dentre os movimentos revolucionários, relata brevemente a Revolução Farroupilha, destacando os fatos e heróis deste importante episódio de nossa história. Saliencia na mesma concepção a Revolução Federalista. Determina a importância deste movimento para o povoamento de Curitiba da seguinte forma: “[...] com a vinda de elementos revolucionários que aqui ficaram, ou rio-grandenses que para aqui vieram para asilar-se das perseguições”.

A respeito do movimento social do Contestado, a historiadora²⁸⁷ oficial de Curitiba define-o como a Revolta dos Fanáticos ou Guerra do Contestado, destacando-o como um movimento que teve muitas causas: “[...] sendo a principal o abandono da área e atraso”. Este documento deixa transparecer um posicionamento complexo, marcado por aspectos questionáveis. A escritora admite o abandono da área, o que significa admitir a inação dos organismos governamentais. Outro aspecto refere-se ao atraso dos caboclos decorrente da ineficácia das políticas educacionais. Também é apontado que o movimento social do contestado encontra-se relacionado às questões de misticismo, sendo salientada também a saudade da monarquia. Em alguns dos escritos, a historiadora fala do exagero de determinados escritores, que aponta como defensores do pensamento marxista. Também assume a defesa da tese de que estes escritores exageraram no que se refere ao número dos mortos. Porém narra que no reduto de Santa Maria estavam acampadas famílias em mais de 5.000 casinhas toscas de madeira.

O que se observa nesta maneira de encarar a história e repassá-la didaticamente, é que a crítica se encontra limitada por não colocar em questão as instituições. Finalizando o documento, a historiadora oficial²⁸⁸ relata da seguinte maneira o período pós-massacre: “A reconstrução de Curitiba se deu lenta e penosamente. Muita gente morreu. Muita gente se mudou. Ruínas não as temos

²⁸⁶ LEMOS, Zélia. **História de Curitiba**. Trabalho não publicado.

²⁸⁷ LEMOS, Zélia. **História de Curitiba**. Trabalho não publicado.

²⁸⁸ LEMOS, Zélia. **História de Curitiba**. Trabalho não publicado.

mais. A cidade é hoje produto de esforço e tenacidade. É um monumento deste povo sedento de progresso.”

Esta maneira de analisar o momento atual joga para longe o passado e seus efeitos nefastos. A escritora deixa transparecer que o povo lutou no processo de reconstrução, e muita gente não reside mais aqui na atualidade. Evidencia também a não existência de ruínas, sendo a cidade produto “do esforço e da tenacidade”, porém esconde os inúmeros problemas sociais decorrentes desta história, tais como o analfabetismo, a miséria, o mapa da fome, o processo de marginalização social, enfim, todo o processo de exclusão social. Tudo isto faz parte de um currículo formal e informal, aberto ou oculto, que determinou que nós sejamos hoje o que realmente somos.

Esta pesquisa não tem por intuito analisar escritos de um único referencial teórico. A análise documental visa sim, mostrar através do discurso, que elementos subjacentes ao processo educacional, como legados da Guerra do Contestado, prolongam-se até nossos dias.

Num documento alusivo aos 70 anos do incêndio de Curitiba a historiadora²⁸⁹ tece a seguinte ressalva sobre o episódio:

Sabedores os fanáticos da situação indefesa de Curitiba, depois de terem queimado a estação de Calmon (Matos Costa) e o depósito da serraria da Lumber, matando e massacrando os moradores daquela região, voltaram-se para o sul, vindo destruir Curitiba, numa viagem de uns três dias a cavalo e com mais de 300 homens armados.

E aí reduziram a cinzas a Prefeitura e os arquivos, a agência de correio e telégrafos, a redação do jornal e as melhores casas da Vila, em número de 18, a começar pela do Coronel Albuquerque, seguindo-se ruas de seus amigos e colaboradores. No cartório, jogaram toda papelada na rua e, abusando da ausência da população que fugira ao saber da aproximação do grupo, saquearam casas, arrombaram portas e janelas e depredaram tudo o que puderam.

A escritora da história oficial de Curitiba, no documento referente ao incêndio de Curitiba, atribui-o às hordas jagunças do Contestado. Esta visão de certa maneira é unilateral, haja vista não ter deixado claro que o próprio superintendente, que na época era o Coronel Albuquerque, uma semana antes do incêndio deixou a cidade de Curitiba. Através deste pressuposto é de fundamental importância destacar que, se uma autoridade do nível de poder do

²⁸⁹ LEMOS, Zélia. **Documento alusivo aos 70 anos de incêndio em Curitiba**. 1984. Arquivo do Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Trabalho não publicado

Coronel Albuquerque se retirou da cidade, pode-se concluir, então, que não foi um ato de puro vandalismo ou jaguncismo. Lendo nas entrelinhas, pode-se dizer o incêndio em Curitiba foi uma forma de manifestação dos caboclos que estavam reunidos em Taquaruçu. Quanto à queima do cartório, destaca-se que neles estavam os títulos de propriedade. Compete ressaltar ainda que foram queimados locais estratégicos do poder público, além das melhores casas da Vila.

Entretanto, a historiadora oficial de Curitiba²⁹⁰ apresenta a seguinte versão para o acontecimento:

No entanto, Curitiba foi uma Vila adiantada, e tinha tudo para progredir, se não fora a maldada guerra jagunça, onde aquele que não aderisse era considerado inimigo de morte. Contam-se como causas do incêndio de Curitiba o ódio fanático dos crentes de José Maria, que pretenderam, com isso, vingar a destruição de Taquaruçu, a sua “cidade santa”, pelas forças do exército e Regimento do Estado de Santa Catarina. Para outros seria a vingança contra o chefe político local, Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, o qual, antevendo o perigo da exaltação mística de caboclos armados, dera, por telegrama, conta do acontecido ao governo do Estado.

Novamente o movimento social do Contestado deixa transparecer claramente que, embora os acontecimentos sejam narrados como atitudes de bandoleiros, na realidade, ocorre o que dizem Ferraro e Ribeiro²⁹¹ sobre os movimentos sociais:

O primeiro pressuposto é que a expressão *movimentos sociais* acolhe as mais diversas dinâmicas originadas da contradição fundamental que caracteriza cada formação social, tendo como antípodas, de um lado, os movimentos revolucionários e, de outro, os reacionários.

Através desta análise sobre os movimentos sociais, os autores deixam claro, numa visão dialética dos movimentos sociais, que existem movimentos que não adotam uma abordagem restritiva, ou seja, fatalista, ou até mesmo como forma de justificação de paradigmas que sustentam o *status quo*. Prosseguindo, os autores²⁹² esclarecem:

O segundo pressuposto é que os termos *revolução* e *reação* podem ser tomados em sentido amplo, não se restringindo aos movimentos

²⁹⁰ LEMOS, Zélia. **Documento alusivo aos 70 anos de incêndio em Curitiba**. 1984. Trabalho não publicado.

²⁹¹ FERRARO, Alceu Ravanello; RIBEIRO, Marlene. **Movimentos sociais: revolução e reação**. Pelotas: EDUCAT, 1999, p. 9.

²⁹² FERRARO; RIBEIRO, 1999, p. 9.

caracterizados como luta armada, numa ou noutra direção. Nesse sentido, seriam revolucionários os movimentos voltados, em alguma medida, para a transformação, e reacionários, os movimentos de resistência à transformação, orientados para o estabelecimento de uma ordem que já faz parte do passado, tida como ideal, mais do que para a simples manutenção da ordem vigente.

A complexidade do movimento social do Contestado não pode ser vista de maneira estanque. A educação social do povo é deixada nas entrelinhas dos documentos até o momento inexplorados, mas que refletem de alguma forma o posicionamento da historiografia oficial. A escritora, cuja obra até a presente data tornou-se legalmente representante da história oficial, traz novos lances em um de seus documentos, que servem de fundamento para uma análise socioantropológica do Contestado, marcadamente no período pós-massacre. Em relação à religião oficial, um dos posicionamentos objetivos da historiadora é que Frei Rogério nunca esteve a serviço dos interesses dos coronéis e que ele enfrentou o governador, no sentido de afirmar que Frei Gaspar, que provavelmente contrariava os interesses políticos dos grupos de poder, não sairia de Curitiba. A escritora²⁹³ faz o seguinte comentário:

E quanto aos “lados”, não havia lado, quem queria ia para os redutos, quem não queria fugia ou lutava contra. E ali entrava toda classe de gente: fazendeiros, camaradas, ricos, pobres, brancos, pretos, alemães de ambos os lados. Foi uma guerra civil. Houve coronéis e fazendeiros a favor dos jagunços, pelo menos no começo... Daí o era proposital da placa de Amim. Falta nessa inscrição alguma alusão ao monge João Maria, figura central do movimento. Resume-se tudo numa “luta pela posse da terra”, quando, conforme sabemos, havia terras.

Pelo parecer da historiadora, há que se destacar posicionamento contraditório no que se refere à história regional. A autora admite a existência na região dos coronéis que assumiram posicionamentos divergentes no movimento social do Contestado. Outro aspecto assumido pela escritora prende-se ao fato de que nesta região ocorreu uma guerra civil. E, no mesmo documento, tece críticas ao monumento e às placas colocadas, em janeiro de 1987, na Praça da República em Curitiba, pelo governador do Estado de Santa Catarina Esperidião Amin. Uma postura unilateral é assumida pela historiadora ao analisar o movimento dentro de uma perspectiva de fanatismo religioso, já assumida em outros documentos. Não se

²⁹³ LEMOS, Z. **[Carta ao Pe. Luiz Heinen.]** 26/03/ 1990. 3 f. Arquivo Histórico do Museu Antônio Granemann de Curitiba. Pastas 1973 a 1990.

assume esta postura da escritora, haja vista concordarmos que no movimento social do Contestado foi marcante a presença de elementos do messianismo. Discorda-se da historiadora quando tenta tirar a questão fundiária do movimento, ao afirmar que existia terra para todos, o que, de certa forma, escamoteia a terra como uma das geradoras de conflitos na história da humanidade. Além dessas afirmações, a escritora destaca o abandono da região por parte dos governantes. Porém, há que se salientar que estes governantes mantinham na região seus compadres que dominavam o povo, não somente do ponto de vista econômico, mas politicamente, e que, no exercício do poder, relegavam o sertanejo à exclusão social.

Na continuidade de sua reflexão, a escritora²⁹⁴ assim enfatiza a questão:

Mas não havia governo. Eram 48.000 Klmts2 (sic) de terras, disputadas mas abandonadas, até que S^{aa} Excias., os governos de Santa Catarina e Paraná, resolvessem a demarcação de suas fronteiras. Tudo aconteceu em decorrência do abandono da área. Eram terras pouco povoadas que, aos poucos, encheram-se de desempregados (estrada de ferro) criminosos, aventureiros, etc., tudo somado à politicagem dos Estados e do município de Curitiba, onde, o Coronel Albuquerque procurava assustar ou reprimir militarmente, o Cel. Henriquinho de Almeida procurava empurrar gente para os redutos, a fim de afrontá-lo. Inclusive pensaram no começo do século em mudar a capital de Sta Catarina para o centro, a fim de manter a posse da terra. Depois do acordo de 1916, assumindo cada qual a sua parte, nada se fez por este povo. Continuamos até hoje marginalizados.

Um dos aspectos que a historiadora deixa transparecer, porém de modo superficial, foi o abandono da terra por parte das autoridades governamentais. Evidencia-se também, na mesma linha de pensamento, a falta de políticas públicas, abrindo espaço para uma questão antiga no cenário político brasileiro, a politicagem. A historiadora assume um posicionamento preconceituoso em relação às minorias, que são deixadas de lado pela historiografia oficial. Cabe questionar se a região foi efetivamente povoada por desempregados, aventureiros e criminosos. Os problemas sociais são reflexos da impotência do Estado frente às demandas emanadas da sociedade.

Uma das maneiras de se mascarar a violência contra os sertanejos, encontra-se na reprodução, por parte da escritora, do pensamento dos dominadores ao dizer que as ações do Coronel Albuquerque foram para assustar e não para reprimir o sertanejo militarmente. Este pensamento justifica inúmeras formas de violência institucionalizadas na região. Ademais, a historiadora afirma que este povo

²⁹⁴ LEMOS, Z. [Carta ao Pe. Luiz Heinem.] 26/03/1990.

continua até a presente data marginalizado. Realmente, a região encontra-se numa das áreas mais pobres do Estado de Santa Catarina. Isto quer dizer que a Guerra continua e que, para vencê-la, precisamos escrever uma outra história.

A autora da história oficial²⁹⁵ deixa ainda, as seguintes considerações a respeito do Contestado:

Outra sensação velada mas clara: o “famoso silêncio” dos escritos do Vicente Teles. A resposta é simples; o povo da área tinha o direito de reconstruir a sua vida. Segundo, nem se pronunciava a palavra jagunço, para impedir brigas. Os ex-jagunços evitavam o assunto, por medo de vingança dos jagunços. Durante muitos anos imperou o medo. Não era só a vergonha que os fazia calar. Até agora, às vezes sinto relutância de pessoas as quais me respondem com evasivas. Outras, ao contrário, prestam-se a informações com naturalidade. É que o tempo passou. Mas enquanto os moradores refaziam as suas vidas, apareceram livros dos oficiais do exército, com dados importantes, como sendo o efetivo militar usado mais de 7.000 homens que se concentraram nestes sertões sem saber direito porque (sic)... Esses livros também trazem as datas, sem as quais não poderíamos saber de certos fatos, p. ex. os ataques ao Taquaruçu, ou o dia de incêndio a Curitibaanos.

A respeito da cultura do silêncio, concorda-se com os escritos de Vicente Teles, tendo esta posição sido exposta de forma exaustiva em outros momentos nesta investigação. Outro aspecto salientado prende-se ao fato de que o povo tinha o direito de reconstruir sua vida; ironicamente, a história oficial assim relata outros episódios, como a libertação dos escravos, e outros acontecimentos que, de certa forma, mascaram que, a partir deste momento, começou a ser vivenciado um reino da equidade. No que se refere ao medo da vingança, crê-se que o posicionamento assumido pela escritora não condiz, em grande, com a realidade. Outra abordagem refere-se aos registros militares que expressam um contingente de mais de 7.000 homens que promoveram um dos maiores, se não o maior genocídio da história do Brasil, ou seja, a Guerra do Contestado.

Outro ponto está no uso pela escritora²⁹⁶ do termo fanático, a qual outros escritores de nossa história regional atribuem sentido pejorativo.

Quanto ao termo fanático ou jagunço, eu continuarei usando-os. São os que os identificam. Por pejorativo, o termo caboclo também é. Mas a mim eles entendem. Se pergunto o que sabem do Contestado, ninguém responde. Se perguntar sobre a guerra dos jagunços, sabem contar o que viram e ouviram. Não se pode desfazer o passado. Agora eles são tão brasileiros, serranos, gente de nosso mesmo povo e não há dúvida.

²⁹⁵ LEMOS, Z. [Carta ao Pe. Luiz Heinen.] 26/03/1990.

²⁹⁶ LEMOS, Z. [Carta ao Pe. Luiz Heinen.] 26/03/1990.

Partindo do sentido lato do termo jagunço, compete questionar quem realmente foi jagunço na Guerra do Contestado. Será que foi no interior do movimento que aglutinou diversas forças e interesses? Ou então governo pela sua inação e falta de compromissos com a população da região ou as inúmeras mortes causadas pelo exército brasileiro na região do Contestado? Qual o referencial e em nome de que interesse utiliza-se o termo jagunço? Qual a concepção que reforça? Enfim, a Guerra do Contestado foi marcada pela dominação do capitalismo internacional.

3.4. O contestado na visão dos criadores do projeto de resgate histórico do contestado

3.4.1. O resgate histórico do Contestado

Santa Catarina foi governada de 1983 a 1987 por Esperidião Amin, que editou, no ano de 1987, um documento intitulado *Resposta à Carta dos Catarinenses*. Neste documento, prestam-se contas deste período de governo à comunidade catarinense. No setor social, o documento²⁹⁷ faz o seguinte destaque:

O compromisso de “preservar a identidade catarinense” foi buscado através de três linhas de ação distintas:
-preservação da memória cultural do Estado;
-apoio à produção de bens culturais;
-divulgação dos valores da cultura catarinense.

Em relação aos projetos desenvolvidos na área cultural neste período, o documento evidencia um projeto que merece ter uma menção especial: o resgate da memória cultural do Contestado. Procurando justificar sua importância histórica, na *Carta de resposta aos catarinenses* são questionados os feitos do homem do Contestado. Dentre os argumentos utilizados para responder a esta questão, o documento ressalta que este participou de uma luta nacionalista de grande importância para a fixação das fronteiras e travou uma luta ecológica diante da devastação empreendida pelo capital internacional; lutou contra a injusta estrutura

²⁹⁷ GOVERNO SC ESPERIDIÃO AMIM. **Carta de resposta aos Catarinenses**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1987, p. 138.

fundiária e para sair das amarras da opressão no sentido de conquista daquilo que lhe era de legítimo direito. Estas respostas contidas no documento de balanço do governo de Esperidião Amin no Estado de Santa Catarina, por si só, fundamentam qualquer projeto voltado ao resgate histórico do homem do Contestado. No documento²⁹⁸ é feita ainda a seguinte observação:

Este “homem típico” já existiu. Existiu e foi destruído, tanto física quanto culturalmente, mas deixou muitas marcas, apesar de poucos escritos, porque a perversidade da história não registra a “história” dos vencidos. À história “passam” somente os vencedores, independentemente de suas virtudes. Este vencido que a história registra apenas como um “jagunço fanático” foi o mais típico dos catarinenses. A sua luta de 70 anos atrás é a luta de inúmeros ‘catarinenses’ de hoje e, mais, a luta de milhões de pequenos em todo o mundo.

Esta afirmação de Esperidião Amim, no documentário de final de governo, demonstra sua preocupação ao empreender o resgate histórico do homem do Contestado, destacando o histórico daquilo que a história oficial não registrou.

Neste início do século, através desta investigação objetivando analisar o desdobramento do movimento social do Contestado no processo educacional da região, foi trazido novamente à cena o professor doutorando da Universidade Federal de Santa Catarina. O professor Esperidião foi questionado a respeito do que levou o seu governo, na década de 80, a empreender um projeto cultural voltado para o resgate do Contestado. O professor Amim²⁹⁹ fez a seguinte observação:

O convencimento de que a “tese” vigente era o esquecimento a que estavam relegados o episódio e seu personagem estimulou a que eu assumisse o propósito do resgate. Todas as portas que eu vislumbrava serem úteis foram “batidas”. De “musicais” a cinema percorri todas as hipóteses para construir a popularização do resgate.

Através desta resposta a respeito de um projeto cultural desenvolvido na década de 80, o professor Amim deixa claro o pressuposto que o motivou a desenvolver o projeto de resgate histórico da memória do Contestado. Observa-se que a concepção norteadora do projeto estava fundamentada na história dos esquecidos e que o governo envidou todos os esforços para consecução deste objetivo. O entrevistado é questionado a respeito das condições sócioeconômicas do planalto catarinense e, de modo especial, de Curitiba. Também se perguntou

²⁹⁸ GOVERNO SC ESPERIDIÃO AMIN, 1987, p. 139.

²⁹⁹ AMIM, Esperidião. **Resgate da memória histórica do Contestado**. Florianópolis, 12 mar. 2007. Entrevista on-line concedida a Geraldo Antônio da Rosa.

ao entrevistado se ele via nisso alguma relação com a Guerra do Contestado. O professor Amim³⁰⁰ deu a seguinte explicação:

Sim, vejo. Sem dúvida o cenário de exclusão que antecedeu ao conflito não foi abrandado pelo seu resultado. A vitória da repressão foi a vitória do “status quo”, logo não conseguiu para atenuar as causas da exclusão nem para superar as suas origens. Ao perder a Guerra, o homem do Contestado perdeu o rumo de sua redenção econômica e social. O extrativismo predatório, sem maior preocupação ambiental ou de agregação de valor, venceu a guerra. As conseqüências, como diria o maranhense Vitorino Freire, vieram (como sempre!) depois!

Este posicionamento do professor Amim vai ao encontro da concepção que assumimos nesta tese de que de maneira alguma o pós-Guerra acabou com o cenário de exclusão na região. Muito pelo contrário, no período pós-massacre foi exacerbado o processo de exclusão social. Novamente, confirma-se a concepção de que a Guerra serviu para que os mecanismos de poder mantivessem o “*staus quo*”. Outro aspecto realçado foi à exploração predatória, que não teve nenhuma preocupação com a agregação de valor ao setor econômico primário. A partir desta abordagem, o professor entrevistado foi interrogado a respeito de uma análise da região no passado e na atualidade do ponto de vista político. Amim³⁰¹ deu a seguinte resposta:

Houve progressos. A infra-estrutura evoluiu. O melhor exemplo são as estradas. A educação teve progressos significativos. Contudo, quando você examina o mapa de SC à luz de indicadores de desenvolvimento social, pode perceber que ainda há um desnível, remanescente do cenário histórico. O “caboclo”, tido como um descendente mais ou menos direto daquele que era chamado sertanejo (ou jagunço), não é a ponta-de-lança do progresso, da “agregação de valor”, de elevação de renda. Ainda está “a reboque”.

Concorda-se com o entrevistado de que houve progresso na região, de que houve desenvolvimento. Entretanto, há que se questionar dentro de qual lógica este progresso e desenvolvimento econômico aconteceram. Outro aspecto de fundamental importância é que nessa região do Contestado, onde residem os remanescentes do homem do Contestado, os indicadores econômicos revelam os traços de um progresso e desenvolvimento excludentes. O entrevistado³⁰² baseado neste contexto sugere “[...] a necessidade de aproveitar o episódio para construir um exemplo do tripé: Turismo-Cultura-Meio Ambiente [...]”.

³⁰⁰ AMIM, mar. 2007.

³⁰¹ AMIM, mar. 2007.

³⁰² AMIM, mar. 2007.

O professor Amim foi questionado também sobre o projeto cultural de resgate da memória do Contestado no sentido do que levou seu governo a projetar monumentos alusivos ao Contestado com suas respectivas placas. O professor entrevistado³⁰³ respondeu: “A idéia de resgatar e popularizar teve várias ‘expressões’: as placas, assim como o monumento de Irani, fizeram parte deste objetivo. Nem sempre compreendido...”

Foi solicitada também do entrevistado sua leitura dos poderes locais e da população em geral com relação aos monumentos às mensagens contidas nas placas. O professor Amim³⁰⁴ assim avalia:

Creio que o Projeto falhou ao não debater exaustivamente o tema junto aos poderes locais. É claro que jamais se chegaria a um consenso. Quando você “tira do armário um esqueleto”, não pode esperar que os ocupantes da casa aplaudam e se alegrem. Talvez prefiram que o “esqueleto” continue sumido.

Finalizando a entrevista, o professor Amim foi interrogado sobre a avaliação hoje da iniciativa do projeto cultural voltado ao resgate histórico da memória do Contestado e sua opinião quanto aos desafios e perspectivas para a região hoje. O professor Amim³⁰⁵ abordou a questão da seguinte maneira:

Sinceramente tenho muito orgulho por ter empunhado essa bandeira. É claro que as formas de tratar o assunto têm que assumir pragmatismo cultural, acadêmico e econômico. Hoje vejo com satisfação diversos municípios e organizações não-governamentais dedicarem energia e criatividade em torno do tema. Exemplo: o trabalho da Prefeitura e das ONGs em Matos Costa. A síntese desta satisfação é conhecer a UNC. O Contestado deixou de ser periférico; passou a ser um episódio histórico menos desconhecido e mais gerador de história, ou seja, diretor de um novo processo.

Esta entrevista vem mostrar alguns aspectos importantes a análise do processo educacional da região no período pós-massacre. Um primeiro ponto a destacado pelo *entrevistado* foi o esquecimento do episódio e do personagem caboclo. Outro aspecto evidenciado pelo professor Amim foi que o episódio não serviu para a libertação, mas para a manutenção do *status quo*, fato este que se faz presente no processo educacional da região. O sertanejo continua sendo excluído do progresso e do desenvolvimento econômico. O currículo, ministrado de forma

³⁰³ AMIM, mar. 2007.

³⁰⁴ AMIM, mar. 2007.

³⁰⁵ AMIM, mar. 2007.

institucionalizada ou não ao homem do Contestado, traz de forma velada, em alguns momentos, em outros, de forma bem concreta, os interesses dos grupos dominantes. Por isso, a história que é passada adiante de geração em geração é a história dos vencedores.

Tendo como ponto de partida o sumiço da placa e o projeto de resgate da memória do Contestado, e buscando evidências para análise o desdobramento do movimento social do Contestado, foi entrevistado o jornalista, historiador, doutor em Educação e professor da Universidade do Contestado, Professor Nilson Thomé³⁰⁶.

Inicialmente, Thomé³⁰⁷ falou a respeito de sua vida de jornalista investigativo desde o início de suas atividades profissionais, nos anos 60 e 70 do século XX. Destacou o professor que todo o seu trabalho jornalístico sempre foi embasado, estando bastante próximo do científico. Sua investigação voltada ao Contestado é assim descrita por Thomé³⁰⁸:

Em 1970 fui surpreendido por Silvio Back, na filmagem da “Guerra dos Pelados” Um pouco antes de iniciar os trabalhos de produção do filme ele queria fazer um levantamento prévio da região, e ao solicitar informações sobre o tema para minha surpresa sabia pouco a respeito do Contestado. Eu me criei na região ouvindo os caboclos que contavam seus “causos” nos tempos de guri. Fui buscar informações nas publicações de Maurício Vinhas de Queiroz, Maria Isaura de Queiroz e Duglas Teixeira Monteiro, que davam em suas pesquisas um novo olhar sobre o Contestado, Fui descobrindo que alguns livros escritos pelos militares e alguma documentação, parecia de uma maneira diferente da relatada pelos antigos combatentes.

O professor³¹⁵ entrevistado demonstrou sua indignação frente às diferentes versões até então apresentadas da história regional e, como historiador, a sua angústia na busca da verdade. Na sua investigação, começou a trabalhar leituras e efetuar a análise do Contestado dentro de um prisma antropológico e etnográfico e concluiu que a história contada deixava lacunas a serem preenchidas. Observa-se, através desta análise do professor Thomé, que a história do Contestado era uma história esquecida na região e que grande parte da produção encontrava-se a figura do vencedor. Thomé destacou ainda que o caboclo foi envolvido na Guerra do Contestado sem saber da dimensão do movimento e que a mesma ocorreu de forma

³⁰⁶ Dr. Nilson Thomé é doutor em Educação, reside em Caçador e possui várias obras a respeito do Contestado. Dedicou grande parte de sua vida profissional a pesquisas relacionadas ao movimento social do Contestado. Foi entrevistado pelo pesquisador no dia 12/04/2007.

³⁰⁷ THOMÉ, Nilson. **Resgate da Memória do Contestado**. Caçador, Universidade do Contestado, 12 abr. 2007. Entrevista concedida a Geraldo Antônio da Rosa.

³⁰⁸ THOMÉ, abr., 2007

setorializada, ou seja, nenhum dos combatentes teve uma visão da guerra na sua totalidade, uma vez que o cenário onde aconteceu o episódio era bastante amplo. O caboclo que participou da guerra tinha uma visão local. Thomé³⁰⁹ concluiu:

A Guerra do Contestado abrange a região que vai desde Campos Novos até Mafra. O caboclo não participou de toda Guerra, não teve o envolvimento como um todo. Então senti que alguém tinha que unir os depoimentos dos caboclos e reconstruir uma outra história que não aquela contada por quem participou de toda ela “os militares”.

O professor Nilson Thomé, cuja presença foi marcante no projeto de criação da Universidade do Contestado e na inclusão da disciplina História do Contestado no núcleo comum dos Cursos de Graduação dessa mesma universidade, foi questionado a respeito dos entraves encontrados para o trabalho com a história regional numa perspectiva emancipatória. Thomé³¹⁰ fez a seguinte observação:

Esta questão perpassa as correntes ideológicas. Toda publicação existente até a década de 70, com a entrada de Maria Izaura de Queiroz, Maurício Vinhas de Queiroz e o Douglas Teixeira Monteiro, era estritamente positivista. Não que isso fosse mau. Porém, a história era contada do lado dos vencedores, porque o vencido não tinha história para contar. O vencido encontrava-se escondido no interior, enquanto o vencedor estava nas grandes capitais com acesso à imprensa e aos meios de comunicação, ou seja, aos instrumentos de difusão que serviam aos interesses da República. Então a versão que se propagou a respeito da Guerra do Contestado foi uma versão positivista. Esta versão levantava o nome dos heróis da Guerra do Contestado, fazendo com que os comandantes militares fossem tidos como os salvadores da Pátria. Os soldados eram os grandes defensores da nação. Por outro lado, os sertanejos não passavam de um bando de bandidos, de facínoras, de fanáticos, de jagunços. Este pessoal dominou uma gente boa e só queria baderna, portanto era preciso que fosse eliminado.

Esta concepção de história mostrada pelo professor entrevistado se fez presente após década no processo de educação de gerações na região do Contestado. Esta versão não é uma peculiaridade da nossa história regional; a própria história de nosso país teve um processo de ensino de cunho altamente positivista. Conclui-se, portanto, que a história contada para a educação do povo da região era uma história dentro dos parâmetros da oficialidade, ou seja, apresentada de forma unilateral pelos vencedores. Essa história enaltecia fatos, acontecimentos e heróis e denegria a imagem do caboclo. Thomé³¹¹ salienta que, a partir da

³⁰⁹ THOMÉ, abr., 2007.

³¹⁰ THOMÉ, abr., 2007.

³¹¹ THOMÉ, abr., 2007.

publicação dos três autores, que não levaram adiante suas pesquisas, percebeu-se a necessidade de resgatar a história na perspectiva do vencido. Thomé assim explica: “Nós percebemos que a história ainda precisava ser resgatada do ponto de vista do vencido, mas sem a necessidade de ferir o vencedor. Dever-se-ia dar a oportunidade ao outro para mostrar a sua versão e partir para o contraditório”.

Verifica-se, portanto, que a história regional e, em particular, a história do Contestado começa a articular-se dentro de uma outra trajetória. O entrevistado foi questionado a respeito de como esta trajetória passou a ser vista pelos mecanismos de poder. Thomé³¹² analisa a situação da seguinte forma:

Ninguém se interessava pela história do Contestado. Em Santa Catarina, numa herança política das oligarquias, sempre teve uma disputa pela hegemonia por dois grupos distintos: o primeiro era um grupo que tinha por fundamento o personagem de Hercílio Luz, passando mais tarde pelos Konder e Bornhausen, e chegou até os nossos dias. Era um grupo estruturado a partir dos alemães que ocuparam o litoral do Estado de Santa Catarina. Este grupo era composto por indivíduos que tinham uma mentalidade industrialista da vertente liberal, já quase em direção da própria globalização. Portanto, era um grupo voltado à produção industrial, ao progresso e à exportação. O outro grupo era liderado por Vidal Ramos de Lages, que era o poder dominante na época em que aconteceu a Guerra do Contestado. Este segundo grupo tinha uma outra mentalidade, que era o pensamento típico do fazendeiro do interior, sendo adversário da oligarquia do litoral. Foram eles que chamaram o exército para matar o nosso caboclo.

Thomé³¹³, ao ser entrevistado, analisa que a história do industrial alemão do litoral não é a mesma do caboclo do Planalto. No momento em que a oligarquia do litoral estava no poder, era interessante que sua história fosse divulgada. Neste período, conseguiu-se projetar Santa Catarina como um Estado eminentemente alemão, enquanto que a oligarquia do Planalto não tinha interesse na divulgação de sua história. Era óbvio que a oligarquia do litoral não tinha interesse algum em divulgar a história do Contestado.

Torna-se bastante interessante esta análise de cunho político, indo às raízes do poder oligárquico em Santa Catarina. Os comentários efetuados por Thomé³¹⁴ servem para fundamentar que a não divulgação e a não importância dada a esta história têm profundas conseqüências no comportamento e na educação deste povo. A não identidade histórica anestesia a consciência de uma população, colabora para a excessiva centralização do poder, cria, enfim, a cultura do silêncio.

³¹² THOMÉ, abr., 2007.

³¹³ THOMÉ, abr., 2007.

³¹⁴ THOMÉ, abr., 2007.

Determinadas pesquisas de pessoas que se denominavam historiadoras da história regional apontavam a análise marxista dessa história como verdadeira deturpação. O professor Thomé³¹⁵ foi questionado a respeito desta questão e manifestou o seguinte posicionamento:

Ninguém é dono da história. A história é um momento vivido anteriormente até nós, até os dias de hoje. A história não é o futuro. Nenhum dos historiadores, inclusive eu, não vivemos a época do Contestado. Nós historiadores, vendo e relendo os fatos, vindos dos caboclos do Contestado, bem como a ação dos militares, vamos formar a história regional. Isto é produção do conhecimento. Há que se ter um preparo e não pode ser qualquer um de qualquer maneira que pode produzir este conhecimento. Há que se ter a crítica externa e interna, e para que isto aconteça você tem que estar preparado. Quanto mais preparado você for, maior será o seu produto. Buscamos com coerência a formação acadêmica e científica para produzir a história.

Thomé³¹⁶ destaca que, após 1974, fez a opção por trabalhar voltado ao resgate da história do Contestado. E revela que, em determinado governo do Estado de Santa Catarina que apoiou este projeto, apareceram oportunistas que se denominaram historiadores, relegando o trabalho do historiador a uma banalização. Quando o grupo passou a produzir uma história de cunho científico, o grupo de pseudo-historiadores passou a criticá-los, porém sem fundamentação teórica. É importante, nesse processo de crítica e de produção fundamentada em termos epistemológicos, a abertura dos cursos de História da região pela Universidade do Contestado. Thomé³¹⁷ afirma: “Hoje se tem um grupo de pessoas comprometidas na própria região do Contestado. Em todas as cidades temos historiadores que se preocupam em pesquisar a história regional”.

Retomando a reflexão a respeito da valorização da história regional, o entrevistado foi interrogado sobre os motivos que a levaram a ser valorizada somente a partir da década de 70. Thomé³¹⁸ destaca a importância do filme “A Guerra dos Pelados”, que lança esta temática em nível nacional, sendo que muitas pessoas tiveram acesso a ela fora da academia. A partir deste trabalho de entretenimento feito pela indústria cinematográfica, o povo mais simples teve acesso a esta informação. O entrevistado³¹⁹ comentou ainda que, em 74 e 76, havia falado

³¹⁵ THOMÉ, abr., 2007.

³¹⁶ THOMÉ, abr., 2007.

³¹⁷ THOMÉ, abr., 2007.

³¹⁸ THOMÉ, abr., 2007.

³¹⁹ THOMÉ, abr., 2007.

para Esperidião Amim, que na época era Secretário dos Transportes do Estado de Santa Catarina, sobre a importância de se desenvolver um projeto voltado à memória do Contestado:

Eu o alertei sobre a responsabilidade como governante perante nós no interior, uma vez que as pessoas que haviam participado do evento na construção da história do Contestado estavam morrendo devido à avançada idade. Precisávamos entrevistá-los, uma vez que entendíamos do contexto, antes que outros de fora viessem para distorcer os fatos e deturpá-los.

Diante da complexidade com que se tem de analisar o movimento social do Contestado, haja vista a afirmação de Thomé³²⁰ deste movimento ter acontecido dentro de um contexto marcado pela extensão territorial e pela diversidade cultural, o entrevistado foi interrogado sobre a situação da região no período pós-massacre, e pediu-se-lhe que fizesse uma leitura de Curitiba. O professor iniciou sua resposta localizando geograficamente o Contestado na região centro-oeste do Estado de Santa Catarina. Classificou esta região como sendo formada por um cenário de Guerra, e, de modo especial, destacou Curitiba como palco de uma das batalhas da Revolução Farroupilha, da Revolução Federalista e da Guerra do Contestado. Thomé³²¹ apresenta o seguinte destaque:

É uma região que foi o cenário de uma guerra muito importante, mas a Guerra do Contestado não é a história de toda a região. Os índios, o caminho das tropas, a própria entrada do capitalismo internacional, fazem parte desta história..A criação de gado é uma forma de capitalismo, bem como a extração da erva-mate. Mas esse capitalismo não tirava a territorialização da região. Aqui era um espaço livre. O governo não se impunha e as normas tanto serviam para o dominador quanto para o dominado. Então não havia enfrentamento interno.

Na visão do entrevistado, antes da entrada do capitalismo internacional, havia uma convivência até certo ponto pacífica. O professor Thomé comenta ainda que o governo não se impunha, porém, utilizando-se da análise de Lênin, o entrevistado adverte acontecer uma ruptura com a presença do Estado monopolista. Entretanto, para marcar sua presença, o Estado tem que fazer uma ruptura e esta significa a eliminação do caboclo da região. Foi feito um projeto político que excluiu o caboclo do acesso às terras disponíveis, sendo colocado o imigrante no seu lugar. A presença do imigrante significa uma outra cabeça pensante, uma outra

³²⁰ THOME, abr., 2007.

³²¹ THOMÉ, abr., 2007.

mentalidade. O entrevistado faz referência à existência de duas Guerras do Contestado. Este posicionamento histórico é de grande relevância científica, haja vista ter sido pouco explorado nas bibliografias concernentes ao tema, bem como na maioria das pesquisas. Poucas pessoas, inclusive pesquisadores, têm este discernimento. Thomé³²² assim explica:

A primeira guerra aconteceu em Campos Novos, Curitiba e Lages. Estes são os cenários. Ela vai envolver a população sertaneja, as pessoas pobres da região. Dentro da linha de produção era a classe formada pelo peão da fazenda, pelo pequeno lavrador e pelo agregado. Um povo mais cordial, ligado a círculo de amizade e de família.

Segundo Thomé³²³, esta é a característica dos atores da Primeira Guerra do Contestado. Por outro lado, o professor pesquisador descreve as características dos atores envolvidos na Segunda Guerra do Contestado. Esta população, no momento da eclosão da Guerra do Contestado, subiu a serra do Espigão para a região do Timbó. Lá se concentrava um outro homem do Contestado, que não era o mais ligado à fazenda, sendo assim caracterizado pelo entrevistado³²⁴: “[...] o ervateiro, o homem do mato, o homem rude, o bugre, aquele acostumado a cortar a erva-mate vivendo sozinho na floresta”.

Prosseguindo sua análise do homem do Contestado que participou da segunda fase da Guerra, Thomé³²⁵ destacou que este homem nada tinha em comum e não cultivava o espírito comunitário. Enfatiza, entretanto, que nesta região iria acontecer uma outra Guerra; nesta guerra desaparece todo o espírito messiânico, e ela se torna uma luta em torno de riquezas e da terra. No final da Guerra, os que haviam se deslocado de suas regiões retornaram para sua região de origem, porém com uma visão parcial da guerra, uma vez que nenhum caboclo havia participado do início ao final da guerra. O pesquisador quer dizer que qualquer interpretação sem uma visão total da Guerra do Contestado não consegue abranger a complexidade do acontecimento. A respeito de Curitiba e região, Thomé³²⁶ faz a seguinte leitura:

Pelo que se observa, ficou uma região vazia. Campo Novos e Curitiba era uma região que foi dominada pelos latifundiários. Nesta região o

³²² THOMÉ, abr., 2007.

³²³ THOMÉ, abr., 2007.

³²⁴ THOMÉ, abr., 2007.

³²⁵ THOMÉ, abr., 2007.

³²⁶ THOMÉ, abr., 2007.

pequeno fazendeiro era chamado de fazendeiro pobre. O fazendeiro pobre não tinha o poder de mando, uma vez que quem tinha o controle do poder local e da região eram os grandes fazendeiros. E o caboclo vai se internar nestas fazendas como agregado, peão e pequeno agricultor, dedicando-se a atividades de subsistência. Seus filhos nascem e permanecem por ali. O desenvolvimento e a exploração predatória das atividades madeireiras acontecem a partir da década de 20 e 30 com a vinda dos imigrantes. Poucos remanescentes do Contestado vêm para a cidade. As famílias remanescentes do movimento do Contestado ficam com uma marca de bandido. Estas passam a ter uma vida rural não mais de camponês, mas alijadas de todo o desenvolvimento.

Este posicionamento do entrevistado vem mostrar claramente os grupos de poder político e econômico que exerciam o controle da região. Para estes grupos, não era interessante que a história dos vencidos fosse passada às gerações futuras. Os remanescentes do movimento social do Contestado que quisessem sobreviver em todos os sentidos tinham que se calar ou passar adiante a versão oficial da história. Thomé³²⁷ prossegue comentando que, com a imigração, vieram para à região imigrantes alemães e italianos. Estes compraram as terras devolutas ou terras dos fazendeiros e instalaram as serrarias nos pinhais e não nas cidades. E quem ia trabalhar nestas serrarias eram os caboclos remanescentes do Contestado. O caboclo tentou passar para os seus filhos e netos esta história, que não recebia a devida importância. E, nos anos 60 e 70, quando se começou uma releitura da história a partir da ótica dos vencidos, ela causou uma verdadeira surpresa. O entrevistado foi questionado a respeito da dívida social para com o homem do Contestado. Thomé³²⁸ deu a seguinte resposta:

A grande dívida que temos em relação ao homem do Contestado é o resgate de sua história. O homem do Contestado não foi bandido, não foi jagunço e não foi malfeitor. Ele reagiu da maneira como ele sabia. reagir. Ele reagiu com violência, uma vez que era um homem moldado pela violência. O homem do Contestado foi forjado, não que ele tivesse uma propensão natural à violência, mas a Revolução Farroupilha e a Revolução Federalista que sangraram Curitibanos foram movimentos bélicos que moldaram a formação do homem do Contestado. Quando ele era peão de fazenda e soldado da guarda nacional, fazia adestramento militar, além de aprender a sobreviver na mata e na floresta. Ele sofre inúmeras agressões, é espoliado de suas terras pela *Lumber* da Estrada de Ferro. Nosso caboclo foi iludido pelos monges, no sentido da ressurreição e do retorno com o exército encantado de São Sebastião.

O entrevistado, quando se refere ao caboclo, mostra-o como um povo crente, destacando a religiosidade popular como um dos pontos fortes na região até

³²⁷ THOMÉ, abr., 2007.

³²⁸ THOMÉ, abr., 2007.

os dias atuais. Tenta mostrar que o homem do Contestado reagiu da única maneira como ele sabia, ou seja, reagiu à bala. Porém esta reação foi resposta a uma agressão que vinha sofrendo. Embasado nos referenciais teóricos que norteiam esta pesquisa, não se é favorável à visão do entrevistado que a religiosidade significou ilusão. Assume-se a religiosidade como fator de libertação para o homem do Contestado. A respeito da questão do resgate da história Thomé³²⁹ conclui: “O resgate da história do homem do Contestado é a grande dívida catarinense para este povo, uma vez que foi agredido quando estava criando um modelo econômico para o Estado de Santa Catarina”.

Questionado a respeito de qual modelo estava sendo criado pelo caboclo, Thomé³³⁰ enfatiza que era um modelo da policultura e do minifúndio. Este modelo que estava se propagando não agradava aos coronéis da região. Este tipo de estruturação fundiária ia acontecendo devido ao número de filhos que naturalmente encaminhava a terra para este modelo. Ressalta também o entrevistado que este foi o modelo adotado no processo de colonização, ou seja, a divisão da terra em pequenos lotes e a policultura. Esta lógica contradiz os interesses do latifundiário, que era monocultor e precisava de grandes extensões de terra para o desenvolvimento de uma pecuária extensiva. O processo de eliminação dos caboclos era de fundamental importância como forma de manutenção do poder político dos fazendeiros e dos coronéis.

Outro aspecto abordado refere-se ao Projeto Cultural desenvolvido na década de 80, sendo o entrevistado questionado a respeito do contexto em que o mesmo surgiu, de seus objetivos e propostas. Thomé³³¹ esclarece que este projeto partiu do então governador do Estado de Santa Catarina, que solicitou a elaboração de um projeto voltado ao resgate da identidade do homem catarinense. Neste contexto, nasceu o projeto do resgate da memória do homem do Contestado. Foi iniciado com um grande volume de produção. O movimento provocou grande repercussão, surgindo até livro por parte dos paranaenses contestando alguns posicionamentos neste empreendimento. Através deste movimento, foi descortinado o Contestado, numa área de mais de 20 mil km², como uma formação homogênea denominada Contestado. Várias atividades foram desenvolvidas, como gravação

³²⁹ THOMÉ, abr., 2007.

³³⁰ THOMÉ, abr., 2007.

³³¹ THOMÉ, abr., 2007.

discos, atividades folclóricas, pintura e escultura. Houve também um resgate documental, inclusive documentos que foram buscados nos Estados Unidos, além da produção de literatura. Também foram produzidos vídeos. Trata-se de materiais com concepções diferentes, porém de grande importância para o Contestado.

Quanto à avaliação do projeto, solicitou-se que o professor Thomé destacasse as reações que tiveram os poderes locais e a sociedade em geral. Thomé assim³³² explica:

Em geral foi uma reação negativa e contrária à nossa idéia. Os migrantes que povoaram a região e seus descendentes sempre viram o brasileiro como um ser inferior. A maioria, ou quase toda a literatura existente sobre o brasileiro, o luso-brasileiro e o caboclo aqui do sul é apontado como inferior ao imigrante. Em Curitiba e Campos Novos os fazendeiros sempre foram opressores do caboclo que era levado no cabresto “Você vai fazer o que eu mando...” “Quem nada aqui sou eu e teu filho é meu afilhado...” “Você aqui não tem salário, pode trabalhar a meia ou a terça”.

A partir destas expressões, ficam bem claros o mandonismo e o sistema de compadrio que geravam uma subserviência do caboclo para com o grande fazendeiro. Neste contexto, o fazendeiro, enquanto dono e matriz ideológica do pensamento reinante, não aceitava o resgate da história do caboclo. Isso se torna quase impossível, uma vez que é importante para a história oficial que se fique enaltecendo os pioneiros da indústria e da colonização. Que motivo levaria ao resgate da história desses “bandidos”? A Igreja na vertente progressista, a partir de Puebla, com a opção preferencial pelos pobres, fez com que o bispo de Caçador na época cobrasse do historiador entrevistado uma postura no sentido de que, através da história, fosse resgatada a cidadania do homem do Contestado.

Outra pergunta feita ao entrevistado sobre o sentido dado à história do Contestado no processo educacional da região, ou seja, qual a importância dada ao tema do Contestado na história regional. O professor Thomé³³³ faz a seguinte abordagem:

Há uma discussão muito grande em termos de região. Como diz Lauro Rodrigues: você tem que ver a floresta e as árvores. Olhar sobre as árvores e a floresta são dois olhares que se complementam, são profundos. Num você vê o micro, no outro você observa o macro. Se você é da tendência materialista da vertente marxista, trilha no entendimento da história do geral para o particular. Quem eram os professores de nossos pais e avós na região? Eram as lideranças religiosas que tinham os colégios ou

³³² THOMÉ, abr., 2007.

³³³ THOMÉ, abr., 2007.

dominavam as escolas públicas subvencionadas. Estes tinham uma visão positivista de história... O que nós temos que fazer é manter esta luta no sentido de manter dentro da Universidade do Contestado a disciplina de história do Contestado. E que esta disciplina tenha o sentido de fazer uma história que supere aquele ranço antigo, oportunizando que o acadêmico entenda o que ele está fazendo na academia; que ele não encontrou tudo pronto e vá embora sem qualquer compromisso social... O universitário tem que ter a consciência que existe uma sociedade que construiu a região e que ele tem que inserir-se enquanto sujeito histórico transformador desta sociedade. Há que se pegar o viés do desenvolvimento regional para entender por onde a região caminha e por onde vai caminhar. Este processo é uma espiral que tem um início e não tem fim.

Quanto à história regional e à sua valorização na Universidade e na Educação Básica, Thomé³³⁴ salienta que existem problemas. Um dos primeiros é que há a necessidade de se ministrar a história regional para os professores da Universidade, sendo esta uma das maneiras de se quebrar os preconceitos que existem. Salientou que o grupo de professores que milita na história regional é um grupo minoritário. Como conseqüência deste contexto, cria-se uma massa pensante no universo acadêmico, sendo que nossos professores nadam contra a maré.

Em relação à Educação Básica, o professor Thomé a coloca como ineficiente. Os relatórios oficiais apresentados pelas escolas públicas não espelham a realidade. E Thomé³³⁵ assim observa:

Raras exceções algumas cidades se despontam um ensino de qualidade. A grande maioria é um desleixo total. Há que se mexer, tem que se alterar os procedimentos nas escolas. Estamos pecando em termos educacionais. Santa Catarina tinha uma formação muito interessante que ia do ginásio normal, depois vinham às escolas normais, para depois se formar na faculdade como pedagogo. Hoje entra na faculdade e com algumas horas de didática e de metodologia acha que vai se moldar professor.

Esta observação do entrevistado bate na tecla do processo de formação de professores para as séries iniciais de educação básica. Existe um despreparo epistemológico no processo de formação destes professores. Frente a esta realidade, é importante refletir sobre como será o trabalho de um professor que não tem uma visão epistemológica da história. Diante desta situação, cabe-nos concluir que ele dificilmente ensinará história dentro de uma concepção dialética.

Finalizando a entrevista, foi aberto espaço para que o entrevistado fizesse considerações a respeito do tema. Thomé³³⁶ faz as seguintes considerações:

³³⁴ THOMÉ, abr., 2007.

³³⁵ THOMÉ, abr., 2007.

³³⁶ THOMÉ, abr., 2007.

Nós somos pessoas com responsabilidade social de oferecer ao homem catarinense uma identidade cultural a partir do Contestado. Como historiadores e educadores, esta é a nossa responsabilidade. Tivemos experiência de pesquisadores que aqui vieram, construíram suas teses e dissertações, e estas ficaram nas prateleiras de bibliotecas nas Universidades. Eles não têm o conhecimento do contexto histórico e social que nós temos, haja vista que nós somos da região e aqui moramos. Nós temos uma responsabilidade maior. Como professores, temos um contato com o povo, somos políticos. Esta é a nossa missão. Porém, as portas sempre estarão abertas para quem quiser vir ajudar. O povo não é ignorante, apenas iludido.

Através desta entrevista, pode-se constatar que o sumiço da placa faz parte de um currículo no processo de educação da comunidade curitibanense e da região. A placa que foi retirada, como se comprova através dos documentos citados neste capítulo, é uma linguagem simbólica. Provavelmente esta linguagem tenta transmitir que esta história deva ser contada ao povo. Para os dominadores, a verdade histórica encontra-se na história oficial que colabora com a manutenção do *status quo*. É importante destacar que, no processo educacional do povo da região, ainda são muito fortes as produções históricas fundamentadas numa concepção positivista. A história do lado dos vencidos precisa ser construída e reconstruída de forma processual. Existe uma dívida muito grande de cunho ético e moral no sentido de resgatar a dignidade do homem do Contestado denegrada por posicionamentos propagados a serviço de interesses políticos e econômicos.

Torna-se bem claro, a partir do depoimento do entrevistado, que ainda nos dias atuais trabalhar a história na perspectiva dos vencidos é uma luta, uma missão que exige abnegação e muita militância. Os grupos de poder regional ainda na atualidade são conservadores e não se interessam em sanar a dívida no sentido de resgatar a identidade regional a partir da história do Contestado.

Crê-se que o Projeto de Resgate da Memória do Contestado deixou marcas muito profundas para a região. A primeira foi à marca do empenho e de inúmeras atividades que fizeram com que, de uma maneira ou outra, a história do Contestado fosse divulgada, ainda que de maneira restrita à nossa população. Por outro lado, este movimento deixou bastante claro – e a situação de certa maneira não mudou – que ainda nos dias atuais há um desejo bastante forte no sentido de se resgatar a história dentro de uma outra ótica.

4. O CONTESTADO NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

4.1. Concepções de currículo que permeiam a educação formal e social do homem do contestado

Ao analisarmos a região do Contestado um dos aspectos de fundamental importância é o educacional. Esta investigação busca, precisamente, analisar o movimento social do Contestado e seu desdobramento na atual situação educacional da região. O desenvolvimento desta pesquisa tomará como referência o período pós-massacre. Partindo do pressuposto da inexistência de neutralidade na educação, podemos constatar que concepção ou que concepções estão sendo assumidas no processo de educação deste povo. A respeito desta questão Sacristán e Gómez³³⁷ advertem:

Os problemas básicos que o tratamento de currículo agrupa, dependem da orientação de que seja objeto, mas poderíamos resumi-los em torno das seguintes questões:

- O que ensinar, ou que valores, atitudes e conhecimentos estão implicados nos objetivos?
- Quem está autorizado a participar nas decisões do conteúdo da escolaridade?
- Por que ensinar o que se ensina, deixando de lado muitas outras coisas? Trata-se da justificativa do conteúdo.
- Todos esses objetivos devem ser para todos os alunos ou somente para alguns deles?
- Quem tem melhor acesso às formas legítimas do conhecimento?
- Esses conhecimentos servem a quais interesses?
- Que processos incidem e transformam as decisões tomadas até se tornarem prática real?

³³⁷ SACRISTÁN, Gimeno J.; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Comprender e transformar o ensino**. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998, p. 124.

Com base nestas interrogações procurar-se-á analisar os currículos no decorrer da história educacional, longe da sua neutralidade, o que seria uma ilusão ou disfarce, uma vez que a educação é por excelência um ato político. Esses currículos contêm de forma palpável os interesses dos grupos dominantes que impuseram a partir de suas aspirações todo o processo de educação de um povo. Embora, nem sempre os educadores, como a sociedade em geral, tenham tido clareza quanto às políticas que permearam os currículos escolares. Apple³³⁸, em sua análise voltada à perspectiva contemporânea do Currículo, observa:

[...] O trabalho do magistério tem sofrido mudanças substanciais. Um complexo processo de desqualificação e requalificação está ocorrendo, um processo no qual grande parte do magistério está perdendo controle de partes substanciais do currículo e da pedagogia, à medida que as ideologias e práticas capitalistas penetram no centro de um grande número de salas de aulas.

A partir desta constatação, percebe-se a que interesses as escolas se encontram submetidas, bem como o processo de fragmentação do trabalho docente. Este esfacelamento do processo formal de educação empobrece o ato de educar, o fazer pedagógico, uma vez que, ao se criar especializações e matrizes curriculares fragmentadas, o docente deixa de ser aquele que concebe, o arquiteto, o artífice, para se tornar um mero executor das políticas emanadas burocraticamente de cima para baixo, servindo aos interesses dos que dominam.

Partindo do pressuposto de que a educação deve ir ao encontro dos legítimos interesses da sociedade e não dos estereótipos ditados de forma escancarada, autoritária e até simbolicamente violenta pelas minorias dominadoras, existe no processo de educação de um povo o currículo assumido pelas instituições educacionais, que de certa forma se encontra atrelado às políticas educacionais vigentes. Os currículos educacionais nem sempre são implementados de forma aberta e clara nas instituições e no seio da própria sociedade. É importante se destacar que os currículos assumem um caráter de grande importância na educação de um povo. Numa concepção de educação libertadora, uma instituição que orienta seus projetos educativos a partir da ótica do capital, trai os verdadeiros ideais educacionais, mormente o continente latino-americano cuja estrutura social gera múltiplos processos de exclusão.

³³⁸ APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Tradução. Maria Cristina Monteiro, Porto Alegre: Artes Médicas, 1989, p.15.

Numa reflexão crítica acerca da esfera educacional, Apple³³⁹ faz a seguinte advertência:

(...) Precisamos ter cuidado quanto a esses efeitos. A minha própria análise me leva, portanto, a estas duas cautelas: dar-se conta de que entender as escolas e atuar nelas não é o suficiente, mas também saber isto e ignorá-las é simplesmente errado. Como tentarei demonstrar, na verdade, o sistema educacional – exatamente por sua localização no interior de uma trama mais ampla das relações sociais – pode constituir um importante terreno no qual ações significativas podem ser desenvolvidas.

Com efeito, pode-se constatar que grande parte dos “educadores” trabalham na perspectiva de serem simples executores de políticas emanadas dos grupos dominantes. É importante destacar a necessidade de se refletir sobre as influências dos sistemas produtivos nos currículos e a fragmentação dos processos produtivos. Esta realidade se fez e se faz presente na história do Brasil e a região do Contestado, inserida neste contexto, carrega estes elementos dentro da sua realidade educacional.

Sabe-se que o estudo concernente às teorias do currículo é recente, de modo peculiar no Brasil, onde o sistema de ensino foi montado de forma autoritária. Porém torna-se importante assinalar que as preocupações relativas ao currículo e ao que ele produz aparecem junto com a Pedagogia crítica na década de 1980. Este período é marcado pelo fim da Guerra Fria, período em que a hegemonia referencial funcionalista norte-americana foi abalada. Destaca-se, neste contexto, o surgimento dos movimentos pedagógicos em torno da globalização e interdisciplinaridade, buscando o resgate do conhecimento globalizado.

Santomé³⁴⁰ faz o seguinte destaque:

O movimento pedagógico a favor da globalização e da interdisciplinaridade nasceu de reivindicações progressistas de grupos ideológicos e políticos que lutavam por uma maior democratização da sociedade. Podemos constatar que ocorre uma coincidência temporal, por exemplo, entre os ataques que os movimentos sindicais do início do século dirigem contra as políticas trabalhistas e de produção planejadas sob os pressupostos de ‘um controle científico’ segundo os princípios daquilo que Frederick Winslow Taylor rotulou de ‘Management científico’, por outro lado, com os discursos de John Dewey e William H. Hilpatrick, exigindo uma reconsideração completa, tanto da função como da prática de educação.

³³⁹ APPLE, 1989, p. 27.

³⁴⁰ SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**. Trad. Cláudia Schilling, Porto Alegre: Artmed, 1998, p.10.

Numa análise do sistema produtivo nota-se, por exemplo, que nas oficinas na Idade Medieval o domínio do conhecimento acontecia de forma integral, ou seja, o trabalhador dominava todo o processo produtivo. Com o advento do capitalismo e da Revolução Industrial, que veio consolidar este sistema nos finais do século XIX e início do século XX, houve uma autêntica revolução no funcionamento dos sistemas de produção e distribuição no âmbito empresarial, revolução voltada para a acumulação do capital e o barateamento da mão-de-obra. Para que tal intento se concretizasse, seriam estratégicas a desapropriação do conhecimento e a conseqüente desqualificação do trabalhador, impedindo-lhe de participar nas decisões do processo produtivo, acentuando a divisão técnica do trabalho e a conseqüente fragmentação do processo produtivo. Esse processo de desqualificação oriundo da divisão “científica” do trabalho faz-se presente de maneira diferente em diferentes espaços. Na região do Contestado, em que predominou uma economia de exploração da madeira e das grandes fazendas, criou-se uma classe de trabalhadores subservientes aos atuais interesses, não havendo, por parte das autoridades e do sistema econômico, preocupação com uma mão-de-obra qualificada, estabelecendo-se fortes diferenças entre o trabalho manual e intelectual.

Sobre a divisão científica do trabalho, Santomé³⁴¹ diz o seguinte:

Esta Filosofia organizativa, que acentuava a divisão social e técnica do trabalho, aumentaria ainda mais a separação entre trabalho manual e intelectual. Assim, algumas pessoas passam a ser as que pensam e decidem, enquanto as outras obedecem; como escreve F. W. Taylor, ‘também é evidente na maioria dos casos, precisa-se de um tipo de homem para estudar e planejar um trabalho, e de outro completamente diferente para executá-lo’ (Taylor, F.W., 1970, p.53).

Outra contribuição vem da linha de montagem da indústria automobilística através de Henry Ford. Ele foi o precursor da organização da linha de montagem. Esse modelo veio reforçar as políticas de fragmentação do processo produtivo em vista da mecanização homogeneizadora. As atividades distribuídas entre os trabalhadores exigiam que se trabalhasse ao ritmo da esteira e de maneira fácil. Com relação ao fordismo, Santomé³⁴² tece o seguinte comentário:

³⁴¹ SANTOMÉ, 1998, p.11.

³⁴² SANTOMÉ, 1998, p.11.

Os trabalhadores e trabalhadoras só devem acompanhar o ritmo e a cadência da esteira e efetuar tarefas muito mais concretas e fáceis. O próprio Henry Ford chegou a declarar que o trabalho que qualquer operário tem de realizar é tão fácil que 'até o indivíduo mais estúpido pode aprender a executá-lo em dois dias'; nem mesmo a força física é necessária, 'pois a força física de uma criança de três anos é suficiente'(citado por César Neffa, J., 1990,p.338).

Esta filosofia privilegiou a produção e o lucro em detrimento do ser humano. A desapropriação do conhecimento do trabalhador e a não participação nas decisões vieram impedir a democratização dos processos produtivos e a especialização do trabalhador. A máquina, bem como o sistema hierárquico e verticalista numa perspectiva piramidal da autoridade, proporcionaram-lhe apenas o salário, sendo-lhe negado intervir na concepção do processo produtivo.

Este processo de fragmentação ocorrido no sistema produtivo passou a fazer parte dos sistemas educacionais. É mister ressaltar, então, a relação entre sistema educacional e currículo escolar. Professores e estudantes foram alijados do processo decisório e de crítica à realidade. O currículo oculto nas salas de aula passou a privilegiar as habilidades relativas à obediência e à subserviência às autoridades. Santomé³⁴³ faz o seguinte esclarecimento:

Este processo de 'despersonalização' e de preparação da juventude para incorporar-se e assumir as regras do jogo de um modelo de sociedade, de produção e relações de trabalho no qual se pretende que a maioria das pessoas não possa intervir e decidir, é contestado não só pelos movimentos sindicais e partidos progressistas, mas também pela própria classe docente e estudantil.

Esta matriz curricular influenciada pelo sistema vigente trouxe em seu bojo o individualismo, a carência de reflexão crítica sobre a realidade bem como de participação na vida comunitária. Os conteúdos culturais passaram a ser desconexos e demasiado abstratos. A respeito desta distância entre a abstração e a realidade, Dewey³⁴⁴ observa a existência da "(...) sobrecarga de fragmentos sem conexão uns com os outros, que só são aceitos baseados na repetição ou na autoridade".

Destaca-se a falta de contextualização dos conteúdos do currículo escolar distante da realidade, bem como o isolamento e a fragmentação das disciplinas. As instituições de ensino produzem distorções do mundo produtivo. É importante

³⁴³ SANTOMÉ, 1998, p. 14.

³⁴⁴ DEWEY, *apud* SANTOMÉ, 1998, p.14.

salientar que estas distorções acontecem na escola sob influência da sociedade; por outro lado, se concretizam na sociedade sob influência da escola.

A partir deste momento o mundo vivencia a intercomunicação e interdependência das economias. Frente a esta nova realidade mundial, a eficiência produtiva é marcada pelo aumento da produtividade, bem como pela flexibilidade da produção e do trabalho. Diante da globalização, gestaram-se a heterogeneidade dos mercados e a fragmentação, desconcentração e descentralização da produção. Começa-se um trabalho voltado para a produção enxuta, a qualidade total e o envolvimento relativo da classe trabalhadora na tomada de decisões. Este modelo, de acordo com Santomé³⁴⁵, é classificado como ohonismo e toyotismo.

Para compreender as mudanças curriculares decorrentes deste sistema produtivo devem-se destacar as marcas do toyotismo no setor educacional. Santomé³⁴⁶ explica isto a partir da realidade espanhola:

Penso que numerosas propostas pedagógicas que estão sendo divulgadas por instancias ministeriais pertencentes ao próprio governo que atualmente está contribuindo com a flexibilização dos mercados de trabalho, adquirem sentido se levamos em consideração esta interdependência entre a esfera econômica e a educacional. Conceitos e propostas como as de 'descentralização', 'autonomia dos centros escolares', 'flexibilidade dos programas escolares', 'liberdade de escolha das instituições docentes', etc., têm sua correspondência na descentralização das grandes corporações industriais, na autonomia relativa de cada fábrica, na flexibilidade de organização para ajustar-se à variabilidade de mercados e consumidores nas estratégias de melhora de produtividade, baseada nos círculos de qualidade, na avaliação e supervisão central para controlar a validade e o cumprimento dos grandes objetivos da empresa, etc.

A partir das reflexões acerca dos sistemas produtivos, compete lançar os seguintes questionamentos:

- O que é educação?
- A quem serve a escola?
- Que conteúdos fazem parte do currículo escolar?
- Em nome de que, e de quem?

Diante das conseqüências socialmente negativas das políticas neoliberais e do processo de globalização econômica, urge repensar as estruturas institucionais no continente, bem como trazer para um efetivo debate as estruturas existentes e os mecanismos que as proporcionaram.

³⁴⁵ SANTOMÉ, 1998.

³⁴⁶ SANTOMÉ, 1998, p. 20-21.

Em nosso país, observam-se poucos avanços no setor educacional, ao contrário do que ocorreu com a privatização do patrimônio público, a concentração de renda e o aumento do processo de exclusão. Diante desta realidade, Santomé³⁴⁷ conclui:

Poucas vezes ao longo da história foi tão urgente a aposta em uma educação verdadeiramente comprometida com valores de democracia, solidariedade e crítica, se quisermos ajudar cidadãos e cidadãs a enfrentar essas políticas de flexibilidade, descentralização e autonomia propugnadas nas esferas trabalhistas. É preciso formar pessoas com capacidade crítica e solidariedade, se não quisermos deixá-las mais indefesas.

Muitas práticas nas escolas prendem-se ao fato de as mesmas estarem vinculadas e submissas aos interesses dos grupos dominantes. Quanto mais centralizados forem os mecanismos de poder, tanto mais se prioriza a obediência, não dentro dos pressupostos da verdadeira educação, porém, na ótica de uma pedagogia enganosa. Dentro desta pseudo-pedagogia são utilizadas as estratégias intimidatórias, a manipulação e outras táticas planejadas e apresentadas aos indivíduos como lei, como dogma. A respeito desta questão, Castells et alii³⁴⁸ observam:

Assim, a obediência chega a ser um instrumento chave para a reprodução da cultura dominante, entendendo que os pensamentos independentes e as ações estão regidos pelo sistema e/ou reprimidos pelo indivíduo que tem submetido seu desejo à armadilha da pedagogia enganosa.

Trabalhando numa perspectiva emancipatória, percebe-se nas regiões onde o capital se estruturou de maneira extremamente selvagem, com práticas políticas coronelistas, nepotistas e paternalistas, que este sistema gerou uma certa apatia na população. Quanto aos currículos, as questões que se encontram inseridas no contexto sócio-cultural são trabalhadas a partir dos interesses dominantes, levando os cidadãos a aceitarem-nos ou agirem passivamente. Esta realidade de descompromisso coletivo tem em suas raízes o analfabetismo cultural. Acerca desta postura Castells et alii.³⁴⁹ refletem:

Leitores críticos também se perguntariam por que no *Alfabetização Cultural: o que Todos os Americanos necessitam Saber* falta informar aos leitores americanos como foi que 'cidades e os povos indígenas foram atacados e

³⁴⁷ SANTOMÉ, 1998, p.23.

³⁴⁸ CASTELLS, et. alii. **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 89.

³⁴⁹ CASTELLS, et alii., 1996, p. 90.

queimados, seus habitantes assassinados ou vendidos no estrangeiro para serem escravizados’.

É interessante observar a distância entre o discurso e a prática. Frente a esta constatação, pode-se concluir que muitos dos projetos educativos foram elaborados para cumprir determinações da burocracia. Henry Giroux³⁵⁰ faz a seguinte observação ao comentar o surgimento da pedagogia. Nesta realidade, situa a gênese e práticas pedagógicas na contradição em relação ao que as escolas dizem e ao que elas realmente fazem.

Historicamente, as escolas muito poucas vezes foram autocríticas sobre seus propósitos e significados, e os poucos movimentos que as desafiaram foram muito marginais. Mas algo aconteceu nos anos 70. Samuel Bowles e Herbert Gintis publicaram um livro chamado *‘Schooling in Capitalist América: Educational Reform and the Contradictions of Economic life’* que lançou uma forma de análise ligada às teorias de reprodução social. Esta não era uma pedagogia crítica, mas uma tentativa de esclarecer algumas injustiças políticas e econômicas presentes na educação. Embora tenha sido importante na politização da questão da escola, foi edificada sobre uma noção orweliana de dominação, que era poderosa e desprovida de um discurso de resistência.

Torna-se imperioso que a educação responda aos reais anseios da coletividade. Hoje o mundo clama por democracia, ou seja, percebe-se um anseio que exista uma maior abertura aos processos participativos. A sociedade tal qual se encontra apresenta-se voltada aos interesses minoritários dos dominadores. Henry Giroux³⁵¹ faz a seguinte sugestão:

Primeiro, a noção de diferença deve ser vista em termos educacionais mais amplos que aprofundem a possibilidade de se reconstruir a democracia e as esferas públicas democráticas. Isso significa, organizar as escolas e a pedagogia em torno de um sentido de propósito e significado que se torne a diferença fundamental para uma noção crítica de cidadania e vida pública democrática.

Não existe interesse, da parte de quem domina, na projeção de avanços sociais. Por isso, os conhecimentos, o currículo, a ciência passam pelo crivo da oficialidade. Um dos questionamentos a se fazer é que saberes devem ser construídos nos currículos. Giroux³⁵² propõe a seguinte explicação:

³⁵⁰ GIROUX, Henri. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional**. Porto Alegre: Artmed, 1999, p.177.

³⁵¹ GIROUX, 1999, p. 205.

³⁵² GIROUX, 1999, p. 203-204.

Segundo, os educadores críticos devem proporcionar as condições para os alunos se envolverem no remapeamento cultural como forma de resistência. Ou seja, os alunos devem ter a oportunidade de se envolver em análises sistemáticas das maneiras pelas quais a cultura dominante cria fronteiras saturadas de terror, desigualdades e exclusões forçadas.

Observa-se entretanto, que as ideologias funcionam de forma contraditória tanto no local de trabalho como nas escolas. O capital está exercendo uma pressão cada vez mais forte no processo educacional. Faz-se necessário questionar esse currículo para se determinar o que está acontecendo com a produção do conhecimento.

Michael Apple³⁵³ salienta: Para entendermos porque algumas dessas coisas notáveis estão acontecendo nas escolas e nas nossas vidas fora, e dentro delas, precisamos compreender a progressão histórica de nossa formação social.

4.2. Currículo oculto e as relações de poder no Contestado

Karl Marx, em sua análise do sistema capitalista na obra *Ideologia alemã*, vê a mercadoria como sendo de fundamental importância para o sistema capitalista de exploração. A mercadoria é lançada no mercado de forma fria, como simples objeto a ser comercializado. Porém, como pano de fundo deste sistema, ocultam-se signos das relações sociais que a produziram dentro de um conjunto de histórias.

A escola reflete a sociedade servindo como espelho, principalmente no que se refere aos elementos constitutivos do currículo oculto. Michael W. Apple³⁵⁴ analisa este mecanismo estabelecendo a seguinte reflexão:

A 'sociedade' precisa de trabalhadores dóceis; as escolas através de suas relações sociais e de seu currículo oculto, garantem de alguma forma esta produção de docilidade. Trabalhadores obedientes no mercado de trabalho são espelhados no 'mercado de idéias' da escola.

Esta teoria parte do pressuposto de que a economia exige dos trabalhadores, no seu cotidiano, determinados traços comportamentais e habilidades. As necessidades econômicas são absorvidas em outros setores da sociedade e a instituição educacional os incorpora cotidianamente em seu currículo.

³⁵³ APPLE, 1989, p. 45.

³⁵⁴ APPLE, 1989, p. 83.

Percebe-se uma relação bastante íntima entre o que a escola trabalha de forma oficial e que oculta a serviço do sistema capitalista. Não somente a escola, como também outras instituições que compõem a sociedade sofrem impactos da estrutura capitalista selvagem. Pesquisa histórica recente feita por Harry Braverman³⁵⁵, salienta os mecanismos articulados pelo sistema capitalista para assegurar o controle do processo produtivo. Uma das metas deste sistema é a acumulação dos excedentes. Os sistemas produtivos decorrentes da lógica deste sistema, o taylorismo e o fordismo, se destacam a fragmentação do processo produtivo separando o trabalho intelectual do trabalho braçal. Para consolidar estes intentos, o trabalho intelectual é desenvolvido por burocratas, longe do chão de fábricas. Esta fragmentação tem como consequência o processo de desqualificação e a perda do poder por parte dos trabalhadores. Apple³⁵⁶ oferece a seguinte informação:

Embora Braverman não saliente isto expressamente, o currículo oculto diferenciado da escola serve para preparar adequadamente os trabalhadores, pois se essa é a lógica inexorável do controle capitalista, então devemos esperar que os trabalhadores necessitem de normas e disposições específicas para funcionar de forma apropriada dentro de um mercado de trabalho hierárquico. Eles precisarão de hábitos que contribuam para o fluxo racional de produção. Precisarão obedecer à autoridade do 'expert'. Eles não precisarão de compromisso coletivo algum, nem de concepção alguma de profissão, criatividade ou controle.

Contra esse esquema estrutural pode constar-se a ação de parte dos trabalhadores, que partem para uma resistência aberta e organizada. Para que isto aconteça necessário se faz o rompimento com a lógica imposta pelo processo de dominação capitalista. Ademais, em nível de currículo escolar devem-se superar as formas dominantes da produção cultural. Porém, para identificar que o currículo está inserido em relações, cabe à análise educacional a tarefa de detectá-las no sentido de uma efetiva transformação. Moreira e Silva³⁵⁷ observam:

Se existe uma noção central à teorização educacional e crítica é a de poder. É a visão de que a educação e o currículo estão profundamente implicados em relações de poder que dá à teorização educacional crítica e seu caráter fundamentalmente político. Isso não quer dizer que a conceituação daquilo que constitui o poder, no contexto de educação e do currículo, seja uma questão facilmente resolvida.

³⁵⁵ BRAVERMANN *apud* APPLE, 1996.

³⁵⁶ APPLE, 1996, p. 87.

³⁵⁷ MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.). **Currículo, Cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2002, p.28.

Ao analisar a sociedade, as instituições, o poder ideológico, os movimentos sociais, é fundamental determinar o quanto existe de econômico no político e o quanto de político no econômico. As sociedades capitalistas encontram-se estruturadas em torno da propriedade privada, da economia do mercado e da livre concorrência. A sociedade de classes, que tem o Estado como avalista, encontra-se descrita desta maneira por Marx e Engels³⁵⁸:

A esta propriedade privada corresponde o Estado moderno, o qual comprado paulatinamente pelos proprietários privados através dos impostos, cai completamente sob o controle destes pelo sistema da dívida pública, e cuja existência como é revelado pela alta e baixa dos valores do Estado na bolsa, tornou-se completamente dependente do crédito comercial concedido pelos proprietários privados, os burgueses.

Portanto, observa-se através das políticas que a estrutura estatal não correspondente aos legítimos interesses da sociedade civil, acontecendo a privatização do poder público. Marx e Engels³⁵⁹ prosseguem fazendo a seguinte reflexão:

A burguesia, por ser já uma *classe* e não mais um *estamento*, é obrigada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, a dar uma forma geral a seu interesse médio. Através da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o estado adquire uma existência particular, ao lado e fora desta sociedade civil; mas este Estado não é mais do que uma forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses.

No plano teórico e idealizado o Estado é maquiado com a função principal de proporcionar o bem comum à coletividade. Este Estado assume inúmeras facetas no decorrer de sua evolução histórica até galgar o patamar de Estado democrático e representativo. Frente às ações do estado na contemporaneidade, e diante das políticas neoliberais, há que se questionar a quem ele serve e que articulações nele se desenvolvem.

Fazendo parte do Estado, a educação tem um papel importante na tentativa de criar um consenso ativo. Numa perspectiva positivista, ligada às teorias dominantes, esta seria uma tarefa essencialmente neutra. Para manter a sua legitimidade, necessário se faz que o Estado integre articuladamente as diferentes concepções que compõem os grupos sociais.

³⁵⁸ MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Ideologia alemã**. São Paulo. Hucitec, 1996, p. 97.

³⁵⁹ MARX; ENGELS, 1996, p.97.

4.3. Currículo e educação no movimento social do Contestado

A educação de um povo deve atender aos seus anseios às suas expectativas permeadas por políticas ou pela ausência delas. Neste contexto, o sistema capitalista gera a reprodução de sua força de trabalho. Frigotto³⁶⁰ destaca o currículo escolar permeado pelas políticas emanadas do sistema de produção capitalista:

A educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação do capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir. Ou seja, reguladas e subordinadas pela esfera privada, e à sua reprodução.

O que se observa na Região do Contestado é a reprodução de uma mão-de-obra desqualificada, submissa, e “hospedeira” dos interesses e do pensamento dos coronéis. Nesta região o povo foi educado para servir e a fazê-lo de acordo com os objetivos dos grupos dominantes.

É necessário ressaltar que a formação humana e a educação estão intimamente associadas ao processo de acumulação no sistema capitalista sob suas diferentes formas, reguladas pelo privado e pelos interesses do capital na produção. Esta realidade transcende a educação formal, muito embora esteja enfocada nos currículos escolares que trazem em sua essência opções políticas. A educação social de um povo encontra-se marcada por diferentes concepções de mundo, de homem, de sociedade e de currículo. Frigotto³⁶¹ dá o seguinte destaque à subordinação da sociedade aos interesses capitalistas:

Esta subordinação nem sempre é de fácil dissimulação ao longo do desenvolvimento do sistema capitalista. Assim, por diferentes maneiras, o caráter contraditório das relações sociais capitalistas pode ser explicitado no âmbito das relações entre a sociedade e os processos educativos, ou deste como um processo produtivo. Isto nos indica, de um lado que o capital é prisioneiro de sua contradição, de seus limites de concepção (fragmentária) da realidade, portanto não é onisciente e, de outro, que é confrontado por interesses de classes trabalhadoras que lhe são antagônicos.

Analisando a educação no município de Curitiba-SC, observa-se que o homem é fruto de uma sociedade e de um processo de colonização, em que a matriz cultural proporciona que o colonizado se identifique com o colonizador. Dentro

³⁶⁰ FRIGOTTO, 2000, p.30.

³⁶¹ FRIGOTTO, 2000, p. 33.

desta perspectiva suas raízes, sua idiossincrasia, devem ser apagadas. A partir desta análise sobre o processo de educação do sertanejo, denota-se uma submissão do conquistado ao conquistador.

Herculano Teixeira d'Assumpção traça o seguinte perfil da população sertaneja, numa visão coronelista³⁶², classificando-a como bandidos, ingênuos, fanáticos que se transformaram em bandoleiros:

Tratando-se dos rudes costumes, aliás justificáveis, do sertão catarinense, não deprimos o seu próspero estado. As condições de incultura da população sertaneja, mergulhada como está nas trevas da ignorância, são resultado da vastidão do nosso território e da disseminação de seus habitantes.

Em uma de suas abordagens, Herculano Teixeira d'Assumpção³⁶³ referia que o estado de Santa Catarina, na época, ou seja, nas primeiras décadas do século XX, tinha uma escola normal e um ginásio, além de duzentas escolas primárias. O autor diz que esta estrutura educacional implantada em Santa Catarina tinha como referencial os modernos processos já implantados há alguns anos em São Paulo e em Minas Gerais.

D'Assumpção³⁶⁴ afirma ainda que, ao sair da região de colonização alemã, com uma população ordeira, disciplinada e prestativa, e dirigindo-se numa expedição a Curitiba, constatou que na Zona Serrana só reinavam a anarquia, a miséria e a completa desorganização na vida pública e privada.

Nilson Tomé³⁶⁵ faz a seguinte abordagem histórica acerca da educação no Contestado catarinense:

O estudo da educação na história do Contestado revela-nos aqui a reprodução do fenômeno da dominação, tal como ocorria em Santa Catarina e no Planalto Serrano, fruto do coronelismo e do sistema oligárquico que predominava historicamente na região, onde alguns poucos fazendeiros ricos exerciam o mandonismo sobre a grande maioria subserviente.

Após a Guerra do Contestado desenvolveu-se um novo olhar sobre as questões educativas. Pode-se ressaltar a solicitação por parte das autoridades locais de estabelecimentos de ensino voltados à educação do povo na região. Tem-

³⁶² D'ASSUMPÇÃO, 1917, p.175.

³⁶³ D'Assumpção, 1917.

³⁶⁴ D'Assumpção, 1917.

³⁶⁵ TOMÉ, Nilson. **Primeira História da Educação Escolar na Região do Contestado**. Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2002, p. 62.

se, por exemplo, o surgimento de uma escola de primeiras letras, destinada a alunos do sexo masculino. Em 1917, após a Guerra do Contestado que durou de 1912 a 1916, o Coronel Marcos Gonçalves de Farias, que cuidara do processo de restauração da Vila, apresentou um relatório ao governador catarinense, na qualidade de superintendente local, o qual é analisado da seguinte maneira por Lemos³⁶⁶:

O relatório do Coronel Marcos Gonçalves de Farias, conclui que uma das grandes causas do movimento dos fanáticos foi sem dúvida a falta de 'instrução dos sertanejos' e finaliza com o desejo de que 'também o nosso município possa fruir dos benefícios da instrução pública mais desenvolvida já que por toda parte se levantam grupos escolares e escolas reunidas às isoladas, etc'.

O que se observa, portanto, é que a ausência educação formal se constitui na região uma das causas indiretas do movimento social do Contestado. O acesso a educação foi um privilégio dos grupos de poder, restringindo-se apenas às classes mais abastadas e relegando os sertanejos à educação informal. Em termos educacionais destaca-se a importância dos monges, que encontram espaço no mundo sertanejo para uma prática pedagógica. A respeito desta questão Marx e Engels³⁶⁷ fazem a advertência:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é poder material numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante.

Constata-se a importância dos monges João Maria de Agostini (1840), João Maria de Jesus (1893) e José Maria (1910), que tiveram, além de caráter messiânico, fundamental importância na ação educativa através da conversa informal, da pregação e da catequese que os aproximavam do sertanejo. Este trabalho servia para despertar as consciências oprimidas a lutarem pela libertação.

O currículo de educação dos monges dispensava as formalidades educacionais vigentes, uma vez que tomava como ponto de referência uma teoria aproximada à prática. O processo educacional do Contestado girava em torno de um futuro melhor. Frei Betto³⁶⁸ dá o seguinte destaque:

³⁶⁶ LEMOS, 1983, p. 183.

³⁶⁷ MARX Karl; ENGELS F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 45.

³⁶⁸ FREI BETO. **Batismo de Sangue**. São Paulo: Casa Amarela, 2000, p.196.

No âmago da dor não se conhece o futuro. Acalmada a borrasca, secadas as lágrimas, os olhos vislumbram o horizonte onde, o ciclo da vida a encarar o inverno, florescem primaveras que nos abrem a novos amores e a novas lutas. Nada mais profundo que a saudade do porvir.

Ressalte-se que, no planalto serrano, o papel e o discurso educacional da Igreja Católica estavam voltados aos interesses dos dominadores. Sua presença pastoral pode ser classificada como quase que exclusivamente sacramental. Essa ação da Igreja Católica propiciou a abertura para o desenvolvimento de um catolicismo rústico, abrindo espaço para a emergência de lideranças carismáticas, muitas não reconhecidas pela oficialidade. Nota-se que tanto a figura dos monges como os seus ensinamentos perpetuaram-se de geração em geração no meio sertanejo. Observando a religiosidade popular, percebe-se que São João Maria é venerado, ainda nos dias atuais, como um grande santo, com o mesmo valor ou com maior valor do que os santos da Igreja Católica. A respeito da pedagogia presente no messianismo, Sachweh³⁶⁹ faz a seguinte análise:

Assim como a religião **não tinha necessidade de um local específico para realizar seus rituais**, e as imagens dos santos acompanhavam a figura do beato e os seus seguidores, **a educação não exigia a presença de um “templo” para se efetivar**. Em qualquer lugar e a qualquer hora os mais velhos ensinavam os mais novos, transmitindo-lhes suas experiências e o seu conhecimento empírico. Se não se pode falar em escola peregrina, pode-se perceber uma educação andarilha que acompanhava os ‘irmãos’ na sua peregrinação e nas suas lutas, pois foram os primeiros ‘ermitões’ e ‘sacristãos’, leigos devotos que reuniram o povo para as práticas religiosas, dirigiram o culto e tiveram responsabilidade pela guarda da capela ou ermida (local do culto). Essa forma de realizar a prática pedagógica desmistificou a escola enquanto lugar especialmente reservado para a transmissão do conhecimento das gerações mais velhas para as mais novas.

O Contestado hoje é fruto de um longo processo histórico marcado por sangue, suor e lágrimas. Admite-se que o processo educacional foi estruturado dentro da lógica da manutenção do *status quo*. É marcante a presença das diferentes instituições que encasteladas e comprometidas com o poder dominante agiram num longo processo opressivo que perpassa décadas.

³⁶⁹ SACHWEH, Maria da Salete. **Educação, dominação e liberdade na guerra santa do Contestado**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002, p. 89.

4.4. O Contestado nos currículos escolares

A Escola, hoje instituída, carrega em sua essência elementos e indicadores presentes na racionalidade do sistema capitalista. Dentre as principais idéias pode-se ressaltar a do gerenciamento científico, influência básica do industrialismo norte-americano, sinônimo da produção eficiente. A respeito desta questão Rocha³⁷⁰ dá a seguinte ênfase: A formatação que a escola apresenta hoje é, assim, fruto do processo de assimilação da mesma lógica imanente ao capitalismo: a que procura organizar, da maneira mais racional possível, os recursos existentes.

Essa escola sofreu fortes influências em seu currículo escolar do racionalismo e pragmatismo norte-americanos. Dentro deste contexto, foram priorizadas as disciplinas voltadas à área das ciências exatas em detrimento das ciências humanas.

As escolas públicas do Estado de Santa Catarina planejam suas atividades através da Proposta Curricular que traz em sua matriz epistemológica o materialismo dialético. Nesta concepção, o ser humano que constrói a sociedade é um ser histórico. Em seus eixos norteadores, a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina concebe o ser humano como sujeito que é determinado pela história ao mesmo tempo em que a constrói. Nesta perspectiva de análise dialética do processo histórico Marx citado na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina³⁷¹, faz a seguinte observação:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem: Não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com as quais se defrontam diretamente, legadas ou transmitidas pelo passado. A tradição das gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.

A Proposta Curricular de Santa Catarina³⁷² tem como ponto de partida o seguinte pressuposto: O conhecimento acumulado historicamente constitui-se num patrimônio cultural da humanidade e como tal precisa ser socializado. Esta socialização implica a sua garantia a todas as pessoas. O documento deixa claro que a escola não tem condições de promover a socialização das riquezas materiais,

³⁷⁰ ROCHA, UBIRATAN. **História, currículo e cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2002, p.38.

³⁷¹ MARX *apud* SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio**. Florianópolis, COGEN, 1998, p.15.

³⁷² Proposta Curricular de Santa Catarina, 1998.

porém, no momento em que socializa a riqueza cultural, ela estará abrindo possibilidades de acesso aos bens materiais. Sendo assim a concepção assumida pelo Estado de Santa Catarina³⁷³ através desse documento é a “concepção **histórico-cultural** de aprendizagem, também chamada sócio-histórica ou sociointeracionista”.

Para analisar o Contestado nos currículos escolares da educação básica, torna-se indispensável esta visão dos fundamentos epistemológicos que norteiam as políticas educacionais do Estado de Santa Catarina. No entanto, é necessário também destacar aspectos que permeiam a concepção norteadora para o ensino de história³⁷⁴, explicitada da seguinte maneira:

Nesta concepção destaca-se o reconhecimento dos níveis históricos do vivido, do refletido e do concebido. No vivido, encontram-se os homens e suas experiências concretas. Trata-se do tempo imediato que é observado à primeira vista, é a descrição do que se vê sobre o tema. No refletido acontecem as mediações entre o tempo imediato e a memória que constituem as dimensões temporais a serem resgatadas. É o momento regressivo do método, no qual mergulhamos na complexidade vertical das relações sociais. Trata-se de ir às fontes e datar cada elemento da vida material ou social. O nível concebido define-se pelo conhecimento histórico a partir da reconstrução historiográfica dos processos histórico-culturais, ou seja, a partir dos referenciais teóricos do pesquisador, ele procede a análise do problema abordado.

O que se propõe através deste documento é que a história trabalhada nas escolas da rede pública estadual vá além daquela visão vertical de ensino, ou seja: datas, fatos, causas e conseqüências, e que os processos e os fenômenos analisados sejam investigados em diferentes temporalidades. Por isso, a Proposta evidencia que a produção do saber histórico se inicia com o tema que se formula a partir da verificação de um problema. É de grande importância que o professor, enquanto pesquisador, num confronto entre o vivido e o concebido na perspectiva de um novo tempo, trabalhe voltado à solução do problema. A Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina³⁷⁵ deixa claro: “Nesta dimensão, na busca de superar o ensino de História enquanto simples repasse de informações, entendemos que o conhecimento histórico é uma construção de vários sujeitos.”

Partindo destes referenciais teóricos que norteiam a prática docente dos professores de história do Estado de Santa Catarina, procurou-se fazer uma análise do Contestado nos currículos de educação básica. Os atores envolvidos na pesquisa

³⁷³ PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1998, p. 160.

³⁷⁴ PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1998, p. 161.

³⁷⁵ **Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina** 1998.

de campo foram onze acadêmicos, calouros dos cursos de graduação da Universidade do Contestado - Campus Universitário de Curitiba, matriculados e freqüentando regularmente as aulas neste ano letivo de 2007. A amostragem obtida partiu de 147 calouros matriculados nos diferentes cursos de graduação. Este universo foi estratificado em grupos de 13 acadêmicos. A seguir, foi sorteado um número de 1 a 13, o qual serviu para selecionar, em cada grupo, o acadêmico que tivesse esse número. O resultado final foi 11 acadêmicos a serem entrevistados. No caso de falta no dia da entrevista ou não freqüência do acadêmico selecionado, optou-se por substituí-lo pelo acadêmico que figurasse sob o número anterior ao sorteado. As entrevistas foram gravadas em dia letivo na Universidade do Contestado.

Além das entrevistas, foi aplicado um questionário com 14 perguntas abertas, a 27 calouros da 1ª fase de um dos cursos de graduação da Universidade do Contestado-Campus de Curitiba-SC. Foi selecionada a primeira turma de calouros que no ano de 2007 estava tendo de forma intensiva a disciplina História do Contestado. Esta cadeira faz parte do núcleo comum dos cursos de graduação da Universidade do Contestado, com carga horária correspondente a um (1) crédito, ou seja, 36 horas-aula.

Também foram entrevistados três professores que ministram aulas de história na 5ª a 8ª série do ensino fundamental e no ensino médio. As entrevistas foram marcadas com antecedência e realizadas individualmente.

4.4.1 O Contestado a partir da coleta de dados junto aos calouros dos Cursos de Graduação da Universidade do Contestado

Para sistematização, análise e discussão dos dados se optou por dividi-los nas seguintes categorias: a) conhecimento sobre o movimento do Contestado; b) os monges; povoamento da região; c) a Guerra do Contestado e suas conseqüências; d) o Contestado nos currículos escolares da educação básica; e) a importância da história regional na formação profissional.

a) O conhecimento dos calouros sobre o movimento do Contestado

Através das entrevistas observou-se que os calouros desconhecem, na sua grande maioria, o movimento do Contestado. Os que se dizem conhecedores apresentam uma visão factual e fragmentada.

A entrevistada nº 1, questionada a respeito de seus conhecimentos sobre o movimento do Contestado, limitou-se a dizer: “Foi uma disputa pelo território entre o Estado do Paraná e o Estado de Santa Catarina”. Esse posicionamento é confirmado pelo entrevistado nº 2, que concluiu: “Não teve vencedor”. Esta posição é confirmada pelo entrevistado nº 4 da seguinte maneira: “Ouvi falar do monge João Maria e na batalha entre o Paraná e Santa Catarina. Não sei bem certo como começou. Foi por disputa de terras para ver quem ficava com o comércio”. O Entrevistado nº 6, quando questionado a respeito de seu conhecimento do Contestado, apenas afirmou que foi uma guerra e disse desconhecer suas causas e conseqüências. O entrevistado nº 9, deu a seguinte resposta: “Na verdade conheço muito pouco, no Colégio a gente não estudava.” O entrevistado nº 10 confirmou a questão de disputa de terras entre o Paraná e Santa Catarina e acrescentou de forma contraditória: “Ajudou bastante o desenvolvimento da região e até prejudicou um pouco”. Questionado sobre esta afirmação, o acadêmico não soube explicar em que ajudou e em que aspecto prejudicou o desenvolvimento da região. O Entrevistado nº 11 comunga da idéia de que se trata de disputa de terras entre o Estado do Paraná e Santa Catarina e disse que a causa foi “a construção da estrada de ferro que acabou e os trabalhadores foram dispensados”.

Esses depoimentos evidenciam uma fragmentação do conhecimento histórico, haja vista nenhum dos acadêmicos entrevistados estabelecer relações entre passado e presente ou efetuar uma contextualização maior. Compete ressaltar que a disputa entre os dois estados, conhecida como Questão do Contestado, não teve envolvimento direto com a Guerra do Contestado. Grande parte da literatura historiográfica oficial do passado apresentava esta versão. A questão das terras disputadas pelo Estado de Santa Catarina e do Paraná, que originou a Questão do Contestado, foi resolvida juridicamente pelo Supremo Tribunal Federal e através de acordos políticos entre os Estados litigantes, sem derramamento de sangue. Observa-se através das respostas o predomínio de fatos isolados na interpretação do fato histórico. Nesta perspectiva o conhecimento histórico se restringe ao fato enquanto fato, não havendo a crítica e o compromisso do intérprete enquanto sujeito histórico.

Os demais entrevistados encontram-se no limite de uma análise mais crítica e de um total desconhecimento da história regional, fornecendo informações desprovidas de qualquer teor historiográfico. Com relação às informações desprovidas de qualquer lógica histórica e conexão cronológica, menciona-se a resposta da entrevistada nº 3, que, quando questionada sobre o seu conhecimento a respeito do movimento do Contestado, afirmou: “O Contestado foi uma revolução, uma guerra muito importante. Curitibanos teve uma grande participação nisso, sobre o que aconteceu, porque os tropeiros passaram por aqui... Na verdade ela foi muito importante porque ajudou no crescimento da cidade”. Questionada em que sentido ela ajudou no crescimento da cidade, a entrevistada respondeu: “No sentido de que passaram pessoas importantes e ajudaram a idéia da população”. A entrevistada nº 7, questionada sobre o seu conhecimento a respeito do Contestado, declarou: “O movimento do Contestado aconteceu aqui no sul, entre os Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. A ênfase dele eram os jagunços que contestavam, ou seja, brigavam pela posse de terras, e não só isso, tinha a questão de divisão do Paraná e Santa Catarina. Também um fato importante que se deu foi a ferrovia que ligava Rio Grande a São Paulo. Na verdade o Contestado foram vários fatores que provocaram esta revolução”. Observa-se entre os calouros que chegam à Universidade um conhecimento fragmentado dos fatos históricos, bem como uma visão restrita e desarticulada dos acontecimentos históricos. O desconhecimento dos acontecimentos da história regional é palpável no posicionamento verbal assumido pelo entrevistado nº 8: “Se não me engano foi uma coisa que aconteceu no Sul do Brasil. Santa Catarina e Rio Grande do Sul, parece que queriam emancipar-se do resto do Brasil”. O entrevistado nº 5 diferencia-se dos demais quando questionado a respeito de seu conhecimento sobre o movimento do Contestado. O acadêmico demonstrou visão analítica e crítica:

Foi um movimento que teve como estopim a construção da estrada de ferro. Era uma empresa brasileira e uma norte-americana contratadas para construir uma estrada de ferro de São Paulo a Santa Maria. Foi dado a esta empresa o direito de desmatar árvores, 15 Km. de cada lado da ferrovia, com isso a gente perdeu terras e aí estas pessoas acabaram formando grupos motivados pelos monges. Na verdade foram três monges que estiveram na história, e usaram o nome de João Maria. O último foi o que mais incentivou o povo a começar uma revolta contra esta empresa para tentar recuperar a terra.

Analisando esta parte da entrevista com os calouros, observa-se que, de maneira geral, existe pouco aprofundamento em relação à história regional. O conhecimento dos fatos locais aparece descontextualizado dos acontecimentos históricos gerais, tais como o imperialismo e o neocolonialismo.

Quanto à investigação dos calouros dos cursos de graduação, foi aplicado no primeiro dia letivo, na aula de História do Contestado, um questionário com 14 perguntas abertas, que serviu como diagnóstico para a professora que ministra a disciplina na Universidade do Contestado-Campus de Curitiba.

Questionados sobre o conhecimento do movimento do Contestado, seis entrevistados, num universo de vinte e sete acadêmicos, responderam que não sabiam nada a respeito do tema. Os demais acadêmicos associaram o movimento do Contestado a uma guerra, sendo apontadas como causas: "... o governo começou a tomar as terras dos colonos para construir uma estrada de ferro e não pagavam nada". A questão da terra é bastante forte, neste grupo de acadêmicos, como uma das causas da Guerra do Contestado. Na maioria das respostas aparece a seguinte versão, quando interrogados sobre o movimento do Contestado: "A Guerra do Contestado foi uma disputa de terras entre os Estados do Paraná e Santa Catarina..." Apareceu também uma visão de movimento reivindicatório de terras, movimento sangrento. Apenas três dos acadêmicos estabeleceram relação entre os acontecimentos e a construção da ferrovia que ligava o Estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul.

Os acadêmicos que responderam os questionários tiveram posicionamentos históricos semelhantes aos entrevistados. As respostas revelam uma visão da história oficial, descontextualizada, fragmentada, em desconformidade com o eixo norteador do ensino de história assumido na proposta curricular do Estado de Santa Catarina. Há que se destacar que o movimento voltado à construção dessa Proposta Curricular teve como marco histórico o final da década de 1980, de sorte que a concepção histórico-cultural faz parte da reflexão dos educadores catarinenses há aproximadamente vinte anos. Quanto a esta concepção de educação, ela traz em sua essência a história como um componente curricular de fundamental importância no processo educativo.

b) Os monges

Outra categoria questionada pelo pesquisador está relacionada aos monges que tiveram presença marcante na região do Contestado, os quais ainda na

atualidade fazem-se presentes nas manifestações da religiosidade popular. Esta análise busca elementos sobre o messianismo e sua relação com o movimento social do Contestado, bem como sobre a sua representação nos jovens egressos da educação básica.

De maneira geral, o grupo de calouros confirmou os equívocos que ocorrem em relação aos personagens tidos como monges que passaram pela região do Contestado. Historicamente, se aceita a figura de três monges: João Maria de Agostini, que é considerado o Santo, o qual esteve na região na década de 1840, período da Revolução Farroupilha; João Maria de Jesus, que, pelas suas previsões do futuro, é considerado o Profeta; e José Maria, que está ligado diretamente ao movimento social do Contestado e veio para a região um pouco antes de 1910. Porém, na memória da população é muito forte a devoção a São João Maria, sem uma definição cronológica, certamente relacionada à personagem do primeiro monge, que é, ao mesmo tempo, uma síntese dos demais.

Os entrevistados, questionados a respeito dos monges e também perguntados se conheciam devotos de João Maria, forneceram as seguintes respostas: A entrevistada nº 1, disse ter ouvido falar de João Maria e dos olhos de água. Sobre o monge João Maria, destacou: “era praticamente um nômade. Por onde ele passava e dormia nascia um olho de água que se tornava água santa”. A entrevistada não estabeleceu relação do monge com o movimento do Contestado e disse desconhecer pessoas devotas de João Maria. A entrevistada nº 3 respondeu que não tem conhecimento de pessoas que são devotas do Monge, entretanto acrescentou: “Ele era bastante consagrado, ajudava bastante as pessoas, fazia suas rezas”. Perguntada sobre o tipo de reza que o monge fazia, a entrevistada nº 3 respondeu que eram rezas destinadas à cura de pessoas doentes. A entrevistada nº 4 citou o monge como o líder do movimento do Contestado, dizendo que ele era uma pessoa do bem. No que se refere a pessoas devotas ao monge fez alusão ao monumento em Curitiba como um registro da nossa cultura. O entrevistado nº 5 destacou a figura do monge como liderança dos sertanejos espoliados em suas terras pela empresa norte-americana. Esta resposta estabelece relação e faz uma contextualização sócio-histórica do messianismo na época. Quanto às pessoas devotas afirmou ter ouvido comentário a respeito de curas e milagres, entretanto enfatizou: “Meus avós tinham uma foto de São João Maria”. Para as gerações mais antigas estes elementos da religiosidade popular estavam mais presentes. Com o

processo de romanização através da Igreja católica e com a presença de outras Igrejas, as práticas da religião rústica foram relegadas ao ostracismo. O entrevistado nº 8, ao ser inquirido sobre as pessoas devotas, reforçou que hoje as pessoas jovens não têm mais devoção, porém ressaltou: “Nossos avós e bisavós tinham este costume”. O entrevistado ressaltou ainda a tradição oral a respeito do monge, que era passada de geração para geração pelos antepassados e que, com o passar do tempo, se perdeu. O entrevistado nº 10, além de destacar a figura de João Maria como liderança do Contestado, faz a seguinte declaração a respeito dele:

Foi um tipo de cara que divulgou bastante a Guerra do Contestado, tipo um cabeça de tudo. Chegou para este pessoal que estava sem rumo pregou a teoria. Via uma visão, pregava novos rumos... falava com pessoas mortas. Ele estava fazendo uma peregrinação tipo Jesus Cristo. Seguidores e cada vez mais seguidores na cidade onde passava. Ele colocou lenha na fogueira do Contestado.

Quanto aos questionários respondidos pelos 27 acadêmicos dos cursos de graduação da Universidade do Contestado sobre o que ouviram falar a respeito dos monges que andaram pela região, 13 dos acadêmicos responderam que nunca ouviram falar a respeito deles. Os demais acadêmicos deram as seguintes respostas: “Sim. Sobre o Monge João Maria e as suas profecias sobre nossa região”. Nesta linha de pensamento outros acadêmicos disseram que os monges se diziam enviados por Deus, formavam redutos, reuniam devotos e davam atendimento na área de saúde usando ervas. Apenas um dos questionários fez uma relação direta entre o tema dos monges e a Guerra do Contestado: “Sim eram monges muito parecidos, que conseguiram na época milhares de seguidores e agitaram a Guerra do Contestado. Os nomes deles eram muito parecidos e sobram poucas pistas e fotos sobre eles”.

A análise das entrevistas e questionários revela que os acadêmicos são desprovidos de uma noção mais aprofundada de história. O conhecimento que eles apresentam sobre os monges baseia-se em relatos feitos pelos antepassados. O fenômeno religioso do messianismo no Contestado é interpretado num nível de senso comum, não sendo valorizado pelas populações mais jovens dentro de uma perspectiva histórica.

Foi também pesquisado o conhecimento dos calouros entrevistados e dos calouros que responderam os questionários, sobre o conhecimento de pessoas

devotas de São João Maria. A maioria dos entrevistados disseram não conhecer pessoas devotas do monge. Entretanto, o entrevistado nº 5 fez o seguinte comentário: “Pessoalmente não, mas existem comentários de curas e milagres de monges. Meus avós tinham uma foto de São João Maria”. A entrevistada nº 7, quando perguntada a respeito do conhecimento de pessoas devotas do monge, deu a seguinte resposta: “Aqui em Curitiba, já ouvi falar de João Maria, que ele era um santo. Coisas que as pessoas falam”. Quando questionada a respeito do número de pessoas que falam do monge, ela respondeu que são muitas, porém, que algumas delas não falam sobre o assunto. Esclareceu que o assunto não entra na pauta das conversas porque as pessoas o deixam de lado. Este deixar de lado pode ser reflexo da cultura do silêncio imposta pelos dominantes sobre os dominados. Prosseguindo, a entrevistada mencionou a existência de uma gruta do monge assim descrita: “um lugarzinho abandonado e ela pertence a Curitiba”. O entrevistado nº 8, fez a seguinte declaração no que se refere ao conhecimento de pessoas devotas do monge: “Eu acho que nossa geração mais jovem não se atém mais a isso, mas nossos avós e bisavós têm este costume. Minha avó não conheceu o monge, mas o que ela falou foi passado para ela pela sua mãe”.

Os depoimentos feitos a respeito do Monge João Maria fazem, de maneira geral, uma análise isolada, ou não levando em conta a conjuntura social e histórica. São bastante fortes as figuras dos monges como espertalhões e exploradores da consciência dos oprimidos. Essa versão acompanha toda a memória do movimento social do Contestado, ou seja, perpassa o currículo oculto, no processo de educação social da população da região.

Com relação aos acadêmicos calouros que responderam o questionário, 24 disseram que não conhecem pessoas devotas do Monge João Maria. Somente três fizeram observações demonstrando conhecerem pessoas devotas dele. Um dos acadêmicos que respondeu o questionário fez o seguinte comentário: “Não conheço, mas meu avô materno contava que os sertanejos tinham o monge como curandeiro, e esse monge João Maria diziam que onde ele passava, naquele local nascia uma vertente de água santa, onde encontramos em alguns pontos de Curitiba”.

Através dos questionários e das entrevistas, pode-se verificar também que elementos do messianismo encontram-se ainda presentes na vida de muitas pessoas de Curitiba. Porém, torna-se evidente que os jovens têm um conhecimento bastante superficial sobre a história regional.

c) O povoamento da região

Os calouros entrevistados e os que responderam questionários foram pesquisados sobre o processo de povoamento da região. Esta categoria serviu de parâmetro no sentido de analisar o nível de conhecimento da história regional entre os acadêmicos.

A entrevistada nº 1 teceu a seguinte consideração a respeito do povoamento da região: “Foram os alemães e italianos”. O entrevistada nº 2 apontou que foram os caboclos que povoaram a região. E no momento em que foi questionada sobre quem eram esses caboclos, respondeu: “Vindos do Rio Grande do Sul e de São Paulo, os tropeiros que passaram por aqui, foi onde foi ajuntando o povo e formando a colônia”. A entrevistada destacou o processo de povoamento da região ligado aos tropeiros que levavam as tropas de Viamão, no Rio Grande do Sul, a Sorocaba, no Estado de São Paulo. A entrevistada nº 3 destacou que foram os tropeiros vindos de Curitiba os responsáveis pelo povoamento da região. Este posicionamento foi seguido pelos demais entrevistados, com exceção da entrevistada nº 7, que fez a seguinte observação: “Primeiramente a região era ocupada pelos xokleng e Kaigang. Viviam da pesca. Depois vieram os imigrantes italianos, alemães e africanos etc.” A entrevistada nº 9 disse desconhecer como aconteceu o povoamento da região. E o entrevistado nº 11 fez a seguinte afirmação: “O povoamento... é mais ou menos assim. Não sei muito sobre o povoamento porque não se aprofundaram tanto no período escolar. Falaram sobre os redutos que começaram a plantar e progredir, surgiram aldeias que começaram a se expandir”.

Quanto aos questionários respondidos pelos acadêmicos de um dos cursos de graduação da Universidade do Contestado – Campus de Curitiba, a maioria enfatiza os tropeiros que saíam do Rio Grande do Sul e transportavam tropas até Sorocaba, no Estado de São Paulo. Um dado expressivo é que do grupo de 27 acadêmicos, 9 responderam que não tinham conhecimento a respeito do povoamento da região. Outros estabelecem uma ligação ao movimento social do Contestado: “O povoamento da região do Contestado se deu através dos acampamentos feitos pelos guerrilheiros, onde alguns lugares eram passagem principal das pessoas...” Outra resposta, nesta mesma linha de pensamento esclarece: “Aconteceu com a vinda de empregados para a construção da estrada de ferro. Muitos eram presidiários, foragidos e outros com a esperança de começar a vida”. Em número menos expressivo, os acadêmicos deram as seguintes respostas

a respeito do povoamento da região: “Foram os imigrantes que para tentar vida melhor vieram para os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul”... “foram índios e bugres”... “foram índios catequizados pelos Jesuítas”... “foram os fazendeiros”.

As respostas obtidas nas entrevistas junto aos calouros dos diferentes cursos de graduação da Universidade do Contestado, bem como as respostas aos questionários dadas pelos alunos do curso de graduação da referida instituição, mostraram que os acadêmicos, após a conclusão da educação básica, ao ingressarem no ensino superior, trazem uma bagagem muito limitada de conhecimento da história regional. A visão apresentada por eles se fundamenta numa história fragmentada e descontextualizada. Diante desta constatação, questiona-se em que medida a história regional encontra espaço na educação dos jovens na educação básica. Ou ainda, que interesses fazem com que nos currículos escolares a história não seja o carro-chefe de uma proposta interdisciplinar de educação. Ao constatar-se que os acadêmicos reproduzem uma versão de história que serve aos interesses dominantes, deve-se, por outro lado, perguntar qual o discurso educacional que foi passado de geração em geração pelas instituições no processo de educação deste povo e as conseqüências sociais, políticas e econômicas advindas deste contexto.

d) A Guerra do Contestado e suas conseqüências para a região.

Nesta categoria pretendeu-se analisar qual o conhecimento dos acadêmicos sobre a Guerra do Contestado e a sua capacidade de estabelecer relações no que concerne às conseqüências deste conflito ao longo da história da região, com ênfase no momento histórico atual.

Inicialmente foi analisada a empresa construtora da estrada de ferro de São Paulo ao Rio Grande do Sul, tendo os alunos demonstrado pouco conhecimento sobre o real papel da empresa construtora. Porém, encontra-se bem claro nos diferentes posicionamentos um conhecimento superficial empresa na região. Outra questão que fica bem nítida nas entrevistas se relaciona ao contexto histórico do Imperialismo e do Neocolonialismo. A análise da ação de uma multinacional no início do século XX necessita destes conceitos. Esta tônica esteve presente na maioria dos posicionamentos dos entrevistados. Quanto aos questionários, 19 dos 27 acadêmicos responderam desconhecer a empresa norte-americana.

Os acadêmicos foram questionados sobre a Guerra do Contestado, Guerra Sertaneja ou Guerra Santa. Esses três nomes fazem parte na representação da população do grande conflito na região. A entrevistada nº 1 voltou a reafirmar a ligação da Guerra do Contestado com a questão da disputa de terras entre o Paraná e Santa Catarina. A acadêmica nº 3, questionada sobre o que ouviu falar a respeito da Guerra do Contestado, Guerra sertaneja ou Guerra Santa, assumiu o seguinte posicionamento: “Que foram guerras importantes, beneficiando alguns e outros não. Que ajudaram a mudar história de Santa Catarina”. A acadêmica prossegue destacando que as pessoas estavam lutando por um pedaço de terra, queriam bens e propriedades que não tinham. Questionada a respeito do motivo de essas pessoas não possuírem terras, a entrevistada deu a seguinte resposta: “Porque eram despejados, acho”. A entrevistada nº 4 além da questão de limites, mencionou que na Guerra do Contestado morreram muitas pessoas. O entrevistado nº 5 deu uma outra abordagem ao conflito do Contestado: “Foi uma maneira encontrada pelo povo para recuperar a terra deles. E tentaram formar uma sociedade independente do resto do País”. Questionado a respeito de quais terras eram essas, o entrevistado comentou que se tratava das terras que haviam sido roubadas pela empresa norte-americana e que os caboclos não possuíam o registro das respectivas terras.

O entrevistado nº 7 disse desconhecer o que foi este conflito. O entrevistado nº 8 falou que o conflito foi uma guerra envolvendo interesses de várias partes: militares, jagunços e governo. Prosseguindo, o entrevistado fez a seguinte afirmação: “Já ouvi falar sim sobre a Guerra do Contestado, mas acho que foi isso... Como Santa Catarina, Paraná e o Rio Grande do Sul queriam se separar do restante do Brasil, estavam travando uma guerra com São Paulo. Foi uma Guerra entre os imperialistas e farrapos”.

O acadêmico nº 11, ao ser entrevistado, respondeu:

A Guerra do Contestado aconteceu quando esta empresa que era responsável pela construção da ferrovia terminou a obra. Os chefes disseram assim: não precisamos mais dos trabalhadores. Como os trabalhadores ganhavam seu sustento lá. Eles não sabiam mais o que fazer, então resolveram reivindicar a empresa.

Com relação aos questionários aplicados entre os acadêmicos, 14 responderam nada conhecer a respeito do tema. Os outros mencionaram que foi

uma guerra influenciada pelos monges. Além deste caráter messiânico os outros acadêmicos apresentaram relação com a questão da terra.

Questionados sobre o conhecimento de pessoas que tiveram seus antepassados entre os participantes ou conhecem alguém relacionado ao movimento do Contestado, observou-se que a maioria respondeu negativamente. Verificou-se também que alguns que disseram conhecer alguém, referiram-se às pessoas que tiveram relacionamento com seus pais e avós.

Os entrevistados e os pesquisados através de questionário foram perguntados ainda sobre os culpados pela guerra e as conseqüências deste movimento para a região. A entrevistada nº 1 destacou que acredita terem sido os governos dos respectivos estados os culpados pela guerra. Estes se preocuparam com a disputa de terras e não tiveram preocupação com o povo da região. Quando questionada acerca das conseqüências, a entrevistada não fez nenhum comentário dizendo desconhecê-las. O entrevistado nº 2 seguiu a mesma argumentação da entrevistada nº 1 e afirmou que desconhecia as conseqüências do movimento para a região. A entrevistada nº 3 falou que não houve culpado. “Todo mundo teve uma participação”. Interrogada sobre o significado desse todo mundo, a acadêmica explicou: “Todo mundo que participou da guerra: Anita Garibaldi, Guiseppe Garibaldi. Eles tiveram um lado bom e outro lado ruim. Eles ajudaram a sociedade a tornar-se independente, a mudar a opinião das pessoas... Por Anita ter sido uma mulher que lutou...” Sobre as conseqüências a entrevistada falou que a população de um modo geral saiu ganhando. A entrevistada nº 4 não esclareceu seu posicionamento quanto aos culpados pela guerra. Quanto às conseqüências do movimento para a região, esclareceu: “Eu acho que não foi muito bom. Mataram muita gente injustamente, e houve muita destruição”. A entrevistada foi perguntada se houve progresso na região. A mesma respondeu que veio mais comércio para Curitiba e a cidade teve mais desenvolvimento. O entrevistado nº 5 não fez referência a quem foi culpado pela guerra. Entretanto, sobre as conseqüências respondeu: “Uma conseqüência boa é que nosso povo não abre a mão fácil. Tanto que existe no sul do país um movimento de libertação, uma vez que somos nós que sustentamos o restante do país”. A acadêmica nº 7 tentou passar uma analogia da estruturação econômica da região comparando-a ao processo de exploração do Brasil. “É a mesma situação do Brasil. O Brasil não foi um país assim... tipo explorado”. O acadêmico nº 10 fez a seguinte análise, a respeito dos culpados e das

conseqüências do movimento do Contestado com o seguinte comentário, após falar de outras cidades da região que alcançaram, ao longo de sua história, desenvolvimento maior do que Curitiba. O entrevistado foi questionado se esta situação hoje mudou, e respondeu:

A cidade hoje vê os reflexos do que teve anteriormente. Não mudou em nada. O poder está nas mãos de poucas pessoas que não abrem espaço para empresários e grupos de fora que querem se instalar na cidade. Estes poucos que têm o poder nas mãos são prejudiciais. Para que ter bastante emprego, se você vai ter que pagar muito para os funcionários? Por que deixar vir uma empresa de fora se eles serão concorrentes e até podem daqui a dois ou a três anos fechar minha empresa, ou seja, a empresa destes coronéis?.

O acadêmico foi questionado ainda se o coronelismo continua na atualidade. Ele afirmou categoricamente que sim.

Em relação aos dados coletados através dos questionários, 13 acadêmicos dos 27 pesquisados responderam não saber quem foi o culpado pela Guerra do Contestado. Os demais acadêmicos colocaram a culpa nos governantes e na empresa construtora da estrada de ferro. Uma das críticas mais fortes em relação aos culpados foi a sua preocupação exclusiva pelo lucro.

Observa-se, tanto através das entrevistas como dos questionários, o conhecimento histórico limitado por parte dos acadêmicos, bem como o nível precário de reflexão crítica na análise de conjuntura. Os dados coletados refletem uma visão fragmentada: os fatos e acontecimentos apresentados são vistos de forma isolada, sem o estabelecimento de relações. O estado de Santa Catarina trabalha uma proposta embasada dentro da concepção sócio-histórica, porém, pelo resultado dos dados coletados, os acadêmicos não conseguem estabelecer sob o ponto de vista histórico as relações presente-passado-presente.

Os acadêmicos foram questionados a respeito da imagem que fazem do caboclo. O entrevistado nº 2 disse que eles buscavam o que lhes era de direito: "Eles lutavam por um ideal". A entrevistada nº 3 os apresentou como pessoas que queriam lutar pelo que não tinham: "Queriam lutar por um pedacinho de terra para eles". Já a entrevistada nº 4 fez a seguinte abordagem: "Eu vejo eles como um povo humilde, de repente não tinha sua terra. Aí houve o envolvimento do governo. A única maneira de conseguir a terra de repente seria a guerra". A entrevistada nº 7. colocou que eles eram trabalhadores e pessoas sofredoras. Foram injustiçados em meio a uma revolução. "Quem ficou por cima foi quem já tinha o poder. Sempre a

parte mais sofrida é a que vai pagar o pato”.O entrevistado nº 8 destacou a figura do caboclo como alguém que, no decorrer de toda a história, foi explorado. O entrevistado nº 10 deu o seguinte destaque ao caboclo do Contestado: “Um homem voltado à lavoura, humilde, trabalhador... faz o que gosta, devoto pela terra”.

Os questionários aplicados em uma das turmas dos cursos de graduação da Universidade do Contestado-Campus de Curitiba apresentaram os seguintes resultados, quando os alunos foram interrogados a respeito da imagem do sertanejo na Guerra do Contestado: “Agricultores comuns que lutavam por seus direitos”. “Vejo eles aqui chegando com a esperança de uma nova terra onde todo mundo iria ficar rico e assim a defendendo”. “Pessoas humildes, com pouco conhecimento, apelando para forças vindas do céu”. “Foram soldados bravos e destemidos”. “Um povo humilde, muito ignorante, mas valentes”.

O posicionamento assumido pela maioria dos calouros nos questionários apresenta o sertanejo como pessoa de boa índole, que luta pelos seus direitos. Em momento algum, os calouros referiram-se ao caboclo como jagunço. Crê-se que este posicionamento pejorativo a respeito do caboclo do Contestado foi disseminado no sentido de reforçar a versão histórica oficial e defendida pelos grupos dominantes encontra-se em choque com novas concepções assumidas pelas populações mais jovens. A maioria dos acadêmicos, embora sem estabelecer relações, comunga da idéia de que o sertanejo era um homem humilde que lutava por um pedaço de terra como meio de garantir a sua sobrevivência.

e) O Contestado nos currículos escolares de educação básica

A maioria dos acadêmicos calouros, ou quase a totalidade dos entrevistados e dos que responderam o questionário, residem em municípios com forte ligação com a Guerra do Contestado: Curitiba, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília, Frei Rogério e Brunópolis. Os pesquisados foram questionados sobre o tratamento do Contestado nos currículos escolares durante suas vidas estudantis. A entrevistada nº 1 disse que o assunto foi tratado de forma superficial, sem grande ênfase, rapidamente, junto com as guerras na história geral.O entrevistada nº 2 falou que estudou o tema em Estudos Regionais e os temas abordados foram: “Como começou a Guerra, suas causas, os monges e as crenças populares”. A entrevistada nº 3 fez a seguinte observação: “Foi pouco falado. Na minha escola faltou muito o professor da disciplina, lembro-me de pouca coisa, como: Anita Garibaldi e Giuseppe Garibaldi. Faltou qualificação no professor e

material adequado”. A entrevistada nº 3 afirmou ter o tema sido pouco tratado na escola e por isso não sabe muita coisa. O entrevistado nº 5 fez a seguinte observação: “Se foi feita alguma coisa, foi pouco. Eu lembro apenas o que estudei para um concurso. Da escola, não me lembro nada”. A entrevistada nº 9 disse não ter estudado nada sobre o tema de modo especial nos últimos três anos.

Este questionamento também fez parte da aplicação do questionário para os acadêmicos de um dos cursos de graduação da Universidade do Contestado de Curitiba. Perguntados sobre o espaço do Contestado no currículo escolar, 15 dos 27 acadêmicos responderam que este conteúdo nunca foi tratado no Currículo durante a educação básica. As demais respostas direcionam-se à disciplina de Estudos Regionais. Esta cadeira encontra-se vinculada ao estudo sócioeconômico do Estado de Santa Catarina e dentro desta área de estudo os professores do ensino médio trabalham também o Contestado.

O que se verifica através das entrevistas e dos questionários é que os temas relacionados ao Contestado, bem como à História Regional, não são prioridades nos currículos escolares do ensino fundamental e médio. As diferentes concepções a respeito da História Regional são desvinculadas de uma epistemologia, ficando apenas no plano factual e numa reflexão baseada no senso comum. Diante desta constatação é de fundamental importância questionar esta situação tentando buscar elementos que expliquem a não valorização de nossa história pelas instituições de ensino.

4.4.2 O Contestado e a história regional nos currículos da educação básica – Uma visão de professores

O movimento social do Contestado e seus desdobramentos na atual situação educacional da região constituem tema de grande amplitude. No momento em que se buscam elementos explicativos para as interrogações sobre o que faz com que hoje sejamos o que realmente somos, torna-se indispensável recorrer às instituições encarregadas da educação formal na sociedade. Ao mesmo tempo em que influem na determinação dos aspectos sociais, políticos e econômicos, estas instituições sofrem determinações. Nesta pesquisa, com o intuito de analisar o espaço ocupado pelo Contestado e pela História Regional, foram entrevistados três Professores, que exercem suas atividades profissionais na rede pública Estadual em Curitiba. Para sistematizar as entrevistas com os professores, optou-se pelos seguintes eixos

temáticos: a) A importância da História nos currículos escolares; b) O Contestado e a História Regional nos currículos escolares de educação básica; c) o cotidiano do professor de história.

a) A importância da história nos currículos escolares

Por tradição e influência da fragmentação do processo produtivo advinda dos sistemas de produção do mundo capitalista, a escola criou compartimentos para as diferentes áreas de saber. Na atualidade, embora os inúmeros discursos voltados à globalização do conhecimento, as instituições educacionais ainda mantêm uma matriz curricular dividida em disciplinas. Visualizando esta realidade, questionaram-se os professores sobre a importância da história nos currículos escolares. A professora nº 1 primeiramente se referiu à insuficiência do número de aulas, face à carga horária das outras disciplinas e destacou a importância da história no processo de formação do indivíduo. Diante do número reduzido de aulas faz a seguinte observação: “De quatro aulas de história semanais que tínhamos no passado, pela desvalorização da história, a carga horária semanal foi reduzida para duas horas”. A professora nº 1 foi questionada: Por parte de quem ocorreu esta desvalorização? Partindo do pressuposto de que no passado a carga horária era de quatro horas semanais o que levou a esta perda significativa? Sobre esta questão a professora entrevistada deu a seguinte resposta:

Eu acredito que ficou aquela coisa das aulas de história, filosofia e sociologia...aquela coisa meia banal. Houve época que a mesma ficou restrita a decorar fatos e datas, mas que não era trabalhada toda a parte ética e moral. Muitos professores não ministram as aulas de história como elas devem ser trabalhadas. Por causa da desvalorização da história, focalizaram a matemática e o português e tiraram as aulas de história. Na época foi uma briga muito grande.

A professora foi solicitada a explicar quem foi ou quem foram os responsáveis por estas mudanças. A professora entrevistada salientou ser essa uma opção da Secretaria Estadual de Educação, que argumentava na época a necessidade de ser aumentada a carga horária das exatas em detrimento das humanas. Frente a este posicionamento a entrevistada foi questionada se não é paradoxal esta opção, diante das concepções que estão na essência da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina. Solicitou-se também que a entrevistada aprofundasse a observação de que existem professores que não trabalham de acordo com essa concepção. A professora fez o seguinte comentário:

Eu acredito que para trabalhar história, você tem que estar focando o dia-a-dia do aluno, você tem que estar interagindo, e ele tem que ser um questionador. Ele tem que ser crítico da história. Ele tem que buscar conhecer o fato, entendê-lo e não simplesmente decorar datas. O aluno tem que conhecer na profundidade, questionando as consequências para os nossos dias para que sejam tiradas conclusões a respeito do fato histórico.

A professora nº 1 foi solicitada a explicar como é realizado o trabalho dos professores de história que não trabalham dentro desta concepção ou perspectiva. A respeito desta situação a professora esclareceu que eles trabalham seguindo a rígida lógica dos livros didáticos e insistindo na leitura e interpretação por parte dos alunos de seus conteúdos desprovidos de qualquer crítica. Diante desta explicação a entrevistada foi questionada se esta postura pedagógica ainda se faz presente em sala de aula na atualidade, e ela afirmou categoricamente que esta prática ainda faz parte do cotidiano de muitos professores que não têm um compromisso sério com a educação, e enfatizou: “O professor de história não pode ficar sentado e ouvir seus alunos. Nós, enquanto professores, devemos estar questionando e fazendo intervenções em sala de aula, é importante ter bem claro os objetivos”. O professor nº 2, ao ser entrevistado, destacou que faz pouco tempo que trabalha a disciplina de história, mas vê na história o resgate do município, da região e do próprio Brasil. O professor salientou que a história vem contribuir para a integração do aluno na sociedade. “A gente percebe que o pessoal conhece pouco da história local e do Brasil”. Solicitou-se do professor nº 2 sua opinião a respeito do pouco conhecimento da história regional por parte de nossos alunos. O professor dá a seguinte explicação: “Isto é uma questão de se organizar o currículo, de se organizar o conteúdo. Este teria que ser mais trabalhado nas séries iniciais, uma vez que hoje, no ensino médio, se trabalha mais história geral”. O professor entrevistado nº 3 teceu a seguinte consideração em relação à importância da história no currículo escolar da educação básica:

Eu trabalho com o ensino médio já há oito anos, trabalhei pouco com o ensino fundamental. Com relação à história regional, ela reflete um pouco a questão de material, existe uma certa escassez de material sobre nossa região. Nós somos um povo serrano que sente a necessidade de contar a sua própria história. Nós temos falta de materiais, temos falta de pessoas que pesquisem esta história. Para se trabalhar tem que garimpar material. Grande parte do material produzido, foi de gente de fora, de Florianópolis.

Na seqüência o entrevistado foi questionado a respeito da pouca produção e sobre o princípio da pouca produção existente. O professor nº 3 mostrou que tudo

está muito ligado ao interesse de quem pesquisa, mas grande parte do que é produzido pode ser classificado como superficial, e ele tentou mostrar a pouca preocupação da Universidade em buscar o resgate desta História. O professor deixou claro ainda o seguinte: “A história precisa de profissionais com incentivo político, incentivo ético e incentivo moral... Vivemos uma pobreza de valores”. Ele foi questionado sobre a existência de vontade política para o resgate desta história. O professor nº 3 interpretou esta questão no sentido de que os políticos se preocupam com o que dá retorno eleitoral, sendo que a cultura não proporciona votos: “A cultura não devolve para o político um cargo importante, mais tarde”.

b) O Contestado e a história regional nos currículos escolares de educação básica

O processo de educação de um povo encontra-se ligado diretamente à valorização da história regional. Os professores foram inquiridos sobre o Contestado e a história regional nos currículos de educação básica. A professora entrevistada nº 1 foi questionada sobre o trabalho em sala de aula. A professora mostrou que o Contestado é um conteúdo específico da 7ª série do ensino fundamental, sendo que ela trabalha em todas as séries do ensino fundamental e do ensino médio. Na 2ª e 3ª séries do ensino médio o assunto é trabalhado em Estudos Regionais. A professora entrevistada destacou os seguintes aspectos: “Curitibanos foi o grande palco da Guerra do Contestado, a cidade foi incendiada. Nós temos o monumento do Monge João Maria e a história do batismo em águas correntes. A história de Curitibanos não é valorizada”.

A entrevistada foi questionada sobre o que leva à não valorização da história regional e respondeu que uma das principais causas é a falta de empenho no sentido de valorização da cultura local. Nossos monumentos e espaços históricos estão relegados ao desleixo, e ela citou concretamente o Capão da Mortandade e o monumento ao monge João Maria. Questionada sobre o acontecimento mais importante para Curitibanos e região: a Revolução Farroupilha ou a Guerra do Contestado? A professora expressou que, do ponto de vista histórico, Curitibanos tem uma maior relação com o movimento do Contestado, haja vista a Revolução Farroupilha ter uma ligação mais direta com o Rio Grande do Sul. Em relação à Revolução Farroupilha, a professora evidenciou que fomos palco apenas de uma batalha no Capão da Mortandade. Porém, destacou que Curitibanos valoriza mais a Revolução Farroupilha, como forma de exibicionismo e não de entendimento

histórico desta Revolução. A entrevistada foi interrogada com o objetivo de buscar as possíveis causas de em Curitiba e região não se valorizar o Contestado. Ela esclareceu: “Pelo sistema coronelista que nós temos, e ainda dizem que mudamos a partir da eleição do último Prefeito. Vivemos num sistema de coronéis que faz a sua leitura da Revolução Farroupilha como marco mais importante da história local”. O professor nº 3, quando questionado a respeito do Contestado e da História Regional, falou sobre a pouca divulgação e a falta de incentivo, e conclui: “Nós somos um povo caboclo, e tivemos uma formação cabocla. O caboclo historicamente não se preocupou em divulgar esta história por uma questão cultural”. Perguntado de onde vem esta questão cultural, o professor nº 3 respondeu: “Nós, assim como os indígenas, até hoje não valorizamos suficientemente nossa cultura”. No que se refere a esta categoria, o professor nº 2 colocou que o político local deve incentivar o resgate desta história. No sentido provocativo, perguntou-se aos entrevistados se a divulgação do Contestado não mexeria com os mecanismos de poder. Tanto o professor nº 2 quanto o professor nº 3 afirmaram que certamente isto aconteceria e de modo especial com os poderes instituídos. O pesquisador mostrou que o objetivo desta pesquisa é analisar o discurso educacional feito no processo de educação deste povo. Tendo em vista esse objetivo, questionou que discurso foi feito na educação deste povo. O professor nº 3 respondeu: “A Igreja que aqui se estabeleceu e se envolveu no movimento do Contestado, porque era a única instituição cultural que tinha alguma coisa para passar para este povo. As Igrejas encontravam-se ligadas aos coronéis, que mandavam nesta região”. O entrevistado foi perguntado se estes ditos coronéis se extinguíram ou ainda estão presentes. Sua resposta foi que eles estão presentes na política. O professor esclareceu ainda que eles se fazem presentes na economia. Questionado sobre esta problemática, o professor nº 2 fez o seguinte comentário: “Em todos os setores da sociedade estão presentes os coronéis”. Diante da afirmativa de que os coronéis se fazem presentes em todos os setores, perguntou-se sobre sua presença na educação. O professor nº 3 faz a seguinte observação: “Na nossa educação temos muitos coronéis... Principalmente porque a educação hoje está envolvida com a política. Os políticos dão o direcionamento”. O professor nº 2 concordou com esta posição e acrescentou: “Existem siglas políticas que fazem com que se cumpram as determinações dos que a comandam. Em todos os setores da sociedade existem coronéis”. Partindo deste pressuposto os professores foram interrogados se existe interesse por parte destes

grupos dominantes de que a história local e regional seja contada. Os entrevistados responderam que não existe interesse que esta história seja explorada.

O professor nº 1 destacou ainda que esta postura deve-se ao fato de que os mandantes locais têm receio de perder a autoridade. Sobre esta questão o professor nº3 destacou que os coronéis se fazem presentes nos diversos setores da sociedade, com uma postura altamente centralizadora de poder. O Professor nº 2 enfatizou: “Este mandar significa assim, só divulgo o que é de nosso interesse. A própria história do Contestado e não somente a história do Contestado, o povo sabe o que deve saber”. A professora nº 1 destacou que a cidade é monitorada pelos coronéis e explica que este sistema sobrevive ainda no momento histórico atual. Ela explicou:

Nós ainda continuamos sendo dominados pelo sistema de coronéis. Os coronéis hoje estão atualizados, civilizados... Até é um termo que os alunos disseram: vivemos num sistema de coronéis civilizados. É um mandar por trás da cortina. Os que pertencem a este grupo se preocupam na manutenção deste sistema de poder. Os que não fazem parte, acham que tem que existir mudanças, mas não sabem como operacionalizá-las.

Novamente se perguntou: Onde estão estes coronéis? A professora nº 1 deu a seguinte explicação: “Estes coronéis, hoje, estão dentro da Prefeitura, são os mandantes de nosso comércio, são os que têm maior poder aquisitivo e que determinam quem entra e quem sai, quem pode e quem não pode”. Outra pergunta feita à professora nº 1 foi se existem coronéis na educação. A entrevistada afirmou que eles encontram-se presentes nos diversos setores da Sociedade. Uma outra argüição foi lançada no sentido de aprofundar a temática do coronelismo e sua relação com o processo de educação da população, através da seguinte pergunta feita à professora nº 1: Existe relação entre o coronelismo e a educação social de nosso povo? O termo educação social refere-se aos mecanismos institucionais no processo de educação da população. A entrevistada assumiu o seguinte posicionamento:

Eu acho forte demais porque nós não podemos ser o que nós somos. Não podemos mostrar muito o que somos, não podemos mostrar muito o que pensamos. Não podemos mostrar às claras o que realmente queremos porque dentro da educação é pior ainda, e você acaba sendo perseguido. Então você não pode expor o que pensa, ou seja, você pode expor até o momento que aquilo é bom. A classe pobre pode se expressar até determinados limites. A maior parte das classes mais abastadas faz o discurso do poder. A lógica aqui instaurada encontra-se em fazer o que os detentores do poder querem.

Diante do exposto a professora foi interrogada sobre a cultura do silêncio imposta às classes menos abastadas. Ela fez o seguinte esclarecimento: “Com certeza são poucos os que conseguem colocar o que realmente sentem e quando colocam vêm represálias. O medo de represálias é que faz com que eles aceitem tudo como está”. A professora concluiu a entrevista com estas palavras: “Nesta entrevista eu realmente desabafei...”

c) O cotidiano do professor de história – suas práticas ou angústias.

Nesta parte se pretende analisar a prática docente dos professores de história, suas angústias, dificuldades e avanços. Inicialmente os três professores entrevistados mostraram que uma das grandes dificuldades para se trabalhar o Contestado, bem como a História Regional, reside na falta de material didático adequado. Este posicionamento dos três professores relacionado aos materiais didáticos reside no fato de não se ter um professor pesquisador, à carga horária talvez excessiva de trabalho efetivo e às salas de aula superlotadas de alunos. A professora nº 1 mostrou que tem um trabalho de Estudos Regionais. Esta disciplina trata da história de Santa Catarina, sendo que o Contestado faz parte de um dos conteúdos selecionados para serem ministrados. A professora nº 1 falou que é trabalho do terceiro para o quarto bimestre, na 3ª série do ensino médio. Considerando que esta cadeira tem uma carga de 01 aula semanal na matriz curricular, num bimestre de estudos o aluno tem aproximadamente 10 horas/aula, o que é uma carga horária reduzidíssima para se explorar este conteúdo programático. Outro aspecto destacado pela professora nº 1 está relacionado a como o Contestado é visto no currículo escolar. Ela respondeu: “O tema Contestado só é falado mesmo por nós, professores de história”. Outra questão formulada à entrevistada foi no sentido saber como a escola valoriza temas relacionados ao Contestado e à História local. A professora nº 1 emitiu o seguinte parecer:

Eu vejo assim que a maioria dos professores não estão preocupados com o que está acontecendo ao redor, com o que está acontecendo aqui em nossa cidade. Os professores de modo geral estão preocupados com o seu cotidiano, com o seu umbigo.

A professora ressaltou que não existe valorização da história local por parte da maioria dos professores. Grande número destes dão pouca importância a este conteúdo. Perguntada sobre o apoio dado pela direção da escola, a professora

ênfatizou que esta a apóia em projetos que ela realiza com os alunos. Entretanto, perguntou-se à professora nº 1 se a direção tinha iniciativa de projetos relacionados a estes conteúdos, numa perspectiva interdisciplinar ou multidisciplinar. A entrevistada deixou transparecer que, no início do ano letivo, sem qualquer direcionamento, de forma espontaneísta, os projetos surgem por iniciativa dos professores, sem qualquer relação com o projeto educativo da escola. E a professora esclareceu que a direção assim se posiciona: “Eles dizem: Se nós não estivermos ligados diretamente a isto, nós estamos aqui para apoiar”. Perguntou-se a ela se existe algum projeto de cunho pedagógico de iniciativa da direção da escola sobre o Contestado ou sobre temas relativos à História Regional. A professora esclareceu que projetos voltados a estes conteúdos são de iniciativa dos professores e nunca da direção, e concluiu fazendo a seguinte observação: “Eles nos dão liberdade para ver o projeto que queremos fazer, por isso que agora a gente enfoca”. A professora nº 1 expôs que seu trabalho em sala de aula é feito através de muita reflexão e de projetos. Uma das questões levantadas foi sobre as dificuldades que o professor de história enfrenta no cotidiano da sala de aula. A professora esclareceu os seguintes pontos: Nos projetos desenvolvidos existe a não participação de colegas de outras áreas de ensino. Quanto à história local e regional, há falta de livros didáticos e a própria desvalorização dos poderes municipais. Dentre os motivos da não participação a docente apontou a questão cultural e a centralização do poder. Os professores foram questionados a respeito da concepção de história a ser trabalhada. O professor 3 deu a seguinte resposta:

Eu acho que uma história que procure a valorização do local e do regional, do povo daqui, do resgate da sua história e dos seus valores. Uma vez que resgatar a história é resgatar o seu próprio valor. É tudo isto que constitui o ser humano. Nós somos reflexo desta história e nós só temos um valor cultural a partir do momento em que nós falamos com o nosso passado. É o nosso jeito de ser.

Já o professor nº 2 destacou a centralização de poder na região em que os mecanismos são controlados por coronéis que mandam. “Este mandar significa assim, eu só divulgo o que é do ‘nosso’ interesse. O povo sabe somente o que deve saber”. Na seqüência, os professores foram questionados a respeito da maneira como trabalham a história, se existe espaço para o trabalho do tema Contestado e se este tema é uma preocupação central da escola ou é apenas apresentado de forma fragmentada. Os professores disseram que ele é apresentado de forma

fragmentada sendo evidenciado somente em alguns momentos ou em alguns projetos. O professor nº 2 falou da inexistência de projetos, evidenciando a necessidade de que venham da Secretaria Estadual de Educação. O professor disse que trabalha com a 1ª série do ensino médio e que, nos seus planos, bem como na sua prática em sala de aula, não há espaço para trabalhar a História Regional. Mencionou também a falta de material didático para o desempenho das atividades docentes nesta área. O professor nº 3 assumiu o mesmo posicionamento do professor nº 2 quanto ao material de pesquisa para se trabalhar no cotidiano escolar, e fez o seguinte comentário:

A História Geral, não abre espaço, por uma questão até de tempo, ou seja, carga horária semanal. Você não consegue trabalhar com duas aulas por semana, nem sequer a História Geral e do Brasil de forma adequada. Você tem que encontrar um meio de passar para o aluno aquilo que você enquanto profissional vai dizer e o próprio material que a escola passa para você. Nestas poucas aulas você fica completamente limitado no sentido de tentar buscar mais recursos para que a aula se torne melhor. Infelizmente nós temos dificuldades, os conteúdos vêm da editora.

Os professores nº 2 e nº3 falaram que trabalham com apostila, sendo que o conteúdo a ser trabalhado já vem determinado e o Contestado não se encontra na apostila. O professor nº 2 destacou: “Caso não se cumpra à apostila ou o livro didático vem a crítica do aluno. O conteúdo é bastante restrito. A nossa sociedade está se preocupando com a questão financeira e não se preocupa se o aluno está aprendendo ou não”. Os professores foram perguntados a respeito das dificuldades em ser profissional de história hoje e se a escola valoriza a história. O professor nº 2 disse que a área de humanas é muito desvalorizada. O professor nº 3 fez a seguinte declaração: “Os militares desvalorizaram as ciências humanas e por conseqüência a história”. O professor entrevistado concluiu que a matemática, a física, a química e a língua portuguesa se tornaram mais importantes, pelo menos no ensino fundamental e médio. Entretanto, o professor nº 2 salientou que, além da falta de material, existe a falta de interesse do aluno e a superlotação das salas de aula... O referido professor concluiu: “Muito conteúdo envolvendo pouca prática. As aulas ministradas são muito expositivas e os alunos não demonstram interesse pela parte histórica, tanto local como regional”.

As entrevistas e os questionários aplicados junto aos acadêmicos calouros, matriculados na 1ª fase dos cursos de graduação da Universidade do Contestado-Campus de Curitiba, mostraram que a formação sócio-histórica proporcionada ao

longo da educação básica carece de uma revisão. Os acadêmicos deixaram claro que, no processo de formação, lhes foi passada uma história calcada nos pressupostos positivistas, fragmentada, que enaltece heróis, esquecendo-se do ser humano sujeito de sua própria história. Os acadêmicos calouros têm uma visão bastante simplista da história regional, desprovida do espírito de investigação científica e, por que não dizer, calcada no senso comum. É interessante salientar que, após vinte anos de luta, estudos e projetos, a Proposta Curricular de Santa Catarina ainda não se encontra incorporada à prática da maioria dos docentes.

Quanto às entrevistas realizadas com os professores, pode-se observar uma desvalorização das Ciências humanas e a realização de projetos isolados dentro das escolas, o que faz concluir que há uma falta de articulação, no cotidiano escolar, com o projeto educativo. A carga horária da disciplina de história é reduzidíssima e os trabalhos nas escolas são fragmentados, estando-se longe de uma ação de coletividade pedagógica, ou seja, de um trabalho em equipe. Frente à sobrecarga de trabalho e à opção administrativa das instituições escolares, muitos trabalhos encontram-se engessados, circunscrevendo-se ao livro didático ou à apostila por parte dos professores.

Infelizmente, muitos professores por questões estruturais não conseguem transcender o livro didático. O espaço para o Contestado nos currículos escolares é reduzido. Da mesma forma, para a história regional. A escola sofre ainda ingerência de vários mecanismos de poder e reproduz a centralização das decisões, oferecendo uma educação voltada à manutenção do *status quo*. Por outro lado, existe um grupo de educadores que tentam resistir e que, na labuta diária, procuram avançar numa perspectiva libertadora de educação.

CONCLUSÃO

Para a compreensão do Contestado enquanto movimento social e seu desdobramento na atual situação educacional da região, fez-se necessária análise de vários aspectos, haja vista que o processo educacional da região sofreu e sofre inúmeras influências desde a guerra do Contestado até os dias atuais.

Analisar o movimento social do Contestado é, ao mesmo tempo, uma tarefa prazerosa e árdua. Prazerosa no sentido de proporcionar uma releitura e de trazer novos elementos que possam subsidiar discussões acerca da realidade atual, bem como traçar novas perspectivas para a região; árdua, no sentido da complexidade do movimento, do amplo espaço geográfico onde aconteceu a Guerra do Contestado e da visão que se tem do movimento na sua totalidade. A concepção que predomina é a visão do exército, ou seja, do vencedor.

Comparativamente com a Guerra de Canudos, que aconteceu num espaço mais delimitado e cujos acontecimentos foram imortalizados através de uma das grandes obras clássicas da literatura brasileira - *Os sertões*, de Euclides da Cunha, o Contestado ainda não foi suficientemente explorado devido à sua complexidade enquanto movimento social.

O presente estudo foi realizado inicialmente, destacando a importância da região a partir de três pontos: geográfico, rodoviário e geopolítico.

Do ponto de vista locacional, tem-se que o Contestado é uma região privilegiadíssima, eis que se encontra localizada no centro de Santa Catarina e está posicionada estrategicamente em relação às grandes capitais e cidades da Região Sul. A natureza lhe é pródiga em climatologia e recursos naturais, como a fauna, a flora, e hidrográficos.

Do ponto de vista rodoviário, o acesso a Curitiba é feito através de rodovias que a ligam aos grandes centros econômicos de nosso país.

Do ponto de vista geopolítico, a região – no decorrer de sua história – sofreu profundas influências das questões geopolíticas do Estado de Santa Catarina, tendo como questão inicial o povoamento do Estado, que seguiu a mesma lógica do povoamento brasileiro, privilegiando o litoral e isolando o interior; além das influências da questão de Palmas e da Questão do Contestado, resolvidas de forma pacífica. Ressalte-se que a Guerra do Contestado foi marcada pela morte de inúmeras pessoas na região. Nestas questões, há que se realçar a inexistência de preocupação por parte dos poderes públicos com as classes excluídas do planalto.

Neste cenário, após a dizimação do elemento indígena pelos sertanistas, chamados bugreiros, que agiam de acordo com os interesses do capital, a região foi ocupada pelos tropeiros e pelos imigrantes, de cuja miscigenação surgiu a figura do caboclo, o homem do Contestado.

Este caboclo que tinha a posse da terra, além de excluído por parte do Estado de todas as políticas sociais, foi mais uma vez alijado de todo o acesso às terras no processo de legalização da estrutura fundiária com base na Lei das Terras aprovada em 1850. O caboclo – que havia vivenciado na região a batalha da Revolução Farroupilha – não consegue avaliar as profundas conseqüências políticas, sociais e econômicas decorrentes desta lei. O homem do Contestado, que era o proprietário da terra de fato, mas não de direito, perdeu a posse da terra. A terra, de espaço de sobrevivência, seguindo a concepção do sistema capitalista, vai tornar-se instrumento de poder e de riqueza de uma minoria privilegiada, ampliando o fosso que separa a região da riqueza e a da pobreza.

Neste palco, a pecuária veio a assumir o papel de atividade econômica principal através da formação da sociedade pastoril. Esta sociedade caracterizou-se por ser eminentemente centralizadora, cujo poder se concentrava nas mãos do fazendeiro e de sua família, sendo que os serviços da atividade pastoril eram executados pelos agregados, peões e escravos.

Desse modo, esta estruturação deixou profundas marcas nos mecanismos de poder que se consolidou com a figura do coronel que assume o comando da região, com posturas escamoteadas ao longo da história até os dias de hoje.

Em vista do exposto, pode-se afirmar que o caboclo do planalto catarinense é produto da mestiçagem de camponeses pobres, peões, agregados e empreiteiros

com índios. Esse grupo, que no movimento social do Contestado veio a constituir a massa, hoje se concentra na periferia, compondo o rol dos desempregados, subempregados e mão-de-obra de baixo custo para as atividades econômicas da região.

Analisando-se, Curitibanos e região, constata-se haver um verdadeiro cinturão da miséria, resultante da estruturação econômica da região, que pode ser comparado ao processo de favelização dos grandes centros urbanos do Brasil.

Quanto à presença do capital estrangeiro na região, embora sejam indiscutíveis os aspectos positivos decorrentes deste processo, o que se questiona diz respeito às concessões e aos privilégios concedidos pelo governo brasileiro à Railway Company, do grupo do norte americano Percival Farquhar. Tais favores eram peculiares no final do século XIX, em que as forças neocolonialistas e imperialistas ligadas ao capitalismo internacional agiam deliberadamente em países pobres. O que se questiona não é a presença do capital internacional. Levanta-se, sim, a questão das nefastas conseqüências decorrentes deste processo, como a exploração deliberada dos trabalhadores e os privilégios concedidos pelo Governo Federal com relação a 15 km de terras de cada lado da ferrovia, dentre outros. Há ainda que se destacar a exploração dos produtos naturais da floresta, longe dos parâmetros aceitáveis para um desenvolvimento sustentável da região, bem como a expulsão dos antigos donos, que eram os legítimos proprietários, das terras que a subsidiária da empresa norte americana *Lumber* começou a lotear e vender a colonos estrangeiros.

No que se refere à questão de terras, compete ainda ressaltar que não somente as empresas estrangeiras se beneficiaram, como também os coronéis do interior que tinham influência no governo, os quais foram agraciados pela compra das terras devolutas de forma escandalosa, vindo a destruir o patrimônio público. Com a Lei das Terras, o sistema de posse foi superado deixando sem acesso à terra os índios e os caboclos. Estes se tornaram mão-de-obra explorada pelo imigrante, pelos grandes fazendeiros, enfim, pelos donos do capital. Os caboclos vieram a residir na periferia da cidade engrossando a massa dos marginalizados.

Com o advento do capitalismo internacional na Região do Contestado, ocorreu uma ruptura da ordem no sertão, uma vez que as estruturas existentes eram frágeis e os poderosos coronéis agiam voltados à consolidação da estrutura de dominação. Restou aos caboclos se apegarem às forças messiânicas dos monges

do Contestado, como forma de identidade histórica. Os monges vieram ocupar lacunas deixadas pela Igreja oficial que tinha na região uma pastoral eminentemente sacramental. A religiosidade no Contestado não tem um caráter de proselitismo, mas se constitui em fator poderoso no sentido de lutar contra o processo de exploração a que estava submetido o caboclo.

O trabalho dos monges consistiu em estimular o sertanejo a lutar pela implementação de uma nova ordem. Diante da ação de José Maria, é bem clara a articulação dos grupos de poder no sentido de buscar alternativas para manter sob controle o sertanejo.

Observa-se, através das produções da época, que poucas são as reflexões que tentam espelhar a situação do caboclo do Contestado. O movimento do Contestado é um movimento de revolução. O sertanejo, uma vez excluído, parte para a revolução e procura criar seus próprios espaços.

A Guerra do Contestado é reflexo da lógica que sempre marcou a nossa história: a violência militar, além da violência econômica e cultural. Embora apresente algumas semelhanças com Canudos, inexistente uma liderança de cunho ideológico. O sertanejo se insurgiu contra este novo cenário da região pela frágil presença do Estado e da própria Igreja. A destruição de Taquaruçu, embora não tenha enterrado os ideais do sertanejo, mostrou claramente a violência do exército brasileiro, que teve nesta guerra um verdadeiro teste. De modo algum se assume nesta tese o fanatismo e o jaguncismo como constituindo a essência da Guerra do Contestado. Enfatiza-se que este posicionamento reforça a visão do vencedor, quando, na realidade, haveria que se levantar duas questões em relação às ações oficiais: por que tais ações aconteceram e a serviço de quem? Nessas ações, houve respeito à dignidade humana e aos direitos humanos?

Em qualquer movimento existem concepções, forças e também interesses. O movimento do Contestado traz propostas de uma nova sociedade, em sua essência por ser um movimento de caboclos, de sertanejos, de camponeses que são atingidos pela presença selvagem do capitalismo no meio rural. Este sertanejo sofre a legalização e aquisição de terras, com o favorecimento por parte do governo brasileiro aos sindicatos estrangeiros, o que lhe proporciona consciência e ideais de luta, tendo no processo da Guerra do Contestado a presença do elemento comunitário.

A guerra do Contestado é marcada, no seu final, por tensões e divisões dentro dos próprios redutos. Com isto, houve a fragmentação dos sertanejos e as tropas oficiais aproveitaram-se da situação para fazer negociações. O período pós-guerra é marcado pela repressão. A guerra continua até os dias atuais. O palco é o mesmo, porém os atores carregam o fardo da situação social, política e econômica que se instaurou na região. No período pós-massacre o homem do Contestado passa a enfrentar uma outra guerra que somente terminará quando todos na região tiverem teto, alimentação e instrução.

Quando se fala do Contestado, não se pode restringi-lo tão somente à Guerra do Contestado. Importa investigar as questões desde as primeiras civilizações que habitaram a região até os dias atuais.

Nesta tese, assumiu-se posição que o Contestado foi um movimento social que detinha as características básicas de qualquer movimento social: organização, ideologia e projeto. Os sertanejos, nos redutos, estavam organizados, havia uma liderança e um grupo de comando. Ideologicamente o movimento tinha características marcadas por um profundo humanismo, baseado numa frase cabocla atribuída ao Monge José Maria: “Quem tem mói, quem não tem mói também... e no fim todos ficam iguais.” Quanto ao projeto, o movimento social do Contestado era contrário ao projeto do sistema capitalista na região. Buscava a implementação de um projeto de sociedade humanista e de cunho comunitário.

O messianismo fez-se presente entre as causas do Contestado, porém não de maneira pejorativa como é divulgado na versão dos vencedores. Os monges vêm preencher junto aos sertanejos uma lacuna deixada em aberto pelo Estado e pela Igreja, nesta época representada pela Católica Apostólica Romana. O catolicismo erudito cumpre o papel de domínio da Igreja com uma pastoral voltada à manutenção do *status quo*.

A chegada do Capitalismo internacional vem marcar, na região, a destruição da ordem anterior, ou seja, para o capitalismo se estruturar teria que se excluir a lógica vigente até então. O sertanejo foi excluído de todo o processo de desenvolvimento, não tendo acesso aos benefícios proporcionados pelo desenvolvimento da região.

Concorda-se com diversos autores, dentre eles Vinhas de Queiroz, Paulo Pinheiro Machado, Euclides Felipe, Marli Auras, que apontam como as principais causas da Guerra do Contestado: o analfabetismo, a miséria da população do

interior e o isolamento em relação litoral de Santa Catarina, a espoliação das terras dos sertanejos, as forças do capitalismo internacional, a política regional e as políticas governamentais que privilegiavam as classes abastadas dos fazendeiros.

O messianismo na região do Contestado caracterizou-se pela liderança carismática de José Maria. Esta autoridade está ligada aos poderes extracotidianos. Estes poderes ou qualidades surgiriam de um carisma, o que lhes conferiu autoridade diante da comunidade dos sertanejos no movimento social do Contestado. A política local encontrava-se nas mãos dos coronéis que eram os representantes do poder econômico. Estes eram subservientes e articulavam-se com as outras esferas de poder. Esta lógica de poder político se prolonga até os dias atuais, sendo necessário buscarem-se alternativas novas que tragam projetos com outras perspectivas para a região.

O camponês do Contestado sofreu profundos impactos decorrentes da Lei das Terras, uma vez que esta beneficiava o grande produtor. Portanto, as melhores terras pertenciam ao fazendeiro, cabendo aos colonos os lugares distantes e de pouca produtividade. Diante das dificuldades enfrentadas pelos camponeses, foi criada uma conjuntura onde os grupos dominantes, além de explorarem a mão-de-obra economicamente, dominavam o sertanejo politicamente. A mão-de-obra nacional foi classificada como preguiçosa, vadia, ociosa e indisciplinada para o trabalho sistemático.

Levando-se em conta, pois, esse processo opressivo, uma das alternativas dos camponeses foi a revolução. Na essência dos movimentos sociais encontra-se o retorno à simplicidade.

Assim, estudando-se as inúmeras produções sobre o Contestado, considerou-se importante analisar este movimento à luz da Teologia da Libertação e da Educação Libertadora. Buscou-se, com isto, resgatar o ser histórico do homem do Contestado, com a sua capacidade de criar uma outra história. Com isto, é importante buscar luzes através da Bíblia para contribuir para um projeto de humanismo político na região. Há que se transcender uma visão ingênua de mundo, proporcionando ao homem do Contestado uma consciência ético-crítica do processo de opressão e de exclusão.

Com os fundamentos da Teologia da Libertação pode-se criar alternativas de superação da negatividade e construir em comunhão um projeto de libertação para a região. A Universidade e os profissionais que militam no ensino superior no Brasil e,

de modo especial, na Região do Contestado têm que definir de que lado se encontram. Enquanto compromisso social, de maneira alguma se pode concordar com ações anestesiantes, que se colocam a serviço dos que dominam.

A educação libertadora, no Brasil, é colocada por alguns segmentos como algo do passado, ultrapassado. Em contraposição a isto, afirma-se que, diante do processo econômico excludente, somente quando houver superação dos vários tipos de miséria é que a educação libertadora estará ultrapassada. Portanto, mesmo enfrentando a correnteza das políticas educacionais traçadas de cima para baixo, das ingerências políticas e das influências dos organismos internacionais, os pressupostos de uma educação libertadora se fazem necessários no sentido de resgatar a identidade do homem catarinense e, de modo especial, do homem do Contestado. Torna-se importante que a tônica epistemológica de uma educação libertadora assentada no *ser mais* possibilite aos excluídos da região do Contestado descobrirem-se como sujeitos da história.

É necessário que os que trabalham no setor educacional repensem o currículo escolar da educação Infantil à Universidade e trabalhem por uma educação que traga, na sua essência, elementos da crítica, da problematização e da humanização, esclarecido que não se está propondo o uso da força como saída para libertação, mas sim uma perspectiva freiriana, a libertação do oprimido e do opressor e a transformação real das estruturas que oprimem.

O sumiço da placa tem tudo a ver com a forma como opera a educação na região. Com efeito, a educação do homem do Contestado foi instituída como um sustentáculo da estrutura social dominante, haja vista que o processo formal e informal de educação como desdobramento do movimento social do Contestado foram projetados no sentido da passividade, ou seja, de a uma adaptação ao mundo, ao invés de proporcionar a formação do sujeito histórico que concebe, arquiteta e institui projetos voltados às mudanças sociais. Em Curitiba e região, o poder de repressão dos poderes instituídos dificulta e coloca como um perigo o pensar autenticamente, por colocar em risco os mecanismos de poder.

O movimento social do Contestado aconteceu dentro de um contexto marcado pela dominação. A educação instituída pelos dominantes se perpetuou através de gerações, influenciando decisivamente na educação do povo desta região. O que se observa neste projeto são ações centralizadoras, marco de uma educação repressora que se reproduz até os nossos dias. Nesse ambiente os dominados são

massificados, o terror branco é utilizado como arma geradora da cultura do medo e do silêncio. Esta prática anula o poder de criação do homem do Contestado, estimulando a apatia e a submissão, satisfazendo os interesses dos dominantes. Os excluídos são vítimas desse projeto. Para não despertá-los a buscar seus direitos, impõe-se aos que educam torná-los passivos e domesticados. Por outro lado, perpetua-se a cultura da satisfação entre os bem sucedidos, os vencedores.

Acredita-se que, para sair dessa situação, para a formação de cidadãos ativos, é imprescindível uma educação sócio-política, capaz de fazer com que o ser humano supere a apatia e o despreparo e se volte para participação, o pluralismo e a democracia, fundamentais para o desenvolvimento humano.

Outro aspecto importante na formação do indivíduo para a cidadania é a preservação da memória histórica de um povo, como forma de se vivenciar, no cotidiano, o preservar de certas informações passadas, destacando-as como importantes para o momento presente. Nessa perspectiva, o movimento social do Contestado é fortemente marcado pela oralidade, e de certa forma influenciado pela reprodução da história oficial. Neste contexto, do passado ao momento presente, preservam-se na memória coletiva as abordagens míticas e o culto às famílias tradicionais. O povo, o sertanejo, o homem sofrido do sertão, não faz parte desta história, uma vez que foi deixado de lado pela história oficial.

Curitibanos, não fugindo à regra, também tem a sua história oficial. O que se questiona são determinados aspectos que têm uma ligação direta com a educação instituída na região. A história instituída foi produzida seguindo os pressupostos de uma historiografia positivista a serviço da manutenção do *status quo*. Esta concepção de história é vista de forma dogmática, como a verdadeira história, e com isto se limita o espaço para discussão de questões de fundamental importância quando se quer traçar um projeto de desenvolvimento regional. Questões sociais e econômicas que são verdadeiras feridas tornam-se camufladas e passam até por um processo de naturalização.

A placa ou o projeto cultural das placas foi um marco memorial alusivo ao movimento do Contestado. Esse movimento aconteceu na década de 80. Nessa época fervilhava um momento de crítica e de abertura política no Brasil. Porém, este projeto foi visto como uma afronta ao centralismo de poder de Curitibanos, com características coronelistas que se reproduzem através dos tempos na região. A história oficial vai ao encontro desta visão e ação dos dominadores.

Na verdade, a Guerra do Contestado não terminou. Hoje, ela continua como uma guerra civilizada, porém com nefastas conseqüências na construção de um projeto de cidadania e de democracia. Não é mais necessária a vinda de tropas da Polícia Militar de Florianópolis, nem a utilização bélica dos aviões, nem a vinda do exército brasileiro. No período pós-massacre o sumiço da placa representou um novo lance nessa guerra. Porém, esta placa um dia vai voltar para falar em nome das vozes que foram caladas. Onde se destroem monumentos, destroem-se pessoas.

Concorda-se com o posicionamento do primeiro entrevistado, o professor Amim, quando interpreta a vitória na guerra como vitória da repressão, como a vitória da manutenção da realidade da região, ou seja, das estruturas dominadoras e quando diz que as conseqüências dessa Guerra estão muito presentes no cotidiano do homem do Contestado. Outra questão grave apresentada pelo entrevistado – sobre a qual cabe séria reflexão – é que o caboclo continua pobre: **“não é a ponta de lança do progresso, da agregação do valor, de elevação da renda”**. Crê-se, também, que, nesta primeira década do terceiro milênio, bem como nas próximas, há a urgente necessidade de um amplo debate do Contestado, e que este tema seja o carro-chefe da educação do povo desta terra.

Quanto ao segundo entrevistado, há que se destacar que é um dos grandes pesquisadores da história regional. Ratificamos, inicialmente, seu posicionamento de que a história contada à população foi sempre dentro de uma visão positivista, para a qual os sertanejos não passavam de um bando de facínoras, de bandidos, de fanáticos e de jagunços. Esta concepção de história se fez e se faz presente no processo educacional da região. Existe a necessidade de se abrir o leque e mostrar a história de forma mais abrangente, abrindo-a para a pesquisa e discussão.

Uma das análises importantes do Professor Thomé foi a identificação de um certo descaso em relação à história regional e, de modo especial, à história do Contestado. Nesta abordagem, o entrevistado destaca que a história do Contestado e a sua não valorização encontram-se ligadas ao poder político oligárquico em Santa Catarina exercido pelos grupos tanto do litoral como do planalto. Quando o poder se encontrava nas mãos do grupo do litoral, este evidenciava o Estado de Santa Catarina como um Estado alemão. Em contraposição, ao assumir o poder, o grupo do planalto nada fazia para divulgar a sua história, uma vez que se encontrava comprometido com as atrocidades cometidas por ocasião da Guerra do Contestado,

bem como no período pós-massacre. O que se tem hoje na região é uma sociedade que vivencia os reflexos deste contexto político, uma vez que grande parte dos políticos da região têm fortes ligações com os grupos oligárquicos em questão.

Outro aspecto – que se comunga com Thomé – se prende ao fato da cultura superior que se divulgou na região ter todas as características básicas do mandonismo e do sistema de compadrio, ficando o caboclo subserviente ao fazendeiro e ao chefe político.

A história regional, bem como a do Contestado, segundo o entrevistado, não é valorizada nem na educação básica, nem na própria Universidade do Contestado. O sumiço da placa, do ponto de vista hermenêutico, carrega uma linguagem simbólica muito rica. A retirada das placas, provavelmente, tem como significado que o teor histórico nelas contido não é uma heresia, que esta não é a verdadeira história que deva ser contada à população. A história sob o ponto de vista dos vencidos precisa urgentemente ser construída e reconstruída. Existe uma dívida muito grande de cunho ético e moral a se saldar no sentido de se resgatar a dignidade do homem do Contestado, denegrada por posicionamentos propagados a serviço dos interesses políticos e econômicos de uma minoria.

No que se refere à presença do tema do Contestado nos currículos escolares, observou-se que estes, de forma velada, assumem uma certa aparência de neutralidade. Porém, como não existe neutralidade em educação, torna-se bastante palpável que servem aos interesses dos grupos dominantes da região. As escolas da rede pública, ainda na atualidade, sofrem ingerência político-partidária, o que provoca um esfacelamento do processo, bem como do trabalho docente. Percebe-se claramente que as políticas educacionais emanam de cima para baixo, sendo o professor reduzido a mero executor, não mais àquele que concebe o processo.

A educação na região do Contestado ainda carece ir ao encontro da sociedade, uma vez que o projeto implementado carrega elementos de uma violência simbólica a serviço dos dominantes, assumidos pelas instituições educacionais atreladas ao sistema. Existe forte influência do setor produtivo nos currículos escolares. O questionável é saber dentro de qual lógica o econômico influi no setor educacional. Pelo que se observa, a fragmentação ocorrida no setor produtivo veio fazer parte do educacional nas salas de aulas. Ressalta-se que o currículo oculto, passou a privilegiar as habilidades relativas à obediência e à subserviência às autoridades.

Esta pesquisa teve um profundo significado em minha vida, uma vez que me proporcionou colocar nesta tese meus reais sentimentos de contribuir para edificação de um mundo calcado na perspectiva humanista. As reflexões aqui contidas fazem parte de minhas concepções enquanto cidadão e servem de eixo norteador para meus projetos. Este trabalho ofereceu espaço para refletir sobre a importância de uma educação libertadora na região do Contestado. Creio que o grande mérito desta tese é o de oferecer elementos para se traçar políticas voltadas ao setor educacional, bem como ao desenvolvimento regional sustentável. Tenho a certeza de que esta região, que me adotou desde 1992, merece sementes para a construção de uma sociedade humana solidária e fraterna.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. São Paulo: Ática, 1987.

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Tradução: Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

AQUINO, Fernando; HIRAN, Gilberto. **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais. São Paulo: Record, 2001.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. **Dicionário histórico das religiões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BOEING, Antônio. **Em nome da ordem**: O papel dos agentes da religião católica institucionalizada durante o movimento e Guerra do Contestado entre 1912-1916. Tese de Doutorado em Ciências da Religião. São Paulo: UMESP, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Estado governo sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: 1995.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A campanha do Contestado**. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979.

_____. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Lunardelli: 1994.

CASTELS, et al. **Novas Perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CARVALHO, João Carlos Monteiro. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

CHACON, Vamireh. **Deus é brasileiro** (o imaginário do messianismo político no Brasil). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1990.

COHN, Norman. **Cosmos, caos e o mundo que virá.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORADINI, Odair Luiz. Movimentos sociais no Sul do Brasil. In: SANTOS, José Vicente Tadeu dos. **Revoluções camponesas na América Latina.** Campinas: Editora Unicamp, 1985.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição.** São Paulo: Cortez, 1995.

DARENGOSKY, Paulo Ramos. **O desmoronamento do mundo jagunço.** Florianópolis: FCC, 1986.

DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão.** São Paulo : Paullus, 1995.

DESROCHE, Henri. **Dicionário de messianismos e milenarismos.** Tradução. Odair Pedroso Mateus. São Bernardo do Campo: UESP, 2000.

D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. A campanha do Contestado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1917.

DALLAROSA, Adair Angelo. **Estado, educação e cidadania.** Caçador: Editora Universidade do Contestado, 1998.

ELKE, Cyro. **A conquista do planalto catarinense: Bandeirantes e tropeiros de Curitiba.** Rio de Janeiro: Laudes, 1973.

FERRARO, Alceu Ravanello; RIBEIRO, Marlene. **Movimentos sociais: Revolução e reação.** Pelotas: Educat, 1999.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREI BETTO. **Batismo de sangue.** São Paulo: Casa Amarela, 2000.

FELIPPE, Euclides. **O último jagunço.** Curitiba: Unc, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1992.

GIROUX, Henri. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____(org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** Petrópolis: Vozes, 2003.

GOVERNO SC ESPERIDIÃO AMIM. **Carta resposta aos Catarinenses.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1987.

IANNI, Octávio. Os movimentos camponeses. IN: Santos, José Vicente dos. **Revoluções camponesas na América Latina.** Campinas: Editora Unicamp, 1985.

LAKATOS, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1996.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** São Paulo: Cortez, 1979.

LEMOS, Zélia de Andrade. **Curitibanos na história do Contestado.** Curitibanos: Imprensa Frei Rogério, 1983.

LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade de nossos caboclos contribuição para o estudo da antropossociologia criminal do movimento dos fanáticos em SC.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

KARL, Marx; ENGELS Friederich . **A ideologia Alemão.** São Paulo Hucitec, 1986

_____; _____. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KARL, Marx. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** Rio de Janeiro: Vitória, 1956.

_____. **As lutas de classes na França de 1848 a 1851.** Rio de Janeiro: Vitória, 1956.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado.** Tese de Doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 2001.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século.** São Paulo: Duas Cidades, 1974.

NUNES, Nilma do Carmo. **Concepções de mundo no ensino de história.** São Paulo: Papyrus, 1996.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e denominação de classe: gênese e estrutura do catolicismo romanizado no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Sívio Liz de. **Tratado de metodologia científica.** São Paulo: Pioneira, 2004.

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia Científica**. São Paulo: Futura, 2000.

PIAZZA, Walter. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**. São Paulo: Ática, 1977.

REA, Louis M.; PARKER, Richard. **Metodologia da pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira, 2002.

PAULY, Evaldo Luis. **Ética educação e Cidadania**. São Leopoldo: Sinodal, 2002.

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. **Concepções de história na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina**. Chapecó: Universitária, 2002.

ROCHA, Ubiratã. **História do Currículo e cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSSI, Luiz Alexandre, S. **Messianismo e modernidade: repensando o messianismo a partir das vítimas**. São Paulo: Paullus, 2002.

SACHWEH, Maria da Salete. **Educação, dominação e libertação na guerra Santa do Contestado**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

SACRISTÁN, Gimeno J.; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. Tradução. Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SADER, Emir. **Estado e política em Marx**. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina**. Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1998.

SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de estatística, Geografia e Informática. **Atlas Geográfico do Estado de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade**. Tradução: Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SCHULLER, Donaldo. **Império caboclo**. Florianópolis: UFSC/Movimento, 1994.

SINZIG, Frei Pedro. **Fr. Rogério Niehaus**. Petrópolis: Vozes, 1939.

SUNG, Jung Mo. **Teologia e economia - Repensando a Teologia da Libertação e utopias**. . Petrópolis: Vozes, 1994.

TAMBOSI, Frei Valenttin. **Franciscanos em Curitibaanos**. São Paulo: Coleção Centenário, 1993.

THOMÉ, Nilson. **Trem de ferro**: a ferrovia do diabo. Florianópolis, 1983.

_____. **Primeira história da educação escolar na região do Contestado**. Caçador: UNC/Museu do Contestado, 2002.

_____. **Sangue suor e lágrimas**. Caçador: Universidade do Contestado, 1992.

TOMAZZI, Nelson Dacio (Coord.). **Iniciação à sociologia**. São Paulo; Atual, 1993.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste**: Memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. Caçador: Universidade do Contestado, 1988.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

_____. **Economia e sociedade**. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 2004, v. 1 e v. 2.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

LEMOS, Zélia de Andrade. [**Carta ao Bispo Diocesano de Lages.**] 09/12/1985. 2 f. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1990.

LEMOS, Zélia de Andrade. [**Carta a Fr. Félix Fegger.**] 14/07/1985. 1 f. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1990.

LEMOS, Z., [**Carta ao Dr David Carneiro.**] 13/12/1984. 4 f. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1990.

LEMOS, Z. [**Carta ao Professor Maurício Vinhas de Queiroz.**] 15/02/1987. 1 f. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1990.

LEMOS, Z. [**Carta ao Presidente da Câmara Municipal de Curitiba.**] 15/02/1987. 3f. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1990.

NERCOLINI, M.B. [**Carta ao Dr. Cyro Elke.**] 16/05/1980. 1 f. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1990.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS. [**Of. 120/88 à Zélia de Andrade Lemos.**] 19/11/1988. 1 f. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1988.

LEMOS, Z. [**Carta ao Governador do Estado de Santa Catarina.**] 10/01/1987. 1 f. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1990.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS. Sessão Solene. [**Discursos proferido por Zélia de Andrade lemos, por ocasião do lançamento do livro: *A História dos Fanáticos em Santa Catarina.***] 09/12/1986. 1 f. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1990.

TELLES, Vicente. **Calendário.** 1 f. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1990.

LEMOS, Z. [**Carta ao Prefeito Municipal Armando Costa.**] 11/03/1986. 1 f. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1990.

LEMOS, Z. [**Carta ao Presidente da Câmara Municipal de Curitiba.**] 25/09/1980. 1 f. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1993 a 1990.

LEMOS, Zélia. **Histórico de Curitiba.** 06 f. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Trabalho não publicado.

LEMOS, Zélia. **Documento alusivo aos 70 anos do incêndio de Curitiba.** 1984. 1f. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Trabalho não publicado.

LEMOS, Z. [**Carta ao Pe. Luiz Heinem**] 26/03/1990. 1 f.. Museu Histórico Antônio Granemann de Curitiba. Pastas de 1973 a 1990.

ENTREVISTAS

AMIM, Esperidião. **Resgate da Memória histórica do Contestado.** Florianópolis, 12 mar. 2007. Entrevista on-line concedida a Geraldo Antônio da Rosa.

THOMÉ, Nilson. **Resgate da Memória histórica do Contestado.** Caçador, Universidade do Contestado, 12 abr. 2007. Entrevista concedida a Geraldo Antônio da Rosa.